

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUDMILLA SILVA CORCINO

**A CURA DO TRAUMA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ: UM  
ESTUDO DE CASO DE RUANDA**

UBERLÂNDIA

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUDMILLA SILVA CORCINO

**A CURA DO TRAUMA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ: UM  
ESTUDO DE CASO DE RUANDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Linha de pesquisa: Segurança Internacional.  
Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

UBERLÂNDIA

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C793 2022	<p>Corcino, Ludmilla Silva, 2015- A CURA DO TRAUMA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ [recurso eletrônico] : UM ESTUDO DE CASO DE RUANDA / Ludmilla Silva Corcino. - 2022.</p> <p>Orientador: Aureo de Toledo Gomes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.670">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.670</a> Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Relações Internacionais. I. Gomes, Aureo de Toledo, 1984-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 327</p>
--------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGR				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 74, PPGR				
Data:	16 de dezembro de 2022	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	12:00
Matrícula do Discente:	12112RIT014				
Nome do Discente:	Ludmilla Silva Corcino				
Título do Trabalho:	A CURA DO TRAUMA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ: UM ESTUDO DE CASO DE RUANDA				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Segurança Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	O elo perdido: antagonismo, identidades coletivas e a dinâmica das guerras civis				

Reuniu-se na Sala 1J232 Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Paula Drummond Rangel Campos - IRI/PUC-Rio; Camila de Macedo Braga - NUPRI/USP; Aureo de Toledo Gomes - PPGR/UFU orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Aureo de Toledo Gomes - PPGR/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Aureo de Toledo Gomes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 16/12/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila de Macedo Braga, Usuário Externo**, em 16/12/2022, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Drumond Rangel Campos, Usuário Externo**, em 17/12/2022, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4133401** e o código CRC **8A761420**.

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais que sempre incentivaram meus estudos e  
nunca deixaram de acreditar em mim.*

## AGRADECIMENTOS

Iniciar e terminar um mestrado em meio a uma pandemia global e no meio do caos que se instalou no Brasil nos últimos anos foi certamente desafiador. Obviamente, não só para mim, mas imagino que para vários outros acadêmicos. Já vivemos em um país que não valoriza os seus pesquisadores o suficiente, e as últimas mudanças no mundo de fato não contribuíram para que a jornada da pós-graduação se tornasse mais fácil. A vontade de desistir e largar tudo me atingiu algumas vezes, mas fico feliz que continuei no programa.

O desejo de finalizar a pesquisa, contribuir para o meu campo e principalmente dar visibilidade a um assunto de extrema relevância foi o que me motivou a continuar estudando. A minha vida não é nada difícil comparada com as das pessoas que eu aqui estudo, e sei que não é minha função resolver os seus dilemas, mas acredito que qualquer trabalho acadêmico direcionado a dar voz a essas histórias faz valer a pena todo o esforço de uma pesquisa.

Portanto, os meus primeiros agradecimentos e minha enorme solidariedade vão para os ruandeses, e para todas aquelas pessoas que já foram e ainda são vítimas de qualquer forma de violência. É triste que o mundo seja tão cruel a ponto de inocentes terem suas vidas transformadas por atos horrendos. Eu gostaria muito de não ter que estudar violência e trauma, mas infelizmente eles existem e essas pessoas não podem ser esquecidas. Se tem algo que a história dos ruandeses me ensinou ao longo dessa pesquisa foi não deixar de acreditar na humanidade, na paz, na reconciliação e principalmente no trabalho humanitário. Espero que elas encontrem felicidade, segurança e paz de espírito.

Gostaria muito de agradecer meus pais que desde criança apoiaram meus sonhos e incentivaram meus estudos. Se não fosse por eles e por todo o apoio emocional, amoroso e financeiro oferecido a mim nos últimos anos, essa pesquisa não seria possível. Também sou muito grata a todos os amigos, conhecidos e colegas de profissão que me ajudaram e me apoiaram mesmo que indiretamente ao longo desses últimos anos.

Meus agradecimentos também são direcionados ao PPGRI-UFU, fico feliz que em meio a pandemia o programa continuou se esforçando e se desdobrando para garantir que nós acadêmicos tivéssemos um espaço seguro e confortável para realizar pesquisa e contribuir ainda mais com o campo das Relações Internacionais no Brasil.

Não poderia deixar de agradecer também meu orientador, Aureo Toledo, que ao longo desses dois anos sempre foi muito presente, paciente e compreensível comigo. Ser professor não é uma tarefa fácil, ainda mais em um contexto de ensino remoto, mas mesmo diante de todas as adversidades, ele nunca deixou de cumprir seu papel com excelência, isso de fato fez muita diferença. Também sou grata a ele por ter me apresentado esse tema da dissertação e ter incentivado a pesquisa. Sinto que me encontrei na temática de estudos para a paz e agora sei que é com isso que quero trabalhar, portanto meus sinceros agradecimentos.

Por fim, minha gratidão a CAPES que ao longo desses dois anos me ofereceu bolsa de estudos e permitiu que essa pesquisa se tornasse de fato uma realidade. A valorização do pesquisador científico é de grande necessidade e uma bolsa de estudos pode transformar vidas.



## RESUMO

A presente dissertação analisa o conceito de cura do trauma em contextos de construção da paz pós-conflito. Após um conflito ou um genocídio é comum que o indivíduo que vivenciou o evento violento fique traumatizado, esse trauma não curado pode resultar em inúmeros transtornos mentais e fisiológicos. Quando esse trauma atinge várias pessoas simultaneamente, origina-se o trauma coletivo que afeta não só um indivíduo, mas toda uma sociedade. A pesquisa ressalta a importância de incluir intervenções de cura no processo de construção da paz, pois a literatura sobre o trauma afirma que essas atividades são essenciais para a redução da violência e para a construção da paz a longo prazo. Para exemplificar esse cenário é analisado o caso de Ruanda. Em 1994 o país foi palco de um genocídio, que ainda hoje, quase 30 anos depois, prejudica seriamente seus cidadãos. Por meio de um arcabouço analítico, são analisados dois projetos de cura societal em Ruanda, um da ONG ruandesa *Never Again Rwanda*, com duração de quatro anos e outro da ONG estadunidense *Karuna Center for Peacebuilding*, com duração de três anos. Por meio deles busca-se demonstrar na prática a importância e a efetividade das intervenções de cura do trauma.

**Palavras-chave:** Trauma; Cura Societal; Construção da Paz; Genocídio; Ruanda.

## ABSTRACT

The present thesis analyzes the idea of trauma healing in a context of post-conflict peacebuilding. After a conflict or a genocide, it is common that an individual who experienced the violent event becomes traumatized, this unhealed trauma can result in mental and physiological disorders. When the trauma affects several people simultaneously, we have the collective trauma that involves not only the individual, but also the entire society. This research highlights the importance of including healing interventions in the peacebuilding process, as the trauma literature asserts that these activities are essential for reducing violence and building long-term peace. To exemplify this scenario, the case of Rwanda is investigated. In 1994, a genocide happened in the country, and even today, almost 30 years later, this violent incident still harms its citizens. Through an analytical framework, two societal healing projects are analyzed in Rwanda, one by the Rwandan NGO Never Again Rwanda, lasting four years and another one by the American NGO Karuna Center for Peacebuilding, lasting three years. Through them, we seek to demonstrate in practice the importance and efficiency of trauma healing interventions.

**Keywords:** Trauma; Societal Healing; Peacebuilding; Genocide; Rwanda.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Jornada para a cura do trauma: quebrando ciclos.....	36
<b>Figura 2:</b> A tipologia da violência.....	51
<b>Figura 3:</b> Os conceitos estendidos de violência e paz.....	52
<b>Figura 4:</b> A Roda de Construção da Paz de Barry Hart.....	62
<b>Figura 5:</b> Os caminhos da construção da paz estratégica.....	64
<b>Figura 6:</b> Mapa da construção da paz.....	66
<b>Figura 7:</b> O presidente Paul Kagame discursando na abertura do <i>Kwibuka 2022</i> .....	107
<b>Figura 8:</b> Público presente na cerimônia de abertura do <i>Kwibuka 2022</i> .....	108
<b>Figura 9:</b> Caminhada anual realizada pelos ruandeses durante os meses de comemoração.....	109
<b>Figura 10:</b> Vigília realizada para lembrar as vítimas do genocídio em 2019.....	109
<b>Figura 11:</b> Um ruandês observa as fotos das vítimas durante o período de comemorações.....	110
<b>Figura 12:</b> Cruz lembrando as vítimas do genocídio em Ruanda.....	112
<b>Figura 13:</b> Os crânios das vítimas e os dizeres “nunca mais” se referindo a violência de 1994.....	113
<b>Figura 14:</b> Os jardins do Memorial de Kigali.....	115
<b>Figura 15:</b> O anfiteatro do Memorial de Kigali.....	115
<b>Figura 16:</b> Exibições das vítimas no Memorial de Kigali.....	116
<b>Figura 17:</b> Parte principal do Memorial de Ntarama.....	117
<b>Figura 18:</b> Sala contendo os crânios das vítimas no Memorial de Ntarama.....	117
<b>Figura 19:</b> Os ossos das vítimas organizados metodicamente no Memorial de Nyamata.....	118
<b>Figura 20:</b> Altar do Memorial de Nyamata contendo as roupas das vítimas.....	119
<b>Figura 21:</b> Atores e abordagens da construção da paz.....	138
<b>Figura 22:</b> Resolução de conflitos <i>multitrack</i> .....	140
<b>Figura 23:</b> Mapa de atuação da ONG em Ruanda.....	146
<b>Figura 24:</b> Declaração Financeira da ONG <i>Never Again Rwanda</i> em 2021.....	151
<b>Figura 25:</b> A Teoria da Mudança por trás do programa.....	154
<b>Figura 26:</b> Participantes em um dos Espaços para Paz.....	155
<b>Figura 27:</b> Participantes em um dos Fóruns da Comunidade Cidadã.....	155

<b>Figura 28:</b> Participantes em um dos Diálogos de Paz Juvenil.....	158
<b>Figura 29:</b> Processo de confiança e cura que resultaram na teoria da mudança.....	163
<b>Figura 30:</b> Mudança no índice de Impacto do Trauma no início e fim do projeto.....	166
<b>Figura 31:</b> Mudança no índice de Estresse Pós-Traumático no início e fim do projeto.....	167
<b>Figura 32:</b> Mudança no índice de Resiliência Psicológica no início e fim do projeto.....	167
<b>Figura 33:</b> Perdão na teoria, na prática e subíndices de tendência de vingança, no início e fim do projeto.....	168
<b>Figura 34:</b> Mudança no índice de Confiança dos jovens no início e fim do projeto.....	169
<b>Figura 35:</b> Mudança no índice de Tolerância Social no início e fim do projeto.....	170
<b>Figura 36:</b> Mudanças no índice de Ativismo para Paz entre participantes dos Espaços para Paz do início ao fim do projeto.....	171
<b>Figura 37:</b> Mudança no engajamento dos membros dos Espaços para Paz com atividades de comemoração, no início e fim do projeto.....	172
<b>Figura 38:</b> Mudanças no índice de Ativismo para Paz entre participantes dos Diálogos para Paz do início ao fim do projeto.....	173
<b>Figura 39:</b> Participantes do SHPG auxiliando em atividades de comemoração no distrito de Umuganda.....	174
<b>Figura 40:</b> Plano de gerenciamento e desempenho dos Clubes de Diálogos.....	194
<b>Figura 41:</b> Clube de Diálogo realizado no distrito de Bugesera.....	195
<b>Figura 42:</b> Companheiros de Cura conversando durante um dos treinamentos.....	198
<b>Figura 43:</b> Plano de gerenciamento e desempenho das oficinas de cura de traumas.....	199
<b>Figura 44:</b> Participantes em um <i>workshop</i> de cura do trauma.....	200
<b>Figura 45:</b> Plano de gerenciamento e desempenho das iniciativas dos jovens.....	202
<b>Figura 46:</b> Participantes do Clube de Jovens.....	203

<b>Figura 47:</b> Jovens aprendendo mais sobre cinema e comunicação com o Aegis.....	204
<b>Figura 48:</b> Plano de gerenciamento e desempenho das iniciativas de teor governamental.....	205
<b>Figura 49:</b> Barnabé e sua família após sua participação nas oficinas do <i>Aegis Trust</i> .....	207
<b>Figura 50:</b> Mujawamariya cumprimentando Gahamanyi e sua esposa.....	208
<b>Figura 51:</b> Faustin participando das oficinas ministradas pelo HROC.....	209
<b>Figura 52:</b> Resultados do indicativo de confiança.....	211
<b>Figura 53:</b> Resultados do indicativo de disposição.....	212
<b>Figura 54:</b> Resultados do indicativo de abertura.....	213
<b>Figura 55:</b> Resultados do indicativo de sofrimento.....	213
<b>Figura 56:</b> Resultados do indicativo de confiança em grupos específicos.....	214
<b>Figura 57:</b> Resultados do indicativo de disposição sobre o conflito.....	215
<b>Figura 58:</b> Resultados do indicativo de disposição para interagir com as pessoas.....	216
<b>Figura 59:</b> Resultados do indicativo de reconciliação.....	217
<b>Figura 60:</b> Marie Uwambaje e Boniface Twagiramungu hoje reconciliados.....	222

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Arcabouço analítico para a realização dos projetos de cura do trauma.....	77
<b>Tabela 2:</b> Ordem cronológica das principais iniciativas de cura, reconciliação e justiça em Ruanda.....	135
<b>Tabela 3:</b> As quatro categorias que orientaram o programa <i>Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda</i> .....	160
<b>Tabela 4:</b> Arcabouço analítico do projeto <i>Societal Healing and Participatory Governance</i> .....	182
<b>Tabela 5:</b> Arcabouço Analítico do projeto <i>Healing Our Communities</i> .....	224
<b>Tabela 6:</b> Arcabouço analítico dos projetos <i>Societal Healing and Participatory Governance</i> e <i>Healing Our Communities</i> .....	233

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADEPR</b>	Igreja Pentecostal de Ruanda
<b>AEBR</b>	Associação de Igrejas Batistas em Ruanda
<b>CDR</b>	Comitê de Defesa da República
<b>COVID</b>	Doença do Coronavírus
<b>CPS</b>	<i>The Civil Peace Service</i>
<b>CSNU</b>	Conselho de Segurança das Nações Unidas
<b>DDR</b>	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
<b>DPKO</b>	Departamento de Operações de Paz
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FAR</b>	Forças Nacionais Ruandesas
<b>GER</b>	<i>Global Initiative for the Environment and Reconciliation</i>
<b>GIZ</b>	Cooperação de Desenvolvimento Alemã
<b>HIV</b>	Vírus da Imunodeficiência Humana
<b>HOC</b>	<i>Healing Our Communities: Promoting Social Cohesion in Rwanda</i>
<b>HROC</b>	<i>Healing and Rebuilding Our Community</i>
<b>ICRC</b>	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
<b>IDRP</b>	<i>Institute of Research for Dialogue and Peace</i>
<b>MRND</b>	Movimento Revolucionário Nacional para o Desenvolvimento
<b>NAR</b>	<i>Never Again Rwanda</i>
<b>NTC</b>	Centro Nacional do Trauma
<b>NURC</b>	Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PBC</b>	Comissão para a Construção da Paz
<b>PBF</b>	Fundo para Construção da Paz
<b>PBSO</b>	Escritório de Apoio à Construção da Paz
<b>PTSD</b>	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
<b>RPA</b>	Exército Patriota de Ruanda
<b>RPF</b>	Frente Patriótica de Ruanda
<b>SCPS</b>	Serviço de Consultas Psicossociais

<b>SDC</b>	Agência Governamental Suíça para Desenvolvimento e Cooperação
<b>SHPG</b>	<i>Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda</i>
<b>SSR</b>	Reforma do Setor de Segurança
<b>STAR</b>	Estratégias para Conscientização do Trauma e Resiliência
<b>TMC</b>	Transtornos Mentais Comuns
<b>TPIR</b>	Tribunal Penal Internacional para Ruanda
<b>TRP</b>	Programa de Recuperação do Trauma
<b>UNAMIR</b>	Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda
<b>UNICED</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>USAID</b>	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 A TRAJETÓRIA EM DIREÇÃO A CURA DO TRAUMA</b> .....	26
<b>1.1 Trauma, cura e reconciliação</b> .....	26
1.1.1 O ciclo do trauma .....	27
1.1.1.1 O ciclo do trauma não-curado .....	32
1.1.2 O caminho em direção a cura do trauma .....	34
1.1.2.1 Justiça de Transição.....	41
1.1.3 A possibilidade de cura e reconciliação .....	43
<b>1.2 A questão da construção da paz</b> .....	47
1.2.1 A tipologia de paz e violência conforme Galtung .....	48
1.2.2 O processo de construção da paz contemporâneo à luz das Nações Unidas .....	52
1.2.3 A construção da paz segundo atores e organizações internacionais.....	58
1.2.3.1 Strategic Peacebuilding .....	63
1.2.3.2 As contribuições de John Paul Lederach.....	69
<b>1.3 A cura do trauma à luz do processo de construção da paz</b> .....	72
<b>2 RUANDA: UM PAÍS MARCADO PELA DIVISÃO E VIOLÊNCIA</b> .....	78
<b>2.1 Um passado fragmentado e doloroso</b> .....	78
2.1.1 A chegada dos alemães e belgas.....	80
2.1.2 O ciclo violento na República de Ruanda .....	82
2.1.2.1 Os anos de Guerra Civil.....	83
2.1.3 O genocídio de 1994 contra os tutsis.....	85
2.1.3.1 O papel da ONU e da comunidade internacional perante o genocídio.....	89
2.1.3.2 Os desdobramentos pós-genocídio .....	92
<b>2.2 A saúde mental dos ruandeses pós-1994</b> .....	94
2.2.1 A saúde mental de mulheres, jovens e perpetradores .....	97
2.2.1.1 Como a COVID-19 afetou a saúde mental dos ruandeses.....	101
2.2.2 As iniciativas existentes em Ruanda que auxiliam na saúde mental e na cura do trauma .....	102
2.2.2.1 Os dias de comemoração .....	105
2.2.2.2 Os Memoriais de Ruanda .....	111
2.2.3 O panorama da reconciliação em Ruanda .....	120
2.2.4 Justiça e Reconciliação .....	123

2.2.4.1 Os Tribunais de Gacaca.....	124
2.2.5 O papel do governo ruandês por trás das intervenções de cura e reconciliação..	130
<b>3 OS PROJETOS DE CURA DO TRAUMA EXISTENTES EM RUANDA.....</b>	<b>137</b>
<b>3.1 Justificativa teórica.....</b>	<b>137</b>
3.1.1 Justificativa empírica.....	141
<b>3.2 Never Again Rwanda .....</b>	<b>145</b>
3.2.1 Relevância da Never Again Rwanda para a sociedade ruandesa .....	148
3.2.2 Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda.....	151
3.2.2.1 As principais estratégias utilizadas no programa .....	156
3.2.2.2 A estruturação e metodologia do projeto.....	159
3.2.2.3 Os principais resultados e lições aprendidas com o programa .....	164
3.2.2.4 As principais dificuldades e desafios enfrentados pelo programa.....	177
3.2.2.5 Avaliação final do projeto e principais recomendações .....	178
<b>3.3 Karuna Center for Peacebuilding.....</b>	<b>183</b>
3.3.1 Relevância do Karuna Center for Peacebuilding para a sociedade ruandesa .....	186
3.3.2 Healing Our Communities.....	188
3.3.2.1 A estruturação do projeto .....	193
3.3.2.2 Os resultados e lições aprendidas com o programa.....	210
3.3.2.3 Progresso inesperado e resultados não-alcançados .....	220
3.3.2.4 Avaliação final do projeto e principais destaques .....	221
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>226</b>
<b><i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i> .....</b>	<b>239</b>

## INTRODUÇÃO

Conflitos civis e eventos violentos, como os de Ruanda, causam inúmeras consequências para um país que os vivencia. Estes envolvem o âmbito social, econômico, político e internacional, e uma das principais sequelas é o trauma, que afeta os cidadãos que vivenciaram essa realidade. O trauma, segundo Erica Resende e Dovile Budryte (2014), representa qualquer experiência que envolve eventos repentinos e catastróficos, cujas respostas a eles são reações descontroladas, repetitivas e intrusivas. São experiências que afetam destrutivamente a realidade.

Logo, quando um evento traumático ou uma série de eventos, como no caso de conflitos e genocídios, atingem um grande número de pessoas, instaura-se um trauma social ou trauma coletivo. A presença dele pode ser responsável por causar medo, horror e raiva generalizados nas vítimas (YODER, 2005). Todavia, a principal problemática do trauma social é o fato dele atingir toda a sociedade, modificando o modo como os sobreviventes percebem o mundo e entendem as relações entre grupos e comunidades. Essa categoria de trauma também atinge as gerações subsequentes dos sobreviventes, ou seja, prejudica a sociedade atual, e também aqueles que ainda não nasceram, mas serão afetados pelas experiências de seus familiares e conhecidos (HIRSCHBERGER, 2018).

Os impactos individuais, e principalmente sociais, dos traumas em grande escala, como os problemas de saúde mental, tendem a ser mal priorizados, mal compreendidos e geralmente negligenciados. Contudo, o trauma coletivo tem implicações negativas significativas para as perspectivas de uma paz futura e sustentável. Ele ameaça a identidade coletiva de um grupo e também prejudica o senso de significado das pessoas, as expondo a lados mais sombrios e as impedindo de se conectar com sua própria comunidade. Sociedades que possuem um histórico de trauma se encontram em um constante processo de construção e reconstrução do significado desse trauma, pois ele não é apenas um problema de saúde e sim um problema sociopolítico e cultural (CLANCY; HAMBER, 2008; HIRSCHBERGER, 2018).

Assim, a cura do trauma aparece como uma ferramenta de significativa necessidade, pois auxilia as vítimas a tomarem medidas construtivas para evitar que elas mesmas e a sociedade sofram com seus transtornos. Sem a cura, a capacidade das comunidades pós-conflito de construírem a paz se torna enfraquecida e muitas vezes

ameaçada. Deste modo, a cura é significativa para descarregar os efeitos do trauma e auxiliar na formação de uma comunidade de sobreviventes que trabalharão juntos em direção a um futuro melhor e pacífico (SCHIRCH, 2004; PARENT, 2011).

É comumente afirmado que o momento mais adequado para implementar essas intervenções de cura de trauma é durante o processo de construção da paz — ou *peacebuilding* em inglês — definido pelas Organizações das Nações Unidas como uma série de medidas destinadas a reduzir o risco de um país reincidir em conflito. Essas medidas incluem o fortalecimento da capacidade nacional, em todos os níveis, para o gerenciamento de conflitos, bem como a criação de bases para a consolidação da paz e desenvolvimento sustentável. Este processo complexo e a longo prazo visa criar condições necessárias para uma paz positiva e sustentável (UNITED NATIONS, 2008).

A construção da paz é geralmente conduzida pelas operações de paz das Nações Unidas, mas também recebe apoio sendo efetivado por outros atores como organizações não governamentais, organizações internacionais, instituições, países, dentre outros. Essas operações são responsáveis por diversas atividades, como exemplo: construção do Estado; desarmamento das partes em conflito; restauração da ordem; destruição de armas; repatriação de refugiados; treinamento no âmbito da segurança; condução e monitoramento de eleições; proteção dos direitos humanos e assim por diante (PARIS; SISK, 2008).

Em contraponto a essas atividades essenciais, é comum que as intervenções de cura do trauma não sejam priorizadas nas abordagens tradicionais da construção da paz, pois essas estratégias tendem a favorecer outras ações consideradas importantes. Conseqüentemente, poucos recursos são disponibilizados para atividades locais, a exemplo da cura do trauma. Existem várias razões para essa priorização, todavia há uma grande diferença de tangibilidade e mensurabilidade percebida entre essas atividades, principalmente pela questão de a cura do trauma não ser uma atividade estrutural e a curto prazo (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Muitos autores já observaram a necessidade dessas intervenções de cura serem consideradas prioritárias dentro da “caixa de ferramentas” da construção da paz. Embora, as atividades relacionadas à saúde mental permaneçam preteridas, Emma Hutchison e Roland Bleiker (2013) expõem que garantir segurança e construir instituições é importante para o desenvolvimento da paz, porém alertam que uma ordem estável não

pode ser alcançada a menos que as fontes psicológicas do conflito também sejam tratadas. Para eles, os resquícios de violência e de morte perduram por muito tempo e isso significa que quando não são curadas, as sequelas dessa experiência e as hostilidades podem irromper a qualquer momento.

Em concordância, Marc Howard Ross (2013) discute a relevância da criação de novas instituições em sociedades pós-conflitos, e frisa que essa atividade por si só é insuficiente para a construção de uma paz duradora. A hostilidade a longo prazo, a desconfiança, a raiva e os sentimentos de exclusão desempenham um papel capital nos conflitos. Logo, o lado emocional também deve ser incluído nos esforços de construção da paz.

Ainda que se reconheça o menosprezo da cura do trauma e da saúde mental em algumas das atividades práticas da construção da paz, já existem estudos e autores que apoiam a mudança dessa postura, destacando-se, por exemplo, Hutchison e Bleiker (2013), Ross (2013), McGrattan (2016), entre outros. O motivo para essa defesa se pauta no fato de a cura do trauma ser fundamental para reduzir a violência e para o estabelecimento da paz em um ambiente pós-conflito. Destarte, pode-se dizer que esta categoria de intervenção tem grande potencial para ser classificada como parte essencial da construção da paz e implementada como uma de suas atividades primárias.

No que tange ao estudo de caso proposto, Ruanda é um país localizado na África Subsaariana ou África Oriental, possui um passado marcado por divisões étnicas e por um histórico de violência, cujo maior exemplo é o genocídio de 1994 que resultou na morte de mais de 800 mil pessoas. O país foi colonizado pelos alemães e pelos belgas no século XVII, e uma das consequências deste processo foi a imposição de estruturas opressivas aos ruandeses, fundamentada em suas identidades étnicas, sendo elas, os hutus e os tutsis (NEVER AGAIN RWANDA, 2015)

Os alemães reforçaram a ideia de que os tutsis eram um grupo superior, enquanto os hutus eram menos civilizados, culminando no conceito de que todos os chefes eram tutsis e os súditos hutus. Logo, os colonizadores ganharam poder através da segmentação entre os grupos ruandeses. Os belgas continuaram com a supremacia racial imposta pelos alemães e a utilizou como base para a criação de novas relações políticas, sociais e culturais, onde os tutsis governavam com autonomia e impunidade absoluta enquanto os hutus eram excluídos. A partir da década de 1950, as tensões hutus-tutsis surgiram e anos

depois desencadeou-se a revolução social de 1959 a 1962, na qual os colonizadores apoiaram fortemente a transferência de poder dos tutsis para os hutus. Em seguida, no fim da revolução em 1962, Ruanda se tornou um país independente, um Estado dominado pelos hutus que reprimiam violentamente os tutsis, exacerbando ainda mais a divisão étnica (BROWN, 2018; FOX, 2021).

Assim, esse processo de colonização e a imposição de estruturas opressivas formaram as bases para a violência que anos depois se deflagaria no genocídio de 1994. A motivação para o início do genocídio foi a queda do avião do presidente hutu de Ruanda, Juvénal Habyarimana, em 6 de abril de 1994. Os hutus culparam a Frente Patriótica de Ruanda (RPF)<sup>1</sup> pelo incidente. Todavia, este partido político negou as acusações e insinuou que o avião havia sido derrubado pelos próprios hutus para justificar um possível genocídio. Logo, no vácuo de poder criado após a morte do presidente, a elite política hutu de Ruanda inaugurou uma grande campanha de genocídio contra os tutsis (BBC NEWS BRASIL, 2014).

Segundo Marina Mendonça (2013), os líderes do movimento de extermínio eram, inicialmente, militares hutus que possuíam armas de fogo. Contudo, a situação logo se transformou e estes líderes começaram a contar com civis hutus para o plano de extermínio por meio da distribuição de armas e facões; e mediante bloqueios de estradas e apelos por rádios que pediam para que os tutsis se abrigassem em igrejas ou em locais supostamente seguros. O saldo destas ações foi o genocídio de cerca de 800 mil pessoas ao longo do período de 100 dias — as estimativas variam entre 800 mil e 1 milhão de mortos — além de 350 mil mulheres abusadas sexualmente, conforme informações divulgadas pela ONU (MENDONÇA, 2013).

Atualmente, Ruanda é um país livre de guerra civil e, nos quase 30 anos após o genocídio, o país obteve importantes reformas, sobretudo uma significativa melhoria dos serviços e indicadores de desenvolvimento humano, como o índice de pobreza, a expectativa de vida e a desigualdade. Entretanto, mesmo com a estabilidade e o crescimento econômico, o governo ainda é responsável por suprimir a dissidência política

---

<sup>1</sup> A Frente Patriótica de Ruanda (FPR) é o partido político que governa Ruanda desde 1994. Foi fundada em 1990, em Uganda, como um movimento político e militar destinado a repatriar exilados e assumir o controle do governo ruandês. A RPF era composta principalmente por tutsis, os quais foram exilados após episódios de violência hutu-tutsi (FOX, 2021).

mediante ações como vigilância generalizada, intimidação, rendição, tortura e supostos assassinatos. Além disso, apesar de o genocídio ter acontecido décadas atrás, os seus efeitos e consequências foram prejudiciais aos sobreviventes e as feridas ainda estão presentes como sequelas sociais, comportamentais, cognitivas e emocionais, tais como depressão, alienação, estresse pós-traumático e também sérios problemas de saúde mental (UCDP, 2021; THE WORLD BANK, 2021; FREEDOM HOUSE, 2021).

Ruanda goza de destaque e relevância no cenário internacional, portanto, existem inúmeros estudos sobre o país no âmbito das relações internacionais. Tais estudos existentes sobre Ruanda variam bastante, mas se concentram, majoritariamente, no genocídio de 1994. Nesse contexto, Catharine Newbury (1998) trabalha com a questão da politização da etnia, isto é, a grande influência que as políticas do Estado têm ao moldar as relações e a consciência étnica no outro. Já, Adam Jones (2002) oferece outra perspectiva sobre o genocídio de 1994 ao explorar esse evento pelas lentes de gênero.

Por outro lado, Christopher Clapham (1998) e Marina Gusmão (2013) se diferem dos autores acima em função de uma abordagem histórica e detalhada dos acontecimentos de 1994. Ambos trazem visibilidade para à questão da comunidade internacional perante o genocídio e por conseguinte avaliam o fracasso do mecanismo de resolução de conflitos no país, que não só falhou em impedir o genocídio como auxiliou também a criação de condições que possibilitaram o extermínio.

Outra concepção presente nos estudos sobre Ruanda é o cenário pós-genocídio e seus desdobramentos. Neste sentido, Timothy Longman e Théoneste Rutagengwa (2004) trabalham com a questão da memória, identidade e unidade em Ruanda, abordando as várias políticas criadas pelo governo ruandês na tentativa de promover, após o genocídio, uma identidade nacional unificada e uma cultura democrática entre os seus cidadãos. Nessa mesma linha, Marian Hodgkin (2006) estuda a questão da reconciliação no cenário pós-genocídio, afirmando a necessidade da continuidade deste processo e do aprofundamento nas questões das injustiças, violências e eventos do passado.

Por fim, David Rawson (2012) apresenta, no cenário pós-genocídio, as estratégias de justiça de transição utilizadas em Ruanda para punir os perpetradores da violência, enfatizando aquelas utilizadas pela comunidade internacional e pelo governo local, a exemplo dos tribunais de gacaca. É possível perceber, assim, que os estudos sobre Ruanda no âmbito das relações internacionais são distintos entre si e portam as mais diversas

abordagens. Os trabalhos relativos à reconciliação pós-conflito, que detêm relação direta com a temática dessa dissertação, existem, porém, ainda são escassos e produzidos por cidadãos que vivenciaram o genocídio, por especialistas no âmbito do conflito e construção da paz, ou por ONGs.

Ainda que se tenha apontado a baixa quantidade de trabalhos acadêmicos, em Ruanda já se encontram projetos e atividades práticas sobre o tema da cura do trauma. Estes são conduzidos, em sua grande maioria, por organizações não-governamentais e instituições internacionais. Deste modo, essa dissertação manifesta a necessidade de evidenciar e dar visibilidade aos projetos de trauma, cura e reconciliação em andamento no país. Também colabora ativamente para a literatura de trauma e relações internacionais, onde se destacam obras e manuais relevantes como *The Little Book of Trauma Healing* (2005); *Memory, Trauma and World Politics* (2006); *Trauma and Public Memory* (2015) e *Memory and Trauma in International Relations: Theories, Cases and Debates* (2016). Somam-se a esse aporte teórico artigos, trabalhos e relatórios sobre o tema que auxiliam na consolidação de uma literatura sobre trauma e relações internacionais.

Tendo como base o cenário pós-genocídio em Ruanda e partindo da premissa da existência do trauma em seus cidadãos, o objetivo dessa dissertação é investigar e analisar os programas e atividades de trauma, cura e reconciliação no país africano. Ademais, busca-se, por meio deste exemplo, demonstrar a importância dessas ações não só para a sociedade, como também para o processo de construção da paz.

A relevância do tema se fundamenta pelo papel essencial outorgado a esses processos para garantir uma não-reincidência da violência e para a consolidação de uma paz sustentável, corroborada pela literatura do trauma. Diante da insuficiente atenção e interesse dados a essa categoria interventiva atualmente, esta pesquisa também se justifica por conta de a necessidade de proporcionar uma maior visibilidade ao tema no âmbito dos estudos para paz, e também para divulgar projetos de cura já existentes.

Sendo assim, a dissertação parte da seguinte hipótese:

1. Em Ruanda, os projetos de trauma, cura e reconciliação tiveram efeitos positivos para os cidadãos e alcançaram o objetivo de não-reincidência da violência no país, pois foram projetos robustos e lidaram com questões centrais do processo de cura e reconciliação.



A título de explicação da hipótese acima, cumpre-se alertar que os efeitos positivos dependerão e estarão ancorados ao(s) objetivo(s) final dos projetos de trauma estabelecidos. Os exemplos de alguns efeitos positivos que poderão ser medidos são a diminuição do impacto do trauma, como a menor exposição a violência; fatores psicológicos e resiliência, como a diminuição do estresse pós-traumático, e raiva; aumento da tendência a perdão e diminuição da tendência a vingança; prontidão para interação social, dentre outros. Ademais, também é necessário pontuar que a expressão “projetos robustos” se refere a projetos que contam com investimento financeiro e humano, bem como algum tipo de apoio internacional.

Os dois projetos analisados nessa dissertação são respectivamente da ONG ruandesa *Never Again Rwanda* e da organização estadunidense *Karuna Center for Peacebuilding*. Eles foram escolhidos em função da disponibilidade de materiais e informações divulgadas ao público, bem como sua duração longa, que contribui para um melhor acompanhamento dos seus participantes. Deste modo, os projetos robustos e as questões centrais do processo de cura e reconciliação serão avaliados com base em um arcabouço analítico (apresentado no capítulo um) que engloba os seguintes eixos: recursos, inclusão, reconhecimento e futuro comum.

A metodologia escolhida é do tipo qualitativa, com a utilização do método hipotético-dedutivo a ser aplicado em um estudo de caso. O método hipotético-dedutivo se refere a hipótese exposta acima que será submetida a testes de falseabilidade durante a elaboração da pesquisa. O enfoque é na revisão bibliográfica de livros, artigos e *policy papers*, e também na investigação de sites, relatórios oficiais e mídias relativas a projetos de cura, trauma e reconciliação. O referencial teórico da pesquisa ancora-se em discussão conceitual e teórica existente na literatura do trauma, cura e reconciliação.

A escolha de Ruanda para o estudo de caso se justifica por conta do desenvolvimento de projetos de cura e reconciliação no país. Além disso, Ruanda é considerada um caso emblemático no âmbito internacional em função do genocídio de 1994, um evento violento e de grande magnitude que desperta questionamentos a respeito da saúde mental após a experiência do trauma. Este passado violento torna Ruanda um caso empírico favorável para abordar a questão do trauma.

O recorte temporal do trabalho, no que tange às intervenções de cura do trauma e reconciliação, é estabelecido a partir de 1994, motivado pelo fato de as intervenções só começarem a ser pensadas e estabelecidas após o genocídio e conseqüentemente após o fim da violência. Em vista disso, é válido frisar que será analisada apenas uma quantidade específica de intervenções de cura do trauma e não todas aquelas disponíveis no recorte temporal selecionado.

Desse modo, a dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, de natureza teórica, conceitua as principais temáticas do trabalho como a literatura específica do trauma, cura e reconciliação e o processo de construção da paz. O segundo capítulo apresenta uma análise histórica de Ruanda, detalhando elementos da colonização até o genocídio de 1994, assim como uma investigação a respeito da saúde mental e impacto do trauma nos cidadãos ruandeses. O terceiro capítulo é dedicado a análise dos projetos de cura do trauma em Ruanda com base no arcabouço analítico estabelecido previamente. Nas considerações finais será realizada uma avaliação acerca dos resultados encontrados nos três capítulos, assim como uma análise conjunta dos dois projetos de cura.

Por fim, esta pesquisa pretende fornecer duas contribuições: uma de natureza teórica e outra de natureza empírica. Na primeira, busca-se oferecer instrumentos teóricos e conceituais para a literatura do trauma, cura e reconciliação, que podem somar aos arcabouços analíticos já existentes. Já a segunda se refere à contribuição empírica, auxiliando no âmbito dos estudos existentes em Ruanda.

## 1 A TRAJETÓRIA EM DIREÇÃO A CURA DO TRAUMA

O objetivo principal desse capítulo é realizar uma revisão conceitual das temáticas fundamentais da dissertação, ou seja, trauma, cura e reconciliação e construção da paz. Para isso, o capítulo é dividido em três seções basilares: a primeira apresenta um enfoque direcionado a questão do trauma cujo fenômeno pode ser explicado psicologicamente e socialmente, expõe-se as suas principais definições e características, assim como seus conceitos complementares. Posteriormente, a segunda seção exibe uma visão geral sobre a temática da construção da paz, incluindo a visão de paz, conflito e violência de Galtung e Lederach e a perspectiva desse processo à luz das Nações Unidas e de outros atores internacionais. Por fim, a terceira seção une os dois conceitos, exibindo a relação existente entre a cura do trauma e o estágio de construção da paz.

### 1.1 Trauma, cura e reconciliação

O pensamento entre políticos, negociadores, construtores da paz, e até mesmo entre cidadãos, tende a negar uma relação direta entre a cura do trauma e a redução da violência. Contudo, tal ideia é equivocada, pois a violência possibilita a criação de um trauma que quando não é tratado e curado pode reproduzir essa violência que em consequência é refletida em problemas de segurança no país em questão. O trauma é responsável por afetar a fisiologia de um indivíduo, como, por exemplo, a capacidade do cérebro de efetuar pensamentos completos e integrados. Assim, compreender o trauma em suas várias dimensões, seja ela fisiológica, emocional ou mental, é importante, uma vez que tal fenômeno pode auxiliar na explicação de diversos fatores, como a violência, a insegurança, a perda de identidade cultural, dentre outros (YODER, 2005).

Mesmo apresentando um compilado de autores, grande parte dessa seção segue o fio condutor da obra *The Little Book of Trauma Healing* (2005), da autora e psicóloga Caroline Yoder, que desenvolveu um mestrado em aconselhamento psicológico pela Universidade Internacional Alliant de San Diego e foi uma das fundadoras do programa *Strategies for Trauma Awareness and Resilience* (STAR). STAR, comandado por Yoder, é um programa do Centro de Justiça e Construção da Paz da Universidade Mennonite, localizada na Virgínia, nos Estados Unidos, cuja finalidade é expandir a compreensão a respeito do impacto prejudicial do trauma em indivíduos e analisar o efeito do trauma em

comunidades, grupos e nações para, então, oferecer treinamentos específicos para aqueles que queiram se aprofundar no assunto (THE CENTER FOR JUSTICE AND PEACEBUILDING, 2022).

O livro escrito por Caroline Yoder faz parte da iniciativa *Little Books of Justice and Peacebuilding* (2004-) organizada pelo Centro de Justiça e Construção da Paz, que tem como meta principal disponibilizar, de maneira acessível, vários livros escritos por especialistas a respeito de temas como justiça restaurativa, transformação de conflitos e construção da paz. Nesse sentido, *The Little Book of Trauma Healing* se mostra relevante para essa pesquisa, pois aborda todo o ciclo do trauma, incluindo o seu surgimento, as definições, as características e o modo como atua em suas vítimas. O livro realiza um apanhado crucial para entender como o evento traumático prejudica a vida das pessoas e o quão necessária é a busca pela cura do trauma para alcançar uma melhor qualidade de vida e uma possibilidade real de paz sustentável.

### 1.1.1 O ciclo do trauma

A palavra “trauma” é utilizada, como sugere Caroline Yoder (2005), para descrever reações que englobam tanto um dia estressante quanto um assassinato brutal. De fato, o trauma, assim como o estresse, aflige indivíduos física, emocional, cognitiva e comportamentalmente. Todavia, os eventos traumáticos se distinguem do estresse comum em função da sua duração e intensidade. Como exemplificação, é possível citar eventos que ofereçam ameaças às vidas ou corpos; que produzam terror e sentimentos de desamparo; que restrinjam a capacidade de um indivíduo ou grupo de enfrentar ou responder à ameaça; que cultivam uma sensação de perda de controle e que desafiam a sensação de uma pessoa de que a vida é significativa e tranquila.

Via de regra, o trauma representa qualquer experiência que envolve eventos repentinos e catastróficos<sup>2</sup>, cujas respostas a eles são reações descontroladas, repetitivas

---

<sup>2</sup> É válido frisar que na literatura do trauma há diversas definições para o termo. No contexto dessa pesquisa, a caracterização de ‘trauma’ associado a *eventos repentinos e catastróficos* faz sentido considerando o contexto pós-conflito e o genocídio de Ruanda. Todavia, o conceito aqui abordado não visa generalizar o trauma como algo que ocorre apenas diante de eventos grandiosos e trágicos. O trauma está relacionado a percepção individual, logo qualquer situação que prejudique a capacidade de um indivíduo de lidar e agir racionalmente e provoca medo e insegurança pode resultar em trauma. Portanto, a definição da palavra é bastante ampla e inclui eventos marcantes, como os citados acima, a exemplo de conflitos armados e violência direta; como também contextos e experiências crônicas ou repetitivas, a exemplo de violência

e intrusivas. Experiências que estejam além do conhecimento e compreensão comum e afetam destrutivamente a realidade (RESENDE; BUDRYTE, 2014). É válido lembrar que o trauma ocorre em um cenário em que há interações constantes entre os indivíduos e a sociedade. Desta maneira, as condições sociais e as experiências individuais podem, muitas vezes, causar ou alimentar o trauma. A violência estrutural, abordada por Galtung, também pode ser responsável por contribuir para esse quesito e por se expressar de diferentes maneiras como, por exemplo, quando há uma violência contínua da pobreza e do próprio sistema, impossibilitando que as pessoas atendam às suas necessidades básicas nos âmbitos da saúde e educação, e que, portanto, desenvolvam um possível trauma (YODER, 2005).

É comum que o trauma faça com que as pessoas se sintam traídas em suas expectativas sobre o mundo, pois a mente humana é incapaz de processá-lo do mesmo modo que processa um evento normal. É neste quesito que o trauma se torna um paradoxo, pois, consoante Erica Resende e Dovile Budryte (2014, p.02, tradução nossa):

O trauma é sentido, mas não compreendido; é memorizado e lembrado, mas não necessariamente vivenciado [...] se recusa a ser incorporado à normalidade, mas se perpetua na memória; é acionado em um momento específico no tempo, mas altera sua linearidade.

Assim, o trauma é visto como uma experiência que extingue as certezas e prejudica a compreensão de todas as verdades, pois muda drasticamente a concepção que uma pessoa tem do mundo e de si mesmo.

É possível dividir o trauma em duas categorias principais, sendo elas o trauma individual ou pessoal e o trauma coletivo ou social. O primeiro é concebido em relação à identidade psíquica pessoal e individual, enquanto o segundo se refere a eventos públicos, como as guerras e os genocídios. Embora desiguais, essas duas categorias compartilham semelhanças no quesito de um evento traumático não ser totalmente assimilado pelos indivíduos, ou seja, nos níveis individuais e coletivos o trauma é responsável por causar o mesmo efeito traumatizante na vida daquele que atinge (RESENDE; BUDRYTE, 2014).

---

doméstica, abuso, negligência. Em suma, essas definições atuam como diretrizes para guiar o que são eventos traumáticos, mas não permitem definir que é de fato traumático para toda pessoa que o vivencia, pois tal afirmação depende da experiência única de cada sobrevivente (GILLER, 1999).

Apesar dessa dissertação abordar em vários momentos o trauma individual, e mais especificamente o efeito que esse trauma possui em cada pessoa tanto emocionalmente quanto fisiologicamente, o seu foco prioritário é no trauma coletivo, pela tentativa de melhor entender como ele afeta a sociedade e um grande número de pessoas simultaneamente, a exemplo do trauma dos ruandeses após o genocídio de 1994. A atenção especial se direciona para essa abordagem, porém não ignora a importância de entender como o trauma afeta o indivíduo para em seguida influenciar toda uma comunidade.

Como frisa Gilad Hirschberger (2018), o trauma coletivo concerne as reações psicológicas que advém de um evento traumático que afeta toda a sociedade, a tragédia aqui é representada pela memória coletiva do grupo:

Por trauma individual me refiro a um golpe na *psique* que rompe as defesas de uma pessoa tão repentina e brutalmente que não se pode reagir a ele de modo efetivo... por trauma coletivo, por outro lado, me refiro aos golpes nos tecidos da vida social que danificam os laços que unem as pessoas e prejudicam o senso predominante de comunidade. O trauma coletivo abre um caminho lento até mesmo prejudicial na consciência daqueles que sofrem com ele, então... [é] uma percepção gradual de que a comunidade não existe mais como uma fonte efetiva de apoio e que uma parte importante do seu ser desapareceu. (ERIKSON, 1976, p. 153–154, tradução nossa *apud* HIRSCHBERGER, 2018, p.03).

O trauma coletivo é considerado destrutivo para indivíduos e grupos, pois afeta não só as vítimas diretas do trauma, como também a sociedade em sua totalidade. Tal qual o trauma individual que destrói visões de mundo sobre si mesmo, o coletivo modifica o modo como os sobreviventes percebem o mundo e entendem a relação entre grupos e comunidades. Este trauma coletivo também atinge a segunda e terceira gerações de sobreviventes. Em um nível pessoal, esses indivíduos apresentam taxas significativas de sofrimento psicológico e, socialmente, essas gerações exibem medo individual e coletivo, sentimentos de vulnerabilidade, orgulho nacional ferido, humilhação, crise de identidade, baixa predisposição para reagir e uma maior vigilância para novas ameaças (HIRSCHBERGER, 2018). Em síntese, o trauma coletivo atinge a sociedade de modo a prejudicar não só a geração diretamente afetada pelo evento traumático, bem como as gerações futuras que presenciaram o evento indiretamente.

Além das categorias principais de trauma, é válido destacar outras subcategorias mais particulares, como o trauma histórico, cultural e o induzido por participação. O trauma histórico é explicado por Caroline Yoder (2005, p.16) como “ferimento emocional

e psicológico cumulativo ao longo da vida e ao longo das gerações, este proveniente de um grande trauma em grupo”. Fazem parte dessa categoria a escravidão, o colonialismo, a perseguição e o genocídio. Existe também o trauma cultural que se instaura a partir de inúmeras tentativas de erradicar parte ou toda uma cultura de um povo, como os grupos nativos e indígenas ao redor do mundo. Ambos podem ser classificados na categoria de trauma coletivo.

Por fim, o trauma induzido por participação desenrola-se quando um indivíduo participa ativamente de uma violência, causando danos ou traumas a outras pessoas, motivado por atividades criminosas ou por ser forçado a cometer tal ato. Os efeitos traumáticos provocados pela agressão de outras pessoas, intencionalmente ou não, podem ser tão graves quanto a experiência das vítimas e dos sobreviventes do trauma. Logo, todo evento ou situação traumática sobrecarrega a capacidade de um indivíduo de enfrentar e responder às ameaças e afetam uma pessoa fisiologicamente (YODER, 2005). Este pertence ao grupo do trauma individual

As vítimas do trauma possuem maneiras diferentes de responder a ele, entretanto alguns padrões surgem. Começando com os efeitos fisiológicos, os hormônios do estresse inundam o corpo e as pessoas sentem choque e dor. Em seguida elas começam a se questionar e fazer perguntas como “Por que eu?”, em muitos casos sentindo vergonha e humilhação em relação à sua vitimização. À medida que começam a entender a violência pelo qual passaram, as pessoas podem ficar deprimidas ou desejarem vingança como uma forma de superar aquele passado doloroso (SCHIRCH, 2004). Essas consequências fisiológicas e emocionais do trauma são explicadas mais detalhadamente seguir.

Em condições normais, consoante Caroline Yoder (2005), as informações que chegam até um indivíduo são encaminhadas primeiro para o *córtex cerebral*, isto é, o cérebro racional, para, em seguida, dirigir-se a parte inferior do cérebro, formada pelo *sistema límbico*, considerado o cérebro emocional responsável pelo armazenamento de memória e pelo *tronco cerebral*, o cérebro instintivo encarregado de controlar as reações automáticas. Todavia, em situações de crise, a informação ultrapassa as partes racionais do cérebro e se encaminha diretamente para as amígdalas, órgãos responsáveis por registrarem o medo:

Este primeiro alarme de alerta no sistema límbico do cérebro desencadeia instantaneamente a liberação de uma cascata de substâncias químicas e hormônios do estresse. Isso ativa a resposta de lutar ou fugir no tronco cerebral e coloca o corpo em um estado de hiperexcitação com objetivo de salvar nossas

vidas. Há o aumento da frequência cardíaca, da respiração e também do metabolismo. O sangue corre para os músculos e outras partes do corpo para produzir força e energia extra. Funções desnecessárias para a sobrevivência, como digestão, são interrompidas. Em contraponto, aquelas necessárias para se manter vivo, como a visão, são aguçadas (YODER, 2005, p.21, tradução nossa).

A consequência de tal fato é o processamento e armazenamento das memórias de maneira não usual, pois elas se fragmentam produzindo, de um lado, imagens gráficas, e paradoxalmente, do outro lado, uma incapacidade de recordação. As partes do cérebro responsáveis por controlar a fala são desligados, e isso é refletido em expressões como “mudo de terror”. A excitação em resposta a uma ameaça é produzida para que o indivíduo possa fugir ou lutar para sobreviver e estas ações completam um ciclo fisiológico natural. Se o ciclo se completa é comum que a pessoa sinta uma sensação de alívio ou de triunfo, e em seguida, o corpo se acalma e retorna ao seu estado de repouso. Em contraponto, quando é impossível lutar ou fugir, e o indivíduo é tomado pelo terror e pelo desespero, o corpo pode ficar completamente paralisado e a pessoa é incapaz de pensar, de se mover ou até mesmo de falar (YODER, 2005).

O principal problema dessa paralisação, conforme Yoder (2005), é que o corpo aprisiona a intensa energia do trauma no sistema nervoso. O ideal seria que esta energia fosse descarregada ao longo dos dias ou das semanas seguidas ao episódio, porque a energia armazenada pode produzir, posteriormente, reações comuns ao trauma que englobam sons, visões e cheiros que causam um colapso na linearidade do tempo, fazendo com que a memória do trauma volte vívida e espontaneamente aos indivíduos. O retorno do trauma é conhecido como memórias intrusivas, e o corpo reage como se aquele evento passado estivesse acontecendo no presente. Muitos sobreviventes procuram evitar estes gatilhos advindos dos eventos traumáticos e, em alguns casos, quando não conseguem, acabam tirando a própria vida.

Realisticamente, para que os seres humanos vivam como seres emocionalmente inteligentes, todas as partes do cérebro devem funcionar e trabalhar perfeitamente. Todavia, os neurocientistas acreditam que o trauma prejudica o funcionamento do córtex orbitofrontal, deixando os indivíduos suscetíveis apenas à parte inferior do cérebro e isso que faz com que o pensamento racional seja “sequestrado”. Sem essa integração da parte racional e pensante do cérebro, as pessoas experimentam emoções intensas, reações



impulsivas e também respostas rígidas e repetitivas, prejudicando a capacidade de autorreflexão e de empatia pelo outro (YODER, 2005).

O trauma cria a preocupação urgente pela restauração das vidas das vítimas através da resolução de suas principais carências (também chamadas necessidades de justiça) que incluem segurança; informação e respostas; a possibilidade de contar suas histórias e contar a verdade; empoderamento; vindicação e restituição (YODER, 2005). No entanto, entre todas as reivindicações das vítimas do trauma, a mais urgente, e talvez a mais importante, seja a demanda por proteção, seja ela física, emocional ou espiritual. Esses elementos são fundamentais para evitar a recorrência da violência

Caroline Yoder (2005) corrobora a função essencial do empoderamento neste processo, pois o trauma retira a vítima do seu senso de poder e controle e os substitui por humilhação e vergonha. Logo, o empoderamento é essencial para criar e fortalecer o sentimento de dignidade e autonomia pessoal no indivíduo. Em complemento, a reivindicação também possui relevância, pois as vítimas precisam saber que elas não têm culpa pelo o que aconteceu e que outra pessoa está assumindo a responsabilidade. Em algumas situações, esses avanços no processo da cura podem ser mediados perante um pedido de desculpas ou por uma restituição, embora as perdas sejam irreparáveis, as vítimas, em vários instantes, necessitam de alguma forma de declaração ou reparação.

Um dos traumas apontados como mais desafiantes para as suas vítimas são aqueles causados propositalmente por outras pessoas, nos quais a crueldade do ato e das ações afetam diferentemente os indivíduos. Este cenário resulta em uma certa quantidade de contra-ataques por parte das vítimas, ataques esses que em diversos momentos iniciam ciclos de violência, pois é comum que as pessoas lidem com a situação através do medo, raiva, impotência, humilhação e por meio do desejo de vingança (YODER, 2005). Tendo como base essa realidade, o entendimento do ciclo do trauma não é tratado como peça fundamental nessa equação.

#### **1.1.1.1 O ciclo do trauma não-curado**

Uma consequência comum em casos de traumas não curados é o transtorno de estresse pós-traumático (PTSD, acrônimo em inglês), diagnóstico que médicos e profissionais da saúde mental dão a indivíduos que sofrem com reações e sintomas graves do trauma por mais de um mês. Os sintomas deste transtorno abrangem o ato de reviver

persistentemente o evento traumático, a anulação de estímulos associados ao evento, entorpecimento da vítima e de sua capacidade de resposta geral e também o aumento da hiperexcitação do cérebro, caracterizado pelo corpo em um constante estado de alerta (YODER, 2005).

Outra consequência são os comportamentos de reconstituição caracterizados por Caroline Yoder (2005) como sinais não curados de angústia e trauma. Estes comportamentos se manifestam de duas formas pela atuação interna, quando o indivíduo direciona a energia do trauma contra si mesmo; e pela atuação externa, quando essa energia é direcionada a outros. Logo, os efeitos de um trauma não curado são expressos mediante detalhes, como um cheiro, gesto, tom de voz ou interação social e podem desencadear tanto uma reação inoportuna quanto uma memória não desejada que ativa a parte inferior do cérebro e inibe a parte racional e pensante. Os exemplos mais comuns dessa categoria de comportamento abrangem abuso de substâncias, automutilação, depressão, ansiedade, doenças físicas, suicídio, abuso doméstico e infantil, atividade criminosa, comportamentos agressivos, conflitos repetitivos e guerra (YODER, 2005).

Em relação ao trauma coletivo uma das principais consequências, como já delineado brevemente, é o trauma transgeracional. O trauma coletivo resulta em uma memória coletiva do trauma que tende a se diferir da memória individual, pois a primeira persiste e existe para além da vida dos sobreviventes diretos dos eventos traumáticos, portanto é lembrada por membros que estão distantes dos eventos tanto em tempo quanto em espaço. Isso resulta em gerações subsequentes daquelas dos sobreviventes do trauma, que nunca testemunharam os eventos traumáticos diretamente, lembrando dos efeitos de maneira diferente e repassando essa experiência para as próximas gerações (HIRSCHBERGER, 2018).

Uma das funções prioritárias da memória coletiva é criar e manter uma identidade social, assim promove a construção de uma identidade em grupo e a criação de um senso de valor. Contudo, o trauma coletivo pode ameaçar essa identidade coletiva à medida que aumenta as perguntas a respeito do significado e existência do grupo e também indaga sobre as crenças e lealdade das vítimas e perpetradores. O trauma pode também prejudicar o senso de significado das pessoas, as expondo a lados mais sombrios da natureza humana e as impedindo de estabelecer um significado ou uma razão para se conectar com as pessoas e com a sociedade na qual pertence (HIRSCHBERGER, 2018).

Para além das principais consequências, frequentemente surgem duas narrativas provenientes de traumas não curados: bom *versus* mau e a violência como redenção. A narrativa do bom *versus* mau ocorre quando os indivíduos estão em um estado de hiperexcitação e hiper alerta e acabam por adotar a ideia de bem contra o mau sem nem mesmo perceber. Essas narrativas são utilizadas como uma forma de tentar entender o que aconteceu e de fornecer uma sensação de justificativa. Tal fato faz com o que o lado “bom” projete as suas características indesejadas no inimigo que não possui, de acordo com estes, nenhuma bondade humana. Logo, o ato de projetar o mau no outro desvia a atenção das próprias problemáticas do lado “bom” e isenta qualquer contribuição que esse grupo possa ter tido para com o conflito. Por outro lado, a narrativa da violência como redenção afirma que a violência deve ser usada como uma forma de superar a própria violência, e aqui a prática violenta surge como uma ferramenta para manter as pessoas seguras, livres e cheias de orgulho e honra (YODER, 2005).

Nas últimas seções, trabalhou-se com a questão do trauma e suas características, e os efeitos e consequências desse trauma não curado para os indivíduos. Em seguida, será abordado a importância da cura do trauma, e qual jornada e caminho devem ser efetuados para que as pessoas alcancem um estado de segurança e cura.

### **1.1.2 O caminho em direção a cura do trauma**

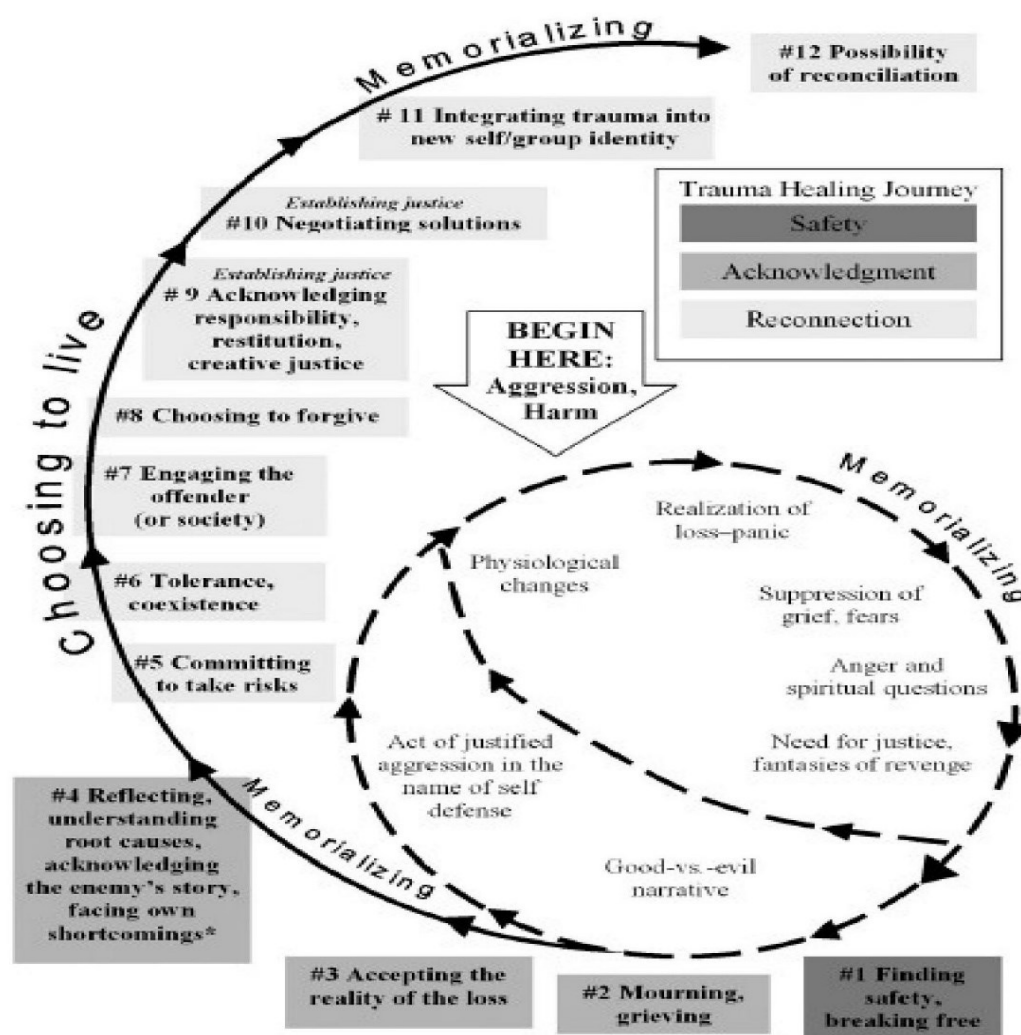
A cura significa “aprender a viver consigo mesmo e ser capaz de viver com dignidade” (PARENT, 2011, p.380). Sem a cura, afirma Geneviève Parent (2011), a capacidade das comunidades pós-conflito de construírem a paz se torna enfraquecida e muitas vezes ameaçada. Todavia, o caminho em direção à cura do trauma não é simples e pode demorar semanas, meses e até anos para ser concluído, caracterizado por um processo longo, complexo e não linear, significando que nem todas as pessoas vivenciarão as etapas de uma jornada para a cura em ordem cronológica e tampouco seguirão todas as etapas. Além disso, a cura não representa um resultado absoluto, dado que o caminho em direção a ela difere de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo e de comunidade para comunidade. Como esse processo circunda indivíduos específicos e a sua saúde mental, física e emocional, pode ocorrer divergências entre eles, porém é incontestável que todos precisam se curar do trauma de modo a conseguirem alcançar uma vida minimamente normal e, logo, estabelecer uma paz sustentável.

Sociedades que possuem um histórico de trauma se encontram em um constante processo de construção e reconstrução do significado desse trauma, pois necessitam compreender o passado assim como entender e dar sentido ao presente. Portanto, o que precisa ser curado é a multiplicidade de respostas individuais, políticas, sociais e culturais a uma situação traumática, ou seja, o trauma não é apenas um problema de saúde e sim um problema sociopolítico e cultural (CLANCY; HAMBER, 2008; HIRSCHBERGER, 2018).

Mesmo com algumas tendências dissonantes dentro desse processo de cura, foi instaurado um modelo denominado “Jornada para a cura do trauma”, que indica as fases essenciais que uma pessoa deve vivenciar para curar o seu trauma. Este modelo foi criado por Olga Botcharova em 1998 e em 2002 foi adaptado pelo Centro de Justiça e Construção da Paz. Originalmente, esse modelo foi desenhado para auxiliar em diversos eventos traumáticos, sobretudo na cura em resposta à violência humana.

Nem todas as intervenções e projetos práticos arquitetados para curar o trauma irão seguir este modelo de forma integral, às vezes eles consideram apenas alguns desses elementos. O modelo abaixo auxilia na compreensão sobre o processo que a vítima deve seguir para que se encontre curada e em segurança. Esse esquema não deve ser tomado como verdade e como a única opção viável nas intervenções de cura, o seu papel aqui é apenas de conduzir no entendimento da complexidade a fragilidade que envolvem o processo de cura.

Figura 1. Jornada para a cura do trauma: quebrando ciclos



Fonte: Extraído de Yoder (2005, p.44).

No que tange o modelo acima, verificam-se duas linhas: as linhas tracejadas e as linhas contínuas. As linhas tracejadas sugerem o início do processo de trauma, quando o indivíduo começa a memorizar e fixar todos os eventos traumáticos pelo qual passou. É também neste momento que a vítima vivencia diversas ações e sentimentos já observados anteriormente, como perda, pânico, luto, medo, raiva, necessidade de justiça ou vingança, narrativa do bom *versus* mau, atos de violência realizados em nome da autodefesa, e mudanças fisiológicas. Mesmo que seja um período árduo, essa ainda é uma etapa inicial e, por esse motivo, é possível quebrar e se libertar desses ciclos a qualquer momento (YODER, 2005).

Por outro lado, as linhas contínuas representam o círculo externo e revelam que a vítima já memorizou os eventos traumáticos pelo qual passou, significando uma maior

dificuldade na quebra do ciclo. Ela indica a jornada para atingir a cura, e essa jornada inclui três fases — a segurança, o reconhecimento e a reconexão —, e todas elas são compostas de uma ou várias subseções. As pequenas setas nessas linhas não indicam que o processo é linear, pois ele não é. Elas apenas ilustram uma facilidade de referência e de entendimento, dado que nesse processo existe o momento no qual a vítima escolhe viver e também memorizar o que aconteceu em sua vida, porém de uma maneira saudável e positiva. Por fim, o formato de caracol do modelo é apenas metafórico e revela que essa jornada de cura pode levar meses, anos, e na pior das hipóteses, até décadas (YODER, 2005).

A primeira fase dessa jornada é a segurança, cuja única subseção é “encontrar a segurança e se libertar”. A segurança, explica Caroline Yoder (2005), é fundamental para a cura do trauma e a melhor forma de lutar contra a ameaça e o medo, porque ela é vista como uma pré-condição para a cura, significando que só é possível existir a cura se o indivíduo se sentir seguro. Alguns dos fatores que auxiliam o cultivo e a criação de um ambiente de segurança incluem aprender alternativas viáveis, não violentas e não passivas à ameaça; apoio social em relação à situação de trauma; líderes positivos; vontade de ir além da vitimização ou da violência; e compreensão do ciclo do trauma como meio de se libertar dele.

O estabelecimento da segurança dos sobreviventes tem precedência sobre diversas outras necessidades, pois temas como memória, luto, conexões sociais e rotinas diárias não podem acontecer se a segurança não existir. Ela se inicia com o controle do próprio corpo e a seguir parte em direção ao âmbito social. Este controle inicial abarca satisfazer as necessidades básicas de saúde e regular as funções corporais como comer e dormir. Assim que o corpo está no comando, a vítima necessita de um ambiente ou refúgio seguro, para se sentir segura e restabelecer contato com a esfera social. Compreende-se então que estabelecer segurança diz respeito tanto a segurança emocional quanto a prática (PARENT, 2011).

A segunda fase do processo de cura do trauma, o reconhecimento, está dividida em três subseções: “o luto; a aceitação da realidade da perda; e a reflexão, entendimento e reconhecimento da história do outro.” O luto saudável é essencial para o encontro da cura e para a quebra dos ciclos do trauma, é uma das chaves fulcrais para a cura do trauma, pois permite que o indivíduo se liberte da imobilidade, do entorpecimento do corpo e da supressão de sentimentos que advém com a dor insuportável. O luto descongela o corpo,

a mente e o espírito a fim de que a pessoa pense de modo mais criativo e siga em frente (YODER, 2005).

O reconhecimento e o ato de contar a sua história ajudam a acabar com o isolamento, o silêncio, o medo, a vergonha e o horror, além de permitir que a vítima se livre da tristeza. O reconhecimento subsequente ao luto auxilia as pessoas a aceitarem que a vida nunca mais será a mesma e também contribui para que o indivíduo admita e entenda todos os sentimentos gerados pela incerteza. Caso esses dois processos não aconteçam, as vítimas ficam suscetíveis a gatilhos que podem as levar de volta para ciclos de violência, já quando passam por essas etapas elas podem atingir um crescimento e desenvolvimento pessoal (YODER, 2005).

A terceira subseção diz respeito às ações de “refletir, entender e reconhecer que o outro tem uma história” e essas atitudes são necessárias para que a vítima consiga restaurar a sua capacidade de pensar racionalmente mediante questões como “Por que eles? Por que eles fizeram isso e por que fizeram isso conosco?”. Estas indagações abrem espaço para compreender as raízes da violência e também o outro, o inimigo, que possui uma história própria. A meditação sobre essas e outras questões exige que as vítimas desafiem e repensem as suas próprias crenças e convicções para ponderarem sobre a sua própria história. O lado negativo é que esse processo pode levar meses ou anos, porém, à medida que ele acontece e a vítima aprende mais sobre o outro, os sentimentos como raiva e ódio são substituídos pela compreensão e compaixão que auxiliarão no processo da cura (YODER, 2005).

Por último, a terceira fase da jornada em direção à cura do trauma é a reconexão. Essa é provavelmente a fase menos linear de todas elas. O processo progride e regride à medida que os sobreviventes enfrentam problemas novos e antigos, alguns argumentam que as vítimas não podem se recuperar por completo das atrocidades pelas qual passaram. Todavia, mesmo que não haja um encerramento completo, essa fase permite que os indivíduos aceitem seu passado violento e alcancem um bem-estar suficientemente bom e pacífico (PARENT, 2011).

Essa fase possui oito subseções, às três primeiras correspondem à postura de: “assumir riscos”, “tolerância e coexistência” e “engajamento com a sociedade”. Yoder (2005) assevera que quando a vítima compreende melhor sua história, ela tem uma maior consciência sobre a sua conexão e sobre sua interdependência para com outros seres

humanos e para com a sua nação. Essa consciência é necessária, pois ela abre espaço para que a vítima tenha contato com o outro e esses encontros são saudáveis entre as partes, uma vez que auxiliam a diminuir o trauma e o desamparo da vítima, e transforma a maneira pela qual a vítima responde a fatores estressantes, fortalecendo assim sentimentos de controle e conexão. Esses encontros e conexões ajudam a criar um senso conjunto de responsabilidade social, a fim de remodelar o futuro e restaurar a harmonia em um nível pessoal, comunitário, emocional, social e espiritual.

A quarta subseção se refere a “escolher perdoar”. O perdão é importante uma vez ele libera a vítima da sensação de amargura. Contudo perdoar não quer dizer necessariamente desistir de buscar justiça, significa apenas que a vítima irá abdicar dos ciclos de vingança e de violência para buscar uma justiça que seja restauradora para ela e para os agressores, esse é o primeiro passo para estabelecer as bases da reconciliação. O perdão pode envolver também alguma forma de restituição, quando os indivíduos se conscientizam de que eles prejudicaram outras pessoas e buscam assumir a responsabilidade pelos seus erros. Nesse sentido, essa ideia prepara as pessoas para viver em um futuro diferente do passado, além de criar e fortalecer uma consciência individual e coletiva (YODER, 2005).

A quinta e a sexta subseções são relativas à busca pela justiça e abarcam o “reconhecimento, responsabilidade, restituição e justiça criativa” e a “negociação por soluções”. Com base no livro de Yoder (2005), a justiça aconteceria quando os infratores admitissem a sua culpa e se desculpassem publicamente, oferecendo compensações e a garantia da não reincidência do erro, contudo não é assim.

Quando se trata do tema da justiça, a suposição existente é a de que ela restaurará na vítima um senso de normalidade e ajudará a aliviar a dor, todavia na maioria das vezes isso não acontece. O que Yoder (2005) quer salientar é que as necessidades do trauma e da violência são muito complexas para a abordagem da justiça criminal, esse sistema desempenha um papel preponderante, mas não consegue ser efetivo no que tange às carências das vítimas do trauma. Isso ocorre, porque em muitos momentos, essa categoria de justiça apenas pune os infratores em vez de fazer com que eles entendam e assumam a responsabilidade pelos seus erros, ela também é responsável em muitos momentos por exacerbar conflitos e feridas ao invés de curá-los.



Com base nas críticas feitas à justiça criminal, a autora oferece quatro perspectivas de justiça que auxiliam às vítimas do trauma no lugar da justiça tradicional, são elas: justiça restaurativa, transformativa, transicional e criativa:

A **justiça restaurativa** se concentra nos danos causados e oferece uma compreensão da justiça baseada nas necessidades e obrigações de todos os envolvidos [...] A busca por justiça exige que olhemos para além dos atos individuais e para o âmbito sistêmico. A **justiça transformativa** pergunta: Quais circunstâncias e estruturas permitiram ou encorajaram isso? Quais semelhanças estruturais existem entre este e outros atos ou incidentes semelhantes? Quais medidas podem ser tomadas para mudar essas estruturas e circunstâncias a fim de reduzir ocorrências futuras? A resolução, então, envolve trabalhar para mudar sistemas sociais e políticos mais amplos de modo a ajudar a prevenir a recorrência do dano [...] A **justiça transicional** é uma forma de ajudar as sociedades que passaram por regimes repressivos ou conflitos armados a encontrar formas de responsabilizar os responsáveis por atrocidades em massa ou abusos dos direitos humanos [...] A **justiça criativa** pode ser abordada por meio de atos simbólicos, por meio da justiça criativa, da energia, e do futuro e os presentes não são reféns da injustiça traumática ou de um resultado de uma decisão judicial (YODER, 2005, p. 58-60, tradução nossa).

Assim, a finalidade dessas justiças é atuar nas esferas nas quais a justiça criminal falha. Idealmente, essas justiças devem permitir que as vítimas avancem em direção a um futuro sustentável e garantam a segurança humana e dignidade a todas as partes.

Por fim, as últimas subseções da fase de reconexão concernem à “integração do trauma a uma nova identidade de grupo” e à “possibilidade de reconciliação”. A transformação do trauma em uma espécie de esperança para o outro e uma forma de superar a vitimização e a violência é um longo processo que inclui um constante trabalho nas dimensões emocionais, intelectuais, física e espirituais. Por isso, o processo de reconciliação é necessário, pois ele não é um evento ou algo que acontece em um momento específico, mas um resultado de uma longa jornada em direção à cura do trauma, quando ocorre a reconciliação, nota-se uma transformação na vida das vítimas, dos inimigos e dos ofensores. O trauma e o sofrimento não são ignorados, são melhor compreendidos de modo a serem integrados em uma nova identidade individual e coletiva (YODER, 2005).

Esse processo de cura é importante, pois auxilia as vítimas a tomarem medidas construtivas para evitar que elas mesmas e outras pessoas sofram mais com seus traumas. Em síntese, a cura depende em grande parte da construção de relacionamentos e da reconexão das pessoas com sua própria identidade, com outras pessoas, com o ambiente e sua dimensão espiritual e emocional. A cura é significativa para descarregar os efeitos

fisiológicos do trauma e em alguns momentos a formação de uma comunidade de sobreviventes representa um alívio e um passo em direção a um futuro melhor (SCHIRCH, 2004).

Após expor os vários ciclos e características do trauma nessa seção, as próximas páginas visam, então, analisar e apresentar conceitos intrínsecos a este processo, como a justiça de transição, a reconciliação, e a maneira como são vistos o trauma e a cura no processo de construção da paz.

### **1.1.2.1 Justiça de Transição**

Como apontado anteriormente, um dos elementos que compõem a jornada em direção a cura do trauma é a justiça, porém não somente a justiça criminal e sim aquelas criativas que vão além do aparato tradicional. Posto isso, essa subseção tende a apresentar e falar mais especificamente sobre uma categoria específica que está diretamente ligada à cura do trauma e ao processo de construção da paz: a justiça de transição.

A justiça de transição é uma abordagem utilizada em violações sistemáticas de direitos humanos, e fornece reparação às vítimas e também cria ou desenvolve melhores oportunidades para a transformação de sistemas políticos, conflitos e outros fatores que contribuem para os abusos de direitos. Também pode ser vista como uma justiça associada a períodos de mudança política, como um movimento de mudança de regimes repressivos para sociedades democráticas. A transição acontece quando os países se recuperam daquele período de instabilidade e violência, é um conceito que reflete uma ampla compreensão da justiça (UNITED NATIONS, 2008; JOON KIM, 2014).

A concepção de justiça transicional reconhece, consoante Hun Joon Kim (2014), dois objetivos ao lidar com um legado de abuso sistemático de direitos humanos. O primeiro é obter algum nível de justiça para as vítimas, e o segundo diz respeito a reforçar as possibilidades de paz, democracia e reconciliação. Portanto, para atingir esses fins, a justiça de transição combina elementos da justiça criminal, restaurativa e social. Ela não é uma forma especial de justiça, é apenas uma justiça adaptada as condições únicas das sociedades.

Essa justiça surgiu do reconhecimento de que para lidar com grandes violações dos direitos humanos é necessária uma abordagem voltada para o passado e para o futuro,

isto é, que auxilie as vítimas e que também evite futuras vitimizações. Assim, seu papel é proporcionar uma abordagem holística que não exclua, por exemplo, a utilização de justiça criminal para os casos mais graves e nem a implementação de outras medidas que possam contribuir para a reparação (JOON KIM, 2014).

Em muitos casos as medidas de justiça de transição incluem pelo menos um dos quatro entendimentos de justiça, a retributiva, a interpretativa, a distributiva e a retificadora. A retribuição é vista como o entendimento mais tradicional de justiça, incluindo atividades judiciais como punições e processos criminais para perpetradores. O entendimento interpretativo diz respeito a reescrita de novas narrativas em documentos oficiais, de modo a não distorcer e suprimir fatos históricos importantes; já a distribuição se refere as atividades econômicas e inclui reparações e compensações a vítimas. Por fim, a retificação é entendida como a restauração de um *status* político e social das vítimas através de restituição ou reabilitação (JOON KIM, 2014).

As atividades e intervenções práticas dessa abordagem de justiça abarcam os *processos criminais*, isto é, as investigações judiciais dos responsáveis pelas violações dos direitos humanos. As *comissões da verdade*, estabelecidas e autorizadas pelos Estados, possuindo como meta principal investigar e relatar os principais períodos de abusos e realizar recomendações para impedir sua recorrência. Os *programas de reparação*, iniciativas dos Estados que visam reparar as consequências materiais e morais dos abusos sofridos pelas vítimas, distribuindo inúmeros benefícios materiais e simbólicos. Por fim, a *memorialização*, incluindo museus e memoriais que buscam preservar a memória pública das vítimas e aumentar a consciência moral da sociedade quanto aos abusos (UNITED NATIONS, 2008).

Por fim, se reforça a importância da justiça transicional para o processo em direção a cura do trauma, com ela as vítimas veem os perpetradores sendo punidos ou se arrependendo pelos seus erros e conseguem também, por apoio e reparação, focarem em seu futuro e em novas possibilidades para a sua vida. É uma abordagem que preza pelos direitos humanos, pela dignidade, pelas vítimas e pela comunidade, apresentando instrumentos para que a sociedade se encaminhe para um futuro saudável e pacífico. Por tais motivos é apropriado não menosprezar seus resultados, pois estes, em conjunto com as outras fases e iniciativas já apresentadas, auxiliam na cura do trauma e também no processo de construção da paz.

### 1.1.3 A possibilidade de cura e reconciliação

A seção anterior ocupou-se sobre os temas do trauma não curado e a jornada em direção à cura do trauma. Agora se faz relevante examinar mais a cura e a sua forte relação com o tema da reconciliação, uma vez que essas três ideias — trauma, cura e reconciliação — andam juntas. Por este motivo é importante entender as suas definições e como os fenômenos se conectam a fim de formar um único processo.

A palavra “curar” significa “tornar alguém completo”, e a cura é definida como um processo de uma pessoa em direção a uma personalidade crescente e mais ampla. Tornar-se completo quer dizer estar em relação consigo mesmo, com o seu corpo, com sua cultura e também com as pessoas ao seu redor. No que tange ao âmbito psicológico, é possível citar a cura emocional — estreitamente relacionada aos eventos traumáticos — descrita como o abandono de tudo que não conduz a um ambiente emocional positivo, incluindo o medo, o desejo, a raiva, o ressentimento e a culpa. No entanto, quando se trata de feridas psicológicas é quase impossível efetuar previsões sobre quanto tempo levará até que a cura seja alcançada, pois não existe uma fórmula única que funcione para todos os indivíduos (NEVER AGAIN RWANDA, 2015). É por essa razão e pela dificuldade de mensurar e de curar feridas psicológicas, que a cura do trauma se apresenta como um processo tão complexo e longo.

Em situações de trauma coletivo, a cura societal é a categoria prioritária, vista como um componente considerável de reconstrução sociopolítica, pois ajuda a promover um futuro mais pacífico após o conflito violento. A cura societal se revela como um processo pelo qual os indivíduos e a sociedade se tornam saudáveis novamente após um evento ou série de eventos traumáticos de extrema violência:

A reconstrução social envolve reconstruir as interações humanas que possibilitam que uma sociedade funcione. Isso envolve a cura de feridas psicológicas e sociais nos indivíduos e na sociedade. A cura psicossocial é um processo para promover a saúde psicológica e social de indivíduos, famílias e grupos comunitários [...] deve abranger a reconstrução física, psicológica, social, espiritual e política (NEVER AGAIN RWANDA, 2015, p.08, tradução nossa).

A cura societal é tão necessária quanto a cura individual, porém ela exige muito mais tempo para ser alcançada, porque esse processo abarca a cura de muitas pessoas expostas a um evento traumático. Ademais, engloba também a cura das gerações que nasceram após aquele evento, como aqueles que herdaram as feridas de seus pais ou avós.

É uma cura que se ancora no campo social, cultural e médico e compreende não apenas uma cura psicológica, mas também uma restauração das relações interpessoais da comunidade. Configura-se um processo significativo, visto que ajuda na reconstrução da confiança, promoção da tolerância às diferenças e também ajuda a construir um senso de comunidade nos indivíduos, processo prioritário para curar a sociedade em sua totalidade (NEVER AGAIN RWANDA, 2015).

É delicado lidar com questões que envolvam violência, vitimização e perdas profundas, pois são temas que geralmente surgem de situações de guerra, crime, assédio ou abuso sexual, representando danos e prejuízos entre as relações dos indivíduos. As pessoas experimentam dor profunda, turbulência e perda e, como uma forma de responder a esses sentimentos, elas tendem a construir camadas de proteção e isolamento, em muitos casos como uma forma de lidar internamente com a dor e a angústia que os afligem. São nestes momentos, de reconstrução de relacionamentos e de obstrução das camadas de isolamento, que o processo de reconciliação deve acontecer (LEDERACH, 1997).

A reconciliação é entendida como um processo que visa reestabelecer as relações entre os indivíduos, grupos e sociedades e é lograda quando a sociedade supera o passado cindido pelo conflito e se direciona a um futuro compartilhado, a partir de um processo gradual cujo foco principal é a reconstrução das interações sociais para que as sociedades tenham a oportunidade de operar normalmente. A reconciliação lida com os resquícios do conflito e do trauma, ressignificando aqueles eventos que trouxeram dor e sofrimento a várias pessoas. Essa etapa vai além das cicatrizes físicas e dos sentimentos de medo e de raiva, e acompanham o trauma e o sofrimento (HUTCHISON; BLEIKER, 2013; NEVER AGAIN RWANDA, 2015).

Em comparação, os processos de cura operam em uma escala menor, nos níveis individuais, interpessoais e comunitários. A reconciliação é um processo de construção de relacionamento, enquanto a cura visa a diminuição do sofrimento das vítimas. O objetivo da cura continua sendo a redução do sofrimento ao nível individual e comunitário, porém, quando é preciso realizar o processo no nível da sociedade, a cura se sobrepõe ao conceito de reconciliação. Ambos os conceitos são mutuamente dependentes entre si, pois as iniciativas de cura precisam fazer parte de processos mais amplos de reconciliação e de reconstrução (NEVER AGAIN RWANDA, 2015). Evidencia-se também que a cura e a reconciliação compartilham dimensões que se sobrepõem e existem simultaneamente uma à outra, como, a necessidade de segurança ou

paz; a busca pela verdade; a construção de novos relacionamentos; empatia e consideração para com o outro; misericórdia; perdão e justiça (PARENT, 2011).

Charles Vicencio (2004) alerta que a reconciliação é, concomitantemente, um processo e uma meta e que ela não é intuitiva e nem fácil. Na mais frágil das circunstâncias, a reconciliação reúne adversários para criar um ambiente comum em meio ao conflito e à amargura, essas categorias de esforços demandam muito tempo e são bastante dolorosas, por a reconciliação ser uma atividade que pode ser guiada, mas não direcionada. Visando unir as divisões profundas da sociedade, a reconciliação cultiva uma noção holística de justiça que enfatiza a responsabilidade pelos erros do passado e também a necessidade de uma coexistência pacífica.

Em síntese, a reconciliação não visa a paz ou a estabilidade completa, ela é um processo sociopolítico cujo objetivo é fazer com que as partes reconheçam os sofrimentos uma das outras, ou seja, as partes antagonistas devem prezar pela construção de uma confiança individual e coletiva, assim como fortalecimento de atitudes e comportamentos (PARENT, 2011). O ideal da reconciliação pode englobar vários elementos, e um destes é o processo de justiça, a premissa da justiça é a superação da violência passada e a garantia de uma equidade para o futuro, os dois conceitos são inerentemente conectados, principalmente em sociedades emergentes de conflito violento. Ademais, a concepção de reconciliar vítimas e perpetradores de graves violações dos direitos humanos na ausência de justiça é totalmente irrealista. Precisa-se de um entendimento amplo da justiça de modo a incluir opções realistas para o desenvolvimento da confiança entre as partes e para a criação de uma cultura dos direitos humanos (VICENCIO, 2004).

Por conta da baixa probabilidade de uma pessoa ou um grupo se reconciliar verdadeiramente com todas as outras pessoas da sociedade, a reconciliação não é considerada uma solução imediata ou rápida para todos os problemas. Pelo contrário, a reconciliação é vista como a vontade de trabalhar em conjunto com seus inimigos e adversários para serem encontradas soluções para os obstáculos que ainda existem (VICENCIO, 2004). Se reconciliar significa criar uma confiança entre as partes, cultivar a vontade de falar e a capacidade de ouvir e também se colocar à disposição para assumir os riscos necessários, pois segundo Vicencio (2004, p.6): “A reconciliação não pode ser imposta. Leva tempo. Quando batalhas passadas são transmitidas de uma geração a outra, uma vida inteira pode não ser longa o suficiente”.

Primordialmente, a reconciliação é sobre comunicação, concerne à escuta cuidadosa e à manutenção de conversas profundas em todos os níveis da sociedade. Ela tende a criar espaços para que os indivíduos e as comunidades ouçam uns aos outros, começando primeiramente pelo trabalho mais difícil, a compreensão. A conversa pode ser em muitos momentos argumentativa e ser atravessada por desacordos, contudo, mesmo perante as adversidades a comunicação ainda é uma alternativa à violência e um meio de solucionar problemas aparentemente intratáveis. Outro elemento importante da reconciliação é o reconhecimento do que ocorreu, a constatação, por vezes é mais importante do que o conhecimento dos fatos (VICENCIO, 2004).

Para John Paul Lederach (1997) existem três principais estruturas que concernem a reconciliação: do passado ao presente ao futuro, do presente ao futuro ao passado e do futuro ao presente ao passado. A *primeira abordagem* acredita ser necessário olhar para o passado para poder se direcionar ao futuro. A reconciliação e o tempo estão interligados, e essa ligação ocorre através de três elementos: a formação de uma comissão da verdade, o estabelecimento de programas de anistia e a paz negociada. Uma comissão da verdade tem como meta investigar o que aconteceu em um evento violento, ela não é responsável por fornecer justiça ou estabelecer algum julgamento, ou sentença, e sim criar um espaço para o reconhecimento público e social das injustiças, é uma comissão orientada para o passado e para o reconhecimento público. Já o propósito da anistia e da paz negociada é se direcionarem para além do ciclo conhecido de ódio e vingança, o ideal é o que passado seja reconhecido, mas que a vida recomece no presente, o objetivo é evitar a renovação da violência, proporcionar uma vida nova aos indivíduos e atingir a cura.

A *segunda abordagem* responde à questão de como fazer com que a sociedade se transforme e atinja um processo saudável de reconciliação. Aqui, o tempo é entendido diferentemente, e a necessidade comum dos sobreviventes cria uma interdependência no presente, logo a ideia é que as pessoas se concentrem no presente para poderem avançar em direção a um futuro saudável para si e suas famílias. Neste contexto, olhar para o passado é sinônimo de dor e luta, e como uma alternativa a isso as pessoas desenvolveram um relacionamento com base em suas necessidades imediatas comuns, isto é, o presente oferece a possibilidade para um novo relacionamento e um novo começo em um futuro emergente (LEDERACH, 1997).

A *terceira e última abordagem* acredita que o futuro e a esperança comum fornecem um espaço pelo qual as pessoas podem se relacionar e trabalhar juntas no

presente. Debater sobre o futuro e sobre o que cada um deseja, proporciona um maior senso de comunidade e um menor antagonismo em comparação a falar sobre os erros do passado, desse modo refletir sobre o futuro cria possibilidades para uma interação construtiva, o que não ocorreria caso o foco fosse ao passado. Nesta circunstância, há o peso da responsabilidade em querer prevenir futuras vitimizações e sofrimento, motivando uma pessoa a se engajar contra a injustiça; O desejo de evitar que os outros experimentem o trauma que um indivíduo já vivenciou, também responsável por os ajudar a lidar com o presente (LEDERACH, 1997).

O que Lederach demonstra por meio dessas abordagens é que a reconciliação não precisa ser efetuada apenas de um modo específico. Existem diversas formas de realizar esse processo político-social, e é importante entender qual a melhor conduta para cada indivíduo de modo a gerar os melhores resultados.

Assim, a reconciliação é um longo processo que leva tempo e envolve lidar com o passado e, de acordo com Charles Vicencio (2004), é uma jornada que implica luto, compreensão, cura, reconhecimento e reparação. A reconciliação começa quando as pessoas, que estão em desacordo umas com as outras, aprendem a lidar com os seus conflitos de maneira humana. Essa é a esperança desse processo: que o indivíduo se engaje com outras pessoas, sendo elas desconhecidas ou inimigas. A reconciliação exige que os indivíduos pensem e trabalhem além do individual e em direção a um futuro coletivo. É uma forma de reconexão com o mundo.

Após apresentar as definições e conceitos essenciais ao entendimento do trauma, é importante discutir a construção da paz, ou *peacebuilding*. Esta temática é relevante aos assuntos já propostos, pois é durante este processo que as intervenções de cura do trauma, reconciliação e justiça são inseridas na sociedade.

## **1.2 A questão da construção da paz**

O termo “construção da paz” não é novo, e a ideia de assistência externa para reconstrução pós-conflito possui raízes desde a reconstrução da Europa Ocidental e do Japão após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a locução construção da paz como é entendida hoje se popularizou após a publicação do documento *Uma Agenda para Paz* em 1992 e desde então essa expressão se transformou em uma das mais discutidas no âmbito do conflito internacional e dos estudos para a paz (RYAN, 2013).



A construção da paz se tornou, segundo Roger Mac Ginty (2019), uma fixação nos mundos políticos e acadêmicos e, por conseguinte, uma abundante quantidade de dinheiro é dedicada ao tema, e uma imponente estrutura de organizações governamentais e não-governamentais despende grande energia para gerir a ideia de consolidação da paz. A atenção as estratégias de promoção da paz também agregam a si uma diversa cultura material, agrupando carreiras e doações, doadores, instituições e ONGs ligadas diretamente ao mundo da construção da paz. Deste modo, nota-se a notória repercussão e relevância desse projeto no contexto atual. Logo, para compreender melhor a paz, e consequentemente a construção da paz, é importante falar de Johan Galtung, o idealizador da expressão em questão.

Johan Galtung cunhou o termo *peacebuilding*, construção da paz, em 1976, em seu artigo pioneiro intitulado *Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, and Peacebuilding*. Neste texto, Galtung considerou o termo como um componente basilar para a sua estratégia de resolução de conflito tripartite, que abarcava também o *peacekeeping* e o *peacemaking* como abordagens necessárias para a criação de infraestruturas de paz. Para o autor, os mecanismos de paz deveriam ser construídos na estrutura, assim o *peacebuilding* deveria endereçar as causas para a guerra e oferecer alternativas para regiões cuja situação se mostrava propícia para esse tipo de conflito.

Galtung (1976) propunha também a necessidade de a paz ser vista como uma forma de abolir não só a violência direta como também a violência estrutural. Em outras palavras, o conceito de construção da paz utilizado pelo autor foi concebido como uma forma de criar estruturas que promovessem a paz sustentável, analisando as causas profundas do conflito e proporcionando o gerenciamento da paz e da resolução do conflito. Ademais, para além do seu pioneirismo em relação à construção e à utilização do termo *peacebuilding*, anos antes Johan Galtung realizou uma de suas mais relevantes contribuições em seu artigo *Violence, Peace, and Peace Research*. Neste trabalho, o autor fez diversas considerações a respeito do tema da paz e da violência, tidas como reflexões essenciais para uma compreensão abrangente a respeito do tema.

### **1.2.1 A tipologia de paz e violência conforme Galtung**

A paz é considerada, segundo Johan Galtung (1969), como a ausência de violência. Assim, uma ordem social pacífica é vista como uma região, ou seja, uma vasta

região de ordens sociais na qual a violência está ausente. Como esses dois termos estão intrinsecamente ligados, é significativo compreender as diversas especificidades do fenômeno da violência para uma melhor compreensão da paz. A violência é então explicada como “a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é” (GALTUNG, 1969, p.168, tradução nossa).

Assim, a violência ocorre quando uma situação real é evitável ou quando esta situação poderia ter sido evitada de alguma forma. De acordo com esse pensamento, quando a situação é inevitável, significando que as ações e os esforços humanos são incapazes de impedir que um fato aconteça, então não há violência. A exemplo, uma expectativa de vida de apenas trinta anos no período neolítico não é considerada uma expressão de violência, porém a mesma expectativa de vida atualmente, seja devido à guerra ou à injustiça social, é vista como violência segundo Galtung, pois é uma situação que poderia ter sido evitada (GALTUNG, 1960; PALHARES, SCHWARTZ, 2015).

Para um maior aprofundamento na questão, Galtung (1969) compõe uma tipologia para caracterizar as diferentes formas de violência: a física e a psicológica. A violência física ocorre quando os humanos são feridos biológica ou fisicamente, já a violência psicológica se refere a mentiras, doutrinação, ameaças, lavagem cerebral e a qualquer outro ato responsável por diminuir as potencialidades mentais.

A segunda distinção, e provavelmente a mais conhecida, concerne o sujeito, isto é, se existe ou não um sujeito que exerce o ato violento. Se há um sujeito que comete a violência diretamente, então há a presença da violência direta, também denominada violência pessoal, a relação sujeito-objeto é visível como ação. Em contraste, na violência estrutural, ou indireta, não tem um ator que comete a ação, a violência está embutida na estrutura da sociedade e se manifesta como uma forma de poder ou de oportunidades de vida desiguais. A exemplo, podemos citar a distribuição dispar de recursos e renda, o acesso desproporcional à educação e alfabetização e também a limitada oferta de determinados serviços médicos, disponíveis apenas em algumas regiões do mundo (GALTUNG, 1969).

Consoante Johan Galtung (1969), se existem pessoas que ainda morrem de fome, uma vez que essa já é uma realidade evitável, então a violência estrutural é cometida independentemente de existir ou não uma relação sujeito-ação. Da mesma forma, a agressão de um marido contra a sua mulher é um caso de violência direta, porém, se

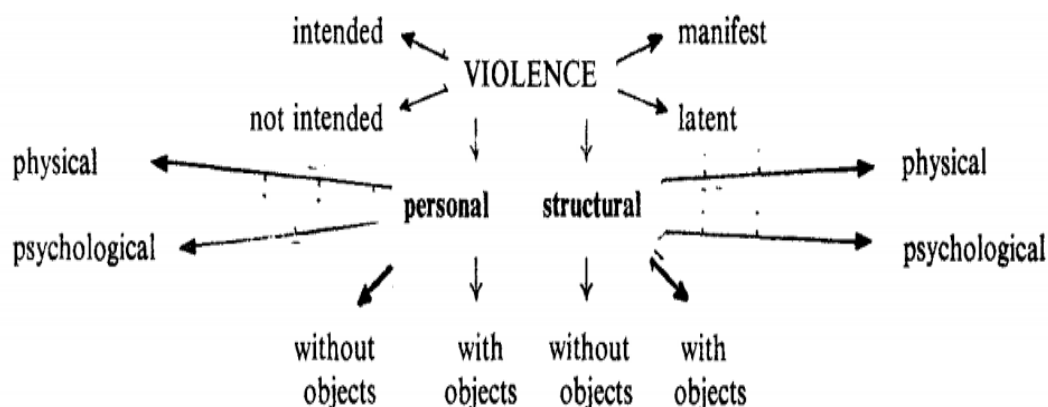
milhares de maridos mantêm milhares de mulheres em ignorância ocorre, portanto, a violência estrutural. É relevante entender que, aos olhos do autor, a principal diferença entre as duas violências é o fato de a violência estrutural ser considerada como uma forma de injustiça social.

Vinte anos após a publicação do artigo *Violence, Peace, and Peace Research* Galtung (1990) cunhou uma nova definição de violência, que se tornou indispensável devido à sua relação com as duas formas de violência anteriores: a violência cultural. Por violência cultural, Galtung (1990) se refere àqueles aspectos da cultura, como religião, ideologia, linguagem, arte e ciência, usados para justificar e legitimar formas de violência direta ou estrutural:

O estudo da violência cultural evidencia o modo pelo qual o ato da violência direta e o fato da violência estrutural são legitimados, portanto, vistos como aceitáveis pela sociedade. Um modo pelo qual a violência cultural funciona é transformando a moral de um ato de vermelho/errado para verde/certo ou pelo menos amarelo/aceitável; a exemplo, cita-se o “o assassinato em nome de um país como certo, e em nome de si próprio como errado”. Outro modo é tornando a realidade opaca, para não vermos o ato ou o fato violento, ou que pelo menos não o vejamos como violento (GALTUNG, 1990, p.292, tradução nossa).

Destarte, é possível perceber que a violência cultural usufrui de uma considerável importância, pois é responsável por justificar, legitimar, e em alguns casos até auxiliar na propagação da violência estrutural e direta. Para além da diferenciação das categorias de violência existentes, Johan Galtung (1969) estabelece uma terceira distinção: a violência intencional e a não-intencional, ou seja, aquela que possui a intenção de provocar o ato violento e aquela que não possui a intenção. Por fim, a última distinção se concentra na violência evidente e na violência latente, a primeira é direta ou estrutural, e observável. Por outro lado, a violência latente é algo que não é observável e clara, mas que pode irromper a qualquer instante. As diversas distinções da violência propostas por Galtung podem ser observadas na figura abaixo.

**Figura 2.** A tipologia da violência

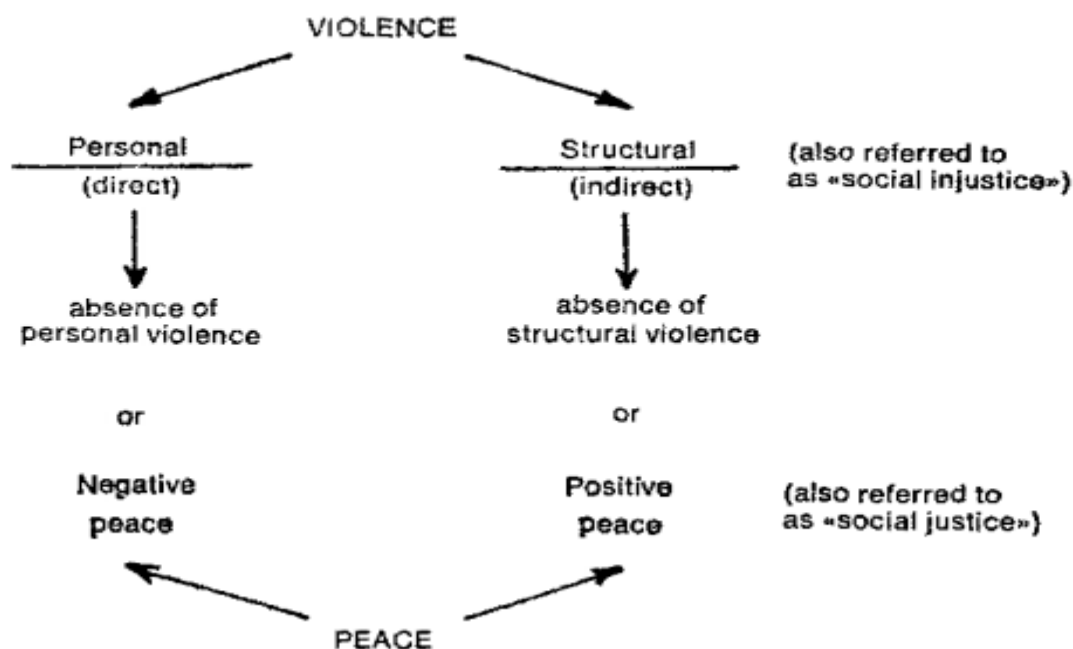


Fonte: Extraído de Galtung (1969, p.173).

Em suma, com base na figura e nas explicações, Johan Galtung (1969) constrói uma tipologia da violência a partir de duas divisões claras: a violência pessoal e a estrutural, ambas configuram características próprias e podem ser infligidas física ou psicologicamente, ou por meio de objetos ou não, ademais se manifestam intencionalmente ou não, classificadas como violências evidentes ou latentes. Posto isso, Galtung (1969), cria dois termos necessários para o entendimento da ideia de construção e da consolidação da paz, eles são a paz negativa e a paz positiva.

As epistemologias positivas e negativas da paz estão diretamente associadas à ideia de violência direta e estrutural, visto que a paz negativa concerne à ausência da violência direta, enquanto a paz positiva se refere à ausência de violência estrutural. A utilização dos termos “negativo” e “positivo” se pauta na ideia de que a ausência da violência pessoal não leva a uma condição favorável, em contraponto, a ausência da violência indireta, também vista como uma forma de injustiça social, geraria um ambiente definido positivamente (GALTUNG, 1969). Tais conceitos referenciados pelo autor são sintetizados na seguinte figura:

**Figura 3.** Os conceitos estendidos de violência e paz



Fonte: Extraído de Galtung (1969, p.183).

A figura acima faz os seguintes apontamentos: exibe a violência pessoal ou direta, aponta que a sua ausência resulta na paz negativa e expõe a violência estrutural ou indireta, vista como uma forma de injustiça social, a ausência dessa violência levaria à paz positiva, conhecida também como uma forma de justiça social. Dessa maneira, a ideia de paz concebida por Johan Galtung (1969) não concerne apenas à ideia de controle e redução intensa do uso da violência, mas se refere também à concepção de desenvolvimento, ou seja, a ideia de teoria de paz está estreitamente ligada à teoria do conflito e à teoria do desenvolvimento. Logo, os estudos para paz estarão correlacionados à pesquisa do conflito quando ligada à paz negativa, e também à pesquisa do desenvolvimento no que tange à paz positiva.

### 1.2.2 O processo de construção da paz contemporâneo à luz das Nações Unidas

O significado da expressão “construção da paz” sofreu algumas alterações desde a sua primeira exposição no relatório *Uma Agenda para Paz* em 1992, e é atualmente concebida pelas Nações Unidas como uma série de medidas destinadas a reduzir o risco

de um país reincidir em conflito. É um trâmite que fortalece as capacidades nacionais em todos os níveis, uma vez que gerencia os conflitos e estabelece as bases para a paz e para o desenvolvimento sustentável, por isso, nesse sentido:

A construção da paz é um processo complexo, e de longo prazo de criação das condições necessárias para uma paz sustentável. Funciona abordando de forma abrangente as causas estruturais e, profundamente enraizadas, do conflito violento. As suas medidas abordam questões centrais, que afetam tanto o funcionamento da sociedade quanto do Estado, além disso buscam aumentar a capacidade do Estado de realizar suas funções centrais de forma efetiva e legítima (UNITED NATIONS, 2008, p.18, tradução nossa).

As operações de construção da paz têm como meta principal estabilizar países que saíram recentemente de períodos de guerra interna ou externa. Estas operações e missões são consideradas por muitos como missões de experimento, uma vez que não existe um padrão único e transferível de prática de construção da paz que garanta a durabilidade de uma situação que se inicia com um mero cessar-fogo (PARIS; SISK, 2009; GINTY, 2013).

Normalmente, existe uma grande variedade de atores associados com o processo de construção da paz, desde governos nacionais, organizações multilaterais ou regionais, instituições financeiras internacionais, países vizinhos, doadores bilaterais, ONGs, entidades oriundas do setor privado, e até mesmo o Banco Mundial e a ONU. Ela também dispõe, na esfera da ONU, de uma arquitetura própria<sup>3</sup> a fim de que seja bem articulado no âmbito internacional. Essa arquitetura é composta por três corpos principais: a Comissão para a Construção da Paz (PBC)<sup>4</sup>, o Escritório de Apoio à Construção da Paz

---

<sup>3</sup> A Comissão para a Construção da Paz, o Escritório de Apoio à Construção da Paz e o Fundo para Construção da Paz fazem parte de uma ampla arquitetura de construção da paz das Nações Unidas estabelecida entre os anos de 2005 e de 2006 pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral para garantir atenção ao assunto do *peacebuilding* e também para mobilizar recursos e gerenciar relacionamento entre os atores. O objetivo principal da arquitetura é assegurar uma maior coerência e efetividade para a construção da paz (UNITED NATIONS, 2010).

<sup>4</sup> *The Peacebuilding Commission* (PBC) é um órgão consultivo intergovernamental que apoia os esforços de paz em países que saíram de conflitos, reúne diversos atores para a construção da paz como doadores internacionais, instituições financeiras, governos nacionais, e países contribuintes de tropas, a fim de promover coesão entre eles. O PBC também é responsável por organizar recursos e trabalhar com atores nacionais de modo a propor estratégias integradas para a construção e recuperação pós-conflito. Este órgão deve se reportar anualmente à Assembleia Geral da ONU (UNITED NATIONS, 2010).

(PBSO)<sup>5</sup> e o Fundo para Construção da paz (PBF)<sup>6</sup>. Desta maneira, diante de uma grande variedade de atores e instituições e perante a necessidade de garantir uma estratégia comum de consolidação da paz, o processo para ser minimamente eficaz exige liderança e coordenação conjunta (UNITED NATIONS, 2010).

Para além do âmbito burocrático, é importante salientar que o período inicial pós-conflito, na maioria dos países, é caracterizado por uma sensação de insegurança e incerteza política, e esses processos de paz podem tanto avançar como regredir. Além de tudo, muitos países são governados por arranjos políticos de transição, significando que um governo apenas será consolidado após as eleições e posteriormente à posse das funções executivas e legislativas por parte dos representantes eleitos democraticamente. Portanto, existe uma inclinação à volatilidade no processo de construção da paz, pois ele depende, em parte, de decisões políticas dos envolvidos; de uma liderança eficaz, do governo local ou da ONU, e também de recursos destinados ao processo, recursos humanos e/ou financeiros (UNITED NATIONS, 2010).

Desta forma, interpreta-se que a construção da paz pós-conflito é uma tarefa complexa e exigente que depende de inúmeros fatores externos ou internos. Roland Paris e Timothy Sisk (2009) acrescentam que o processo se torna ainda mais intrincado e rigoroso por combinar três transições distintas e simultâneas, a transição social, a política e a econômica. A transição social ocorre com a mudança da luta destrutiva para a paz; a transição política de um governo existente em um âmbito de guerra para um governo efetivo e pós-guerra e, por fim, a transição econômica, de um cenário de distribuição distorcidos pela guerra para um cenário pós-guerra de desenvolvimento igualitário e transparente.

O processo de construção da paz é organizado em três partes essenciais: a propriedade nacional, a capacidade nacional e a estratégia comum. A propriedade

---

<sup>5</sup> *The Peacebuilding Support Office* (PBSO) é um escritório criado para auxiliar as atividades da Comissão de Construção da Paz, ele é responsável por administrar o Fundo de Construção da paz e apoiar os esforços do Secretário-Geral para coordenar o sistema da ONU em relação ao *peacebuilding* (UNITED NATIONS 2010).

<sup>6</sup> *The Peacebuilding Fund* (PBF) é o fundo de segurança de vários doadores globais da ONU. Ele é responsável por fornecer apoio para aqueles países que não possuem mecanismos de financiamento. Esse fundo visa as necessidades imediatas de países recém-saídos de conflito ou em risco de reincidência em conflito (UNITED NATIONS, 2010).

nacional faz referência aos cidadãos dos países onde a construção da paz está em andamento que, com apoio de seus governos, também assumem a responsabilidade de difundir as bases para a paz. A capacidade relaciona-se ao fortalecimento ou à construção da capacidade do Estado, desempenhando um papel essencial para que o Estado atinja um estágio no qual a assistência externa não seja mais necessária, e então garanta iniciativas que apoiem o desenvolvimento de capacidades de construção da paz. Por fim, a estratégia comum tange à atuação conjunta dos vários atores associados com a construção da paz, destarte, a chave para um processo eficaz se encontra em uma estratégia comum estabelecida entre esses atores (UNITED NATIONS, 2010).

Um dos principais pilares da construção da paz contemporânea é a construção do estado, *statebuilding*, (que pode se encaixar no escopo de “capacidade nacional” exposto acima) que consiste na criação ou fortalecimento de instituições governamentais em países recém-saídos de conflitos. O *statebuilding* é visto como uma abordagem particular da construção da paz, visto que parte da premissa de que para se alcançar a segurança e o desenvolvimento em sociedades que emergiram de um conflito é necessário a presença de instituições governamentais que sejam capazes, legítimas e efetivas. Como efeito, ao se criar instituições semelhantes às de seus próprios países, os construtores da paz geram uma *interface* institucional a partir da qual eles conseguem interagir mais facilmente. Por consequência, em vez de consultar a população local, responsável no futuro por tais instituições, os construtores reproduzem uma camada de burocracia conveniente e com a qual nem sempre a comunidade local irá se identificar (PARIS; SISK, 2009; GINTY, 2013).

Em resumo, as operações de construção e manutenção da paz estabelecem que para se alcançar a paz sustentável deve-se realizar um progresso em quatro áreas primordiais por meio de ações como: 1) restaurar a capacidade do Estado de fornecer segurança e manter a ordem pública; 2) fortalecer o Estado de Direito<sup>7</sup> e respeitar os direitos humanos; 3) apoiar o surgimento de instituições políticas e legítimas e de

---

<sup>7</sup> O Estado de Direito, em um contexto de conflito e pós-conflito, abarca os seguintes setores: justiça de transição; fortalecimento dos sistemas e instituições judiciários nacionais, como a polícia e agências responsáveis pela aplicação da lei; e outras áreas prioritárias, como proteção e assistência às vítimas e testemunhas, anticorrupção, crime organizado, crime transnacional e tráfico de drogas (UNITED NATIONS, 2008).



processos participativos, e 4) promover a recuperação e o desenvolvimento social e econômico, integrando o retorno ao país de refugiados e de pessoas deslocadas internamente (UNITED NATIONS, 2008).

Tendo como base essas quatro áreas primordiais, as principais atividades<sup>8</sup> manipuladas por essas operações de paz compreendem: o *desarmamento, a desmobilização e a reintegração* (DDR), como desarmamento das partes beligerantes, a coleta e a destruição de armas e outras categorias de munições, e a reintegração na sociedade de antigos combatentes por meios de atividades sustentáveis; *ação anti-minas*, as minas terrestres e outras munições não detonáveis constituem uma ameaça à segurança dos civis e impedem a possibilidade de uma recuperação pós-conflito bem-sucedida, deste modo, a ação anti-minas é importante para recriar um ambiente seguro que conduza a vida à normalidade e ao desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2008).

Ademais, têm-se a *reforma do setor de segurança* (SSR), um componente usado para restabelecer e fortalecer o Estado de direito, podendo compreender reforma e treinamento da polícia nacional ou das forças armadas e consolidação dos sistemas judiciários e correcionais, como reforma judicial e desenvolvimento de uma legislação local. Destaca-se também a *proteção e promoção dos direitos humanos* através do monitoramento das violações dos direitos humanos e promoção das capacidades nacionais para a defesa destes direitos. Além disso, se fala da *assistência eleitoral*, significando o monitoramento, organização e a execução de eleições livres e justas que ocorrem por meio da provisão de segurança, de assessoria técnica, de apoio logístico e de outras formas de assistência a população local (UNITED NATIONS, 2008).

Por fim, a *restauração e extensão da autoridade estatal* merece ser apontada de modo a gerar receita e prestar serviços básicos à população e o Estado, para que ele consiga exercer controle sobre o seu território nacional. Desta maneira, as operações são incumbidas por criar um ambiente de segurança favorável, proporcionando, portanto, liderança política ou apoiando os esforços de outros atores internacionais (UNITED NATIONS, 2008). Por meio destas áreas prioritárias e das principais atividades exercidas

---

<sup>8</sup> É válido pontuar que apesar dessas atividades também serem realizadas pelos *peacekeepers* da ONU elas não são exclusivas da organização, assim é comum ver atividades como o DDR ou o SSR serem terceirizadas e realizadas por outras instituições. Mesmo não realizadas sempre pelos *peacekeepers* elas ainda estão inclusas no leque de atividades e intervenções pós-conflitos prioritárias.

durante o processo de construção da paz, percebe-se uma priorização a atividades que valorizem o âmbito estatal, governamental e institucional em detrimento de intervenções e projetos que valorizem os cidadãos e sua saúde mental.

Atualmente, a maioria das iniciativas de construção da paz ocorrem no Sul Global e são projetadas, dirigidas e financiadas pelo Norte Global, fato expressivo, pois significa que, para algumas pessoas, o processo de construção da paz é visto como uma perspectiva imposta a elas, algo que circunda um conjunto mais amplo de relações de poder, no qual o Norte Global e a elite local gozam do poder de decisão. Ademais, um aspecto relevante das iniciativas de construção da paz contemporâneas é a sua próxima afinidade com a abordagem liberal para a paz e conflito (MAC GINTY, 2013; RYAN, 2013):

De fato, qualquer estratégia de paz que promova a democracia, os direitos humanos, o respeito pela lei e uma economia sem restrições irá conter fortes traços de pensamento liberal. Nenhuma dessas ideias parece imprópria ou desprezível em si mesmo, contudo, mesmo assim, a abordagem liberal para a construção da paz tornou-se o alvo de uma série de estudos críticos (RYAN, 2013, p.32, tradução nossa).

Muitas dessas críticas afirmam que a abordagem liberal é insensível a diversas questões como as nuances de gênero, de classe, de identidade étnica e nacional, dentre outras. Além disso, embora o processo de construção da paz seja influenciado por ideais liberais, não significa, necessariamente, que a estratégia foi implementada segundo esses ideais. De acordo com Stephen Ryan (2013), a implementação desses conceitos implica em uma imprecisão ao distinguir o ideal e a realidade, logo a “realidade no campo” nem sempre apoiará as crenças liberais, e pode, inclusive, estar longe desses conceitos em função de considerações de poder e pensamento. Posto isso, é mais indicado que em processos de construção da paz a abordagem liberal seja uma fonte de inspiração, e não de implementação.

Um segundo aspecto das iniciativas contemporâneas de construção da paz, principalmente no âmbito das Nações Unidas, é o seu enfoque em análises centradas na estrutura. Um indício dessa característica é o desinteresse existente em relação a abordagens que priorizam o local e o indivíduo:

Estratégias como reconciliação, reestabelecimento da verdade, diálogo intercomunal, construção de empatia e diminuição do preconceito não recebem muita atenção dentro da doutrina oficial de construção da paz, embora a ONU e outros atores possam exercer tais trabalhos sob outros títulos. Assim, esse viés, que prioriza uma mudança estrutural, pode ser vista como uma

característica geral estabelecida no âmbito da doutrina de construção da paz (RYAN, 2013, p.33, tradução nossa).

Em suma, a construção da paz da ONU é razoavelmente bem-sucedida no que concerne seu objetivo de cessar a violência. Todavia, como acentuado por Stephen Ryan (2013), as evidências históricas sugerem que não é fácil lidar com os estágios de pós-violência e pós-conflito. É um desafio promover relações saudáveis e positivas, pois a experiência da violência acarreta problemas que podem ser resistentes a soluções a curto e a longo prazo. Com base nisso, a construção da paz, apesar de ter boas intenções, pode também carregar consigo uma gama de impasse e dilemas pelo simples fato de existir e estar atuando em um país específico. Para além dessa concepção *mainstream* da ONU, as próximas seções apresentam uma perspectiva distinta da paz, pontuando outra realidade além daquela comumente difundida.

### **1.2.3 A construção da paz segundo atores e organizações internacionais**

Ao abordar o tema da construção da paz é comum o enfoque da ONU ganhar maior espaço e relevância nas pesquisas e estudos, justamente por ser a instituição que mais difunde o termo através de suas atividades e missões de paz. Entretanto, para além da esfera das Nações Unidas existe uma gama de instituições, organizações não-governamentais, autores e academias que trabalham o tema de modo mais expansivo e abrangente. Assim, o objetivo dessa seção é trazer as principais conceituações e características da construção da paz de acordo com outras entidades e, demonstrar como o conceito pode ser ainda mais inclusivo e distinto quando trabalhado em um âmbito separado da ONU.

Vários atores envolvidos com o tema da construção da paz adotam uma definição mais ampla do termo, principalmente se inseridos na sociedade civil. A principal finalidade dessa expansão é auxiliar na transformação do próprio sistema internacional, ou seja, aqui a noção de construção não inclui só a manutenção da paz, pois abarca temas como desenvolvimento socioeconômico, governança, justiça e segurança e se estende para além do cenário pós-conflito, tendo como ideia uma construção geral e inclusiva da paz (PEACEBUILDING INITIATIVE, c2008).

Para organizações internacionais como *Conciliation Resources*<sup>9</sup> e *International Alert*<sup>10</sup> a construção da paz é um conceito utilizado para lidar com as causas do conflito e com as razões pelas quais as pessoas lutam. Seu objetivo principal é ajudar as pessoas a resolverem suas diferenças de forma pacífica e apoiar a sociedade de modo a prevenir e impedir uma violência futura, podendo ser um processo realizado antes, durante ou após o conflito. É uma abordagem a longo prazo que também deve ser colaborativa, pois envolve mudanças de atitudes, comportamentos, normas e instituições e é necessário a inclusão de todos aqueles afetados pelo conflito de modo a resultar em uma transformação positiva (CONCILIATION RESOURCES, c2019; INTERNATIONAL ALERT, c2021).

Parar uma luta não significa necessariamente o fim da violência, a paz, por exemplo, só poderá ser atingida quando os estereótipos forem esquecidos e quando diferentes grupos trabalharem juntos, ou seja, é preciso um esforço paciente e persistente para encontrar soluções criativas e efetivas que resultem em uma paz sustentável. Para haver condições para a consolidação de uma paz positiva é necessário que todo mundo tenha acesso à *segurança*; todos sejam *iguais perante a lei*; que as pessoas possam *participar das decisões políticas*; que haja acesso igualitário e justo a *itens básicos*, como comida, água, abrigo, educação, saúde e *oportunidades equitativas de trabalho e sobrevivência*. Tais fatores são apenas alguns que podem auxiliar na consolidação da paz, porém combinados proporcionam às pessoas a resiliência que elas necessitam para lidarem com suas diferenças e conflitos de modo pacífico (CONCILIATION RESOURCES, c2019; INTERNATIONAL ALERT, c2021).

---

<sup>9</sup> A *Conciliation Resources* é uma organização internacional comprometida em acabar com conflitos violentos e criar sociedades mais pacíficas, ela existe há mais de 25 anos e já reuniu diversas comunidades dilaceradas pela violência e pela desconfiança e auxiliou inúmeras pessoas a resolverem suas diferenças de modo pacífico. A organização tem como um dos seus objetivos conectar as pessoas locais com políticos e líderes ao redor do mundo para compartilharem aprendizados e encontrarem alternativas viáveis para conflitos violentos. Entre alguns de seus parceiros e doadores destacam-se: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); União Europeia; Nova Zelândia; Alemanha, entre outros. Para mais informações consultar o site a seguir: <https://www.c-r.org/>.

<sup>10</sup> A *International Alert* foi fundada em 1986 com a finalidade de ajudar as pessoas a encontrarem soluções pacíficas para os conflitos, inicialmente atuava apenas no Sri Lanka, Uganda e nas Filipinas, porém atualmente a organização se expandiu e está presente em mais de 20 países ao redor do mundo, auxiliando as pessoas a encontrarem respostas viáveis e pacíficas para os conflitos. É uma das principais organizações de construção da paz da atualidade e entre alguns de seus doadores é possível citar: o governo da Holanda, a Comissão Europeia, o PNUD, as agências das Nações Unidas, dentre outros. Para mais informações consultar o site a seguir: <https://www.international-alert.org/>.

Na prática a construção da paz pode ser realizada por diversas ações e é possível perceber isso através das atividades realizadas pela *Conciliation Resources* e *International Alert* que incluem: propriedade local, garantindo que as pessoas afetadas pelos conflitos participem do processo de paz e tenham suas vozes ouvidas; soluções sustentáveis, para criar sociedades inclusivas e pacíficas; comunicação, proporcionando que diversos grupos tenham a oportunidade de dialogar; promoção de confiança e reconciliação; fortalecimento da democracia e da política inclusiva; melhora nos sistemas de justiça; e a criação de trabalhos sustentáveis e de programas de desenvolvimento (CONCILIATION RESOURCES, c2019; INTERNATIONAL ALERT, c2021).

Essas são apenas algumas das condutas que essas duas organizações internacionais realizam em prol de sociedades menos conflituosas e mais pacíficas, por meio delas é possível perceber na prática certa expansão do conceito e como essas organizações vão além de intervenções apenas estruturais. Um ponto a ser mencionado é que essas entidades valorizam o contato com a comunidade local. Para elas, a presença das pessoas afetadas pelo conflito no processo de paz é essencial, assim como a reconstrução e fortalecimento do relacionamento entre elas (também conhecido como reconciliação). A construção da paz é vista assim como um processo colaborativo que deve envolver todos os níveis da sociedade, e a paz é estruturada como uma construção multilateral e não apenas unilateral.

É oportuno falar também da *Interpeace*<sup>11</sup>. Pelas suas ações, percebem-se diferentes perspectivas de construção da paz, sendo possível desmistificar algumas ideias tradicionais sobre a abordagem. A primeira concepção é a construção ser somente realizada no pós-conflito, tal ideia é errônea, pois como já ressaltado anteriormente, esse processo pode ser realizado a qualquer momento e também diz respeito a prevenir e reduzir a violência em larga escala. A segunda ideia tradicional se pauta na premissa de que a construção da paz deve endereçar apenas as raízes e causas estruturais do conflito e apesar dessa concepção ser importante, ela é ambiciosa, pois deve também ajudar a

---

<sup>11</sup> <sup>11</sup> A *Interpeace* é uma organização internacional criada para prevenir a violência e construir uma paz duradoura em várias regiões do mundo. Possui mais de 27 anos de experiência e está presente na África, Oriente Médio, Ásia, Europa e América Latina. A *Interpeace* se dedica a construir uma paz duradoura, por meio do fortalecimento das capacidades das sociedades, se baseia fortemente nas realidades locais e nas equipes nacionais com um compromisso de longo prazo com a construção da paz em suas próprias sociedades. Entre seus principais parceiros e doadores é possível citar: Holanda, Suécia e Suíça. Para mais informações consultar o site a seguir: <https://www.interpeace.org/>.

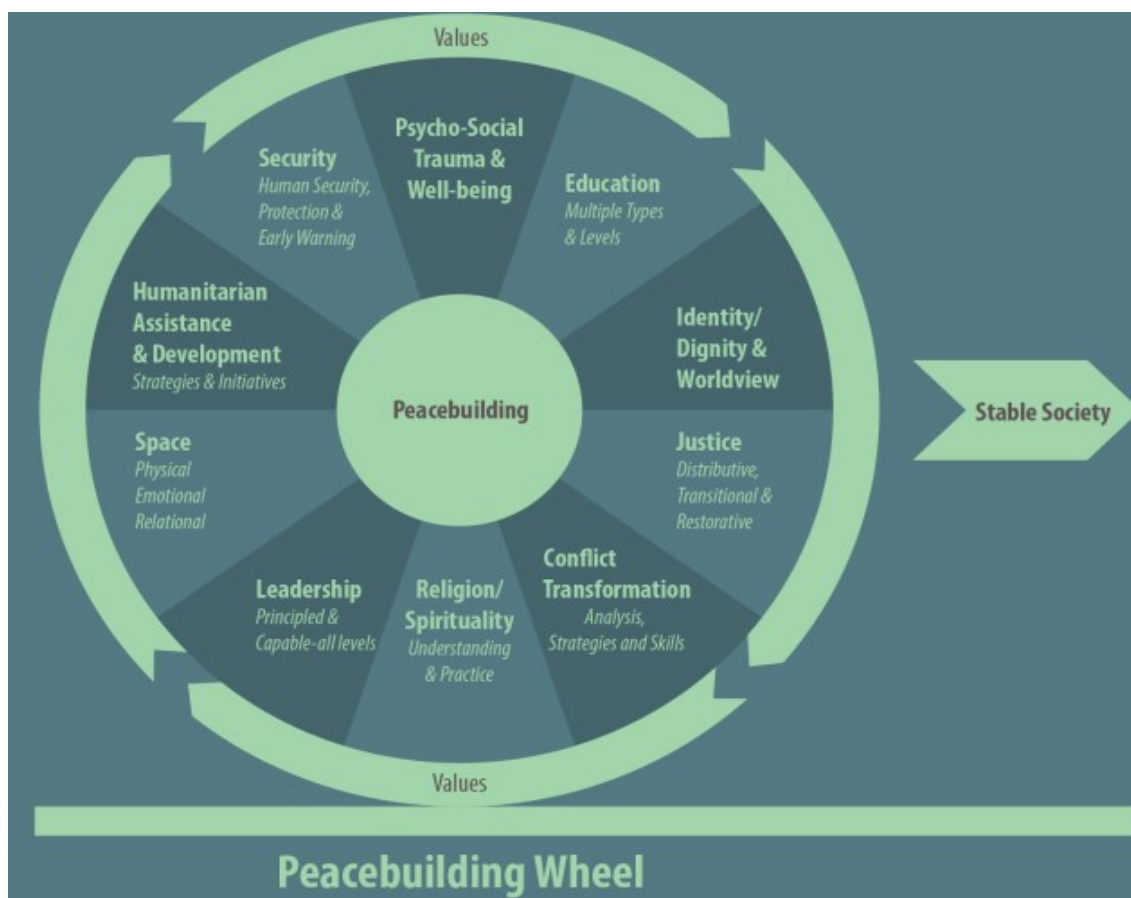
sociedade a construir e desenvolver uma visão compartilhada para o futuro. Um adendo é que os *peacebuilders* externos devem perceber suas limitações ao abordarem temas estruturais, pois uma sociedade não pode ser reconstruída e reprojeta por outros, cabe assim aos próprios membros da comunidade local tentarem transformar essas estruturas em padrões e práticas mais pacíficas e harmônicas (BRABANT, 2010).

A terceira concepção diz respeito a construção da paz ser apenas sobre objetivos tangíveis, isto é, aqueles palpáveis e visuais, como a edificação de uma corte institucional ou a realização de eleições locais. Esta priorização exclui aspectos intangíveis como os relacionamentos entre as pessoas e os seus traumas, ou seja, ao ignorar as ações intangíveis há menos possibilidade da consolidação de uma paz sustentável. A quarta e última ideia tradicional aborda o papel que os atores externos têm ao construir a paz, esses atores são essenciais, contudo, eles não devem se esquecer que a construção é sobre fortalecer a capacidade da sociedade para lidar com seus conflitos sem violência. Isto é, são as pessoas locais que estiveram em conflito umas com as outras que precisam estabelecer a paz naquele ambiente, esses atores externos podem encorajar as pessoas a realizarem tais ações, mas não podem fazer isso por elas (BRABANT, 2010).

Quando se estuda a construção da paz apenas pelo âmbito das Nações Unidas é comum presumir ou se prender a algumas ideias tradicionais. Contudo, quando o processo é observado dentro de uma abordagem mais ampla e ancorada em ações de organizações internacionais, como a *Interpeace*, compreende-se o escopo diverso e a diferença que essa intervenção pode provocar se realizada de maneira inclusiva.

Nesse âmbito mais expansivo é possível citar a roda elaborada por Barry Hart (2008). O principal objetivo do autor através da figura é apresentar os valores que impulsionam a construção da paz, segundo ele esses valores são necessários para estabelecer uma sociedade estável. A estabilidade social, ainda segundo Hart (2008), compreenderia um ambiente com segurança, saúde adequada, justiça econômica e social, boa governança, bons relacionamentos e sistemas sociais de apoio (DOCHERTY; LANTZ-SIMMON, 2017).

**Figura 4.** A Roda de Construção da Paz de Barry Hart



Fonte: Extraído de Docherty & Lantz-Simmon (2017, p.18).

Com base na figura, os principais valores que devem estar presente no ato de construir a paz são: transformação de conflitos, religião e espiritualidade, liderança, espaço, assistência humanitária e desenvolvimento, segurança, trauma psicossocial e bem-estar, educação, identidade e visão de mundo e justiça. Conforme Hart (2008) qualquer espaço da roda pode ser considerado como um potencial ponto de entrada para a construção da paz, ou seja, pontos de partida para avançar em direção a uma sociedade mais estável (DOCHERTY; LANTZ-SIMMON, 2017).

Essa roda é significativa, pois consegue resumir em apenas uma imagem a ideia de uma construção abrangente que prioriza diversos aspectos da sociedade, por meio dela é possível elaborar e ancorar diversas atividades e intervenções que podem ter um resultado positivo e significativo para a população local.

Para finalizar a conceituação de construção da paz trabalhada em outras organizações e instituições é necessário debater uma abordagem que surgiu antes das ideias e práticas da ONU, mas que amadureceu e se desenvolveu ao longo dos últimos anos. Uma perspectiva específica e direcionada a uma rede maior e com pensamentos mais inclusivos, intitulada de construção da paz estratégica.

### **1.2.3.1 Strategic Peacebuilding**

Neste contexto, a construção da paz é vista como o desenvolvimento de relacionamentos construtivos, sejam eles pessoais, grupais ou políticos, esses devem perpassar quaisquer fronteiras étnicas, religiosas, raciais, nacionais ou de classe e visam resolver as injustiças de forma não violenta, é um processo que pode incluir a prevenção, gerenciamento, resolução e transformação de conflitos e também a reconciliação. Assim, a construção da paz se torna estratégica quando é realizada e funciona a longo prazo e em todos os níveis da sociedade de modo a estabelecer e sustentar relacionamentos entre as pessoas local e globalmente (KROC INSTITUTE, c2022).

A construção da paz estratégica, ou *strategic peacebuilding*, tem como finalidade conectar pessoas e grupos de modo a construir sociedades, instituições, políticas e relacionamentos que sustentem a paz e a justiça. É uma abordagem que apoia o desenvolvimento de relacionamentos em todos os níveis da sociedade: eles são uma forma de poder social, já que quando as pessoas se conectam entre si elas são mais propensas a cooperarem e resolverem seus conflitos de maneira construtiva (SCHIRCH, 2004; KROC INSTITUTE, c2022).

Essa perspectiva reconhece o quão complexa são as tarefas necessárias para construir a paz e é estratégica por coordenar recursos, atores e problemas a longo prazo, ela se inicia com uma avaliação das questões locais, indicando quais os desafios e pontos fortes das pessoas e da comunidade, em seguida os conecta com atores e instituições (inter)nacionais. Aqui pode ser incluído os esforços para impedir a guerra e as práticas que se propõem a criar paz e justiça sustentável como o monitoramento de acordo de paz, questões de direitos humanos, prosperidade econômica, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento e violência (SCHIRCH, 2004; KROC INSTITUTE, c2022).



Um resumo desse conceito pode ser visualizado no gráfico desenvolvido por John Paul Lederach e Katie Mansfield ambos do *Kroc Institute*, que ilustra os principais componentes e subcomponentes da área de construção da paz:

**Figura 5.** Os caminhos da construção da paz estratégica.



Fonte: John Paul Lederach and Katie Mansfield. "Strategic Peacebuilding Pathways." Kroc Institute for International Peace Studies, University of Notre Dame, 2010.

O círculo interno indica às três principais áreas da construção da paz estratégica: esforços para prevenir, responder e transformar conflitos; esforços para promover justiça e cura, e esforços para promover mudança institucional e estrutural. Já o círculo externo

exibe as subáreas de prática e carreira dentro dessas três áreas, para cada uma é possível encontrar diversos caminhos individuais (KROC INSTITUTE, c2022). No âmbito de justiça e cura as principais subáreas são justiça restaurativa, justiça transicional e cura do trauma; no que tange a prevenção, transformação e resposta a conflitos encontram-se a ação humanitária, esforços governamentais e multilaterais, mudança social não violenta e estratégias de diálogo e resolução de conflitos. Por fim, na área de mudança institucional e estrutural destacam-se a educação, desenvolvimento, resolução de ameaças globais e transnacionais e, lei incluindo, advocacia e solidariedade.

Consoante Mansfield e Lederach, às três áreas principais possuem orientações temporais, a mudança estrutural e institucional bem como a prevenção de conflitos possuem uma orientação voltada para o futuro, enquanto a justiça e a cura abordam temas relacionados ao passado. Todavia, Mansfield esclarece que o passado faz parte do presente, assim as marcas emocionais, psicológicas e as situações de injustiça sistêmica não desaparecem rapidamente, sendo necessário um grande esforço para eliminá-las no presente. Ademais, esse gráfico foi criado em resposta a dois dilemas distintos: o primeiro diz respeito a expandir a compreensão de um líder ou de um ator do que é necessário para a construção de uma paz profunda e sustentável; e o segundo visa direcionar alunos de pós-graduação em estudos de paz a entender quais caminhos e carreiras eles podem seguir após conseguirem seus diplomas (DOCHERTY; LANTZ-SIMMON, 2017).

Além dos caminhos indicados pela figura, a construção da paz estratégica também se ancora em um conjunto de valores responsáveis por orientar todas as tomadas de decisões, destacando: os direitos e necessidades humanas, a interdependência, a parceria e a limitação da violência. O primeiro se justifica pela necessidade da construção da paz, de criar sociedades que afirmem a dignidade por meio do atendimento das necessidades humanas e da proteção dos direitos humanos. Destarte, é importante garantir a população as necessidades materiais, sociais e culturais que incluem acesso à comida, água, abrigo, saúde, dignidade humana, segurança, cultura, religião, entre outros. A interdependência é necessária, pois quando as pessoas estão cientes ao que acontece ao seu redor e valorizam a interdependência com os outros, há maior probabilidade de coordenação de esforços para atender as necessidades da comunidade (SCHIRCH, 2004).

Em adição, a parceria é uma alternativa distinta a dominação, pois encoraja as pessoas a usarem seus relacionamentos para satisfazerem as necessidades e direitos um dos outros, se as relações são igualitárias e ancoradas na parceria as pessoas se fortalecem

e cooperam entre si ainda mais. Por fim, a limitação da violência é necessária, a construção da paz diz respeito a aumentar o número de opções não-violentas na sociedade, significando assim valorizar e evidenciar conceitos contrários à violência como a justiça e a segurança humana (SCHIRCH, 2004).

Como já frisado previamente, a construção da paz requer uma série de abordagens e enfoques, e estes podem ser classificados em quatro grupos distintos, onde cada um possui diversas tarefas que auxiliarão no processo de consolidar uma paz sustentável. Os quatro enfoques são a promoção não-violenta do conflito, a redução da violência direta, a transformação de relacionamentos e a construção de capacidade (SCHIRCH, 2004). Essa visão geral pode ser sintetizada na figura abaixo.

**Figura 6.** Mapa da construção da paz.



Fonte: Extraído de Schirch (2004, p.26).

Este mapa indica os objetivos únicos das diferentes abordagens da construção da paz, estas por vezes são simultâneas, contínuas e interdependentes. O enfoque de promoção não-violenta do conflito instaura uma estratégia não violenta na sociedade, a qual depende da satisfação das necessidades de todas as pessoas envolvidas no conflito, as vítimas e os perpetradores. Essa satisfação acontece por meio da criação de expressões de poder não-violentas, de uma negociação bem-sucedida e da limitação de poder a certos grupos (SCHIRCH, 2004). Conforme a figura, as principais tarefas que podem ser realizadas dentro dessa abordagem incluem monitoramento e apoio, ação direta e defesa da população civil.

A redução da violência direta, consoante Lisa Schirch (2004), se refere aos esforços necessários para reduzir a violência pessoal, conter os perpetradores, prevenir e aliviar o sofrimento das vítimas e criar espaços seguros para a realização de atividades de construção da paz, são essenciais, pois após realizadas, outros processos poderão ser endereçados. As principais tarefas desse enfoque, ainda segundo o mapa, incluem a criação e fortalecimento de sistemas de justiça, assistência humanitária, manutenção da paz, intervenção militar, acordos de cessar-fogo, criação de zonas de paz e de programas para prevenir a violência.

A terceira abordagem é a transformação de relacionamentos. Aqui é necessário (re)criar os relacionamentos para que a paz substitua a violência, pode ser realizada por diversos métodos que tratam e lidam com os traumas, os conflitos e a justiça. Possuem importância, pois oferecem às pessoas a oportunidade de lidar com suas necessidades de modo pacífico e sustentável, logo as principais tarefas aqui incluem a cura do trauma, a transformação de conflitos, a justiça restaurativa e transicional, a governança, e a elaboração de políticas (SCHIRCH, 2004).

Por fim, o último enfoque diz respeito à capacidade. A construção da paz cria capacidade para a formação de uma cultura de paz e, as sociedades cultivam uma cultura de paz e justiça quando atendem as necessidades e direitos de todas as pessoas e quando resolvem seus conflitos através de processos democráticos. Desta maneira, para construir essa capacidade é preciso que as pessoas locais saibam moldar e desenvolver a arquitetura de sua sociedade, como a criação de estruturas, políticas, organizações e instituições. Por este motivo as principais atividades incluem treinamento e educação, desenvolvimento, conversão militar, pesquisa e avaliação (SCHIRCH, 2004).

O que todas às três figuras dessa seção têm em comum é o poder de síntese e de exemplificar o quão inclusiva a construção da paz pode ser. Se a princípio, em uma leitura direcionada para a visão das Nações Unidas, entende-se que esse processo ocorre apenas em um ambiente pós-conflito, direcionada prioritariamente a abordagens e atividades mais estruturais, institucionais e tangíveis, aqui fica claro que é bem mais que isso, se trata de um processo que tende a ir além da abordagem tradicional e inclui todos os aspectos da sociedade.

A construção da paz pela perspectiva das organizações internacionais e estudiosos valoriza aspectos bastante negligenciados nas abordagens da ONU, como a questão dos relacionamentos, da cura do trauma, da justiça e do desenvolvimento. O enaltecimento de tais perspectivas é necessário, pois permite que a consolidação e criação de uma paz sustentável atinja todos os níveis da sociedade, assim como todos aqueles que se envolveram no conflito. Em contraponto, as operações de paz das Nações Unidas são mais direcionadas realizando atividades consideradas por ela como prioritárias e encarregando atividades secundárias as suas próprias agências ou a organizações internacionais e regionais.

É conveniente lembrar que as operações de construção da paz da ONU possuem muito mais alcance e influência do que outras entidades na mesma área, e apesar da existência e atuação das mesmas, nem sempre elas conseguem realizar todos os seus objetivos em função de problemas financeiros, humanos e logísticos. Assim sendo, mesmo reconhecendo a importância da construção da paz nas Nações Unidas, presume-se que o processo seria mais inclusivo e efetivo e poderia alcançar e auxiliar ainda mais pessoas caso fosse baseado na concepção mais expansivo do termo.

Esse conceito no âmbito da ONU já evoluiu bastante ao longo dos anos, principalmente com o desenvolvimento das operações multidimensionais, porém considera-se que um avanço em direção a construção da paz estratégica poderia contribuir e até mesmo resolver alguns dos principais dilemas e consequências desse processo. No que tange o tema dessa dissertação, percebe-se que ele é negligenciado nas abordagens da ONU, porém é apontado como um dos pilares prioritários na construção da paz estratégica, tal priorização é relevante, pois auxilia a dar maior visibilidade ao tema e a compreender que a cura do trauma possui impacto significativo na construção e consolidação da paz.

### 1.2.3.2 As contribuições de John Paul Lederach

Previamente destacou-se as ideias de Johan Galtung que foram pioneiras no âmbito dos estudos para paz. Agora é válido discorrer a respeito de outro estudioso que influenciou o campo da paz nas últimas décadas: John Paul Lederach. Como citado na subseção anterior, o autor contribuiu positivamente para a composição das ideias da construção da paz estratégica, porém anos antes da criação do gráfico indicado acima Lederach já ganhava espaço e visibilidade ao expandir o conceito de construção da paz e trabalhar com concepções similares, a exemplo da transformação de conflitos.

Para John Paul Lederach (1997), construir a paz exige um compromisso de longo prazo e o estabelecimento de uma infraestrutura em todos os níveis da sociedade, de modo a potencializar os recursos dentro e fora dela. Assim, o *peacebuilding* é definido pelo autor como:

Um conceito abrangente que engloba, gera e sustenta toda uma gama de processos, abordagens e etapas necessárias para transformar o conflito em relacionamentos mais sustentáveis e pacíficos. O termo, portanto, envolve uma ampla gama de atividades e funções que precedem e seguem acordos formais de paz. Metaforicamente, a paz é vista não só como um estágio ou uma condição e sim uma construção social dinâmica. Esta conceptualização requer um processo de construção, envolvendo investimento e materiais, *design* arquitetônico e coordenação de trabalho, fundação acabamento detalhado, assim como uma manutenção contínua (LEDERACH, 1997, p.21, tradução nossa).

Essa definição por si mesma transcende a ideia de que os esforços da paz devem ficar restritos apenas a problemas imediatos e frisa a criatividade e dinamismo em um contexto de transformação de relacionamentos e estruturas sociais (FACCHINI, 2020). De modo geral, consoante Lederach (1997), a construção da paz é vista como um processo composto de uma multiplicidade de papéis, funções e atividades interdependentes, seu objetivo é criar e apoiar uma estrutura para paz orientada a apoiar processos de mudança sociais que contribuirão para o fim dos ciclos de violência. Logo, esse processo deve conseguir transformar um sistema de guerra, marcado por relacionamentos divididos, hostis e violentos, em um sistema de paz, caracterizado por relacionamentos justos, interdependentes e não-violentos. A finalidade dessa estrutura é gerar sistemas contínuos, dinâmicos e sustentáveis que se sustentem temporalmente e sejam capazes de se adaptar as mudanças da sociedade.

As contribuições de Lederach no campo da paz foram feitas após a adoção e utilização do termo pelas Nações Unidas, em 1992, e são relevantes, pois indicam uma conceituação mais inclusiva do termo e em simultâneo expõe a escassez de esforços destinadas a construção da paz no âmbito diplomático e na área dos principais atores responsáveis pelo processo. Desde o início da década de 1990, várias agências governamentais e ONGs expandiram a utilização do termo e é neste contexto que as contribuições de Lederach se encontram (LEDERACH, 1997).

Nessa área de expansão é apropriado abordar mais profundamente o conceito de transformação de conflitos. O termo já foi citado anteriormente nas rodas de construção da paz, contudo como John Paul Lederach é o criador e difusor da expressão é válido exhibir suas contribuições. Para o autor, a transformação de conflitos é vista como uma abordagem holística e multifacetada para gerenciar conflitos violentos em todas as suas fases, a expressão significa um processo constante de mudança nos relacionamentos, atitudes e estruturas, e deve considerar a natureza complexa e multidimensional da natureza humana. É um conceito naturalmente atrelado as iniciativas de construção da paz (PEACEBUILDING INITIATIVE, c2008).

Lederach utilizou o termo “transformação de conflitos” para substituir e reorientar a antiga expressão “resolução de conflitos”. Esta última busca eliminar situações não desejadas e criar e alcançar soluções efetivas para os problemas que geram a crise, ou seja, é voltada para o fenômeno destrutivo com a finalidade de resolvê-lo em um curto período. Por outro lado, a transformação de conflitos tende a solucionar o problema imediato e também realizar uma mudança construtiva de modo a impedir os ciclos de violência e proporcionar a volta das estruturas sociais e dos relacionamentos saudáveis na sociedade (FACCHINI, 2020).

A transformação de conflitos é vista por Lederach como uma pessoa que possui cabeça, coração, mãos e pernas. Nesta metáfora, a cabeça se refere a uma visão conceitual do conflito, isto é, como as pessoas pensam e se preparam para abordar o conflito, aqui encontram-se as atitudes, percepções e orientações que auxiliarão na transformação criativa. Em um cenário transformacional a cabeça entende o conflito não como um episódio isolado, mas sim como um conjunto de padrões embutidos na sociedade, a mudança é esperada a curto e a longo prazo. O coração é responsável pela orientação, sustento e direção, é ele quem fornece um ponto de partida e de retorno e no âmbito da

transformação de conflitos ele é responsável por duas ideias centrais: os relacionamentos humanos e as oportunidades de vida (LEDERACH, 2014).

A primeira ideia ressalta o quão os relacionamentos são centrais para a transformação, e para encorajar o seu potencial é necessário concentrar-se em suas dimensões menos visíveis. A segunda ideia compreende que o conflito flui da vida, assim ao invés de vê-lo como uma ameaça é preferível entendê-lo como uma oportunidade para melhorar e desenvolver as estruturas sociais. As mãos integram a parte prática, na transformação de conflitos ela se refere aos processos de mudança construtiva que visam superar os padrões violentos e destrutivos. E por fim, as pernas e os pés representam o local onde se toca no chão e onde todas as jornadas começam, é um ponto de ação indicando que a transformação de conflitos só será efetiva à medida que responda aos desafios e necessidades da vida real (LEDERACH, 2014).

O que Lederach transmite mediante o simbolismo com o corpo humano é que a transformação de conflitos é um processo gradual formado por diversas etapas distintas cuja principal finalidade é criar respostas adaptativas ao conflito humano por processos de mudanças que aumentem a justiça e reduzam a violência. Para o autor, as comunidades que se dedicam a utilizar-se dessa abordagem estão interessadas em maneiras construtivas de lidar com os conflitos e em formas de melhorar e desenvolver suas vidas. As mudanças que desejam se relacionam a transformar padrões violentos e destrutivos em estruturas e respostas criativas, responsivas e não violentas (LEDERACH, 2014).

Quando o assunto é construção da paz em uma perspectiva mais abrangente, é necessário falar de Lederach por suas inúmeras contribuições para a área dos estudos para paz. Na década de 1990, quando o termo ainda era relativamente novo e foi adotado pela ONU, o autor já frisava a necessidade de este ser um processo inclusivo que abrangesse a população local, as mudanças nas estruturas sociais e também os relacionamentos das pessoas na comunidade. Ao longo dos anos, e de suas experiências teóricas e principalmente práticas, Lederach foi expandindo seu conhecimento e adotou termos como a paz estratégica e a transformação de conflitos que ilustravam a necessidade de o processo de paz estar presente em todos os níveis da sociedade.

Assim, essa seção por meio da ilustração de outra perspectiva da construção da paz além da ONU e através da exibição dos conceitos mais relevantes de Lederach se propôs a mostrar outro lado desse processo que tende a ser mais amplo e, em simultâneo,



mais humano, pois tende a considerar as várias camadas da sociedade. Já a próxima e última seção tende a mostrar o relacionamento entre a cura do trauma e a construção da paz, principalmente como essa intervenção ainda é negligenciada em algumas abordagens desse processo.

### **1.3 A cura do trauma à luz do processo de construção da paz**

Nas seções anteriores foi discutido separadamente a questão do trauma, abrangendo seus conceitos intrínsecos como a cura e a reconciliação e a temática da construção da paz. Nesta seção, o objetivo é debater como esses dois conceitos se conectam, principalmente como o processo da cura do trauma e como as intervenções relativas às emoções ainda são negligenciadas e pouco valorizadas no processo de paz. Este conceito tende a priorizar, como destacado nas seções anteriores, atividades mais estruturais e institucionais ao invés de atividades mais direcionadas ao indivíduo e à sua saúde mental. Salienta-se que o conceito de construção da paz utilizado nessa seção segue a perspectiva das Nações Unidas, principalmente no que tange a falta de intervenções de cura do trauma em suas atividades práticas.

As intervenções de cura do trauma são essenciais para a construção da paz, dado que o âmbito da cura busca a cura física, emocional e espiritual e também fornece o espaço necessário para que as pessoas identifiquem os danos sofridos e necessidades futuras. Sem a existência de programas para cura e recuperação de trauma, ou no mínimo a não sensibilidade para as necessidades das vítimas, as atividades de construção da paz como ajuda humanitária, manutenção da paz e até mesmo negociação podem ser prejudicadas. Se não há a cura, a experiência do trauma resulta em comportamentos ofensivos, prejudicando em grande medida qualquer esforço feito para construir uma paz sustentável (SCHIRCH, 2004).

Emma Hutchison e Roland Bleiker (2013) acreditam que a construção da paz e a reconciliação estão intrinsecamente conectados, pois ambos lidam com as consequências pós-conflito. As tarefas predominantes da construção da paz compreendem: fornecer segurança, criar instituições, salvaguardar o Estado de direito e implementar a democratização. Logo, os autores demonstram que a garantia de segurança e a criação de instituições possuem significativa importância para o processo de construir a paz, principalmente nos primeiros dias após o conflito. Contudo, uma ordem estável não será

alcançada a menos que as fontes psicológicas do conflito também sejam tratadas, pois os resíduos da violência e da morte perduram por muito tempo, mesmo que ocorra o fim das hostilidades, essas podem se reacender a qualquer momento.

Para superar essas adversidades, as emoções devem ser vistas como forças sociopolíticas que contribuem para a formação da identidade e da comunidade. Elas são partes inevitáveis da vida humana e influenciam as ações e interações entre os indivíduos e conseqüentemente da realidade (FACCHINI, 2020). Quando as emoções começarem a ser vistas dessa maneira, elas poderão ser reconhecidas pelo papel central que desempenham nos processos de cura e reconciliação:

O primeiro passo é entender que o medo e a raiva continuam existindo nos indivíduos mesmo após o fim do conflito. Os resultados são formas antagônicas de identidade e comunidade que fomentam mais do que resolvem os conflitos. As abordagens predominantes, principalmente aquelas que enfatizam as dimensões institucionais e de segurança da construção da paz, são projetadas para gerenciar estes resíduos políticos de medo, raiva e ressentimento. Fazer isso é sem dúvida importante, principalmente depois de um grande conflito. Porém, não é suficiente para criar um ambiente político que permita que sociedades divididas superem ideias sobre justiça pautadas em torno da retribuição ou vingança (HUTCHISON; BLEIKER, 2013, p.82, tradução nossa).

Nesta mesma linha de pensamento, Marc Howard Ross (2013) acredita que a criação de novas instituições no processo de construção da paz é crítica para as sociedades pós-conflito, porém ela, por si, é insuficiente para construir uma paz duradoura. O autor afirma que o lado emocional deve ser incluído nos esforços de construção da paz, justamente pelo fato de que a raiva e os sentimentos de exclusão contribuem para o início de conflitos e que alguns elementos como inclusão, reconhecimento, fortalecimento de um futuro compartilhado, identificação de interesses comuns e experiências individuais são componentes capazes de melhorar as iniciativas de construção da paz.

Ross (2013) frisa que os benefícios para a construção da paz podem ser inúmeros se as necessidades emocionais dos indivíduos forem consideradas, e essa atitude possibilita que se evite futuros conflitos. Para inserções significativas destas emoções na construção da paz, o autor propõe as seguintes iniciativas descritas abaixo. A primeira concerne o *aumento da inclusão*. O processo de construção da paz deve ser capaz de ajudar na superação das diferenças entre os grupos da sociedade, incluindo vítimas e inimigos, a fim de que esses grupos desenvolvam entendimentos compartilhados sobre passado, o presente e futuro. A segunda iniciativa se refere ao *reconhecimento*, em que é

necessário que os construtores da paz não atribuam a culpa do conflito a determinados grupos. Essa iniciativa não é o mesmo que aceitação, já que o primeiro consente as diferenças nas experiências, sem necessariamente aprová-las. Esse processo é importante para que os grupos criem uma narrativa comum sobre o passado para seguirem em frente.

A terceira iniciativa aborda o tema do *futuro compartilhado* e dos *interesses em comuns*. Aqui, a construção da paz deve priorizar as necessidades conjuntas dos grupos, e a ideia é ignorar o passado recente para que as diferenças não aumentem e focar no presente e no futuro, priorizando as necessidades comuns e ganhos mútuos. A quarta iniciativa propõe *afastar-se de estereótipos de antigos oponentes*, consistindo em mostrar as possibilidades de interesses comuns e de cooperação entre os grupos e membros da sociedade. Por fim, a última iniciativa refere-se à *criação de expressões e rituais comuns* entre os grupos. As sociedades divididas e dilaceradas por conflitos se identificam através de rituais e expressões simbólicas, estes elementos acentuam ainda mais a distinção entre os grupos. A ideia é que a construção da paz auxilie no desenvolvimento de expressões e iniciativas comuns que reúnam e conectem ainda mais os membros da comunidade (ROSS, 2013).

Geralmente, as abordagens e as iniciativas de construção da paz não são preparadas para lidarem com as tarefas associadas à emoção e ao trauma. O propósito maior dessas iniciativas é ocupar-se de desafios vistos pelos construtores da paz como iminentes e prioritários, apesar de serem tarefas necessárias, sozinhas elas não são suficientes para criarem uma sociedade estável e pacífica, pois, mesmo após o fim de conflitos prolongados, ainda estão presentes nos indivíduos as feridas emocionais (HUTCHISON; BLEIKER, 2013).

A cura do trauma deveria ser considerada uma parte viável da “caixa de ferramentas” de construção da paz, pois apoia indiretamente os processos de reconciliação e reduz a probabilidade de recorrência da violência. Em resumo, ao curar os indivíduos, tratar seus traumas e aumentar sua resiliência psicológica é possível diminuir a tendência à vingança e aumentar o perdão, instrumentos que gozam de uma relação direta com a probabilidade de ocorrência de comportamento violento. Por conta da sua importância e do seu impacto, esta categoria de intervenção tem o potencial de formar e de se estabelecer como uma parte importante da “caixa de ferramentas” de construção da paz justamente pela capacidade de ajudar a construir a paz em um ambiente pós-conflito (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

É comum que os indivíduos de sociedades assoladas por traumas em grande escala sofram as consequências daquele evento, e que a atribuição psíquica resulte em diversos impactos negativos para a produtividade econômica, para a educação, para a saúde, para a segurança, dentre outros âmbitos da vida pública e privada. Neste cenário, se não se estimular e se assegurar a cura do trauma na esfera individual e na societal, os recursos alocados a fim de alcançar ganhos de desenvolvimento em diversas áreas, como educação, bem-estar social e produtividade econômica, serão significativamente menos eficazes e conseqüentemente ineficientes, como ocorre em muitos casos estudados (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Cillian McGrattan (2016) corrobora que o foco nas abordagens e nas tarefas “convencionais” da construção da paz tende a obscurecer ou até mesmo a ignorar a relação existente entre o trauma e os processos de paz e a democracia. O autor admite que os aspectos institucionais e regulamentares são necessários além de serem responsáveis por definir resultados em eleições e em contestação política, entretanto, o foco apenas nesse enquadramento ofusca elementos consideráveis para a transição política e para a paz. McGrattan sugere que as respostas políticas em uma sociedade pós-conflito devem considerar as dimensões do trauma, pois qualquer tentativa de conceber processos de democratização só será bem-sucedida se alinhada a uma consciência de trauma em um âmbito político.

As respostas políticas direcionadas ao trauma são, por vezes, distintas daquelas relacionadas ao conflito. Logo, a desconsideração das dimensões do trauma na construção da paz converte-se em noções de paz que são desequilibradas, insustentáveis e muitas vezes injustas. E o resultado deste fato é visível em processos de democratização e paz que concebem a violência apenas como algo relacionado a instituições e não ao trauma (MCGRATTAN, 2016).

Isto é, não se pode abordar adequadamente a questão da cura do trauma se esta não estiver presente em iniciativas mais amplas de construção da paz e desenvolvimento. Lidar com o desafio da inclusão do trauma nas atividades e intervenções de paz requer parcerias, interdisciplinaridade, contratação e qualificação de profissionais de saúde mental e capacitação dos mesmos em questões de paz e desenvolvimento. Em suma, o trauma necessita ser entendido como um fenômeno não só psicológico, mas também social que inclui em seu âmago questões como direitos humanos, saúde, cultura e igualdade (CLANCY; HAMBER, 2008).

Essa seção abordou como a questão da cura do trauma, assim como as emoções e a saúde mental, ainda são negligenciadas pelas perspectivas internacionais de construção da paz. Como se viu anteriormente, a questão do indivíduo, da cura e do trauma recebem grande espaço em definições mais abrangentes da construção da paz como no caso da construção da paz estratégica, contudo em abordagem mais *mainstream*, a exemplo das Nações Unidas, o processo tende a priorizar âmbitos mais institucionais, governamentais e estruturais. Apesar de entender que o tema não é negligenciado em todas as abordagens, compreende-se que ele é priorizado em algumas narrativas acadêmicas e organizacionais, porém ainda esquecido nas principais iniciativas e atividades da atualidade, resultando em poucas intervenções práticas com resultados positivos e benéficos para as vítimas.

Logo, é essencial que a cura do trauma seja endereçada nas atividades prioritárias da construção da paz— com grande enfoque para as operações de paz da ONU — para que o processo seja mais inclusivo, saudável e duradouro. Apesar de recente, a literatura do trauma e os projetos mais práticos acerca desse assunto demonstram a relevância de considerar essa categoria de intervenção como prioritária. A expectativa é que no futuro essa temática ganhe mais visibilidade na prática e possa receber a mesma atenção que outras intervenções, mudando significativamente a vida das vítimas.

Em síntese, este capítulo conduziu uma revisão conceitual referente as temáticas mais relevantes da dissertação. A temática do trauma é o assunto principal do capítulo e aqui retratou-se o lado psicológico e social desse fenômeno, explicitando o processo psicológico do trauma, o ciclo do trauma curado e também sua correlação com os conflitos e com o processo de construção da paz. A parte de construção da paz contemporânea é essencial para a contextualização do tema, ou seja, é necessário compreender o que é o processo e como é realizado através das operações de paz, para então alcançar o entendimento da questão do trauma em sociedades pós-conflitos. À luz da discussão exposta, propõe-se o arcabouço analítico abaixo para a condução da análise dos estudos de caso:

**Tabela 1.** Arcabouço analítico para a realização dos projetos de cura do trauma.

	<b>Recursos</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Reconhecimento</b>	<b>Futuro comum</b>
<b>Ruanda</b>	Qual a quantidade de recursos financeiros e humanos destinados ao projeto?	O projeto é inclusivo para todos os grupos da sociedade? Ou está restrito a uma pequena parcela da população?	O projeto e seus líderes são imparciais em relação à culpa dos grupos na violência passada?	O projeto constrói e desenvolve atividades coletivas que estimulem a criação de um futuro pacífico e harmônico entre as partes?
Never Again Rwanda				
Karuna Center for Peacebuilding				

Fonte: autoria própria (2022).

Com relação ao eixo “recursos”, a proposta é avaliar a robustez das iniciativas de cura e de reconciliação nos casos selecionados, particularmente em termos de recursos financeiros e de recursos humanos envolvidos nas atividades. Os demais eixos — “inclusão”, “reconhecimento”, e “futuro comum” — seguem a proposta de Ross (2013) apresentada anteriormente e procuram investigar se as iniciativas em Ruanda realizam ações nesses três âmbitos.

Com isso, espera-se que o presente capítulo tenha construído as bases teóricas e metodológicas necessárias para que se possa realizar a análise empírica a partir da conjuntura de Ruanda. Em seguida, o capítulo dois, apresentará um contexto histórico do país, abordando mais sobre o seu passado violento, bem como o impacto do trauma na vida e cotidiano dos ruandeses.

## **2 RUANDA: UM PAÍS MARCADO PELA DIVISÃO E VIOLÊNCIA**

O objetivo desse capítulo é apresentar o histórico de Ruanda, desde antes da colonização até os dias atuais, bem como indicar quais as principais consequências, relativas à saúde mental, do genocídio de 1994. Para isso, o capítulo é dividido em duas seções basilares: a primeira possui um teor mais histórico, apresentando Ruanda e os acontecimentos mais relevantes das últimas décadas, a exemplo da colonização, independência, guerra civil, genocídio e os anos pós-1994. Posteriormente, a segunda e última seção aborda o cenário da saúde mental dos ruandeses, com enfoque para a visão geral dessa temática no país, as principais consequências, bem como as iniciativas, intervenções e tradições que auxiliam no âmbito do trauma, cura e reconciliação.

O capítulo mescla diversos autores e bibliografias, porém a autora americana Nicole Fox (2021) recebe expressiva atenção em função de sua obra atualizada e recente sobre Ruanda. Apesar de não ser ruandesa, a autora viajou diversas vezes ao país e ficou hospedada por muito tempo em casa de cidadãos ruandeses, além de ter realizado várias entrevistas<sup>12</sup> com pessoas do país. O seu livro também apresenta pesquisas e informações recentes sobre o tema de memória, trauma e reconciliação, portanto é significativo para o desenvolvimento desse capítulo.

### **2.1 Um passado fragmentado e doloroso**

Ruanda, um país localizado na África Oriental, é caracterizado como um Estado sem litoral superpovoado, possui quantidades limitadas de recursos naturais e é dependente economicamente de sua agricultura. A agricultura ruandesa passou e ainda passa por várias dificuldades em função do rápido crescimento populacional, da diminuição de terras aráveis e também das técnicas agrícolas tradicionais. Tal fator é significativo, pois durante muitos anos essa foi a causa estrutural que mais contribuiu para tensões econômicas e sociais no país africano (DOUMA, 2000).

Antes do domínio colonial em Ruanda, no século XVIII e XIX, um estado monárquico se desenvolveu na região. O reino ruandês era bastante influente e contribuiu

---

<sup>12</sup> O livro da autora é baseado em nove anos de trabalho de campo, incluindo inúmeras entrevistas com setenta e dois sobreviventes do genocídio de 1994 que moravam perto, ou que estavam sempre presentes, em alguns memoriais de Ruanda.

para a criação de uma identidade em grupo baseada em cultura, linguagem e liderança compartilhadas. Logo que o reino se expandiu e se consolidou houve a criação de três categorias distintas no país: Hutu, Tutsi e Twa. A monarquia de Ruanda, bem como a família real, era liderada pelos tutsis, enquanto os hutus atuavam como chefes de rituais. Em síntese, os tutsis eram os criadores de gado (15 por cento da população), os hutus os agricultores (84 por cento) e os twas, os artesãos (1 por cento). A porcentagem da população em cada grupo variava, porém, o poder do Estado pertencia aos reis e chefes tutsis (BROWN, 2018; FOX, 2021).

Os termos tutsi e hutu, consoante Sarah Brown (2018), eram associados a ideia de ‘patrão’ e ‘cliente’ respectivamente. As relações entre esses grupos variavam conforme a região, porém eram baseadas na troca de terras ou gado por lealdade, refletindo assim uma disparidade de poder entre os grupos. Contudo, vale frisar que nesse período havia um grau de fluidez entre as classes, ou seja, um hutu poderia adquirir riqueza e poder suficiente para se transformar em um tutsi e um tutsi poderia perder o seu *status* e se transformar em um hutu.

Embora as categorias hutus e tutsis fossem fluídas, essa fluidez não se refletia em igualdade ou equidade econômica, nesse período a organização se pautava em um sistema de castas forjado com base em tensões sociais relativas à desigualdade econômica e a consolidação pelos tutsis de poder político e militar (FOX, 2021).

Mesmo com essa dominação dos tutsis sobre os hutus, é possível afirmar que ambos os grupos possuíam uma coexistência pacífica:

A maneira que esse domínio se refletia no século dezenove era moderado e regulado pelo relacionamento ‘lorde’ e ‘vassalo’. “O homem rico em seu castelo, o homem pobre em seu portão” parece ter sido uma forma externa e visível de um relacionamento mutuamente aceitável entre tutsis e hutus; pelo menos em teoria essas formas representavam um compartilhamento acordado de direitos e deveres (DAVIDSON, 1992, p. 249, tradução nossa *apud* AHLUWALIA, 2010, p.512).

Essa configuração fornecia à sociedade ruandesa pré-colonial coerência e organização, permitindo que ela existisse com algum caráter de ordem. Contudo, essa ordem foi alterada com a colonização, que rompeu o equilíbrio existente entre os grupos e criou suposições racistas entre eles, os dividindo e cultivando uma política de ódio e violência (AHLUWALIA, 2010). Atualmente, os ruandeses afirmam em público que não



existem mais etnias como os hutus, os tutsis ou os twas, pois eles acreditam serem todos ruandeses<sup>13</sup>. Esse discurso é expressivo, pois indica uma mudança significativa do passado recente da colonização e do passado distante pré-colonial. Se outrora tais classificações eram utilizadas para demarcar classes sociais e categorias étnicas e políticas, presentemente elas se transformaram social e politicamente, e representam uma mudança em relação ao passado não tão distante (FOX, 2021).

### **2.1.1 A chegada dos alemães e belgas**

Em 1897, no período denominado Partilha da África, colonizadores alemães ofereceram apoio ao rei de Ruanda, Yuhu Musing de apenas 15 anos, e a aceitação desse apoio permitiu que missionários conhecidos como “Padres Brancos” estabelecessem bases em toda a região. Esse fato significou um domínio político indireto pelos alemães, criou fronteiras fixas no país, além de ter iniciado a transformação dos hutus e tutsis em identidades racializadas por meio do mito hamítico. A “hipótese hamítica” racializou as categorias hutus e tutsis e afirmou que os tutsis eram mais altos, possuíam narizes mais finos, pareciam europeus e tinham se originado em alguma região fora da África Oriental. Os colonizadores acreditavam que os tutsis eram originários do Norte da África, pois as políticas e práticas sociais criadas por eles em Ruanda somente poderiam existir caso eles tivessem vindo de outro lugar (FOX, 2021).

Os Padres Brancos seguiram a liderança estabelecida pelos colonizadores alemães e reforçaram a ideia de que os tutsis eram um grupo superior, enquanto os hutus eram “menos civilizados”, culminando na ideia de que todos os chefes eram tutsis e os súditos hutus. Essa hipótese ignorou os hutus em posição de liderança e criou dois grupos distintos, instituindo os hutus como o grupo nativo da área e os tutsis como originários de outra região da África (FOX, 2021).

Os colonizadores ganharam poder através da segmentação realizada, assim a abordagem dos alemães para governar Ruanda se pautou na imposição de uma divisão

---

<sup>13</sup> Mesmo essa narrativa sendo inicialmente imposta pelo governo, ela tende a ser a narrativa dominante no país. Ou seja, atualmente os cidadãos acreditam que não há divisão étnica entre as pessoas, elas são “todas ruandeses”, pertencentes a um mesmo país e nação. Esta narrativa é significativa, pois busca unir os ruandeses ao invés de separá-los e dividi-los, algo que se fosse cultivado poderia levar a retomada da violência.

clara entre colonizador e colonizado de modo a garantir a superioridade do governo e a inferioridade étnica (FOX, 2021). A aplicação do mito hamítico, consoante Sarah Brown (2018), indicou o momento em que o vínculo raça e cor foi rompido em Ruanda. Quando isso aconteceu, os tutsis tornaram-se uma categoria racial, sendo a classe dominante sobre a maioria hutu. Dessa forma, os colonizadores alemães controlaram o país por meio de um governo indireto através dos tutsis.

A Alemanha perdeu para a Bélgica o controle da África Oriental em 1916, contudo, enquanto os colonizadores alemães acreditavam na hipótese hamítica, os belgas transformaram essa supremacia racial em um fato institucional e em políticas coloniais, criando assim bases para as novas relações políticas, sociais e culturais. Os belgas e os Padres Brancos consolidaram ainda mais o seu poder por meio do controle da elite e das divisões raciais, e também promulgaram políticas de reforma colonial responsáveis por reduzirem o número de chefes hutus e concentrarem o controle nas mãos de alguns poucos chefes tutsis que governavam com autonomia e impunidade quase absoluta (BROWN, 2018; FOX, 2021).

Os belgas também consolidaram uma ideologia eugenista em Ruanda mediante carteiras de identidades obrigatórias e pelo censo. Essas carteiras indicavam se o indivíduo era hutu, tutsi ou twa sendo responsáveis por eliminar qualquer dúvida sobre a identidade étnica de uma pessoa. A identidade presente nas carteiras delimitava se um indivíduo tinha ou não acesso a oportunidades e recursos políticos, educacionais e comunitários, sendo essa construção colonial e de raça bastante reforçada em Ruanda, transmitida por igrejas, comunidades e escolas (FOX, 2021). Em geral, os colonizadores alemães e belgas tiveram um papel significativo na construção e manipulação da identidade étnica em Ruanda, o que foi central para episódios posteriores de ódio, violência e fratura étnica (BROWN, 2018).

A partir da década de 1950, as tensões hutus-tutsis começaram a surgir, primeiramente na igreja e em seguida na vida pública. Sob pressão da ONU e também de uma maioria hutu, várias reformas foram implementadas para permitir que os hutus se emancipassem politicamente e também ocupassem posições de liderança selecionadas na vida pública. O resultado dessas reformas foi o aumento de tensão entre os grupos, pois elas não melhoraram a vida dos hutus mais pobres (FOX, 2021). Tais tensões acabariam resultando na revolução de 1959 e em seguida na independência de Ruanda.

As autoridades belgas se ressentiram dos desejos anticoloniais e comunistas do movimento de independência tutsi e por este motivo apoiaram a maioria hutu. O ápice apenas ocorreu em 1 de novembro de 1959, quando o líder hutu, Dominique Mbonyumutwa, do recém-criado partido político Parmehutu (1957) foi assassinado por um grupo de tutsis da União Nacional Ruanda, uma elite política influente na época. Após o assassinato de Dominique, uma onda de violência dos hutus contra a elite tutsi eclodiu em todo o país, resultando em uma revolução social de 1959 a 1961 (DOUMA, 2000; FOX, 2021).

A violência e a revolução motivaram vários tutsis a deixarem Ruanda e partirem para países vizinhos, como Uganda e o Congo, durante um período em que era comum os padrões de violência, nacionalismo étnico e exclusão. A marginalização de vários grupos originou uma nova fase na história de Ruanda denominada “Revolução Hutu” cujo principal desdobramento foi a vitória eleitoral, nas eleições pré-independência de 1961, do Movimento de Emancipação Hutu. Com a independência houve uma transformação na ordem política de Ruanda, pois o governo foi dominado pelos hutus, liderado pelo presidente Gregoire Kayibana. Alguns afirmam que a vitória nas eleições foi na verdade um golpe hutu facilitado pelos belgas, mas independentemente de como aconteceu, reconhece-se que o governo estabelecido foi um governo hutu autoritário baseado em uma ideologia racial e em um rígido sistema de cotas étnicas (DOUMA, 2000; AHLUWALIA, 2010; FOX, 2021).

### **2.1.2 O ciclo violento na República de Ruanda**

A colonização belga, frisa Sarah Brown (2018), não resultou em uma Ruanda democrática após a independência, pois o país foi governado por dois ditadores antes do genocídio: Grégoire Kayibanda (1962–73) e Juvénal Habyarimana (1973–94). Ruanda se tornou independente da Bélgica em 1 de julho de 1962 e o recém-formado governo de Kayibanda se concentrou na vingança contra os tutsis resultando em um ciclo de violência e instabilidade no país. Entre 1963 e 1967, cerca de 20 mil tutsis foram assassinados e mais de 300 mil buscaram exílio em países vizinhos, como a Uganda. Estas medidas eram justificadas pelo governo como uma forma de se defender dos ataques realizados pelos tutsis ao longo da fronteira norte de Ruanda.

Em 5 de julho de 1973, Juvenal Habyarimana um comandante do exército, tomou o poder em Ruanda mediante um golpe. Isso ocorreu após um conflito entre tutsis do

norte e hutus do sul que culminou em uma onda de violência anti-tutsi. Logo após tomar o poder, Habyarimana aboliu todos os partidos políticos e criou um regime de partido único comandado pelo Movimento Revolucionário Nacional para o Desenvolvimento (MRND). Este era um partido totalitário com administração extrema, todos os ruandeses, por exemplo, eram obrigados a fornecer a sua filiação étnica registrada em carteiras de identidade obrigatórias emitidas pelo partido, instituindo assim um rígido controle administrativo sobre os cidadãos. Durante o governo de 21 anos de Habyarimana quem mais sentiu as consequências foi a minoria tutsi que sofreu discriminação, marginalização e episódios extremos de violência (DOUMA, 2000; BROWN, 2018).

### 2.1.2.1 Os anos de Guerra Civil

As tensões em Ruanda aumentaram em 1989, quando o país vivenciou uma seca severa e uma escassez de alimentos que exacerbou a divisão já existente entre os ricos e os pobres. Atrelado a isso, a população estava descontente com a corrupção, a epidemia de AIDS, as desigualdades de classe e, principalmente, as tensões étnicas. Durante esse momento de instabilidade, o presidente Habyarimana sofreu bastante pressão dos seus aliados da África e da Europa para democratizar Ruanda (FOX, 2021).

Em 1990, diante das demandas da França<sup>14</sup>, ele concordou em realizar uma transição para eleições multipartidárias, bem como a criação de uma comissão para abordar o tema de reforma política no país. Todavia, antes que essas reformas pudessem de fato se concretizar a Frente Patriótica de Ruanda (RPF),<sup>15</sup> por meio do Exército Patriota

---

<sup>14</sup> A França, na época, era considerada o principal investidor e aliado internacional de Habyarimana (FOX, 2021). O status de superpotência da França era baseado em sua posição geoestratégica privilegiada no continente africano, durante a guerra civil de Ruanda, Paris apoiou o regime de Habyarimana e continuou apoiando o governo interino mesmo durante o breve reinado genocida. A intervenção militar *Opération Turquoise* facilitou simultaneamente a retirada do regime derrotado do MRND e da milícia extremista, os militares e milícias das FAR presentes em campos de refugiados em outros países receberam discretamente armas e ajuda militar dos círculos militares franceses. Durante muitos anos a França continuou a se opor ao governo RPF em Ruanda (DOUMA, 2000).

<sup>15</sup> A RPF foi criada por tutsis ruandeses exilados em Uganda. A ideia central da RPF era ser um movimento de guerrilha, o objetivo estratégico foi originalmente pressionar o regime de Habyarimana para permitir que a minoria tutsi participasse da tomada de decisões tal como promover a reintegração de refugiados tutsis que haviam sido exilados desde a independência em Ruanda. Depois da invasão em 1990, o RPF começou a recrutar, dentre outros grupos, tutsis expatriados, por isso eventualmente recebeu o rótulo de força rebelde mais educada da história (DOUMA, 2000).

de Ruanda (RPA), atacou Ruanda em outubro de 1990, alterando a prioridade de Habyarimana de democratização para defesa da segurança nacional. As Forças Nacionais Ruandesas (FAR), com um significativo apoio dos franceses, conseguiram em um primeiro momento recuperar e derrotar as forças rebeldes (FOX, 2021).

A RPF objetivava derrubar o governo de Habyarimana alegando que este operava sob uma política de discriminação contra os tutsis. O ataque de 1990 foi o primeiro de muitos da RPF e marcou o início de uma fase de tensão prolongada na história de Ruanda que desencadeou uma guerra civil com duração de quatro anos, terminando apenas com o genocídio de 1994. Em resposta aos repetidos ataques do RPF, o regime de Habyarimana iniciou uma campanha de propaganda pública que ligava os rebeldes da RPF a civis tutsis comuns que viviam em Ruanda, além de os rotularem como “forasteiros, baratas e estrangeiros”. Assim, uma forte propaganda anti-tutsi foi estabelecida e difundida através da mídia impressa, estações de rádio, eventos e reuniões políticas (DOUMA, 2000; AHLUWALIA, 2010; FOX, 2021).

Inúmeras formas de propagandas políticas foram necessárias para a transformação da política hutu em uma categoria de nacionalismo étnico:

O nacionalismo étnico, na forma de dominação hutu, foi enquadrado pelos radicais como a solução para os maiores problemas de Ruanda: fome, superpopulação, medo e incerteza. A ideologia nacionalista (isto é, a dominação hutu) significou a normalização da ideologia excludente a tal ponto que a moralidade foi alterada para enquadrar a violência letal como a única solução viável para os problemas da nação. Essa transformação incluiu os hutus extremistas monopolizando os meios de comunicação, difundindo o medo e praticando a violência genocida em menor escala do que os massacres documentados em 1994. Os massacres anti-tutsi, inéditos desde a revolução de 1959, começaram no início dos anos 1990, alimentados por argumentos de adeptos do nacionalismo étnico que indicavam que problemas só poderiam ser resolvidos com a eliminação dos tutsis (FOX, 2021, p.30, tradução nossa).

No decorrer da guerra civil, as milícias em Ruanda se expandiram em todas as frentes, principalmente com o apoio do exército ruandês (FAR), do partido político hutu extremista (MRND) e da França. À época, às duas principais milícias originadas nessa época eram a Interahamwe e a Impuzamugambi que mais tarde desempenharam um papel fundamental no genocídio de 1994. No início de 1992, a partir da escalada dos combates, Ruanda sofreu bastante pressão internacional por parte da França, EUA, Vaticano e Bélgica, posto isso o MRND e o RPF iniciaram negociações de paz de modo a interromper a violência em curso, e cinco meses depois, em junho de 1992, ambas as

partes concordaram com um cessar-fogo e as negociações de paz foram facilitadas pela Tanzânia e realizadas na cidade de Arusha (DOUMA, 2000; FOX, 2021).

As negociações não chegaram a ser efetivas. Segundo Nicole Fox (2021, p.31) “essas conversas constituíram um caso clássico de palavras vazias sem negociação real.” Enquanto as negociações aconteciam, grupos hutus extremistas planejavam como restringir e impedir a implementação das novas medidas. Logo, as tensões aumentaram em 1993, quando novos episódios de violência ressurgiram partindo de perpetradores como a milícia Interahamwe. O ressurgimento da violência resultou em atenção e preocupação internacional, levando o Conselho de Segurança da ONU, em 5 de outubro de 1993, a adotar a Resolução 872 que estabelecia a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR). O principal objetivo da UNAMIR era auxiliar na implementação dos Acordos de Arusha para facilitar um processo de paz entre a RPF e o governo de Ruanda. Esta decisão culminou no envio, para Ruanda, de 2500 soldados de manutenção da paz, sob a liderança do Comandante da Força General Roméo Dallaire, um tenente canadense (FOX, 2021).

### **2.1.3 O genocídio de 1994 contra os tutsis**

No início do ano de 1994, o Comandante Dallaire recebeu informações confidenciais de um informante denominado ‘Jean-Pierre’ de que a Interahamwe estava organizando um massacre em massa, treinando jovens para matar cerca de mil tutsis em vinte minutos. Em resposta, no dia 11 de janeiro de 1994, Dallaire enviou um *fax* para Boutros-Ghali, o então secretário-geral da ONU, alertando-o sobre os planos violentos dos militantes. A ONU negou o pedido de Dallaire de invadir o suposto esconderijo onde estariam as armas utilizadas para o massacre e o aconselhou a fornecer essas informações ao presidente Habyarimana. Quando Dallaire seguiu a recomendação da ONU e conversou com Habyarimana o que ele fez foi alertar o regime de que a UNAMIR estava a par dos planos violentos, contribuindo assim para uma distribuição mais rápida e generalizada das armas entre a Interahamwe (FOX, 2021).

Quase três meses depois, no dia 6 de abril de 1994, o presidente Habyarimana estava na Tanzânia participando de reuniões com outros chefes de Estados a fim de discutir o fracasso dos acordos de paz de Arusha. Habyarimana e Cyprien Ntaryamira, o então presidente do Burundi, foram assassinados quando mísseis derrubaram o avião em

que se encontravam perto do aeroporto de Kigali. Não se sabe ao certo quem realizou o assassinato: especialistas acreditam ter sido o Azaku (um grupo de extremistas hutus), ou a RPF, ou os genocidas. O que se tem certeza é que nos momentos após a queda do avião uma campanha genocida organizada se iniciou (FOX, 2021).

Horas após o assassinato do presidente, os genocidas bloquearam as estradas de todo o país, impedindo que qualquer pessoa deixasse suas casas ou até mesmo escapasse de Ruanda. As primeiras 24 horas, também conhecida como a primeira onda de violência, foram voltadas aos hutus moderados e aos líderes tutsis que possuíam seus nomes em listas pré-estabelecidas pelos extremistas. Muitos membros influentes da oposição também foram assassinados, deixando Ruanda sem líderes governamentais. Na segunda onda de violência que se estendeu pelos próximos dias, foram assassinados muitos refugiados tutsis em locais públicos e edifícios que serviam como refúgio, a exemplo das escolas e igrejas. Em 10 a 14 semanas, um total estimado de 500.000 a 800.000 tutsis e cerca de 30.000 hutus “traidores” foram executados por perpetradores das milícias, do exército, da administração pública, entre outros (DOUMA, 2000; FOX, 2021).

Dentre os primeiros cinco dias do genocídio também foi morta a primeira-ministra de Ruanda, Agathe Uwilingiyimana, que à época possuía pretensões presidenciais. Seu objetivo era comunicar-se via rádio com o público ruandês para pedir que eles mantivessem a calma e ficassem em segurança. Todavia, essa mensagem nunca foi transmitida e ela foi brutalmente assassinada juntamente com dez *peacekeepers* belgas da ONU encarregados de protegê-la. A morte dos oficiais da ONU teve desdobramentos futuros bastante expressivos para a continuidade do genocídio (FOX, 2021).

Esses assassinatos sistemáticos logo após a morte do presidente indicam que a campanha genocida foi orquestrada com bastante cuidado e antecedência. O plano para eliminar os tutsis se pautava em uma política dupla: de um lado, o partido político extremista, o MRND, e, do outro lado, o Comitê de Defesa da República (CDR), também uma organização extremista hutu. Enquanto o MRND participou e concordou com uma forma de reconciliação e negociação com a RPF, o CDR nunca cedeu e sempre se manteve oposto a essa ideia. Não obstante, ambas as organizações, sob a tutela do exército ruandês (FAR) e da Guarda Presidencial, criaram milícias, a exemplo da Interhamwe e do Impuzamugambi, que desempenharam um papel expressivo durante o genocídio, totalizando e armando cerca de 50 mil perpetradores (AHLUWALIA, 2010).

Muitos dos assassinatos foram estimulados pela mídia, em particular pela estação de rádio privada conhecida como *Radio des Milles Collines*, criada em 1993 por extremistas hutus e apoiada pelo regime de Habyarimana:

A missão da estação de rádio era transmitir propaganda racista contra todos os colaboradores tutsis e hutus. A mensagem das transmissões realizadas após a morte do presidente foi que a “RPF, e por extensão todos os tutsis, são ‘baratas’. Eles infestaram Ruanda e devem ser eliminados”. A rádio propagou a violência e convocou as milícias e os hutus a eliminar todos os tutsis (AHLUWALIA, 2010, p.504, tradução nossa).

É válido lembrar que o genocídio em Ruanda teve uma característica distinta, pois se tratava de assuntos íntimos e pessoais, ou seja, as pessoas assassinavam aquelas que conheciam. Os cidadãos executavam aqueles com quem se sentavam na igreja e com quem haviam saído dias antes; colegas de trabalho e escola matavam uns aos outros e até mesmo membros da família cometiam assassinatos entre si. A velocidade com que o genocídio se desenrolou também se distinguiu bastante de outras violências em massa já registradas. O perpetrador típico do genocídio era por vezes um homem comum com escolaridade média e nenhum histórico prévio de violência. As estimativas de pessoas que participaram ativamente da violência genocida variam entre 175.000 e 210.000 (FOX, 2021).

Outro atributo definidor do genocídio foi a violência de gênero. As estimativas são que pelo menos 350 mil mulheres foram abusadas sexualmente durante esse período, contudo o número real permanece desconhecido. Era comum que os genocidas humilhassem ou torturassem publicamente mulheres e meninas antes de as abusarem ou as matarem. Muitas mulheres, fossem elas tutsis ou hutus, sofreram estupros em massa e muitos de seus corpos nus assassinados eram deixados em espaços públicos para aterrorizar os cidadãos ruandeses (FOX, 2021).

O estupro em Ruanda também foi realizado de modo a prevenir o nascimento de bebês tutsis. A princípio pode parecer que o estupro não previne o nascimento, contudo o estupro violento o faz. Em muitos momentos mulheres foram estupradas com lanças e outros objetos pontiagudos, resultando em mortes ou mutilações genitais, culminando na incapacidade de as mulheres engravidarem. Apesar de o estupro ser considerado a forma de violência sexual mais cometida, também havia outras, como a mutilação corporal. A milícia hutu, por exemplo, era inclinada a mutilar as mulheres tutsis, derramando ácido e água fervente em suas vaginas; abriam o útero das grávidas e também cortavam os seus



seios. Ou seja, a violência sexual durante o genocídio de Ruanda se ancorava em ações desumanas, a fim de desumanizar as mulheres. O estupro se tornou assim uma ferramenta de dominação e destruição das mulheres tutsis (D'ARVILLE, 2017).

Os efeitos destes abusos e violências sexuais contra as mulheres ainda são visíveis hoje na sociedade de Ruanda. Aproximadamente 80 por cento das mulheres sobreviventes, segundo Cecilia D'Arville (2017), foram estupradas ou abusadas sexualmente durante o genocídio, e o tema do estupro ainda é considerado um 'tabu' na sociedade, não sendo comumente discutido. As principais consequências posteriores a esses atos violentos são diversas:

Muitas mulheres foram estigmatizadas por suas comunidades devido ao seu *status* de sobrevivente de estupro, isso fez com que fosse difícil para elas encontrarem estabilidade e segurança. Além disso, uma parte das mulheres sobreviventes de estupro enfrentaram o problema da gravidez indesejada e não planejada, essas gravidezes por vezes colocavam a vida das mães em risco e resultavam em um grande número de crianças órfãs. As sobreviventes do sexo feminino também lidam com as condições médicas a longo prazo que advieram do genocídio, como HIV/AIDS e problemas psicológicos [...] Além destes problemas, muitas sobreviventes do estupro viveram na pobreza e experimentaram logo após o genocídio fome crônica e falta de moradia (D'ARVILLE, 2017, p.04, tradução nossa).

Em síntese, a brutalidade do genocídio ruandês de 1994 permanece inconcebível. Muitas crianças foram mortas ao serem jogadas contra paredes ou latrinas e também mutiladas na frente dos pais; tutsis eram forçados a matar sua própria família, caso recusassem eram mortos; milícias hutus massacraram escolas, hospitais, igrejas, dentre outras atrocidades. Além dos cerca de 800 mil mortos em Ruanda, representando entre 10 e 15 por cento da população, e das milhares de pessoas deslocadas internamente, o país também teve mais de dois milhões de refugiados que partiram em direção a países vizinhos (FOX, 2021).

Conforme o massacre acontecia, já com pouca expectativa de uma intervenção da ONU em função do mandato da UNAMIR, a RPF organizava uma ofensiva em larga escala, enquanto um governo provisório composto pelo MRND e a CRD havia sido promulgado no país. A RPF alcançou progressos consideráveis e avançou em direção a Kigali no final de maio de 1994. O grupo conseguiu cercar a capital e o aeroporto e bloquearam uma estrada importante de Butare, que ligava o sul ao centro do país. Todavia, mesmo com diversos progressos militares da parte do grupo, o genocídio foi executado ininterruptamente por oito semanas. Em junho e julho de 1994, a RPF

conquistou três importantes cidades do país, incluindo a capital Kigali, Gitarama e Butare. Em pouco mais de três meses, a RPF garantiu vitória sobre as forças do governo, a FAR e as milícias, que recuaram e fugiram para o sudoeste de Ruanda e para países vizinhos (DOUMA, 2000; AHLUWALIA, 2010).

Logo que a RPF ganhou controle sobre a capital, ela declarou um cessar-fogo em todo o país e em 19 de julho de 1994 anunciou a formação de um novo governo, instituindo um presidente e um primeiro-ministro hutu, Pasteur Bizimungu e Faustin Twagiramungu. Embora os dois estivessem em posição de liderança, acreditava-se que era Paul Kagame, na época vice-presidente e ministro da defesa, que detinha o verdadeiro poder do novo governo, e ele de fato se tornou presidente no ano 2000 (FOX, 2021).

### **2.1.3.1 O papel da ONU e da comunidade internacional perante o genocídio**

A reação da comunidade internacional ao cenário violento de Ruanda foi considerada inadequada e lenta. Aqueles presentes no país esperavam que a UNAMIR agisse contra as forças extremistas para impedir o genocídio, todavia isso não ocorreu, demonstrando um sinal de indiferença e inação internacional (DOUMA, 2000).

A verdade é que a UNAMIR parecia estar repleta de dificuldades desde o início de sua atuação: as suas forças eram irregulares, contendo mais de vinte nacionalidades distintas, sem uma espécie de língua padronizada entre elas. Ademais, possuía problemas logísticos e também atritos quanto a inclusão de tropas belgas, considerando o papel partidário da Bélgica. Em suma, com apenas 2500 mil *peacekeepers* levemente armados, a missão de paz não estava preparada para enfrentar o terror e a violência provocados pelos extremistas hutus e constantemente se via diante de duas tarefas insustentáveis, proteger a vida dos civis ou proteger a si mesmo (BARNETT, 1997; AHLUWALIA, 2010).

A tensão dentro da UNAMIR aumentou quando dez soldados belgas foram assassinados pelos genocidas enquanto protegiam a primeira-ministra do país. Diante desse acontecimento a Bélgica decidiu retirar todos os seus soldados de Ruanda, incentivando outros países a realizarem o mesmo. Os outros atores externos não se interessaram em impedir as execuções em massa já em curso, a prioridade deles era

realizar a evacuação de estrangeiros presentes em Ruanda. Logo, duas semanas após o início do genocídio a ONU decidiu reduzir suas tropas, enfraquecendo a UNAMIR ao invés de fortalecê-la. A resolução 912 foi aprovada pelo Conselho de Segurança em 21 de abril de 1994 e estabeleceu que a força da ONU em Ruanda fosse reduzida de 1700 *peacekeepers* para 270. Ela também criou um mandato atualizado para a UNAMIR e este estabelecia que a força deveria garantir um cessar-fogo e auxiliar em operações humanitárias quando possível, contudo, essa nova resolução e esse novo mandato pouco fizeram para deter o genocídio no país (DOUMA, 2000; AHLUWALIA, 2010).

Para alguns, como Michael Barnett — oficial e chefe político da Missão dos EUA nas Nações Unidas — a ideia de reduzir a presença e o mandato da UNAMIR foi a decisão mais responsável da época, considerando três importantes fatores. O primeiro motivo diz respeito ao secretariado, liderado por Boutros Boutros-Ghali e o Departamento de Operações de Paz (DPKO). Esses dois órgãos se mostraram distantes e por vezes indiferentes diante da tragédia emergente, contudo, o elemento mais significativo foi o fracasso do Secretariado em oferecer opções efetivas ao Conselho de Segurança em relação à violência em pauta e ao futuro da UNAMIR.

A segunda explicação se refere ao consenso em reduzir a força da UNAMIR. Tal fato ocorreu, pois nenhum país se mostrou disposto a contribuir com tropas caso a missão fosse expandida. Por fim, a terceira e última explicação é relativa ao dever do Conselho de Segurança em proteger suas forças de paz e a reputação da ONU. O Conselho acreditava que se fracassasse nesse objetivo se tornaria ainda mais difícil obter tropas no futuro e talvez promoveria o declínio das Nações Unidas (BARNETT, 1997).

À medida que a crise ruandesa se intensificou, o secretário-geral, Boutros Boutros-Ghali recomendou ao Conselho de Segurança que a missão da ONU fosse expandida para incluir um total de 5.500 *peacekeepers*, entretanto os membros permanentes do CSNU descartaram essa possibilidade e seguiram a liderança dos EUA<sup>16</sup>, de modo a minimizar seu envolvimento com a situação. A proposta era, na verdade, irrealista e impraticável, pois sugeria o envio de soldados para Kigali, porém não era

---

<sup>16</sup> É válido lembrar que anos antes (1992 – 1993) havia acontecido a missão da ONU na Somália (ONUSOM I). Essa missão foi considerada um fracasso principalmente pelo número de *peacekeepers* mortos (sendo esses 18 soldados americanos). Assim, após tal experiência, os EUA, tal como a ONU, se mostravam receosos de intervir em Ruanda e ver o cenário já vivenciado na Somália se repetir outra vez (FOX, 2021).

acompanhada de um planejamento logístico e factível. Logo, os EUA criticaram o plano e exigiram que uma proposta realista fosse elaborada em seu lugar (BARNETT, 1997).

Nenhuma ação internacional aconteceu até quase o fim do genocídio, em junho de 1994, quando uma operação francesa — conhecida como *Opération Turquoise* — foi autorizada pela ONU, instalando-se no sul de Ruanda e tendo como objetivo principal proteger os refugiados. O CSNU não encontrava consenso sobre a intervenção proposta pela França, pois o país tinha laços de longas décadas com os militares hutus, e também se preocupava que a missão fosse apenas um pretexto para a França intervir em nome de seus aliados. No entanto, mesmo diante dessas preocupações e sem nenhuma outra alternativa, a intervenção francesa foi aprovada e recebeu posteriormente auxílio dos EUA e de outros países que contribuíram com assistência humanitária (BARNETT, 1997).

Em suma, a operação francesa obteve resultados mistos e baixa legitimidade em função de seu relacionamento imparcial com os hutus. A intervenção de fato salvou e resgatou vidas, porém o principal problema foi que ela permitiu que os perpetradores hutus se reagrassem e estabelecessem um estado remanescente em campos de refugiados. Devido ao contínuo apoio que a França ofereceu aos regimes liderados pelos hutus, ela foi acusada de facilitadora do genocídio e, em 21 de agosto de 1994, os franceses deixaram Ruanda sendo substituídos por forças de paz da ONU advindas da Etiópia (DOUMA, 2000).

Por fim, diante do olhar do CSNU mais de 800 mil ruandeses foram vítimas do genocídio. Não se sabe ao certo se uma intervenção inicial poderia ter evitado a violência em massa no país, porém entende-se que a ONU fez muito pouco para tentar reverter o cenário em curso no país africano. Logo, a indiferença da organização reflete a indiferença de seus estados-membros:

A ONU tinha mais a perder agindo e sendo associada a outro fracasso do que não agindo e permitindo o genocídio em Ruanda. A equação moral era: o genocídio era aceitável se a alternativa fosse prejudicar o futuro da ONU (BARNETT, 1997, p.561, tradução nossa).

### 2.1.3.2 Os desdobramentos pós-genocídio

Os anos após o fim do genocídio foram caracterizados pela continuação da violência tanto em Ruanda quanto nos campos de refugiados localizados em países vizinhos. Abusos dos direitos humanos cometidos pela RPF e seu exército também foram relatados em 1995 e 1996, mas logo reprimidos pelas organizações internacionais que temiam uma repetição de eventos (FOX, 2021). O nível de destruição do país após os eventos de 1994 era indescritível, segundo um relatório de 1995 do Instituto da Paz dos EUA:

A capital, Kigali, foi deixada em ruínas. Dos 350.000 habitantes antes da guerra, apenas 40.000 a 50.000 permaneceram. Não havia água encanada, nem eletricidade, nem infraestrutura do governo, e quase todos os prédios foram danificados [...] O país estava completamente destruído: o social, o cultural, tudo estava completamente destruído (BROWN, 2018, p.123, tradução nossa).

Para além da destruição física, os ruandeses também adquiriram traumas significativos que continuam presentes em suas vidas mesmo após décadas. Transtorno de estresse pós-traumático (*post-traumatic stress disorder* - PTSD), depressão e ansiedade afligem grande parte das pessoas que vivenciaram o genocídio, tendo efeitos a longo prazo no seu bem-estar social (FOX, 2021).

Outros desdobramentos pós-1994 incluem as relações familiares e as mulheres. No que tange ao primeiro fato é possível dizer que as redes familiares foram dizimadas durante o genocídio, sendo os maiores efeitos sentidos pelas crianças. A estimativa é que pelo menos 400 mil crianças, mais de 10 por cento da população menor de idade de Ruanda, ficaram órfãs. Em um estudo realizado com adolescentes e crianças sobreviventes, pesquisadores descobriram que 90 por cento testemunharam assassinatos ou tiveram suas vidas ameaçadas, 35 por cento perderam familiares próximos, 30 por cento presenciaram abuso sexual ou mutilação e 15 por cento se esconderam sob cadáveres para sobreviver (FOX, 2021).

As mulheres também enfrentaram diversas dificuldades após o genocídio, muitas ficaram viúvas ou soropositivas; algumas perderam suas famílias, incluindo os filhos e os maridos que em alguns casos foram presos pelos crimes cometidos em 1994; e as sobreviventes de abuso sexual sofreram rejeição social e humilhação pela própria comunidade. Por outro lado, foi em meio a morte, a destruição generalizada e a prisão de homens ruandeses, que as mulheres se mobilizaram e assumiram um papel de liderança

no país, e essa participação ativa das mulheres na organização da comunidade resultou em uma futura igualdade de gênero na nova constituição de Ruanda e em uma das maiores porcentagens femininas do mundo presente no parlamento (FOX, 2021).

Os anos 2000 representaram uma mudança governamental para Ruanda quando o então vice-presidente Paul Kagame se tornou presidente após a renúncia de Bizimungu. Kagame continua no poder até o momento (2022) e seu governo prioriza ordem, estabilidade e segurança nacional. Para alguns cidadãos ruandeses, o governo de Kagame contribuiu para avanços significativos na área social e da saúde, diminuindo os números de malária, tuberculose e HIV. Contudo, mesmo diante de progresso em diversos âmbitos, este não representou uma melhora nas condições de vida das pessoas mais pobres. Muitas das mudanças realizadas na saúde, desenvolvimento e tecnologia vêm acompanhadas de um governo que restringe a liberdade de expressão, aprisiona oponentes políticos e limita a atividade de organizações de direitos humanos (FOX, 2021).

Logo após o fim do genocídio, o novo governo decidiu, afirma Nicole Fox (2021), processar todos aqueles acusados de participar desse evento atroz. Todavia, processar diversas pessoas, inclusive as envolvidas com pequenos crimes, era uma tarefa desafiadora e urgente. As prisões de Ruanda não eram adequadas para manter cerca de 200 a 300 mil pessoas acusadas de violência, e diante desse cenário, o CSNU, em novembro de 1994, decidiu criar o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) cujo objetivo seria investigar o genocídio e as alegações de violência generalizadas consoante o direito internacional humanitário. O TPIR se localizava em Arusha na Tanzânia e pretendia punir aqueles que participaram dos atos criminosos mais violentos do genocídio, como abuso sexual, assassinato genocida e organização e execução do massacre em massa.

Em seus primeiros anos de atuação o TPIR se encontrou diante de diversos problemas políticos e logísticos. Os funcionários do tribunal, por exemplo, além de não possuírem treinamento também não conheciam a história e cultura ruandesa, contribuindo para audiências prejudiciais e traumatizantes para as testemunhas e vítimas do genocídio, a exemplo das sobreviventes de abuso e tortura sexual. Quando o TPIR encerrou sua atividade dezoito anos depois, em 2012, apenas noventa e três indivíduos haviam sido indiciados, ocasionando um total de sessenta e duas sentenças promulgadas (FOX, 2021).

Em meio as dificuldades e ineficiência enfrentados pela TPIR, Ruanda buscou processos judiciais alternativos através de seu próprio sistema judiciário, e o resultado foram os Tribunais de Gacaca. Estes eram um sistema judicial criado antes do domínio colonial, utilizado para resolver disputas sobre terras, casamentos e conflitos locais. A gacaca foi estabelecida com base na suposição de que a reconciliação em Ruanda só aconteceria após o envolvimento dos cidadãos em processos restaurativos, e desde a sua implementação (muitas vezes localizados em centros comunitários ou campos de futebol) quase dois milhões de casos foram julgados. Todas as semanas sobreviventes faziam acusações e prestavam depoimentos e perpetradores ofereciam confissões em troca de liberdade, pena reduzida ou trabalho comunitário (FOX, 2021).

Em síntese, essa seção apresentou de modo mais detalhado a história de Ruanda, desde antes da sua colonização até os principais desdobramentos pós-1994. Entender a história desse país africano é significativo para compreender como uma cultura de divisão, ódio e violência resultou em um dos piores massacres em massa da humanidade.

O passado do país é longo, doloroso e marcado por muitos traumas. Atualmente Ruanda se encontra longe de ser perfeita, porém, é possível observar o desejo dos ruandeses de deixar as divisões étnicas e o histórico de violência e ódio para trás, indicando uma enorme evolução para a comunidade. A próxima seção investigará como está a saúde mental dos ruandeses e como são vistas as intervenções relativas à cura, trauma, reconciliação e justiça no país.

## **2.2 A saúde mental dos ruandeses pós-1994**

Os problemas de saúde mental contribuem, como apontam Lawrence Rugema *et al.* (2015), para aproximadamente 14 por cento de todas as doenças globais. Os transtornos mentais mais usuais incluem a depressão, a ansiedade, o transtorno de estresse pós-traumático (PTSD) e os transtornos somatoformes<sup>17</sup>, e juntos esses elementos são

---

<sup>17</sup> Os transtornos somatoformes são descritos como o aparecimento de sintomas físicos sem uma base médica constatável: “Os transtornos somatoformes são constituídos por diferentes quadros clínicos em que o paciente possui queixas de padecimentos físicos para os quais não se encontra uma correspondência de confirmação anatomopatológica esperada ou proporcional. Não se detectam anormalidades no exame físico ou nos exames complementares de diagnóstico ou são encontradas somente anormalidades menores que não explicam ou justificam o quadro do ponto de vista físico (CARVALHO, 2010, p.10).”

denominados transtornos mentais comuns (TMC). Em um estudo de revisão verificou-se que os TMC se associam diretamente com níveis mais baixos de escolaridade e condição socioeconômica, bem como fatores sociais a exemplo da pobreza, exclusão, desnutrição, violência e insegurança. O problema advém do fato de apenas um por cento, de todo o orçamento da saúde em países pobres ser realocado para serviços de saúde mental. Logo, os esforços destinados a tratar esses transtornos tendem a ser insatisfatórios e não prioritários justamente pela falta de recursos humanos e financeiros.

Centenas de milhares de ruandeses vivenciam alguma resposta traumática a cada ano, em parte com repercussões negativas (FOX, 2021). Em um estudo anterior realizado por Lawrence Rugema *et al.* constatou-se que 37 por cento dos homens e 35 por cento<sup>18</sup> das mulheres em Ruanda experimentaram pelo menos um episódio traumático — como assassinato em massa, abuso sexual, fuga — durante o genocídio. Além disso, segundo o mesmo estudo, 73 por cento dos homens e 83 por cento das mulheres relataram a vivência de algum episódio traumático ao longo da vida, como morte, assalto, ameaça e prisão de algum familiar ou amigo (RUGEMA *et al.*, 2015).

Os efeitos a longo prazo dessas respostas traumáticas nos ruandeses incluem danos aos laços sociais dos sobreviventes, incapacidade de cuidar dos filhos ou buscar recursos e sintomas físicos como dores de cabeça, de estômago e insônia. Em Ruanda, as dinâmicas do trauma não estão estagnadas e tão pouco representam uma resposta apenas a um trauma singular, elas refletem um processo temporal contínuo que está diretamente ligado a memória do genocídio (FOX, 2021). E o exemplo mais recente de tal fato no país é o fenômeno denominado pelos ruandeses de *traumatizing*:

O fenômeno, como me foi explicado e, posteriormente, confirmado por minha própria observação em eventos comemorativos, ocorre quando uma pessoa revive no momento atual a violência e o medo vivenciados durante o episódio genocida de 1994. O *traumatizing* se manifesta quando os indivíduos

---

<sup>18</sup> É válido pontuar que essas porcentagens, tal como as outras apresentadas nesse trabalho, se ancoram em estudos empíricos específicos, elas não podem ser tomadas como a única verdade existente do país, pois os números diferem bastante de estudo para estudo em função da amostragem escolhida, do grupo focal, dos grupos quantitativos e qualitativos, dentre outros. Assim, é comum que durante a leitura de bibliografias relativas a estudos clínicos haja porcentagens bastante discrepantes entre si, mas pelo menos em um ponto todos esses estudos parecem concordar: há um alto número de ruandeses traumatizados após o genocídio de 1994.



respondem aos seus *flashbacks* do trauma chorando, gemendo alto e gritando de terror e dor (FOX, 2021, p.76, tradução nossa).

É comum que o *traumatizing* (traumatizante/traumatizar) aconteça após a vítima ouvir relatos ou histórias dos sobreviventes do genocídio, e esse fenômeno também pode se espalhar por grupos de pessoas que presenciaram os comportamentos daqueles que estão no mesmo ambiente. Por isso, é comum que em eventos e lugares públicos de Ruanda, como memoriais e comemorações, haja equipes preparadas para lidar com as pessoas que sofram com este efeito do trauma. O *traumatizing* pode ser exaustivo, assustador e traumatizante para a pessoa que o vivencia e para aquelas ao seu redor: “Quando uma pessoa traumatiza, isso afeta toda a comunidade e toda a comunidade pode começar a traumatizar [...] pode ficar fora de controle e perigoso muito rápido” (FOX, 2021, p.77, tradução nossa).

De acordo com um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2005, Ruanda praticamente não possuía serviços de tratamento de saúde mental antes e logo depois do genocídio. A escassez de profissionais da saúde mental em conjunto com a baixa disponibilidade de recursos e orçamento destinado a essa área torna as opções de tratamento bastante limitadas para parte da população. Em 2011, por exemplo, o país tinha apenas cinco psiquiatras (0,05/100 mil habitantes) e dois hospitais especializados. Às duas agências de saúde mental do país são o Hospital Neuropsiquiátrico Caraes Ndera (especializado em distúrbios neuropsiquiátricos) e o Serviço de Consultas Psicossociais (SCPS). Apesar de significativos, esses serviços de saúde mental estão localizados na capital do país, Kigali, e apenas 11% da população total do país vive na cidade, resultando em uma dificuldade logística e financeira para aqueles indivíduos que moram em zonas rurais (RUGEMA *et al.*, 2015; NG, HARERIMANA, 2016).

Mesmo diante de empecilhos na saúde mental do país, é possível perceber certo avanço e desenvolvimento nos últimos anos. O governo ruandês, como exemplo, vem se mostrando disposto a atualizar as políticas de tratamento do país. Em 2018, o plano estratégico da área da saúde estabeleceu diversas metas de modo a expandir os serviços de saúde mental. O objetivo era descentralizar esse âmbito dando maior prioridade a ele, bem como destinar mais recursos financeiros a seus serviços. Esse plano visava também aumentar a qualidade dos cuidados de saúde mental enquanto diminuía os seus custos. Diante desse avanço, houve também algumas limitações: o plano não foi completamente

efetivo diante da ausência de uma estratégia que integrasse a saúde mental em todo o nível público, o que limitou as intervenções em larga escala (BORGEN PROJECT, 2021).

Em contraponto, no ano de 2019 o Ministério da Saúde atualizou o Sistema de Saúde Ruandês para incluir a realização de serviços de intervenções psicológicas em centros de saúde mental. Em seguida, o governo formulou uma estratégia nacional de saúde mental (2020 – 2024) que reforça a necessidade de diminuir o estigma diante do assunto, organizar campanhas para falar sobre saúde mental, e envolver o setor privado com o público de modo a reintegrar e tratar os indivíduos com transtornos ao nível distrital (LORDOS *et al.*, 2021).

Em 2021, uma campanha de três meses intitulada “Há esperança após o diagnóstico de uma doença mental. Vamos procurar atendimento” foi lançada em Ruanda. A campanha organizada pela UNICEF em parceria com o Centro Biomédico de Ruanda teve como objetivo aumentar a conscientização sobre as questões relativas à saúde mental e mitigar o estigma existente aos tratamentos. A expectativa era de que a campanha contribuísse para o aumento do número de pessoas que buscam ajuda no âmbito da saúde mental e que também retirasse dúvidas e gerasse visibilidade ao assunto. Ela incluiu diálogos comunitários realizados em instituições de ensino superior como a Universidade de Ruanda e o envolvimento da mídia para transmitir mensagens de conscientização e mudança de comportamento ao público ruandês (UNICEF, 2021).

### **2.2.1 A saúde mental de mulheres, jovens e perpetradores**

Em relação à saúde mental, é válido pontuar que ela afeta mais diretamente grupos específicos de pessoas bem como situações e realidades distintas, portanto se faz necessário pontuar algumas dessas divisões.

Consoante Nicole Fox (2021), a pobreza é um indicador significativo do trauma. Em Ruanda, as vítimas perderam não apenas sua família e amigos, mas também seus principais meios de subsistência. Traumas genocidas em conjunto com adversidades socioeconômicas representam diversas ameaças ao desenvolvimento e a saúde mental, pois há uma correlação significativa entre privação de renda e uma saúde mental precária. O sofrimento mental em muitos momentos é causado por fatores externos como violações

dos direitos humanos, dos direitos a vida, alimentação, moradia, educação e trabalho. A negação desses direitos resulta em experiências de trauma, medo, isolamento e desespero desencadeando assim diagnósticos de doença mental (LORDOS *et al.*, 2021).

Logo, a carga de saúde mental vivenciada hoje em Ruanda pode ser atribuída a experiência do genocídio e as principais consequências desse evento nos sistemas sociais e econômicos do país. Dessa maneira, supõe-se que os esforços para restaurar a saúde mental dos indivíduos não se provará completamente efetiva se apenas a abordagem médica for utilizada em detrimento dos determinantes sociais. As condições de pobreza podem levar a problemas de saúde mental, todavia, esses problemas já existentes como os TMC também resultam em dificuldades na aquisição de oportunidades de educação e emprego, ocasionando más circunstâncias de vida. Em suma, como constatado pela UNICEF, fornecer assistência humanitária e meios de subsistência básicos para populações vulneráveis antecipa melhor saúde, incluindo a mental e altos níveis de bem-estar social (RUGEMA *et al.*, 2015; LORDOS *et al.*, 2021).

Em Ruanda alguns grupos são mais propensos a enfrentarem traumas do que outros. É o caso da população daqueles com menor quantidade de capital social e poder, como os pobres, os jovens e as mulheres.<sup>19</sup> A maioria daqueles que sobreviveram fisicamente ao genocídio foram as mulheres e as crianças, pois os homens foram mortos nos estágios iniciais, portanto gênero e idade foram responsáveis por moldar as experiências de muitos dos sobreviventes. Nesse contexto, o tratamento diferenciado entre homens e mulheres durante o genocídio influenciou as percepções de cada um no que tange ao próprio trauma (FOX, 2021).

A razão pela qual as mulheres enfrentam mais traumas do que os homens têm menos a ver com as diferenças de gênero e mais com os eventos que elas vivenciaram durante o genocídio, como agressão, mutilação e abuso sexual e testemunho, assassinato

---

<sup>19</sup> Aqui vale uma reflexão. A narrativa que existe em Ruanda é que as *mulheres* e os *jovens* são grupos mais vulneráveis e mais propensos a estarem traumatizados. Este fato pode ser verdade, pois foram grupos (principalmente as mulheres) que por vezes vivenciaram mais eventos traumáticos durante/após o genocídio. Todavia, essa ideia de que são categorias mais traumatizadas também podem vir do fato de que talvez são eles que mais pedem ajuda em comparação aos homens. Logo, se as mulheres e os jovens procuram mais ajuda psicológica e psiquiátrica e admitem que estão mais traumatizados em relação a poucos homens que fazem o mesmo, elas podem, portanto, serem classificadas como pessoas mais traumatizadas e vulneráveis.

e tortura de crianças, cônjuges e amigos. A pobreza, como já ressaltado, em conjunto com experiências de vida, como a violência verbal e física no casamento, também são fatores de riscos que contribuem para transtornos mentais nas mulheres. Elas sofreram diversas ofensas abusivas e violentas tanto antes quanto durante e depois do período do genocídio, e isso ajuda a entender porque esses TMC tendem a ser maiores nas mulheres em comparação aos homens (RUGEMA *et al.*, 2015; FOX, 2021).

As pessoas que trabalham com os sobreviventes afirmam que os jovens enfrentam traumas com mais frequência do que os adultos:

O trauma está aumentando anualmente porque os filhos das sobreviventes também tendem a traumatizar ano a ano, pois quando essas mulheres têm filhos e participam das comemorações, você descobre que elas [as mulheres] traumatizam, e suas filhas ou filhos, também traumatizam quando veem a mãe traumatizar” (FOX, 2021, p.80, tradução nossa).

Grande parte dos esforços de cura do trauma em Ruanda nos últimos anos se direcionou aos sobreviventes diretos do genocídio, todavia atualmente existem vários desafios relacionados a cura do trauma da próxima geração, principalmente daquelas crianças nascidas de sobreviventes ou perpetradores do genocídio. Estudos recentes demonstram que os descendentes dos sobreviventes possuem um risco três vezes maior, em comparação com a população geral, de desenvolver o transtorno de estresse pós-traumático (LORDOS *et al.*, 2021). Exemplificando assim aquela ideia trabalhada no primeiro capítulo de que ocorre a transmissão intergeracional do trauma.

Os desafios de desenvolvimento no que tange aos descendentes dos sobreviventes e dos perpetradores são distintos entre si, mas ainda significativos. As crianças nascidas em famílias de sobreviventes do genocídio foram criadas em um ambiente onde a rede familiar estava quebrada ou desestruturada, com poucos adultos mentalmente saudáveis para auxiliar no desenvolvimento infantil. Ademais, é comum a exposição a memórias e lembranças do genocídio, tal como o medo e pânico generalizados. Em contraponto, as crianças que nasceram em famílias de perpetradores foram criadas em um cenário onde um dos pais ou familiares estavam presos, crescendo sem uma base familiar ou com sentimentos de raiva e ódio perante a sociedade, pois alguns acreditam que o familiar foi injustamente encarcerado (LORDOS *et al.*, 2021).

Outro grupo que sofre com transtornos de saúde mental são os perpetradores. São um grande subgrupo da população ruandesa e sua reintegração é essencial para o processo de cura societal. Um estudo realizado entre os ex-presidiários demonstrou que quando eles voltam para casa eles se sentem perdidos e se encontram em uma posição constrangedora, pois são rotulados como genocidas e não conseguem participar ativamente da sociedade, apresentando altos níveis de transtorno de estresse pós-traumático (LORDOS *et al.*, 2021).

Entre fevereiro e março de 2009, Susanne Schaal *et al.* (2012) realizaram um estudo em Ruanda com sobreviventes e perpetradores, ambos tendo pelo menos 18 anos quando o genocídio ocorreu. Os resultados desse estudo indicaram que os dois grupos, os perpetradores que estavam presos e os sobreviventes que estavam livres, apresentaram um grau considerável de problema psiquiátrico. Os sobreviventes possuíam maiores taxas de transtorno de estresse pós-traumático do que os perpetradores, enquanto estes possuíam altas taxas de depressões clínicas (41%).

Fatores que podem ter contribuído para o aumento na depressão incluíam a superlotação dos presídios, a inadequação dos serviços de saúde prisional, a desnutrição e a demora nos julgamentos dos casos (SCHAAL *et al.*, 2012). Esse estudo também demonstrou a correlação existente entre a quantidade de eventos traumáticos e as suas consequências posteriores, ou seja, quanto maior o número de eventos traumáticos vivenciados, maior o grau de depressão e estresse pós-traumático.

Outro elemento diz respeito a reconciliação. Aqueles participantes que participaram dessa categoria de intervenção apresentaram sintomas menos graves de depressão e PTSD. Em contraponto, os perpetradores inseridos nesse contexto possuíam sintomas de estresse mais graves, o que pode ser explicado pelo constante sentimento de arrependimento e lembrança que estes adquiriam quando participavam de atividades de reconciliação (SCHAAL *et al.*, 2012).

Esse estudo realizado em 2009 foi o primeiro estudo da época a analisar o âmbito psiquiátrico dos perpetradores do genocídio em Ruanda, e os principais resultados indicaram que o alto nível de estresse pode causar efeitos duradouros caso os indivíduos não tenham apoio mental e clínico necessário. Assim, há uma carência de intervenção entre os perpetradores, sendo necessária uma melhor avaliação e capacidade de

tratamento, pois esses podem prevenir o sofrimento contínuo, a vitimização e a reincidência da violência (SCHAAL *et al.*, 2012).

### **2.2.1.1 Como a COVID-19 afetou a saúde mental dos ruandeses**

É conhecido que a COVID-19 prejudicou a saúde mental de inúmeras pessoas ao redor do mundo, e aqueles afetados pelo genocídio de 1994 também sentiram seus efeitos. Os confinamentos, consoante Joseph *et al.* (2020), possuem grande probabilidade de afetarem a saúde física e mental de uma pessoa, ocasionando estresse, ansiedade, depressão e até mesmo vícios. Ruanda, por exemplo, foi o primeiro país da região africana a implementar medidas de prevenção, como a limitação de encontros sociais e reuniões em massa e o fechamento de universidades e escolas. Essas medidas foram necessárias para evitar a contaminação e o colapso dos sistemas de saúde, porém trouxeram consigo inúmeras mudanças psicológicas para a vida dos ruandeses.

As medidas de prevenção ao vírus, como a restrição de movimentos, e aglomerações podem ter afetado negativamente aquelas pessoas que já possuíam algum histórico de doença mental. A falta de um apoio psicológico ou a restrição para participar de sessões em grupos podem também ter prejudicado o tratamento de inúmeras pessoas (JOSEPH *et al.*, 2020):

Diante do cataclismo sem precedentes na área da saúde, os indivíduos exibem grandes preocupações com a saúde e seu futuro, incerteza persistente; comportamentos desadaptativos, raiva externalizada e internalizada, agressividade, emoções negativas de medo, tristeza e irritabilidade. Essas manifestações são piores em pessoas com dificuldades mentais pré-existentes (JOSEPH *et al.*, 2020, p.08, tradução nossa).

Segundo o Dr. Jean Damascene Iyamuremye, diretor da unidade de cuidados psiquiátricos do Centro Biomédico de Ruanda, a COVID-19 exacerbou os casos de saúde mental no país devido ao medo e ansiedade causados na população. Os dados indicam que a depressão entre os sobreviventes do genocídio eram de 35,6 por cento em comparação com 11,9 por cento da população geral, e em 2020 pelo menos 2000 sobreviventes do genocídio relataram problemas de saúde mental apenas um mês após o início do COVID no país. Ainda conforme o doutor, os problemas mais comuns de saúde

mental vivenciados por esse grupo incluem enxaquecas, insônia e ansiedade extrema (TASAMBA, 2021).

Fica claro que a saúde mental dos ruandeses se tornou ainda mais fragilizada após a COVID-19. A previsão se ancora em uma necessidade ainda maior de intervenções e medidas necessárias para mitigar as consequências dessa doença nos indivíduos, famílias e comunidades. Principalmente, no que tange a população de alto risco que inclui tanto aqueles que já possuem um histórico de TMC como aqueles profissionais de saúde que deverão ser bem treinados e gerenciados para lidarem com o estresse do trabalho e com o futuro tratamento de seus pacientes (JOSEPH *et al.*, 2020).

### **2.2.2 As iniciativas existentes em Ruanda que auxiliam na saúde mental e na cura do trauma**

Em Ruanda, os esforços para curar o trauma após o genocídio se iniciaram ainda em 1994, incluindo iniciativas internacionais, mas principalmente nacionais e locais. Em outubro desse mesmo ano, três meses após o fim do massacre, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desenvolveu e implementou o *Programa de Recuperação do Trauma* (TRP) em colaboração com o Ministério da Reabilitação e o Ministério da Saúde de Ruanda. O TRP foi considerado uma iniciativa para auxiliar crianças e idosos a lidar com os danos psicológicos associados ao genocídio e se pautava em conversas e terapias com conselheiros de traumas especializados. A princípio, esse programa representou um esforço colaborativo entre uma organização internacional e o governo local, contudo em seguida se tornou uma iniciativa liderada apenas pelo Ministério da Saúde de Ruanda (FAVILA; FELLOW, 2009; FOX, 2021).

Ainda com a colaboração da UNICEF no mesmo ano foi inaugurado o *Centro Nacional do Trauma* (NTC) originado dos esforços dessa organização no projeto anterior. O NTC possuía como meta fornecer intervenção psicossocial e de recuperação do trauma, e diferente do TPR não era limitado apenas a crianças e idosos. Os principais objetivos desse centro incluíam a capacitação de especialistas (como professores, cuidadores, assistentes sociais e líderes comunitários) em assuntos relativos ao trauma; o fornecimento de apoio clínico e serviços de trauma a crianças, adultos e famílias traumatizadas; a organização de campanhas de sensibilização e conscientização em torno do trauma; pesquisa e coleta de dados sobre o genocídio; assistência governamental e

também a coordenação de todas as atividades psicossociais do país (FAVILA; FELLOW, 2009).

Ainda sobre o *Programa de Recuperação do Trauma*, um relatório divulgado pelo governo de Ruanda não encontrou diferenças sintomáticas entre aqueles que receberam tratamentos de um profissional da TRP e aqueles que não receberam, o que levantou indagações sobre as noções ocidentais de tratamento de trauma. Para muitos estudiosos, as abordagens do Ocidente no que tange aos tratamentos de saúde mental nem sempre são apropriados para contextos violentos, como o de Ruanda, pois os sobreviventes podem se beneficiar pouco ou quase nada das intervenções impostas a eles (FOX, 2021). Por isso é necessário abordagens que respeitem e entendam a cultura local, de modo a beneficiar as vítimas e garantir resultados positivos.

Para além do TRP e do NTC, é válido citar duas iniciativas governamentais no campo da saúde mental: o *Escritório de Coordenação de Saúde Mental* e a *Política Nacional de Saúde Mental*. A primeira foi introduzida em novembro de 1994 sob o apoio do Ministério da Saúde de Ruanda e esse escritório era responsável por coordenar e centralizar as atividades do *Centro Nacional do Trauma* e do único hospital psiquiátrico do país, o Caraes Ndera. Em seguida, em 1995, originou-se a *Política Nacional de Saúde Mental* que visava adaptar a prática da saúde mental conforme o contexto e a comunidade onde eram inseridas. Tal iniciativa foi significativa, pois permitiu o início de uma dinâmica de descentralização com tratamentos em diversos hospitais e a criação de serviços de atendimento móvel (MINISTRY OF HEALTH, 2011).

Mesmo diante de diversas iniciativas estabelecidas ainda no fim dos anos 90, não é possível dizer que elas atingiram todos os ruandeses, pois, consoante Isaura Favila e Lewin Fellow (2009), menos de 1 por cento da população alvo foi alcançada entre 1995 e 1998. Os motivos para isso se pautam na localização dos centros e hospitais que se encontravam na capital Kigali assim como a falta de envolvimento e compromisso dos profissionais de saúde com a causa. Tais problemas tentaram ser solucionados nas intervenções que continuaram existindo e se desenvolvendo em Ruanda a partir do século XXI.

Em 2005, por exemplo, surgiu a *Política de Descentralização da Saúde Mental*. Ela foi integrada na assistência médica prioritária do país e estabelecia que a maioria dos



hospitais distritais do país oferecessem serviços de saúde mental a sua população. Essa iniciativa significou a evolução dos tratamentos antigamente oferecidos apenas na capital, Kigali, todavia apresentou resistência principalmente em relação à insipiência de treinamento e tratamentos para profissionais da saúde e também sofreu com uma falta de transparência dos líderes dos hospitais ao fornecerem relatórios médicos sobre a saúde mental dos pacientes (MINISTRY OF HEALTH, 2011).

A *Política Nacional de Saúde Mental* estabelecida pelo governo em 1995 continuou existindo e em 2018 recebeu grande atenção quando seu plano estratégico foi atualizado para incluir metas ambiciosas perante os serviços de saúde mental no país. Uma dessas metas foi a parceria de cinco anos (2018 – 2022) entre o Ministério da Saúde de Ruanda e a empresa americana Johnson & Johnson. A colaboração entre esses dois atores visa melhorar os cuidados de saúde mental dos ruandeses e fortalecer e desenvolver um modelo de atendimento que seja acessível e de qualidade a população. A iniciativa se baseia em uma abordagem tripla e se bem-sucedida e poderá servir como modelo para outros países no que tange à execução da saúde mental (DEVEX, 2020).

Os três pilares desse projeto são o entendimento dos transtornos mentais, a descentralização do atendimento e a maior acessibilidade a medicamentos de qualidade. O entendimento dos transtornos mentais se refere a determinar a existência dos transtornos mentais comuns (TMC) em Ruanda, como o abuso de substâncias, desejos suicidas, traumas, entre outros, essa coleta de dados é relevante, pois auxilia nas principais decisões e na alocação de recursos destinados à saúde mental. A descentralização do atendimento diz respeito - a algo que há muitos anos vem tentando ser estabelecido em Ruanda - descentralizar o tratamento de saúde mental no país, ou seja, evitar que esses serviços fiquem limitados a apenas um lugar e que existam em vários centros médicos acessíveis a outras regiões do país (DEVEX, 2020).

Quando o projeto se iniciou em 2018, Ruanda ainda sofria com uma falta de médicos, existindo apenas 13 psiquiatras no país neste ano, aproximadamente 0,06 médicos por 100 mil pessoas. Devido a essa falta de especialistas, os cidadãos recorrem a curandeiros tradicionais e líderes religiosos e diante dessa realidade é necessário educar essas pessoas em posição de poder, pois, com mais educação no âmbito da saúde mental, maior a probabilidade de que o cidadão comum procure um atendimento médico profissional. Pensando nisso, o governo, em parceria com a Johnson & Johnson, lançou

uma plataforma de treinamento remoto que permite que profissionais de saúde aprendam mais sobre o tema da saúde mental. O treinamento é gratuito e pode ser ministrado por gravação de voz ou telefonemas, e até o ano de 2020 já havia atingido mais de 60 mil agentes comunitários da saúde. Por este motivo a descentralização é prioritária, pois significa um passo em direção a acessibilidade na saúde (DEVEX, 2020).

Por fim, o terceiro pilar entende que os pacientes apenas poderão receber o tratamento que precisam após a coleta de dados e após o treinamento dos profissionais de saúde. A realidade de Ruanda muitas vezes inclui a falta de medicamentos necessários nos hospitais, limitando os meios de tratamento dos cidadãos. Assim, a Johnson & Johnson planeja fornecer os medicamentos prioritários e também construir capacidade para que o próprio país consiga realizar pesquisas clínicas de modo a entender melhor as necessidades de sua população (DEVEX, 2020).

Essa seção indicou que os tratamentos e iniciativas relativos à saúde mental em Ruanda existem desde 1994, meses após o fim do genocídio, incluindo intervenções internacionais e também nacionais com expressivo apoio do governo local. A conclusão que se atinge é que o assunto não é negligenciado no país, porém também não é plenamente coberto, apresentando diversos desafios. As intervenções internacionais, por exemplo, tendem a ter dificuldades em relatarem resultados positivos, pois possuem métodos de tratamento ocidentais que muitas vezes não consideram o local que estão atuando e as pessoas que estão atingindo, em contraponto, as iniciativas governamentais não alcançam todos os seus objetivos devido a problemas geográficos, logísticos e financeiros. Mesmo perante as dificuldades em relação ao tratamento da saúde mental no país, percebe-se um constante esforço em desenvolver e estabelecer iniciativas com potencial para auxiliar a saúde mental dos ruandeses.

### **2.2.2.1 Os dias de comemoração**

Para além das iniciativas (inter)nacionais citadas, é válido frisar tradições e práticas existentes em Ruanda que auxiliam direta ou indiretamente na cura do trauma e consequentemente na saúde mental, a exemplo das comemorações e dos memoriais. O ritual de comemoração do genocídio é visto como uma forma de expressar o luto compartilhado entre a população e um modo de honrar as vítimas, é responsável por

condenar moralmente a violência e ressignificar as atrocidades passadas. São expressivos, pois forjam solidariedade, relembram o que aconteceu com as pessoas envolvidas e contribuem para um sentimento compartilhado de comunidade política (IBRECK, 2012; FOX, 2021).

O período de luto de Ruanda acontece anualmente e tem a duração de três meses, de 7 de abril a 4 de julho. Esse intervalo também é conhecido como *Kwibuka* e acontece nos mesmos cem dias do genocídio de 1994. Estes meses utilizados para refletir sobre as violências do passado é organizado local e nacionalmente e dominam quase que por completo a mídia e a vida pública ruandesa. Há também uma ampla cultura de memorialização do genocídio, incluindo a construção e visita a memoriais, assim como testemunhos, romances, filmes e teatros que abordam o assunto (IBRECK, 2012; FOX, 2021).

No quarto mês do ano há uma semana de luto nacional, de 7 a 13 de abril, período em que a memória coletiva é revisitada em toda a região. Neste intervalo de tempo é comum ocorrer o fenômeno conhecido como *traumatizing*, por este motivo o Ministério da Saúde de Ruanda fornece ambulâncias, medicamentos e profissionais de saúde mental para intervenções médico-psicossociais nos locais onde ocorrem as comemorações (PALMER; FIRMIN, 2011).

O dia 7 de abril é feriado e a comemoração é iniciada com uma cerimônia nacional realizada todo ano em uma região diferente do país. Além da população local inúmeras pessoas como funcionários do governo, dignatários e representantes de organizações e associações também participam do evento. A cerimônia recebe grande atenção da mídia e apresenta discursos do presidente de Ruanda, de funcionários do governo e também de sobreviventes, bem como a realização de enterros e orações. A fala do presidente é considerada a declaração oficial mais importante, pois ele tende a discursar abertamente sobre o genocídio e suas consequências e frisa a importância de os cidadãos lembrarem e ressignificarem o passado violento (IBRECK, 2012).

Nesses dias é comum que algumas pessoas não trabalhem ou que crianças não vão à escola a fim de participarem dos principais eventos comemorativos:

Durante esta semana, as emissoras de TV e rádio transmitem vinte e quatro horas por dia notícias sobre os eventos comemorativos. Esta cobertura de notícias é transmitida em residências, bares e restaurantes. Flores e fitas roxas

são vendidas ao lado das estradas mais movimentadas das cidades para as pessoas comprarem e colocarem em túmulos ou usarem como forma de solidariedade [...] No primeiro dia, mais de cinco mil sobreviventes, turistas, funcionários do governo e jovens se reúnem para santificar o início do período de luto, homenageando os mortos [...] os participantes ouvem testemunhos de sobreviventes, apresentações de ruandeses famosos, poesia de sobreviventes ou escritores conhecidos e o discurso bastante esperado do presidente Paul Kagame (FOX, 2021, p.44, tradução nossa).

A comemoração nesta semana de abril é nacional e as autoridades exigem bastante respeito à prática, é comum haver punição formal para atividades não relacionadas ao *Kwibuka*, como a prática de assistir esportes na televisão ou socializar em bares. Após essa primeira semana a vida em Ruanda volta ao normal, embora a maioria das pessoas não inclua em sua rotina atividades comemorativas. Em todos os 100 dias é comum a existência de lembretes regulares sobre a prática, como programas de rádio que tocam músicas da comemoração, a transmissão contínua pela mídia das solenidades comemorativas, novas sepulturas e entrevistas com sobreviventes na televisão (BALDWIN, 2019).

**Figura 7.** O presidente Paul Kagame discursando na abertura do *Kwibuka* 2022.



Fonte: Extraído da página de Paul Kagame no Flickr (2022).<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/paulkagame/albums/72177720297922485>. Acesso em: 04 ago. 2022.

**Figura 8.** Público presente na cerimônia de abertura do *Kwibuka* 2022.



Fonte: Extraído da página de Paul Kagame no Flickr (2022).

As comemorações em Ruanda se iniciaram em 1995. A princípio, o Ministério da Juventude, Esporte e Cultura era responsável por organizar e coordenar os eventos, contudo a partir de 2008 esse papel passou a ser da Comissão Nacional para a Luta Contra o Genocídio (CNLG). Essa organização nacional independente foi criada justamente para realizar e sistematizar quaisquer atividades relacionadas a prevenção do genocídio e eventos comemorativos (IBRECK, 2012).

Diante dessas informações, Rachel Ibreck (2012) afirma que as comemorações oferecem às pessoas a oportunidade única de falar e contar a sua história, seus testemunhos em conjunto com as orações e sepultamentos são essenciais para as cerimônias. Nestes eventos, os sobreviventes relatam a violência que sofreram bem como as consequências dessas ações, elas podem discorrer pela fala, por poesia, ou pelo canto, também é comum que elas exijam justiça e listem os nomes dos entes queridos perdidos no genocídio. Os sobreviventes possuem uma posição privilegiada diante dos rituais comemorativos, pois eles abordam seus problemas e sofrimento pessoal e também utilizam o espaço para criticar o governo e a situação social e econômica do país.

**Figura 9.** Caminhada anual realizada pelos ruandeses durante os meses de comemoração.



Fonte: The New Times (2017).

**Figura 10.** Vigília realizada para relembrar as vítimas do genocídio em 2019.



Fonte: Des Moines Register (2019).

Enquanto as comemorações são importantes e significativas para muitos elas não são para todos, para alguns sobreviventes esses eventos são fonte de raiva e injustiça, principalmente diante do papel do governo em negar que muitas vítimas foram alvos de massacres organizados e perpetrados pela RPF. Para essas pessoas, a comemoração marginaliza suas experiências e apenas ressalta a tristeza e o ressentimento (IBRECK, 2012):

Uma sobrevivente do massacre de Kibeho comentou: “Na hora da comemoração, eu desliguei o rádio e a TV. Se é uma obrigação, eu vou à comemoração, mas fico calada.” Ela descreveu as pessoas de sua comunidade como “furiosas por ter um governo que comemora apenas um lado da população mesmo sabendo que cometeram crimes de vingança” (IBRECK, 2012, p.115, tradução nossa).

**Figura 11.** Um ruandês observa as fotos das vítimas durante o período de comemorações.



Fonte: KT Press (2020).

É possível dizer que as cerimônias são marcadas por contradições, pois enquanto elas dizem respeito a exibição e imposição de uma narrativa sustentada pelo Estado, elas também incluem a história das vítimas da violência e suas exigências por justiça e

responsabilização. Mesmo que essa tradição ainda reproduza antigas divisões e hierarquias, ela se apresenta como um momento único para os sobreviventes contarem sua história e exigirem assistência e mudança. Em síntese, as comemorações refletem o horror do genocídio e causam muitas crises traumáticas, porém em simultâneo fazem parte do processo de luto dos sobreviventes e forjam vínculos entre eles e outros que vivenciaram uma situação semelhante (IBRECK, 2012).

### 2.2.2.2 Os Memoriais de Ruanda

Quem visitar Ruanda não terá dificuldade para encontrar memoriais pelo país, pois eles estão por toda a parte, fitas brancas e roxas, cruzeiros brancos, assim como faixas com os dizeres “nunca mais” geralmente indicam os espaços comemorativos. O pequeno país africano com menos de 30 mil km<sup>2</sup> apresentava em 2019 mais de 750 locais de comemoração. Os memoriais possuem diversas formas, alguns são apenas lápides e marcadores em lugares onde antes eram escolas, hospitais e vilas, outros são espaços pequenos e simples com placas e fitas honrando os mortos. Também é possível encontrar locais mais formais como grandes museus que contêm as valas onde os corpos foram jogados, paredes com nomes de vítimas e evidências históricas do genocídio. Há sete grandes memoriais<sup>21</sup> em Ruanda, mas esses representam apenas uma pequena parte das inúmeras estruturas dedicadas ao genocídio (FOX, 2021).

Após o fim do genocídio, os memoriais desempenharam um papel essencial ao abrigarem os restos mortais e as evidências da violência em massa, a princípio eles foram construídos como respostas aos principais problemas de saúde pública e bem-estar social de Ruanda, pois se tornaram locais de sepultamento para os milhares de corpos que restaram e também espaços propícios para o engajamento cívico e sobrevivência das vítimas (FOX, 2021):

Embora o trabalho de memória simbólica e emocional dos memoriais seja central para os sobreviventes, esses espaços surgiram como soluções físicas e

---

<sup>21</sup> Os sete grandes memoriais do país são: 1) Kigali Genocide Memorial Center; 2) Murambi Genocide Memorial; 3) Nyamata Genocide Memorial; 4) Nyanza Genocide Memorial; 5) Bisesero Genocide Memorial; 6) Ntarama Genocide Memorial e 7) Nyarubuye Genocide Memorial. Para mais informações consultar o site a seguir: <https://genocidearchiverwanda.org.rw/index.php/Category:Memorials>.



logísticas para problemas materiais. Os problemas incluíam preocupações de saúde pública e bem-estar social que resultaram da magnitude dos corpos em decomposição e da falta de informações sobre quem havia morrido e quem havia sobrevivido ao genocídio [...] Os memoriais começaram como locais onde os restos mortais eram alojados, mas depois se desenvolveram em espaços de envolvimento da comunidade, trabalho cívico, conexão, alocação de recursos e serviços de sobrevivência (FOX, 2021, p.48, tradução nossa).

Assim, os memoriais em Ruanda atuam tanto como locais de sepultamento quanto locais que oferecem serviços formais e informais aos sobreviventes, como aconselhamento, assistência jurídica, grupos de apoios e reuniões comunitárias. Essas funções oferecidas pelos memoriais foram bastante expressivas após 1994, pois contribuíram para o reestabelecimento de serviços básicos a população, como estradas, escolas e saúde pública. Os memoriais, além de alojarem os milhares de corpos das vítimas do genocídio, também guardam as diversas armas usadas pelos perpetradores, ou seja, atuam como espaços onde as evidências da violência foram guardadas (FOX, 2021).

**Figura 12.** Cruz lembrando as vítimas do genocídio em Ruanda.



Fonte: Uganda Safari Tours (2022).

Para muitos conselheiros, há uma expressiva relação entre a cura e os memoriais, todavia para eles essa cura funcionará melhor se existir em um meio-termo entre visitar

obsessivamente os memoriais e evitá-los por completo. Para muitos sobreviventes os memoriais são lugares onde eles podem conversar com outros sobreviventes e entender o que está acontecendo na comunidade, essas pessoas acreditam que esses espaços podem as ajudar a superar a dor, pois quando presentes nestes lugares elas perdoam, conversam e compartilham a sua história (FOX, 2021).

**Figura 13.** Os crânios das vítimas e os dizeres “nunca mais” se referindo a violência de 1994.



Fonte: The Guardian (2022).

Por meio de suas observações empíricas e mediante entrevistas com sobreviventes em Ruanda, Nicole Fox (2021), acredita que os memoriais são responsáveis por prevenir a violência futura através de duas maneiras: pela responsabilização e pela homenagem aos mortos. Para alguns sobreviventes a função dos memoriais é responsabilizar alguns atores pela violência passada, eles acreditam que os memoriais revivem o genocídio e auxiliam a identificar os responsáveis e, para este grupo responsabilizar os perpetradores ajuda a prevenir a violência futura. Em contraponto, outra narrativa visualiza os memoriais como espaços para homenagear os inocentes que morreram no genocídio, e para muitos sobreviventes honrar os inocentes e reconhecer a sua perda pode colaborar com o processo de luto e impedir o desenvolvimento da violência.

Outro destaque a ser feito a respeito dos memoriais diz respeito ao gênero, mais especificamente sobre a violência sexual e de gênero durante o genocídio. Ruanda possui hoje importantes políticas de gênero em comparação com demais países na África, pois, por exemplo, lidera a maior porcentagem de mulheres no parlamento do mundo, além de possuir inúmeras políticas inclusivas. Posto isso, poder-se-ia presumir que essa igualdade e empoderamento também se refletiria nos memoriais nacionais, contudo o que ocorre é o oposto (FOX, 2021).

Não há uma inclusão das narrativas de violência sexual e de gênero nos memoriais e eles servem para alguns propósitos quando se referem ao assunto: *impor um silêncio sobre essas narrativas*, por meio da não inclusão institucional e intencional da violência de gênero que ocorreu frequentemente durante o genocídio de 1994 e *perturbar esse silêncio ou reagir com hesitação*, quando essas histórias são abordadas e contadas por terceiros mesmo com relutância. O que fica claro através dos memoriais em Ruanda é o quão comum se tornou que assuntos relativos ao gênero sejam neutralizados e invisibilizados mesmo diante de graves violações dos direitos humanos. Esses espaços são uma lente através da qual se percebe como a dinâmica do sexismo e as violências de gênero são percebidas e tratadas em contextos pós-conflitos (FOX, 2021).

Por último, é expressivo identificar e descrever alguns memoriais existentes em Ruanda, e os três apresentados aqui são: o Memorial de Kigali, o Memorial de Ntarama e o Memorial de Nyamata. O primeiro memorial é construído em uma colina e o edifício principal é rodeado por jardins, terraços, riachos e piscinas. Há uma enorme parede contendo os nomes das pessoas que morreram no genocídio e também várias valas comuns, algumas ainda abertas para sepultamento de ossos descobertos até os dias atuais. Este memorial em Kigali possui dois andares, o primeiro andar possui quatro salas contendo os antecedentes históricos do genocídio, os acontecimentos durante o genocídio, a resistência ao genocídio, incluindo pessoas que salvaram outras e uma última sala dedicada apenas as vítimas, como seus nomes, fotos, histórias e *hobbies* e, por fim o segundo andar é destinado a diversos outros genocídios além do ruandês, como o Holocausto, o genocídio dos armênios pelos turcos, entre outros (CAPLAN, 2007).

**Figura 14.** Os jardins do Memorial de Kigali.



Fonte: Kigali Genocide Memorial (2022).

**Figura 15.** O anfiteatro do Memorial de Kigali.



Fonte: Kigali Genocide Memorial (2022).

**Figura 16.** Exibições das vítimas no Memorial de Kigali.



Fonte: Kigali Genocide Memorial (2022).

Este memorial na capital do país talvez seja o mais conhecido e um dos mais formais, já os outros dois se diferem bastante do primeiro, ambos se localizam em igrejas a cerca de uma hora de Kigali. O Memorial de Ntarama é pequeno e o interior da igreja se manteve praticamente intocado desde o massacre, há ossos e pertences dos mortos por toda a parte, incluindo o chão. No final da igreja há um altar e ao lado dele é possível observar uma parede manchada por sangue, as pessoas acreditam ser sangue dos bebês que tiveram suas cabeças esmagadas pelos perpetradores. Há também uma prateleira nos fundos da igreja contendo os crânios das vítimas, bem como suas antigas roupas (CAPLAN, 2007).

**Figura 17.** Parte principal do Memorial de Ntarama.



Fonte: Genocide Archive of Rwanda (2015).

**Figura 18.** Sala contendo os crânios das vítimas no Memorial de Ntarama.



Fonte: Genocide Archive of Rwanda (2015).

O Memorial de Nyamata é bem maior do que o de Ntarama e algumas evidências do massacre foram limpas e mais bem escondidas em comparação ao memorial anterior. Também há uma sala na igreja repleta de ossos mortais, o teto parece estrelado, mas não são estrelas e sim um metal totalmente perfurado por buracos de bala. O pano do altar está repleto de sangue e a igreja ainda possui uma catacumba localizada no subsolo e descendo até lá se descobre ossos organizados metodicamente, incluindo crânios esmagados, tíbias e fêmures (CAPLAN, 2007).

**Figura 19.** Os ossos das vítimas organizados metodicamente no Memorial de Nyamata.



Fonte: Genocide Archive of Rwanda (2015).

É possível perceber de imediato o contraste entre esses memoriais. Para Pat Caplan (2007), em Kigali o memorial é educativo, é visitado por crianças, pela população e por estrangeiros, é um local que ensina o passado de Ruanda através de uma abordagem particular como os textos, as fotografias e os vídeos. Os corpos estão em túmulos e enterrados em um belo jardim com flores e riachos, ou seja, houve um enterro digno e humanitário. Em contrapartida, nos memoriais de Ntarama e Nyamata os restos humanos

e as evidências de violência são visíveis por todo o espaço, há um maior ou menor grau de intervenção humana, mas não como em Kigali.

**Figura 20.** Altar do Memorial de Nyamata contendo as roupas das vítimas.



Fonte: Genocide Archive of Rwanda (2015).

Assim, entende-se que há diversas formas de criar e estruturar um memorial do genocídio, cada um irá tratar os restos mortais de suas vítimas de uma maneira distinta, porém todos eles visam prevenir a recorrência futura da violência. Os memoriais são destinados aos vivos e conseqüentemente refletem suas intenções e preocupações políticas e sociais, como toda e qualquer narrativa eles serão construídos a partir de um ponto de vista e aqueles que os visitarem lidarão com o que estão vivenciando de um modo diferente de outra pessoa (CAPLAN, 2007).

Para os sobreviventes do genocídio entrevistados por Nicole Fox (2021) os memoriais auxiliam a gerenciar o trauma, pois contam e constroem uma história coerente sobre o passado, uma história com começo, meio e fim, responsável por criar uma sensação de estabilidade em suas vidas. Em tese, os memoriais de Ruanda representam



um esforço coletivo para representar e lembrar o passado violento e os abusos dos direitos humanos, todavia esses projetos de memória não comunicam apenas a verdade, pois a verdade depende de quem a conta. Desta maneira, mesmo reconhecendo a importância e significado desses lugares é válido lembrar quem não está representado e quem está sendo marginalizado, pois, somente reconhecendo as narrativas silenciosas a vida dessas vítimas poderá em teoria se tornar mais justa (FOX, 2021).

### **2.2.3 O panorama da reconciliação em Ruanda**

Em adição as iniciativas práticas de saúde mental já existentes no país, é relevante discorrer também a respeito do processo de reconciliação e justiça em Ruanda. Esses dois temas, principalmente a reconciliação, possuem enorme visibilidade no país devido ao caráter pós-genocídio e durante muitos anos foram, e ainda são, temas de discussão e debate no país africano. Logo, diante de sua importância, é necessária uma seção para abordar esses assuntos em específico.

A palavra para reconciliação em kinyarwanda (a língua oficial do país) é *ubwiyunge* que vem da mesma raiz utilizada para se referir ao ato de consertar um osso quebrado. Esse conceito ruandês significa reunir pessoas cujas relações foram anteriormente rompidas e é uma noção amplamente compartilhada no país (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004). No que tange a reconciliação, cinco anos após o genocídio, em março de 1999, foi criado em Ruanda a Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação (NURC) cujo objetivo era promover a reconciliação e justiça no país. Desde a sua criação, a instituição que existe até hoje, já produziu e organizou diversos encontros, conferências e *workshops* sobre a temática de unidade (ZORBAS, 2004; LAMBOURNE; GITAU, 2013).

A NURC é composta por um grupo de cidadãos de destaque que possuem como meta realizar estudos, organizar consultas e fortalecer a paz e a segurança na região. Desde 2004 a instituição monitora desenvolvimentos políticos que promovem no país a ideia de divisionismo e impedem o desejo de reconciliação nacional. Ao longo dos anos a Comissão já instituiu vários programas de educação cívica (AMSTUTZ, 2006).

A NURC é responsável por apoiar programas psicossociais de modo a promover a unidade e reconciliação ao nível da comunidade local e outro ponto de destaque na instituição, por influência do governo, é o discurso de redefinir a identidade ruandesa.

Esse discurso de identidade ruandesa é espalhado pela NURC, mas sobretudo pelo governo ruandês, e ao invés de celebrar distinções religiosas, tribais ou étnicas, o regime de Ruanda enfatiza a ideia do ruandês, ou seja, de Ruanda vista como um só povo. A ideia é eliminar a etnia da população de modo a encorajar uma identidade compartilhada (AMSTUTZ, 2006; LAMBOURNE; GITAU, 2013). A reconciliação também é vista por um modo específico pelos próprios ruandeses:

Durante minha primeira entrevista com Charity, perguntei o que ‘reconciliação’ significava para ela. Ao responder, Charity explicou que os perpetradores devem verbalizar que compreenderam os erros que cometeram, e compartilhar qualquer informação que ajude a encontrar pessoas desaparecidas (ou restos de pessoas desaparecidas) e pedir perdão. Por sua vez, as vítimas podem escolher se concederão o perdão (FOX, 2021, p.113, tradução nossa).

Para os sobreviventes do genocídio entrevistados por Nicole Fox (2021) a reconciliação é um processo que ocorre em Ruanda e para eles o modo de realizar essa intervenção se pauta na “fórmula de reconciliação” citada acima, onde os perpetradores admitem o erro e recebem o perdão. Todavia, mesmo muitos desses sobreviventes conhecendo a reconciliação e sabendo como ela funciona, a maioria deles não vivenciou o processo na prática. Essas fórmulas de reconciliação são vinculadas ao próprio Estado que utilizam as intervenções para reproduzir e consolidar o seu poder atual, entretanto mesmo diante desse objetivo velado alguns indivíduos ainda veem significado nessa estrutura e ancoram nela seus sentimentos sobre o passado e expectativas para o futuro.

Na prática, essa fórmula ruandesa funciona com base em três passos. No primeiro passo, o perpetrador admite a culpa e diz a verdade, isso significa contar aos sobreviventes como seus entes queridos morreram, quais foram as suas últimas palavras e onde se localizam os restos mortais. Esse passo é significativo, pois os sobreviventes precisam saber o que ocorreu com seus familiares para conseguirem seguir em frente. No segundo passo, o perpetrador busca o perdão, e esse perdão significa que a dor que os sobreviventes possuem é reconhecida publicamente, porém a escolha de perdoar deve partir apenas do sobrevivente e neste cenário eles possuem total controle da situação (FOX, 2021).

O terceiro passo diz respeito a perdoar o perpetrador. O perdão oferecido a essas pessoas é considerado o passo final da reconciliação, resultando em uma finalização da narrativa para os sobreviventes. Todavia, para muitas pessoas essa conclusão não ocorre,

principalmente para aquelas vítimas de graves abusos de direitos humanos. Para elas os crimes são devastadores demais para serem perdoados e em suas visões essa fórmula de reconciliação tende a favorecer mais o governo do que as suas próprias vidas (FOX, 2021).

Aqueles que não conseguem perdoar também são os que raramente têm suas histórias contadas em memoriais e em eventos de comemoração, a exemplo das mulheres vítimas de violência sexual. Para essas sobreviventes marginalizadas o perdão se torna uma realidade distante, ou seja, a fórmula parece promissora a princípio e é funcional para alguns cidadãos, porém ela não tem êxito com pessoas marginalizadas e mesmo após décadas do fim do genocídio a intervenção não consegue atingir na prática os indivíduos necessitados (FOX, 2021).

Essa fórmula de reconciliação propagada pelo governo ruandês e suas instituições não é a única forma desse processo em curso no país, e outra maneira comumente conhecida pelos ruandeses são as ‘reconciliações diárias’<sup>22</sup>. Essas reconciliações ocorrem quando um vizinho oferece a outro vizinho uma carona para o trabalho ou quando um indivíduo é autorizado a frequentar espaços que antes eram proibidos em função de seu grupo étnico. Essas e outras são pequenas ações que contribuem ativamente para uma existência pacífica a longo prazo em Ruanda. As pequenas e micro experiências de reconciliação tendem a ser negligenciadas por muitos estudos, porém o seu entendimento é importante para uma melhor compreensão da vida de um sobrevivente após uma grave violação de direitos humanos (FOX, 2021).

Esses indicadores de reconciliação, conforme Nicole Fox (2021), são encontrados nos aspectos mais comuns da vida cotidiana, como nas salas de aula, nos transportes públicos e na sensação de segurança em sua própria casa, e diante dessa realidade muitos sobreviventes demonstraram mudanças sociais significativas após o genocídio. Tais indicativos também existem no próprio ambiente social externo e para alguns sobreviventes os principais elementos que auxiliam nesta reconciliação diária incluem a presença de memoriais, a igualdade no acesso à educação e os serviços públicos.

---

<sup>22</sup> No original ‘Every day Reconciliations’, também conhecida como reconciliações ao nível micro ou no original “Micro-level Reconciliations” (FOX, 2021).

Para eles, os memoriais e os serviços estatais disponíveis<sup>23</sup> são um passo necessário para avançar e iniciar o processo de reconciliação, já a igualdade de acesso à educação é um esforço estatal que auxilia na coexistência ao nível micro. Os sobreviventes que receberam educação são mais propensos a mencioná-la como um indicador de reconciliação e mudança, enquanto aqueles com níveis socioeconômicos mais baixos têm menos probabilidade de indicar a educação como um marcador de transformação. No genocídio, a infraestrutura educacional de Ruanda foi destruída e muitos educadores e professores foram mortos. Assim, após 1994 o governo utilizou a educação para ajudar no processo de reconciliação e cura, e desde então foram criados 13 institutos de ensino superior e uma universidade. Além disso, o governo também garante nove anos de educação gratuita para as crianças e financiamento para aqueles que necessitam (PALMER; FIRMIN, 2011; FOX, 2021).

Ao nível da comunidade, muitos sobreviventes encontraram indícios de reconciliação através de interações não violentas e diárias entre grupos étnicos, como pessoas com origens étnicas distintas utilizando o mesmo ônibus, realizando compras no mesmo local e compartilhando comida. Nicole Fox (2021) também observou inúmeras comunidades ruandesas, algumas delas rurais, onde perpetradores e vítimas vivem pacificamente lado a lado, tal como antes de 1994.

O que todos esses pequenos exemplos ensinam é haver diferentes versões de reconciliação e que elas podem existir simultaneamente e serem acessíveis para uma maior gama de pessoas. A fórmula clássica de reconciliação instituída pelo estado oferece para alguns vislumbres de esperança e harmonia social no futuro, contudo muito das suas expectativas e objetivos são irrealistas ao nível macro, pois não incluiu todos. Posto isso, é válido avaliar essas micro experiências de reconciliação e entender que elas também podem ser significativas na vida dos sobreviventes (FOX, 2021).

#### **2.2.4 Justiça e Reconciliação**

Todas essas atividades estatais citadas acima compõem a Política Nacional de Reconciliação de Ruanda, que possui como objetivo a recuperação e reconciliação dos

---

<sup>23</sup> A exemplo de aconselhamentos, grupos de apoio, suporte financeiro, assistência educacional e aconselhamento jurídico (FOX, 2021).

indivíduos da nação, e nesta política a ideia de justiça é primordial. O país enfrentou diversas dificuldades na tentativa de fornecer justiça, por isso após 1994 Ruanda criou um sistema de justiça criminal para lidar com as consequências pós-violência. Logo, existem em Ruanda três níveis de justiça: o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (já abordado na primeira seção), o processo judicial usual e os tribunais de gacaca (PALMER; FIRMIN, 2011).

Para muitos sobreviventes a justiça tem um papel primordial, pois incentiva as pessoas a admitirem os seus erros e a realizarem alguma compensação. Alguns ruandeses estão mais interessados em fazer com que o perpetrador peça perdão ao invés de ser formalmente punido, muitos sobreviventes também demonstraram interesse por compensação, tanto porque faz parte da prática de reconciliação em Ruanda quanto pelas mínimas condições financeiras disponíveis pós-1994. Os hutus, por exemplo, também expressam apoio a ação judicial, muitos deles enfatizavam a necessidade de identificar e punir os responsáveis pelo genocídio, eliminando assim a culpa coletiva. Para eles é importante libertar os inocentes e alguns não concordam com as compensações, por medo do fardo que isso pode significar para suas vidas (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004).

Se torna válido frisar que como os hutus e os tutsis possuem relatos e lados divergentes sobre o genocídio, eles também possuem perspectivas distintas de como o país deve lidar com o passado violento. Para os tutsis é fundamental processar e julgar os maiores responsáveis pelo genocídio. Em contraponto, para os hutus a cura e a reconciliação apenas ocorrerão se ambos os lados reconhecerem sua culpa, os tutsis pela violência cometida pela RPF e os hutus pelos assassinatos em massa. Os hutus acreditam que o genocídio foi formado por duas ondas de assassinatos: a primeira é aquela cuja responsabilidade foi atribuída aos hutus, e a segunda se refere as ondas de violência realizadas pelo RPF durante e após o fim do genocídio. Como eles acreditam em um duplo genocídio, a reconciliação só ocorrerá quando os devidos grupos étnicos e políticos forem responsabilizados (AMSTUTZ, 2006).

#### **2.2.4.1 Os Tribunais de Gacaca**

Os tribunais de gacaca foram um dos exemplos práticos mais significativos de justiça e reconciliação em Ruanda e apesar deste assunto já ter sido brevemente delineado na primeira seção, é válido explicar mais a fundo o impacto desse nível de justiça sobre

a sociedade ruandesa. Todavia, antes é igualmente relevante delinear todo o cenário judicial do país após o genocídio.

Os ruandeses insistiram na realização de processos criminais para todos os perpetradores. Assim, ao longo da década de 1990, mais de 100 mil detidos esperavam os seus julgamentos e esse grande número de presos resultou em grande tensão social para o país. Em 2003, mais de 25 mil detidos foram liberados, mas a situação não melhorou posto que em 2005 uma estimativa do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC) contabilizou cerca de 89 mil presos. Muitos desses prisioneiros estavam sob custódia há quase uma década e a maioria foi detida ilegalmente, visto que nunca foram levados perante a um juiz para estabelecer sua situação legal (SCHABAS, 2005).

O sistema judicial ruandês antes do genocídio era caracterizado como corrupto e inexperiente. Consoante William Schabas (2005), havia cerca de 700 juízes e magistrados no país, destes menos de 50 possuíam alguma formação jurídica formal. Logo, após o genocídio as adversidades apenas aumentaram, os melhores atores desse sistema judicial estavam mortos e existiam somente cerca de 20 indivíduos com alguma formação jurídica em novembro de 1994. Além do Tribunal Penal Internacional para Ruanda, o país recebeu muitas propostas de ajuda externa, a exemplo de envios de advogados estrangeiros e profissionais da área jurídica ao país. Contudo, o governo ruandês deixou claro que os juristas estrangeiros não eram necessários e que “a justiça em Ruanda seria feita por ruandeses” (SCHABAS, 2005, p.883).

Na tentativa de regular as adversidades, ou seja, a falta de profissionais jurídicos e a baixa quantidade de recursos financeiros voltados para o sistema, o Parlamento Ruandês aprovou em 1996 a ‘Lei Orgânica sobre a Organização de Acusações pelo Crime de Genocídio ou Crimes contra a Humanidade’ cometidos entre 1 de outubro de 1990 e 31 de dezembro de 1994. Em seguida, o Tribunal Constitucional aprovou o novo estatuto e a legislação adotada nesse mesmo ano definiu quatro categorias de infratores (ZORBAS, 2004; SCHABAS, 2005).

A primeira categoria incluía os organizadores e planejadores do genocídio, principalmente aquelas pessoas em posições de autoridade e liderança na infraestrutura militar e civil que incentivaram o genocídio e os assassinatos em massa. A segunda categoria se referia aos indivíduos que cometeram homicídios ou crimes graves que levaram a vítima a morte. A terceira categoria dizia respeito a outros crimes hediondos

contra as vítimas e, por fim, a quarta categoria era composta por crimes contra o patrimônio (SCHABAS, 2005).

Definida essas novas diretrizes, o sistema judicial interno ruandês foi restaurado lentamente, os julgamentos se iniciaram no fim de 1996 (algumas semanas antes do início do TPIR) e até o início de 2004 mais de 5500 indivíduos foram julgados. Todavia, apesar da aprovação da lei de 1996 e do razoável sucesso dos julgamentos, estimou-se que o sistema judicial de Ruanda necessitaria de mais de um século para conseguir julgar todos os cem mil prisioneiros sob custódia, assim uma alternativa contrária e não tradicional surgiu: os Tribunais de Gacaca (ZORBAS, 2004).

Ainda em 1999, Ruanda propôs um modelo já conhecido de tribunal denominado gacaca que era baseado em modelos indígenas de justiça local. Esse sistema passou os próximos cinco anos em um período experimental e apenas se tornou operacional em 2005 e 2006. A gacaca foi criada como um meio-termo entre o processo criminal rigoroso e as comissões de verdade já utilizadas em diversos países, a exemplo da África do Sul. Em kinyarwanda, a palavra ‘gacaca’ significa ‘grama’ e o nome se refere ao fato de que os membros desse tribunal se sentavam no gramado quando ouviam e consideravam os assuntos diante deles (SCHABAS, 2005).

Antigamente, era um sistema voltado apenas para tratar de disputas relacionadas à questão de propriedade, como direito sucessório e família, mas acabou desaparecendo com a colonização em função das importações de modelos de justiça europeus. Esse tribunal ressurgiu após a independência de Ruanda e voltou a funcionar como um mecanismo utilizado para resolver disputas ao nível local, assim logo após o genocídio e diante dos contrastes do sistema judicial tradicional o Ministro da Justiça propôs que o gacaca retornasse de modo a auxiliar a justiça em casos menores (SCHABAS, 2005).

Para garantir o funcionamento dos tribunais de gacaca foi instituído em 2001 a ‘Lei Orgânica Gacaca’ que definia as seguintes diretrizes: os tribunais seriam estabelecidos em cada uma das jurisdições administrativas do país; as responsabilidades dos tribunais estariam relacionadas com o seu nível de jurisdição, ou seja, a seu setor, distrito ou província; os crimes de genocídio ocorridos entre 1990 a 1994 poderiam ser julgados; e apenas crimes menos graves, da segunda a quarta categoria da lei orgânica de 1996, poderiam ser abordados e investigados (AMSTUTZ, 2006).

As eleições para juízes da gacaca foram realizadas em outubro de 2001 e as audiências preliminares começaram em 2002. Esses experimentos iniciais, também conhecidos como pré-gacaca, apresentaram resultados significativos e convenceram muitas pessoas a confiarem no tribunal. De 2002 a 2004 Ruanda deu início a sua fase piloto do programa, e em junho de 2002 os tribunais de gacaca foram estruturados para 80 células. Contudo, até novembro de 2003, esse número aumentou para 750, existindo assim tribunais em funcionamento em pelo menos um setor de cada distrito do país. Em janeiro de 2005, foi definido que os suspeitos que se declararam culpados e pediram perdões seriam julgados a partir do próximo mês. Isso significou mais de 60 mil processos prontos ainda em janeiro, e os tribunais se tornaram completamente operacionais em 2006 (SCHABAS, 2005).

Os juízes eleitos em 2001 totalizavam aproximadamente 190 mil pessoas e elas não precisavam ter formação jurídica, as únicas qualificações exigidas eram ter alta “integridade moral” e não ter participado do genocídio. Como as pessoas não possuíam qualificações na área de direito, elas tinham pouco conhecimento sobre a lei, assim para tentar resolver parte do problema o governo forneceu um treinamento obrigatório sobre o trabalho e as responsabilidades dos tribunais de gacaca para todos os juízes. Ademais, cerca de 80 a 90 por cento dos juízes escolhidos eram hutus devido à distribuição étnica do país (AMSTUTZ, 2006).

O processo judicial da gacaca se distingue bastante dos julgamentos convencionais, em função de três motivos primordiais. Primeiro, os julgamentos tradicionais buscam a verdade através de revelações contraditórias perante um juiz imparcial. Em contraponto, o processo da gacaca encoraja a confissão voluntária por meio do perdão, esse perdão ocorre quando os sobreviventes abandonam o ódio e o ressentimento em relação aos ofensores e esses últimos tendem a ter a pena reduzida quando se arrependem pelos seus atos. Em segundo lugar, os sistemas judiciais buscam identificar os infratores e processá-los por seus comportamentos ilegais, já a gacaca se preocupa em superar a violência e desconfiança e restaurar os relacionamentos entre as partes (AMSTUTZ, 2006).

Terceiro, há uma distinção na forma como ambos os sistemas lidam com o delito coletivo. O sistema criminal utiliza a justiça retributiva enquanto os tribunais de gacaca focam na justiça restaurativa e de transição. Ou seja, os processos tradicionais utilizam a ideia retributiva de modo a proteger os direitos humanos e garantir uma ordem jurídica



contra aquele que realizou o crime. É uma estratégia retrospectiva, em contraste a gacaca utiliza o paradigma restaurativo e transitivo como uma estratégia voltada para o futuro de modo a contribuir para a restauração da comunidade por meio da reconciliação (AMSTUTZ, 2006).

Em síntese, o objetivo dos tribunais de gacaca é promover a reconciliação e cura, fornecendo uma plataforma para que as vítimas se expressem, reconheçam e perdoem os perpetradores, é um espaço que facilita a reunião semanal de vítimas e ofensores. Segundo o governo ruandês, esses tribunais permitem que os ruandeses sejam os principais atores no julgamento dos perpetradores do genocídio, tal ação é significativa, pois auxilia a reconstruir a sociedade e cria unidade e responsabilidade no âmbito civil (ZORBAS, 2004; RAWSON, 2012).

Em 2002, estabeleceu-se cinco principais objetivos para o programa, quais sejam, revelar a verdade sobre o que ocorreu no genocídio, acelerar os julgamentos, erradicar a cultura de impunidade, reconciliar ruandeses e reforçar o sentimento de unidade e provar ao mundo que Ruanda consegue resolver seus problemas sozinha (RAWSON, 2012). Os tribunais de gacaca se pautavam em algumas etapas, a primeira envolvia a enumeração de todas as pessoas mortas e dos crimes cometidos dentro de uma comunidade, em seguida lista de possíveis acusados eram elaboradas e com base nelas os indivíduos eram encorajados a confessar em troca de penas reduzidas. A segunda e última etapa se referia a fase do julgamento onde os juízes ouviam os depoimentos dos acusados e emitiam sentenças contra os culpados. Vale lembrar que os crimes mais graves ainda eram julgados pelo sistema tradicional ruandês, apenas os menos graves, a exemplo dos crimes contra propriedades, eram julgados pela gacaca (LONGMAN, 2009).

Os julgamentos da gacaca se diferenciavam em relação a crimes contra humanos e crimes contra propriedade. No primeiro caso, o réu era julgado com base em um arquivo preparado sobre ele, indicando quais os seus principais crimes e acusações. Em contrapartida, nos crimes contra propriedade o julgamento era preparado com base nas vítimas e não nos réus. Os juízes realizavam um inventário sobre todos os atos de roubo e destruição de determinada propriedade e os intimados do processo incluíam o acusado e o representante daquela propriedade ou casa. Nos casos de saque, roubo ou destruição de propriedade havia duas opções, uma delas incluía um acordo amigável entre a vítima e o ofensor onde havia um valor de restituição e a segunda opção era o julgamento, onde o juiz decidiria o resultado daquele caso em específico (INGELAERE, 2019).

A maioria dos casos envolvendo propriedade, de acordo com Bert Ingelaere (2019), precisava de um julgamento em gacaca e funcionavam por uma lógica de acusação e defesa, muito deles inclusive eram responsáveis pelo aumento no número de pessoas condenadas por crimes de genocídio. Nestas situações sempre havia a restituição, mas essa restituição não era individualizada e sim familiar, isto é, seu o réu estivesse morto ou no exterior, um membro da família deveria lidar com as consequências das suas ações. O mais interessante dessa realidade é que esses crimes patrimoniais possuíam maior potencial restaurativo e conciliador do que outros crimes:

Os casos em que ambas as partes tentaram dar algo um ao outro pareciam ter um potencial mais conciliador. Nesses casos, o perpetrador restituía objetos materiais ou dinheiro de acordo com suas capacidades, e a vítima reduzia o valor do bem roubado. Não era o valor monetário que importava, mas sim a restauração da relação social pela ação de doar. Esses atos permitiram um novo ou renovado convívio, como a partilha de bebidas, convites para festas e outras formas de convívio (INGELAERE, 2019, p.90, tradução nossa).

A decisão para implementar ou não o sistema judiciário da gacaca foi variada. Desde o início a comunidade jurídica internacional criticou o processo. Segundo ela, os tribunais não operavam conforme a ideia de um julgamento justo e também eram falhos no teste fundamental da justiça, pois não garantiam imparcialidade ou proteção legal aos suspeitos. Para essa comunidade a gacaca também errava ao não permitir o interrogatório de testemunhas ou disponibilizar aconselhamento jurídico aos réus. As críticas acreditavam que esses tribunais poderiam ser manipulados, pois, as vítimas poderiam conduzir acusações falsas caso fossem inspiradas por ganância econômica ou vingança pessoal, outra crítica dizia respeito ao fato de a gacaca excluir de seus tribunais os crimes de guerra dos tutsis ou do próprio governo (AMSTUTZ, 2006; RAWSON, 2012).

Por outro lado, observadores acreditavam que gacaca era uma tentativa legítima de adaptar as instituições tradicionais de Ruanda as necessidades sociais do país. Para eles, a estrutura dos tribunais permitia julgamentos justos e inovadores e o fato de muitos deles ocorrerem nas comunidades poderia incentivar a participação pública e a maior transparência em contraponto aos tribunais tradicionais. Uma pesquisa realizada por Timothy Longman (2009) indicou que em fevereiro de 2002 cerca de 90,8% dos ruandeses eram favoráveis a implementação da gacaca. Em suma, a criação dos tribunais de gacaca é significativo, pois mudou o foco da acusação individual para a restauração e reconciliação da comunidade, e mesmo apresentando muitos problemas consideráveis, a

gacaca foi a solução mais adequada e viável para julgar os envolvidos no genocídio (ZORBAS, 2004; LONGMAN, 2009).

Do início dos tribunais em 2005 até o seu fechamento oficial em junho de 2012, mais de 11 mil tribunais foram realizados e julgaram 1.958.634 casos de suposta participação no genocídio. Destes, 25% dos casos resultaram em absolvição do acusado e um total de 1.320.554 de 1.958.634 casos trataram de crimes relativos ao patrimônio (INGELAERE, 2019; UNDP, 2022). O governo ruandês afirmou que a justiça de gacaca foi essencial para o início do processo de cura, reconciliação e harmonia social no país. De acordo com o NURC, muitos sobreviventes perdoaram e se reconciliaram com os seus perpetradores e hoje vivem lado a lado um do outro (LAMBOURNE; GITAU, 2013).

Enquanto a gacaca promoveu transformação e reconciliação para algumas comunidades, ela também foi responsável por (re)traumatizar inúmeras vítimas, grupos de sobreviventes acreditavam nas reparações positivas que esses tribunais poderiam gerar, já outros expressavam preocupações e descontentamento (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004; LAMBOURNE; GITAU, 2013). Assim, entende-se que o sucesso dos tribunais de gacaca variava substancialmente consoante a comunidade e região analisada, pois, em alguns lugares, eles cumpriram seus objetivos e incentivaram o diálogo entre vítimas e perpetradores, mas em outros lugares o que ocorreu foi o oposto (LONGMAN, 2009).

Em simultâneo, a gacaca foi expressivamente prejudicada pela manipulação governamental no processo. Mesmo o RPF matando inúmeras pessoas à medida que avançava no país em 1994 e mais diversas pessoas em massacres e execuções organizadas pós-genocídio, os tribunais nunca julgaram nenhum desses casos, devido à determinação do próprio governo de não falar dos abusos do RPF e de seus apoiadores. Logo, para muitos hutus a gacaca foi uma forma de justiça atribuída apenas a uma parte da população e era visto mais como um sistema para reforçar o poder do Estado do que para responsabilizar aqueles envolvidos. Assim, mesmo apresentando resultados positivos, a eficácia dos tribunais foi prejudicada pela interferência do governo (LONGMAN, 2009).

### **2.2.5 O papel do governo ruandês por trás das intervenções de cura e reconciliação**

Ao longo desse capítulo foram apresentadas diversas iniciativas ruandesas relativas à saúde mental, cura e reconciliação, algumas foram criadas por atores

internacionais, mas a maioria está ligada ao poder governamental. A princípio pode parecer que esses projetos foram constituídos e desenvolvidos pensando somente na população ruandesa, contudo há muitos interesses governamentais e políticos por trás de atividades que deveriam ser somente humanitárias e sociais. Posto isso, se faz necessário explicitar quais os principais interesses e intenções do governo diante desses projetos locais.

O governo em exercício em Ruanda é formado pelo partido político RPF, que está no poder desde o fim do genocídio, e o atual presidente desde 2000 é o Paul Kagame que, na verdade, já governava antes mesmo de ser oficialmente eleito. Kagame é considerado um ditador benevolente, pois busca desenvolvimento e inovação para o país, mas, em simultâneo, não aceita opiniões distintas da dele. Segundo a organização *Human Rights Watch*, desde que ele se instalou no poder foi inaugurado em Ruanda um regime de terror para aqueles que eram contra a narrativa oficial do governo. Kagame e seus afiliados são acusados de assassinatos, envolvimento com pessoas desaparecidas e prisões ilegais. Ele está há mais de 20 anos no poder e é provável que continue, pois, o presidente alterou em 2015 a Constituição do país para poder cumprir mais dois mandatos até o ano de 2034, e oponentes dizem que ele pretende governar até a morte (DW, 2020).

Se torna expressivo falar sobre o posicionamento de Paul Kagame, e do governo de modo geral, em relação a intervenções de cura. Segundo a narrativa governamental oficial, as divisões impostas a população na era colonial foram a primeira causa e motivação para o genocídio em 1994, e os ataques contra os tutsis em 1959 não deve ser considerado revolução e sim a primeira instância de genocídio na história de Ruanda. Na visão do governo, a combinação entre uma ideologia que fomentou o ódio étnico e uma população obediente foram fundamentais para o desdobramento da violência em massa. Posto essa interpretação da história, o atual governa frisa que a reconciliação apenas poderá ocorrer quando o país recuperar a ideia de unidade e identidade nacional que existia em Ruanda no período pré-colonial (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004).

Para a reconciliação acontecer é necessário que o povo ruandês rejeite o mito da etnicidade e priorize a cidadania ruandesa. O desenvolvimento de uma política democrática também é importante para que as pessoas pensem de forma independente e se tornem líderes responsáveis no futuro. Pensando nisso, em 2001 o governo adotou uma nova bandeira, bem como um novo hino e selo nacional. A justificativa se pautava na

ideia de que os antigos símbolos se associavam com o genocídio e que os novos marcariam uma ruptura com o passado violento (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004).

A RPF aspira em se manter no poder e isso se reflete através de seu controle rígido sobre o sistema político mesmo diante de aberturas democráticas limitadas. Paul Kagame e outras figuras governamentais se veem como “líderes esclarecidos que libertaram Ruanda da tirania e acabaram com o genocídio” (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004, p.167). A única forma da população demonstrar apoio e maturidade ao RPF é apoiando, e a preocupação de que isso não ocorra leva o governo a utilizar técnicas de repressão política e exercer um rígido controle sobre os círculos internos de poder. O governo também é significativamente sensível no que tange as implicações que cometeu ou cometeu abusos de direitos humanos, embora existam diversas evidências contra a RPF o governo rejeita veementemente qualquer sugestão de que tenha se envolvido em alguma forma de violência (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004; ZORBAS, 2004).

Aquelas pessoas que acusam a RPF de abusos de direitos humanos ou de exclusão de certos grupos tendem a ser acusados de semear divisão e são em sua maioria silenciados. Um exemplo prático de tal fato aconteceu quando a IBUKA, uma organização ruandesa voltada para os sobreviventes do genocídio, articulou inúmeras críticas ao governo por não atender e cumprir adequadamente as necessidades dos sobreviventes. Após tal fato, um dos líderes da organização foi assassinado e todos os outros fugiram do país. O que está em risco nessa atitude do governo não é somente o ressentimento das vítimas pelos crimes do RPF, mas também a instalação de uma cultura de impunidade e negacionismo genocida, elementos que o próprio Paul Kagame considera em declarações públicas como motivadores do genocídio (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004; ZORBAS, 2004).

Mesmo diante de inúmeros memoriais no país, não há nenhum espaço dedicado as vítimas dos massacres da RPF e os funcionários do governo não citam essas violências em discursos públicos, é como se elas não existissem (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004). Os memoriais em Ruanda são utilizados como instrumentos do Estado para restringir o leque de narrativas sobre o genocídio, bem como suprimir a memória nacional de certas violências e vítimas atingidas, ao desconsiderar os indivíduos e hutus mortos pela RPF o governo manipula a memória coletiva da nação e ainda marginaliza um grupo específico de cidadãos. Em suma, o atual regime usa os memoriais como instrumentos

para construção do Estado e consolidação do poder, pois criam uma narrativa única e oficial sobre quem foi o perpetrador e a vítima (FOX, 2021).

Esse Estado pós-genocídio é influente, pois estabelece quais vidas devem ou não serem lembradas publicamente, durante a comemoração ou eventos comemorativos a memória de milhares de hutus mortos pelo próprio governo é apagada. Os discursos feitos durante esse evento são utilizados para justificar as políticas governamentais relativas ao genocídio e também para defendê-los de críticas, e uma narrativa em curso durante esses momentos é a chamada “tutificação do genocídio”, ou seja, a atribuição das violências passadas apenas a um grupo étnico. Todavia, os tutsis em diversos momentos também foram marginalizados por intervenções estatais, significando que a preocupação não é com a identidade étnica e sim com o poder de controle (IBRECK, 2012).

O governo utiliza os meses de comemoração como uma forma de construir e reforçar sua própria legitimidade e identidade nacional e apresentar um recorte seletivo do genocídio. Todavia, ele não possui o monopólio da comemoração e as atividades não são movidas apenas pelos seus interesses. As comemorações também são moldadas e conduzidas pelos sobreviventes e pela participação dos ruandeses, assim mesmo o Estado tentando construir uma memória coletiva e definindo parâmetros para a lembrança, ele nem sempre consegue dominar os espaços (IBRECK, 2012).

Outro controle e influência do governo além dos memoriais e comemorações diz respeito aos tribunais de gacaca. A manipulação governamental do processo prejudicou expressivamente a capacidade de os tribunais contribuírem para a reconciliação. Inúmeros ruandeses se preocupavam caso hutus fossem considerados inocentes, pois isso significaria que o governo interveria para punir os juízes e reconfigurar os tribunais. Outro ponto dizia respeito as revisões da gacaca realizadas pelo governo, a exemplo da redução do número de juízes e a consolidação de outros tribunais, tais ações colaboravam para que o regime assegurasse maior controle sobre o sistema (LONGMAN, 2009).

O processo judicial de gacaca, conforme Timothy Longman (2009), também foi igualmente utilizado para fins políticos, sob encorajamento do governo. Esses tribunais acusaram muitas pessoas que criticaram o regime atual, a exemplo de ativistas de direitos humanos, jornalistas e até mesmo padres. Como frisado anteriormente, a questão da identidade étnica também se tornou um problema nesse contexto de justiça:

Ataques cometidos por hutus contra tutsis seriam considerados crimes de genocídio, enquanto ataques de tutsis contra hutus não seriam. Em gacaca, mesmo as menores ofensas cometidas por hutus contra tutsis, como pilhagem, estavam sendo julgadas e poderiam resultar em prisão, enquanto o sistema legal de Ruanda quase não perseguia casos de ataques tutsis a hutus, mesmo casos de grandes massacres. Como resultado, a gacaca reforçou as divisões étnicas em Ruanda, mesmo quando o governo incentivava discussões sobre o tabu da etnia (LONGMAN, 2009, p.310, tradução nossa).

Argumenta-se então que o que a gacaca fez sob influência do governo foi criar uma impressão de culpa coletiva entre os hutus, presumindo que todo esse grupo, principalmente os homens, eram culpados do genocídio. A condenação nesses tribunais poderia implicar na exclusão dos indivíduos de cargos públicos e da sua remoção de empregos e cargos comuns. Nesse sentido, a gacaca foi utilizada como uma maneira de preservar o poder político, social e econômico da RPF bem como colocar parte da população hutu em uma posição de subserviência e vulnerabilidade (LONGMAN, 2009).

O que fica claro é a capacidade mista do governo ruandês de remodelar a memória e a cultura nacional após a violência em massa, por um lado o governo consegue divulgar uma mensagem expressiva sobre a história e cultura de Ruanda, mas por outro há uma manipulação da lembrança do genocídio feita a fim de manter e reforçar sua posição de poder. Essas táticas repressivas do regime são responsáveis por minar as tentativas de democratizar a cultura política do país, e ao invés de criar cidadãos responsáveis o governo incentiva uma obediência cega que no passado contribuiu para a participação pública no genocídio (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004).

O problema pode aparecer apenas no futuro, pois se o governo continuar restringindo e negligenciando narrativas, as pessoas não se convencerão do discurso de que não há mais etnicidade no país e se o próprio regime não assumir a responsabilidade por suas ações violentas no genocídio, apenas reforçara a ideia de injustiça e desigualdade constante. O caso de Ruanda exemplifica que é possível o governo dominar o discurso da memória no país, porém a dúvida que resta é se mesmo existindo essa dominação pode-se criar uma memória coletiva e caminhos para a reconciliação (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004).

**Tabela 2.** Ordem cronológica das principais iniciativas de cura, reconciliação e justiça em Ruanda.

<b>1994</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR)</li> <li>- Programa de Recuperação do Trauma (TRP)</li> <li>- Centro Nacional do Trauma (NTC)</li> <li>- Escritório de Coordenação de Saúde Mental</li> </ul>
<b>1995</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política Nacional de Saúde Mental</li> <li>- Início das comemorações no país</li> </ul>
<b>1996</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação da ‘Lei Orgânica sobre a Organização de Acusações pelo Crime de Genocídio ou Crimes contra a Humanidade’</li> <li>- Início dos julgamentos dos perpetradores</li> </ul>
<b>1999</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação (NURC)</li> <li>- Proposta para utilização da gacaca</li> </ul>
<b>2001</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimento da ‘Lei Orgânica Gacaca’</li> </ul>
<b>2005</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política de Descentralização da Saúde Mental</li> <li>- Início dos julgamentos nos tribunais de gacaca</li> </ul>
<b>2012</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fim das atividades dos tribunais de gacaca</li> <li>- Fim das atividades do Tribunal Penal Internacional para Ruanda</li> </ul>
<b>2018</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualização do Plano Estratégico da Área da Saúde</li> <li>- Parceria do Ministério da Saúde com Johnson &amp; Johnson</li> </ul>
<b>2019</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualização do Sistema de Saúde Ruandês</li> </ul>
<b>2021</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanha sobre saúde mental – UNICEF em parceria com o Ministério da Saúde</li> </ul>

Fonte: autoria própria (2022).



Este capítulo apresentou o panorama de Ruanda, em relação a sua história e eventos passados e no que tange ao cenário atual de saúde mental e cura. Por meio dele foi possível perceber que o país tem um passado marcado por claras divisões e violência, independentemente desses problemas terem começado na era colonial ou na era da república, entende-se que a cultura de distanciamento e ódio entre as etnias contribuiu expressivamente para o genocídio de 1994. Após o massacre em massa, ficou claro que o país precisava seguir em frente e curar os seus cidadãos a fim de que um futuro comum ruandês pudesse ser construído.

Pensando neste cenário, muitas iniciativas valorizando a saúde mental, a cura, e a reconciliação foram estabelecidas no país pós-violência, algumas delas receberam apoio internacional, indicando certo arrependimento da comunidade em não ter ajudado a impedir o genocídio e ao mesmo tempo tentando conter as consequências que poderiam surgir. Por outro lado, muitos dos projetos e futuras tradições nasceram do próprio país com apoio do governo, a exemplo das comemorações, memoriais e inovações na área da saúde mental. Estas realizações esclarecem que existe sim em Ruanda uma preocupação latente e em curso com os sobreviventes do genocídio e seus traumas.

Muitas dessas intervenções e ações do país auxiliaram de forma significativa os sobreviventes, os perpetradores, e a população ruandesa no geral, porém não é possível dizer que são projetos inclusivos a todos. Parte dos ruandeses nunca vivenciaram essas iniciativas práticas, seja porque moram em áreas rurais ou, porque fazem parte de grupos negligenciados e excluídos no país, como os hutus e as mulheres vítimas de abuso sexual. Além disso, há um projeto em curso do RPF em controlar a narrativa sobre a memória do genocídio e reprimir e silenciar todos aqueles que o acusam de abusos de direitos humanos e controle do poder, tal fato prejudica ainda mais a cura e a reconciliação no país.

Em suma, entende-se que nos quase 30 anos pós-genocídio muito foi feito em Ruanda para esquecer e curar o passado violento, porém não foi suficiente para todos. A expectativa é que mais projetos de cura societal surjam e que cada vez mais possam dar vozes aqueles silenciados e negligenciados na comunidade, para que o futuro ruandês consiga de fato ser inclusivo e pacífico para todos. Logo, de modo a entender melhor os projetos específicos que existem no âmbito da cura do trauma no país, o terceiro e último capítulo, se ocupará da análise dessas intervenções existentes, bem como os seus principais resultados para os ruandeses.

### 3 OS PROJETOS DE CURA DO TRAUMA EXISTENTES EM RUANDA

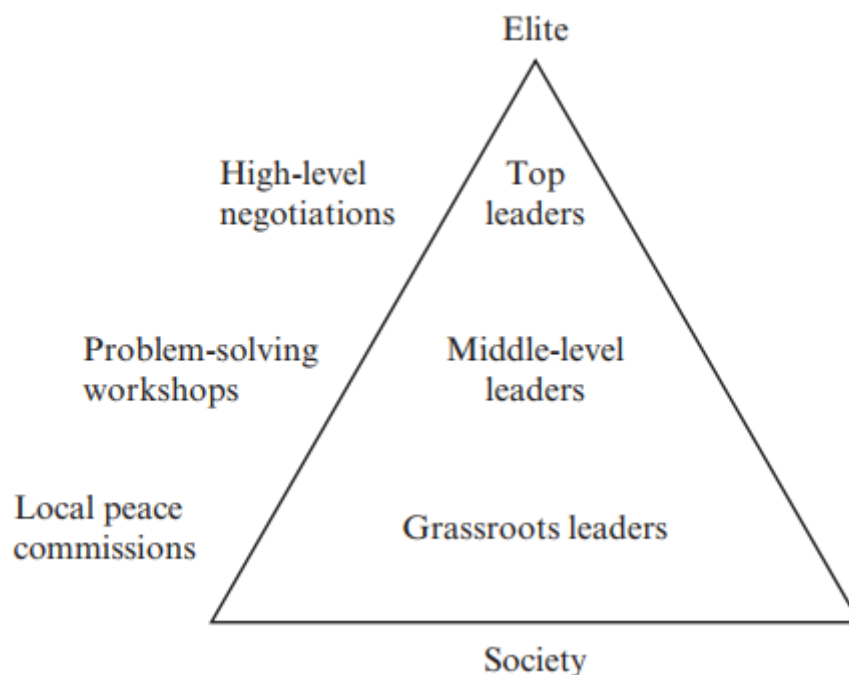
O principal objetivo desse capítulo é apresentar alguns dos programas de cura do trauma existentes em Ruanda, e os dois aqui selecionados foram escolhidos em função de sua relevância, duração e disponibilidade de informações. O capítulo é dividido assim em três seções. A primeira apresenta a justificativa teórica e empírica de porque foram utilizadas essas duas organizações de construção da paz. A segunda seção traz uma introdução da organização ruandesa *Never Again Rwanda* bem como uma análise aprofundada de seu principal projeto de cura do trauma. Por fim, a terceira e última seção apresenta a mesma estrutura da anterior, porém introduzindo e analisando a organização estadunidense *Karuna Center for Peacebuilding* e seu principal programa de cura do trauma no país africano.

#### 3.1 Justificativa teórica

Este capítulo optou por analisar duas instituições, a ONG ruandesa *Never Again Rwanda* e a ONG estadunidense *Karuna Center for Peacebuilding*, porém antes de analisar mais detalhadamente essas organizações e seus projetos é válido explicar por que elas foram escolhidas para estarem aqui presentes. Uma justificativa parte da lógica teórica de tentar compreender a importância dessas organizações não-governamentais e locais para a construção da paz, e a outra procura explicitar porque às duas foram selecionados em detrimento de outras organizações que também atuam em Ruanda.

Para John Paul Lederach (1997) os promotores da paz necessitam entender os vários fatores que formam a realidade local que sustentam o conflito (FACCHINI; TOLEDO, 2020). Assim, de modo a sintetizar melhor essa ideia de construção da paz, o autor cria uma estrutura analítica que aqui ajuda a assimilar a importância das ONGs neste processo de paz.

**Figura 21.** Atores e abordagens da construção da paz.



Fonte: Lederach (1997). Extraído de Miall; Ramsbotham; Woodhouse (2005, p.27).

A pirâmide proposta por Lederach é composta por três níveis principais. O nível um compreende os principais líderes políticos e militares da construção da paz. Já o nível dois abarca os líderes intermediários, enquanto o terceiro e último nível, os líderes locais. No primeiro nível, os líderes são as pessoas mais representativas e influentes do governo ou da oposição, elas estão no topo da pirâmide, pois são consideradas as porta-vozes da sociedade e possuem a responsabilidade de resolver o conflito em curso. Essa categoria possui uma abordagem de construção da paz considerada *top-down* (de cima para baixo): nela as figuras são pessoas públicas apoiadas por um governo ou por uma organização interacional, como a ONU. O objetivo dessa abordagem é alcançar um acordo entre os principais líderes do conflito, bem como atingir um cessar-fogo ou uma cessação de hostilidades como um primeiro passo (LEDERACH, 1997).

No segundo nível, os líderes intermediários são pessoas atuando em posições de liderança dentro de um cenário específico, e sua posição não está necessariamente ligada a autoridades ou estruturas do governo. São pessoas que conhecem ou são conhecidos

pelos principais líderes, mas que também possuem conexões e relações com a sociedade, ou seja, estão ligados tanto ao topo quanto a base da pirâmide. Esses líderes tendem a ser mais numerosos do que os líderes de alto nível e são conectados com diversas pessoas por meio de relacionamentos preexistentes. Essa categoria possui uma abordagem intermediária para a construção da paz, que se baseia no conceito de que os líderes são a chave para a criação de uma infraestrutura necessária para alcançar e sustentar a paz (LEDERACH, 1997).

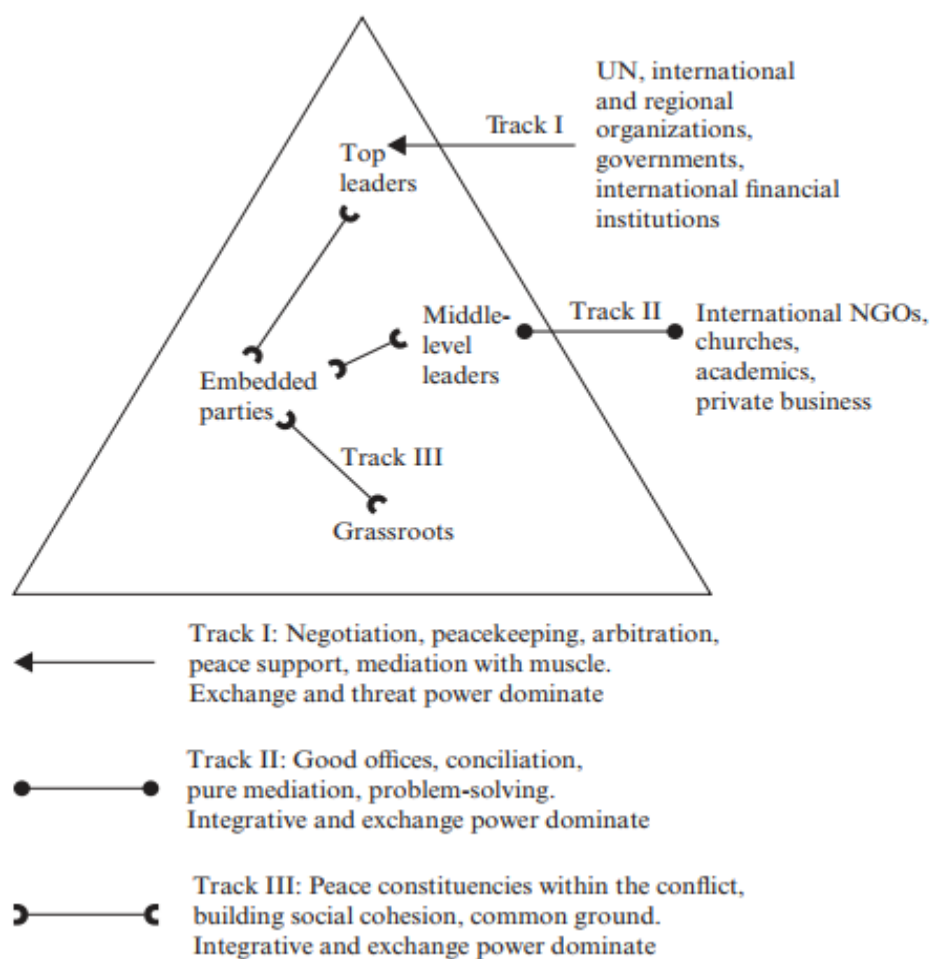
O terceiro nível é caracterizado pelas massas, isto é, a base da sociedade. As lideranças desse grupo incluem pessoas envolvidas com a comunidade local, membros de organizações não governamentais (ONGs) e funcionários atuando em diversas áreas, como a área da saúde e dos refugiados. As pessoas desse grupo entendem o medo e o sofrimento de grande parte da população e, em simultâneo, possuem um conhecimento especializado em política, conseguindo se comunicar com os líderes locais do governo quando necessário. Aqui a abordagem de construção da paz é *bottom-up* (de baixo para cima), e essa perspectiva visa resolver conflitos e construir a paz por meio de debates e discussões em um nível local (LEDERACH, 1997).

Há um esforço conjunto da comunidade e dos seus líderes em trabalharem juntos em programas e projetos que reforcem o tema da paz. Esses programas também se caracterizam pelas tentativas de lidar com o enorme trauma que os conflitos produziram nos sobreviventes. A guerra neste nível é vivida com mais intensidade e imediatismo, em termos de violência e trauma sofridos pelas pessoas, e também em relação às consequências que as atingem diretamente. É uma categoria que preza pelos relacionamentos interdependentes da vida cotidiana ao invés da burocracia política de alto nível (LEDERACH, 1997).

O que se percebe através desse modelo estabelecido por John Paul Lederach é a importância que cada nível tem para o processo de construção da paz de uma sociedade. O terceiro nível pode não ter a mesma influência e poder exercidos pelo primeiro nível, porém ainda atua diretamente com a comunidade local e seus cidadãos, aliviando seu sofrimento e tentando entender como criar uma paz acessível e sustentável a todos. Os projetos de cura do trauma estabelecidos por esse grupo dialogam diretamente com o tema da dissertação e auxiliam a delimitar o motivo da utilização de organizações não-governamentais em oposição a projetos advindos de outros setores da sociedade.

A importância dessas instituições e atores locais também pode ser exemplificada por meio do modelo de resolução de conflitos multipista (*multitrack*, em inglês). Esse modelo apresenta três pistas, ou *tracks*, e cada uma delas se relaciona com algum nível da pirâmide estabelecida por Lederach (1997).

**Figura 22.** Resolução de conflitos *multitrack*.



Fonte: Extraído de Ramsbotham; Woodhouse e Miall (2005, p.29).

A diplomacia de *Track I* se refere a representantes oficiais governamentais ou institucionais que se utilizam de bons ofícios, mediação e punição para gerar ou forçar algum resultado esperado, associado a ideia de barganha. É a diplomacia governamental/institucional que ocorre no âmbito governamental. A diplomacia de *Track*

*II* envolve mediadores não oficiais, que não possuem a mesma influência e poder dos líderes do primeiro nível, trabalhando com seus parceiros e eleitorados para facilitar acordos e chegar a resultados mutuamente satisfatórios. É a diplomacia entre atores e instituições não-governamentais. Por fim, o *Track III* dá ênfase à diplomacia direcionada e praticada por atores e recursos locais. Logo, o modelo *multitrack*, considerado essencial para o âmbito dessa pesquisa, mesclaria o *Track I, II* e *III*, isto é, acredita e pressupõe que a diplomacia deve acontecer entre todos os níveis da pirâmide (MIALL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 2005).

Desde a década de 90 Lederach preza por uma construção da paz que seja inclusiva e que abranja a população local, pois para o autor esse processo deve estar presente em todos os níveis da sociedade. Por meio das explicações acima entende-se que projetos e intervenções realizadas por ONGs e instituições para a comunidade local são uma das formas mais realistas de se construir a paz. Dar visibilidade e voz aqueles que sofrem as consequências da violência é necessário, principalmente se essas demandas estiverem atreladas a outros níveis da sociedade, a exemplo de líderes locais e internacionais. As organizações escolhidas para serem analisadas possuem esse caráter local, inclusivo e de conexão com a população ruandesa, característica bastante relevante para o entendimento do trauma dessa sociedade.

### **3.1.1 Justificativa empírica**

É válido explicar o motivo pela qual as organizações *Never Again Rwanda* e *Karuna Center* foram escolhidas em oposição a outras instituições e associações existentes em Ruanda. A principal razão parte da duração dos projetos e também da disponibilidade de materiais e informações relativos a eles. Ruanda é um país que devido ao seu histórico de violência possui diversas iniciativas de cura do trauma e reconciliação, como já detalhado no capítulo dois, portanto é comum encontrar organizações locais, atores internacionais e igrejas oferecendo projetos voltados para a população.

Entretanto, a maioria desses projetos tendem a ser rápidos, com duração de poucas semanas ou meses, e não possuem muitas informações divulgadas ao público. Sendo assim, a escolha deles não seria efetiva para o objetivo dessa dissertação, já que se cogita analisar detalhadamente os projetos em sua totalidade, incluindo objetivos, estruturação, metodologia e resultados, da mesma forma em que não foi possível realizar pesquisa de

campo até o país. Como às duas organizações aqui delimitadas têm duração de anos, possuem vários relatórios, matérias e até documentários sobre seus respectivos projetos, ficou claro que seriam melhores para a análise.

Todavia, mesmo essas organizações e projetos menores não sendo ideais para a análise aqui proposta, se torna relevante citá-las rapidamente, de modo a ajudar na compreensão do cenário ruandês de intervenções relativas à cura do trauma. Nesta seção serão apresentados sete projetos de trauma existentes no país, dentre eles organizações locais, internacionais, associações e igrejas.

O primeiro é a organização *Healing and Rebuilding Our Community* (HROC)<sup>24</sup> estabelecida em Ruanda em 2003, que possui como principal objetivo oferecer a comunidade *workshops* relativos à saúde mental. Essas oficinas duram três dias, realizadas em parceria com associações de cura de cada comunidade. Nas últimas décadas o HROC auxiliou a vida de vários ruandeses e suas oficinas funcionaram em mais de 96 comunidades ao longo de Ruanda, incluindo 12 *workshops* internacionais realizados entre os anos de 2003 e 2018 (HROC RWANDA, 2022).

As oficinas da organização seguem a seguinte estrutura. O primeiro dia é dedicado a aprender sobre o trauma, suas principais causas e efeitos. O segundo dia é considerado o mais importante, pois os participantes possuem espaço e tempo para se abrirem e falarem mais sobre o seu próprio trauma, tende a ser um dia bem emocionante, com relatos de sobreviventes e de perpetradores traumatizados. O terceiro e último dia é voltado para a confiança entre os participantes, a organização usa a metáfora da árvore e por meio das raízes, galhos e frutos as pessoas conseguem debater assuntos relativos à confiança, desconfiança, segurança e futuro compartilhado (QUAKERS, 2022).

Essa é a estrutura base dos *workshops* oferecidos à população, eles são adaptados conforme o contexto e os participantes da vez. Para além dessa iniciativa, há também *workshops* de acompanhamento onde as pessoas que estavam presentes no primeiro projeto contam como sua vida se transformou após aquela iniciativa (QUAKERS, 2022).

O segundo é o *Project Light: Ruanda*, um projeto criado e idealizado pela ONG estadunidense *Create Global Healing* em 2011. É um programa voltado para a cura do

---

<sup>24</sup> Que também exerce um papel de grande importância no projeto da *organização Karuna Center for Peacebuilding*, explicitado nas próximas páginas.

trauma dos jovens, bem como o desenvolvimento de liderança e sustentabilidade econômica. O projeto se iniciou em 2011 e teve como meta principal atingir a cura por meio de treinamentos oferecidos aos ruandeses (CREATE GLOBAL HEALING, 2022).

O terceiro projeto é o *Fostering Reconciliation and Socio-Economic Reintegration in Rwanda (The RRP Project)* desenvolvido pela organização internacional *International Alert* em parceria com uma entidade de fundos da igreja católica MISEREOR e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID). O projeto iniciado em 2016 visava auxiliar na reconciliação e reintegração social dos ruandeses. A organização trabalhou com 5.613 pessoas (48% mulheres e 52% homens) de diferentes grupos, como jovens, sobreviventes do genocídio, ex-prisioneiros e também ex-combatentes (INTERNATIONAL ALERT, 2016).

Possui um modelo único construído com base em três níveis principais: o apoio psicossocial, o diálogo e a recuperação econômica. Os resultados alcançados foram considerados encorajadores pela organização, todavia eles ainda ressaltam a contínua necessidade de um apoio psicossocial para auxiliar os ruandeses a lidar com os sintomas do trauma (INTERNATIONAL ALERT, 2016).

O quarto projeto criado também em 2016 foi desenvolvido pela organização de construção da paz de Ruanda *Global Initiative for the Environment and Reconciliation (GER)* em parceria com a iniciativa *CFOR Change (CFOR)*. O programa é direcionado a ajudar os sobreviventes do genocídio no processo de reconciliação e cura. Desde o seu início, inúmeros cidadãos participaram dos fóruns comunitários e mais de 60 pessoas foram treinadas como facilitadores para auxiliarem em futuras interações de reconciliação. Os participantes incluem idosos, jovens, sobreviventes e perpetradores do genocídio, bem como os seus filhos. Os fóruns e treinamentos oferecidos neste programa envolveram diretamente mais de 600 pessoas em um período de cinco anos. E a meta da organização para os próximos anos é treinar mais de 500 facilitadores de reconciliação para atuarem por toda a região de Ruanda (MUSORE, 2021).

Intitulado de *Bugesera Trauma Healing Pilot Programme*, o quinto projeto é uma iniciativa da Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação (NURC) em parceria com a organização *Interpeace*. É um programa piloto destinado a aumentar a capacidade nacional de Ruanda para lidar com os traumas advindos do genocídio. Recebeu apoio financeiro da União Europeia com um custo estimado em 2,5 € milhões por um período



de 18 meses e complementar os esforços governamentais em andamento na área da cura do trauma. O programa fornecerá capacitação aos profissionais de saúde mental, apoio financeiro aos centros de saúde distritais de Ruanda e também habilidades para melhorar os meios de subsistência dos sobreviventes do genocídio (BISHUMBA, 2020).

Os últimos dois projetos são associados a organizações religiosas, um da Igreja Pentecostal de Ruanda (ADEPR) e outra da Associação de Igrejas Batistas em Ruanda (AEBR). A ADEPR possui programas de cura e reconciliação voltados para a cura social ancorada na bíblia e na reconciliação dentro e fora da igreja. O grupo alvo são as pessoas afetadas pelo genocídio, incluindo sobreviventes, perpetradores e descendentes, e o processo ocorre por meio de oficinas, terapias em grupo e conferência entre líderes religiosos (ADEPR, 2022).

Em complemento, projetos da AEBR se concentram na área de cura do trauma, recuperação da esperança e melhora da situação socioeconômica. A associação tem em vista desempenhar um papel significativo no processo de reconciliação e construção da paz em Ruanda. A AEBR acredita em uma sociedade ruandesa reconciliada onde todas as pessoas viverão em paz, e para avançar em direção a essa missão ela visa expandir o conceito de construção da paz dentro e fora dos espaços da igreja. As atividades do programa incluem treinamento e oficinas de paz para professores, alunos, pastores e civis; atividades geradoras de renda para a população e também abordagens da paz na área do esporte e da arte (PEACE INSIGHT, 2014).

Mesmo diante de lacunas que impedem uma análise mais direcionada desses projetos, já se percebe um avanço na área de intervenções relativas à cura do trauma e reconciliação. O que muitos desses projetos compartilham é a inclusão de diversos grupos de ruandeses, tentando suprir a exclusão e negligência que existe para com essas pessoas em projetos governamentais, por exemplo. Muitos possuem apoio internacional e financiamento privado, facilitando a criação de projetos mais duradouros e significativos para os seus participantes.

Não é possível afirmar que esses pequenos programas irão resolver o problema do trauma em Ruanda, mas eles já representam um passo em direção a um futuro em que todos, ou quase todos os ruandeses, poderão viver uma vida digna, segura e sem traumas. É significativo indicar e elogiar tais iniciativas justamente pela diferença que podem representar na vida de uma pessoa. A seguir, as próximas seções analisarão projetos mais

robustos de cura do trauma no país de modo a complementar a visão da saúde mental em Ruanda.

### 3.2 Never Again Rwanda

A reconciliação é cura. Em *Never Again Rwanda* vemos a cura como um dos mecanismos para construir o indivíduo e também para criar novos relacionamentos na comunidade. A reconciliação é um processo para recriar e reconstruir a coesão social por meio da construção de interações e inter-relações entre as pessoas e, de recuperação da confiança entre elas, pois apenas podemos construir nossa sociedade se estivermos juntos - *Immaculee Mukankubito. Vice diretora da organização* (BERKLEY CENTER, 2016, tradução nossa).

A *Never Again Rwanda* (Nunca Mais Ruanda, em tradução livre) é uma organização não-governamental ruandesa de construção da paz e justiça social, criada em 2002 como uma resposta as principais consequências do genocídio de 1994. A ONG atua em Ruanda, e por vezes em outros países da região dos Grandes Lagos da África <sup>25</sup>, e seu principal objetivo é capacitar os cidadãos de modo a se tornarem ativos em uma sociedade pacífica. Nos seus anos de atuação, a organização já influenciou e atuou nas áreas de construção da paz, governança, participação cidadã e engajamento da juventude. Ela opera em mais de 20 distritos ruandeses e trabalha com pessoas de mais de 250 comunidades (NEVER AGAIN RWANDA, c2022).

A organização oferece um foco particular aos jovens, pois eles representam grande parte da população ruandesa e são vistos como um grupo facilmente manipulável. Segundo a *Never Again Rwanda*, os jovens desempenharam um papel negativo, pois conseguiram ser manipulados e mobilizados politicamente, assim eles se envolveram diretamente com o genocídio e suas atrocidades. Entretanto, após o fim da violência muitos jovens se arrependeram e/ou começaram a refletir no modo como poderiam atuar positivamente na sociedade. A organização foi criada justamente após essa reflexão dos jovens. Posto isso, a ONG visa engajar esse grupo, bem como adultos e idosos, em

---

<sup>25</sup> *The African great lakes*, em inglês. Os grandes lagos africanos consistem em sete lagos que abrangem países da África Oriental, do Sul e Central. Esses lagos são o lago Victoria, Tanganyika, Malawi, Turkana, Albert, Kivu e Edward. Juntos, os lagos abrangem dez países que são a República Democrática do Congo, Burundi, Etiópia, Quênia, Malawi, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Para mais informações consultar o site a seguir: <https://www.africangreatlakesinform.org/page/african-great-lakes>.

programas de construção da paz a fim de encontrarem soluções plausíveis para a sociedade (BERKLEY CENTER, 2016).

**Figura 23.** Mapa de atuação da ONG em Ruanda.



Fonte: extraído de *Never Again Rwanda* (c2022).

Os cinco pilares da organização são: construção da paz; governança e direitos humanos, engajamento e participação da juventude, pesquisa, e parcerias estratégicas. Para atingir tais metas, a ONG é formada por um time fixo de 41 pessoas, 4 conselheiros e voluntários temporários. A *Never Again Rwanda* possui também vários parceiros que auxiliam financeira e estrategicamente as suas principais atividades e projetos, sendo eles a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); a União Europeia; o Governo da Suécia; a ONG estadunidense *Global Fund for Children*; a

Agência Governamental Suíça para Desenvolvimento e Cooperação; a Cooperação de Desenvolvimento Alemã (GIZ) e o programa de prevenção de violência *The Civil Peace Service* (CPS). Juntos, todos esses parceiros internacionais possibilitam e facilitam a atuação anual e contínua da organização (NEVER AGAIN RWANDA, c2022).

É necessário se aprofundar mais diretamente nos pilares dessa organização de modo a entendê-la melhor. O pilar de construção da paz visa capacitar os cidadãos com meios não-violentos de resolução de conflito, construção de confiança, prevenção do genocídio e promoção da cura dos traumas. Para realizar as metas nessa área e combinar os esforços de construção de uma paz duradora no país, a *Never Again Rwanda* colabora com entidades governamentais e internacionais, organizações da sociedade civil, universidades, mídias, organizações lideradas por jovens, entre outros. Os projetos nessa vertente incluem muitas vezes o treinamento de beneficiários (especialmente jovens) em temas como pensamento crítico e facilitação de diálogo, bem como princípios e valores de educação para a paz. Também é comum a realização de Espaços para a Paz onde membros de diversas comunidades se reúnem para discutir suas questões traumáticas, de modo a se apoiarem reciprocamente nesse processo de cura realizado por meio do diálogo (NEVER AGAIN RWANDA, c2022).

O pilar de governança e direitos humanos busca promover processos de tomada de decisão participativos e inclusivos e trabalhar em abordagens ancoradas em direitos humanos. O principal objetivo desse tipo de intervenção é criar espaços para o diálogo, diminuindo a lacuna entre os cidadãos e tomadores de decisão e apoiar a participação dessas pessoas nos processos do governo. Para atingir tais objetivos há a criação de assembleias onde os cidadãos são capacitados e educados sobre direitos e responsabilidades e, a participação em fóruns regionais e internacionais de governança e direitos humanos (NEVER AGAIN RWANDA, c2022).

O engajamento da juventude é o terceiro pilar e nele os jovens de diferentes comunidades utilizam seus talentos, como música, teatro, dança, arte e escrita, para espalharem a mensagem da paz e serem exemplos para outros jovens. A *Never Again Rwanda* fornece-lhes a habilidade de pensamento crítico, educação em direitos humanos e paz, suporte a projetos e espaço para poderem dialogar e se engajarem. Aos jovens são oferecidos apoio para se expressarem e debaterem seus pontos de vista a respeito de assuntos como, valores democráticos e participação política. Ao longo dos anos a organização já criou ou apoiou 105 clubes e associações juvenis, atuou em mais de 20

distritos em todo o país com 4603 pessoas ativas em seus projetos (NEVER AGAIN RWANDA, c2022).

O pilar de pesquisa aspira contribuir para a criação de novos conhecimentos com base nos projetos e intervenções empíricas. Várias pesquisas multidisciplinares são realizadas e em muitos deles é realizada a metodologia de Ação-Participativa. As opiniões emitidas pelas pessoas afetadas por fenômenos sociais são consideradas com sensibilidade, agregando novas nuances as pesquisas. Os projetos de pesquisa da *Never Again Rwanda* tendem a permanecer na área de governança, construção da paz, cura societal e direitos humanos e fornecem ao público-alvo e aos tomadores de decisões diversas recomendações e soluções concretas. Nestes anos de atuação, 84% das pesquisas realizadas foram conduzidas por ruandeses, e mais de 14 foram referentes a Ação-Participativa. Houve mais de 7249 participantes envolvidos e a organização conta com mais de 10 pesquisadores em tempo integral e parcial (NEVER AGAIN RWANDA, c2022).

O último pilar diz respeito as parcerias estratégicas, focados em criar e fortalecer coalizões estratégicas para aumentar o engajamento e a defesa de políticas. Por meio dessas parcerias, a organização fortalece a advocacia e a influência política entre parceiros e partes interessadas na *Never Again Rwanda*, possibilitando a monitoração de políticas públicas e a implementação de atividades práticas. As parcerias são realizadas ao nível internacional, nacional e local, com instituições como universidades, agências governamentais, mídia, entidades multilaterais, embaixadas estrangeiras, entre outros. São pautadas tanto a curto quanto a longo prazo, com ênfase no aprendizado e planejamento conjunto, *networking*, reflexão e fortalecimento de capacidades (NEVER AGAIN RWANDA, c2022).

### **3.2.1 Relevância da Never Again Rwanda para a sociedade ruandesa**

Para a equipe do *Never Again Rwanda*, o desenvolvimento vai muito além da infraestrutura, ele diz respeito ao ser humano, pois não é possível desenvolver uma sociedade se um indivíduo não tem acesso às oportunidades que estão sendo criadas. A organização acredita que essas chances devem ser aproveitadas de modo a transformar positivamente a comunidade e o bem-estar das pessoas (BERKLEY CENTER, 2016).

Logo, a ONG contribui para o desenvolvimento de Ruanda, pois está trabalhando e desenvolvendo a área de construção da paz, a qual é essencial a todos os setores do país:

Paz não é apenas segurança, mas é também paz em termos de valores pacíficos do indivíduo e em termos de confiança e construção de uma sociedade em conjunto. Assim, nossa contribuição está focada no indivíduo e nos relacionamentos entre as pessoas dentro da comunidade, pré-requisitos para o desenvolvimento, pois encorajamos as pessoas a serem cidadãos ativas que são empoderados e conseguem ter oportunidades e aprenderem a se desenvolver. É como a escola, onde você aprende a usar seu conhecimento de diferentes maneiras para desenvolver a si mesmo, seu país e a sociedade como um todo (BERKLEY CENTER, 2016, tradução nossa).

Ao longo dos quase vinte anos de experiência, *Never Again Rwanda* já realizou e implementou mais de 100 programas em 250 comunidades. Suas principais conquistas alcançadas sob o pilar de construção da paz incluem (NAR, 2022):

- 317 membros da comunidade ruandesa, incluindo jovens, recebendo apoio direto na área de saúde mental por terapeutas e agentes de paz da organização;
- 650 membros de 5 distritos (Gasabo, Huye, Musanze, Nyagatare, Rutsiro) recebendo apoio a cura de traumas através dos Espaços para a Paz;
- 380 sessões de terapia individual realizadas por psicólogos e terapeutas;
- Mais de 100 mil pessoas alcançadas durante os diálogos organizados pelas mídias sociais que aumentaram a conscientização sobre a saúde mental e os serviços disponíveis a população;
- 500 cartazes relativos à saúde mental e trauma distribuídos e divulgados em espaços públicos, como mercados, hospitais e escolas, atingindo aproximadamente 2500 cidadãos em inúmeros distritos;
- A realização de dois diálogos para TV de modo a discutir questões de cura e saúde mental;
- Organização de reuniões estratégicas anuais, contando com mais de 20 atores ligados a questão da cura, para discutir abordagens existentes na área do trauma e da saúde mental; e
- Criação de uma comunidade operacionalizada e um centro online de bem-estar de saúde mental pronto para fornecer apoio aos cidadãos necessitados.

Para além das conquistas tradicionais realizadas, *Never Again Rwanda* também se preparou para apoiar a população durante a pandemia de COVID-19. Assim, de novembro

de 2020 a junho de 2021 foi implementado, em parceria com a Agência Governamental Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC), o programa intitulado “Enfrentando questões de saúde mental em relação aos desafios causados pela pandemia de COVID-19”. O objetivo do projeto foi oferecer apoio psicológico e serviços de saúde mental gratuitos a população. E obteve três resultados esperados: melhora do bem-estar psicossocial dos ruandeses; aumento da concentração sobre questões de saúde mental entre os membros da comunidade; e melhora e continuidade dos serviços de saúde mental diante do cenário da pandemia (NEVER AGAIN RWANDA, c2021).

O projeto surgiu como um complemento aos já existentes esforços do governo na área de saúde e bem-estar. Também possuiu um componente digital, disponibilizando informações e ferramentas online, em inglês e kinyarwanda, para apoiar a população ruandesa em momentos de estresse, depressão e ansiedade desencadeados pela pandemia, a exemplo do site “*Never Again Rwanda Wellness*”. Para essa iniciativa a organização utilizou novas e antigas abordagens de cura, como o apoio psicossocial, as autoavaliações, as terapias individuais presenciais e as ferramentas de monitoramento de casos de trauma. O projeto, realizado de modo a respeitar a confidencialidade e integridade do paciente, foi assim bastante significativo para a população que sentiu de modo mais agudo os efeitos de COVID e do trauma em sua vida (NAR, 2022).

Mesmo diante de inúmeras conquistas e projetos, a organização planeja impactar ainda mais a população nos próximos anos, e é possível perceber esse desejo por meio da elaboração do plano estratégico 2021 – 2025. Dessa maneira, às cinco principais metas para a *Never Again Rwanda* nos próximos anos são: capacitar os cidadãos com meios não violentos de resolução de conflitos; construir a confiança e facilitar a cura de traumas e prevenção de genocídio; promover processos de tomada de decisão participativos e inclusivos; tornar-se um *think tank* de referência e com pesquisa de qualidade; aumentar a capacidade dos jovens de se tornarem agentes da paz e melhorar os seus meios de subsistência, a exemplo das populações vulneráveis na comunidade e por fim fortalecer e construir parcerias estratégicas para engajamento e defesa de políticas (NAR, 2020).

Para realizar tantos projetos e intervenções de construção da paz, governança e direitos humanos, a *Never Again Rwanda* precisa de um grande orçamento e apoio financeiro. Abaixo se encontra a declaração financeira oficial da organização em 2021, demonstrando a quantidade de dinheiro envolvido para a realização e suporte de suas iniciativas:

**Figura 24.** Declaração Financeira da ONG *Never Again Rwanda* em 2021.

FINANCIAL STATEMENT 2021				
Category	Budget	Expenses	Balance	%Variance
Personnel and Program Costs	1,488,290,313	1,401,921,421	86,368,892	94.20%
Travel	9,867,234	8,104,001	1,763,233	82.13%
Capital Purchases	28,483,800	28,483,800	0	100.00%
Operating Expenses	172,960,027	172,960,027	0	100.00%
Depreciation	24,862,216	24,862,216	0	100.00%
<b>Total</b>	<b>1,724,463,590</b>	<b>1,636,331,465</b>	<b>88,132,125</b>	

Fonte: extraído de NAR (2022, p.49).

Por meio da tabela é possível perceber que o orçamento anual dedicado a organização totalizou quase 2 bilhões de francos ruandeses (equivalendo a aproximadamente 200 milhões de dólares<sup>26</sup>). Os gastos incluíram despesas com funcionários, custos dos programas e iniciativas, viagens, compras de capital, despesas operacionais e a própria depreciação do dinheiro. Estas informações financeiras apenas revelam o quão custoso pode ser realizar programas sociais em um país, enfatizando assim a necessidade de a *Never Again Rwanda* e também de outras organizações de construção da paz terem parceiros e doadores fixos e contínuos. O pilar de parcerias estratégicas da ONG é essencial por esse motivo, pois se não há apoio, a maioria dos projetos e intervenções não pode ser idealizado na prática.

Após apresentar esse cenário mais geral e completo da organização ruandesa, parte-se na próxima seção para a análise mais específica de um dos seus principais programas da cura do trauma dos últimos anos.

### 3.2.2 Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda

Com este grupo, mudei meu comportamento e práticas. Honestamente, este grupo me ajudou a curar minhas feridas... Eu não conseguia imaginar nada que pudesse unir os sobreviventes e os perpetradores. Agora, acredito que a unidade e a reconciliação são cem por cento possíveis em comparação com zero por cento antes de ingressar neste grupo – *Participante do Diálogo de Paz*

<sup>26</sup> Mais especificamente 166.775.974 milhões de dólares.



*Juvenil de Musanze* (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018, p.16, tradução nossa).

A motivação para a criação do projeto intitulado *Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda*<sup>27</sup> (SHPG) partiu principalmente das consequências pós-conflito. Era de conhecimento comum na organização que o trauma poderia comprometer os esforços de reconciliação e reconstrução na sociedade, bem como prejudicar a qualidade de vida de um cidadão, a exemplo de uma saúde física deteriorada, comportamentos de riscos, abandono da educação, abuso de substâncias e pouca autossuficiência econômica. O trauma representava um enorme desafio, porém a necessidade de estabelecer a cura societal, restaurar as relações pós-genocídio e promover interações humanas pacíficas e saudáveis foram os principais motivadores para o início do projeto (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Após a implementação do SHPG, o assunto 'cura do trauma' ganhou mais relevância aos olhos do público ruandês em 2016 e posteriormente em 2018. Em 2016, no 14º Conselho Nacional de *Umushyikirano* (um diálogo nacional anual) a cura foi considerada prioridade nacional. Em 2018, o assunto voltou a ganhar importância quando a divisão de Saúde Mental do Ministério da Saúde realizou um encontro com atores da saúde mental para discutir a integração de abordagens comunitárias e psicossociais para complementar as abordagens clínicas de cura do próprio departamento. Essas iniciativas foram significativas, pois forneceram uma base sólida para o programa já em curso e contribuiu para a criação e desenvolvimento de pesquisas e evidências empíricas que auxiliaram na compreensão do cenário de cura em Ruanda (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Assim, em janeiro de 2015 as organizações *Never Again Rwanda* e a *Interpeace*, com financiamento da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento, implementaram o programa de quatro anos (2015-2018) intitulado *Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda*. Ele aconteceu em 20 distritos do país. Às duas áreas-chave em que o projeto poderia atuar era a cura societal e a governança participativa (NEVER AGAIN RWANDA, 2019). Sua visão era:

---

<sup>27</sup> Em tradução livre: Cura Societal e Governança Participativa em Ruanda.

Contribuir para a consolidação de uma sociedade ruandesa pacífica e inclusiva, capaz de superar as feridas do passado e conduzir pacificamente os conflitos e a diversidade, bem como criar uma sociedade capacitada para influenciar programas e políticas que respondam às prioridades dos cidadãos (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018, p.06, tradução nossa).

Ao longo dos quatro anos o projeto financiado pela Agência Sueca teve um orçamento de 6,67 milhões de dólares americanos. Vale lembrar que a *Interpeace*, como parceira da NAR nesse projeto, foi a organização responsável por solicitar, receber e repassar o dinheiro da Agência Sueca para o SHPG (KAREMERA, 2022).

Em relação aos funcionários pagos envolvidos com o projeto é possível contabilizar 40 pessoas. Elas atuavam em diferentes categorias do projeto, sendo elas, o programa dos Grandes Lagos; o programa de construção da paz; o programa de governança; a pesquisa; e a mídia e comunicação. Em cada uma dessas áreas havia oficiais de programa e pessoas de apoio que acompanhavam a implementação das atividades de campo, e diversos psicoterapeutas envolvidos. Havia também quatro diretores que supervisionavam o projeto, sendo eles: o diretor nacional, o diretor de operações e garantia de qualidade, o diretor de programas e o diretor de finanças (KAREMERA, 2022).

Como a organização tinha outros projetos, esses funcionários também trabalhavam neles, mas 90% de suas atividades eram voltadas para o SHPG. Além dos funcionários pagos havia também vários voluntários e colaboradores locais que auxiliaram diretamente no projeto, a exemplo dos agentes da paz, e dos facilitadores das comunidades e dos fóruns que foram treinados previamente para auxiliar a equipe do *Never Again Rwanda* (KAREMERA, 2022).

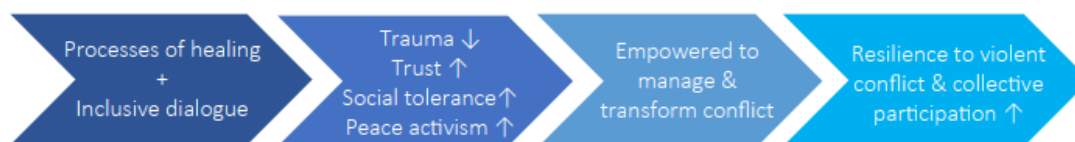
A Teoria da Mudança<sup>28</sup> do programa se ancora na ideia de que se os ruandeses se engajarem em processos de cura e diálogos inclusivos, eles conseguirão superar as divisões e feridas do passado, trabalhar em conjunto e utilizar espaços públicos para debaterem sobre suas principais necessidades e prioridades. Deste modo, eles se tornarão

---

<sup>28</sup> A Teoria da Mudança, ou *Theory of Change* em inglês, é essencialmente uma descrição abrangente de como e por que se espera que certa mudança aconteça em um contexto particular. Ela tem como prioridade conectar o que falta de um programa ou iniciativa com os objetivos a serem alcançados. Para atingir tal resultado, primeiro é necessário identificar as metas a longo prazo e, em seguida, a partir delas, identificar todas as condições que devem estar em vigor para que essas metas de fato se concretizem (THEORY OF CHANGE, c2022).

capacitados para gerenciar e transformar conflitos por meio da participação coletiva e das fortes instituições ruandesas (NEVER AGAIN RWANDA, 2019). Essa teoria pode ser resumida por meio da figura a seguir:

**Figura 25.** A Teoria da Mudança por trás do programa.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.16).

Em suma, a imagem indica que a junção dos processos de cura com os diálogos inclusivos resultará em diminuição do trauma e aumento da confiança, tolerância social e ativismo para paz. Com esses valores os indivíduos estarão aptos a gerenciar e transformar conflitos, contribuindo para o aumento na participação coletiva e na resiliência para impedir conflitos violentos.

O SHPG conta assim com dois eixos principais, o da cura societal e o da governança participativa. O primeiro eixo tem em vista transformar dois grandes grupos, os jovens e os demais membros da comunidade. O objetivo é criar espaços seguros (intitulados de Espaços para paz ou *Spaces for Peace*) onde os ruandeses de diversas origens possam dialogar abertamente sobre questões sensíveis e juntos trabalharem em direção a um futuro comum; também incentivar jovens a usar o diálogo para pensar criticamente sobre o passado, a diferença, a diversidade e promover coletivamente a paz e a reconciliação em suas comunidades (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

O eixo de governança participativa visa fortalecer o vínculo entre cidadãos e *policymakers* a fim de diminuir a lacuna existente entre a comunidade e aqueles que tomam as decisões. Esses espaços permitem o diálogo aberto, sendo representados por meio dos “Fóruns da Comunidade Cidadã” que auxiliam a discussão de temas sensíveis e incentiva a reflexão e tomada de decisões relativas a necessidades, prioridade e desafios na sociedade (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018). Em conjunto, ambos os eixos trabalham para garantir que os indivíduos e a comunidades estejam preparados para lidar

com uma Ruanda mais pacífica e cooperativa. Como o objetivo da dissertação diz respeito a cura do trauma, a análise se centrará apenas nesse eixo que ganha maior espaço em detrimento ao tema da governança.

**Figura 26.** Participantes em um dos Espaços para Paz.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2016).

**Figura 27.** Participantes em um dos Fóruns da Comunidade Cidadã.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2016).

### 3.2.2.1 As principais estratégias utilizadas no programa

De modo a atingir os objetivos previamente definidos, o projeto se sustenta em seis estratégias: o mapeamento dos atores e abordagens, a terapia de grupo para apoio psicossocial, a educação psicossocial, os intercâmbios da comunidade, as visitas de estudos e as competições artísticas e esportivas juvenis. Antes do programa realmente começar foi realizado um mapeamento de atores e abordagens. Este foi pensado para informar àqueles envolvidos no projeto como o programa estabeleceria espaços seguros para os membros da comunidade, como os jovens se envolveriam nos diálogos e como as iniciativas seriam realizadas na prática (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Para isso foi executada uma ampla pesquisa mapeando inúmeros atores e abordagens de cura e reconciliação em Ruanda. O relatório identificou as principais feridas e trauma dos ruandeses, a exemplo de feridas relacionadas aos refugiados, ao genocídio, a perda de entes queridos, ao luto incompleto, ao abuso sexual, a perda de identidade, a rotulagem e estigmatização, entre outros. Também foi indicado quatro tipos de abordagens de cura utilizadas nesse contexto: a individual, a comunitária, a holística e a de grupo. Essa pesquisa prévia foi significativa, pois permitiu uma melhor compreensão do projeto a ser implementado em Ruanda. Por fim, o mapeamento informou a decisão do programa de adotar uma abordagem de terapia em grupo, com apoio psicossocial, e a inclusão de participantes com uma diversa variedade de feridas (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Esse mapeamento foi importante, pois permitiu que os líderes delineassem e entendessem o projeto antes mesmo de iniciá-lo. Nesse quesito o que possibilitou essa pesquisa prévia foram os recursos financeiros oferecidos a organização. Como já citado anteriormente o projeto possuía orçamento desde 2014, parte do dinheiro provavelmente foi utilizado para esse propósito.

A estratégia utilizada pelo SHPG para curar o trauma dos ruandeses foi a terapia de grupo para apoio psicossocial. No total o programa estabeleceu 15 grupos de aproximadamente 30 participantes<sup>29</sup> cada: cinco Espaços para Paz voltados para membros

---

<sup>29</sup> É válido ressaltar que o relatório oficial do programa não indica como esses participantes foram escolhidos, assim é incerto se eles se inscreveram para participar ou se foram selecionados segundo algum critério ou histórico pré-estabelecido pela organização.

diversos da comunidade, cinco Diálogos de Paz Juvenil direcionados a jovens escolarizados e mais cinco Diálogos de Paz Juvenil voltados para jovens não escolarizados (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Alguns desses grupos possuem perfis homogêneos de participantes, como um Espaço para Paz composto por mulheres casadas com homens de outra etnia, um Diálogo de Paz Juvenil formado por jovens mães solteiras e ambos os grupos integrados somente por sobreviventes do genocídio. Em contraste, outros grupos são compostos por indivíduos que representam diversas experiências dentro de sua comunidade, como sobreviventes, perpetradores e famílias, refugiados da Uganda e do Congo, órfãos, pessoas marginalizadas, etc. (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Cada grupo se reunia uma vez por mês por meio de reuniões, também consideradas sessões de terapia, presididas por psicoterapeutas e agentes de paz<sup>30</sup>. Os grupos juvenis voltados a alunos escolarizados por vezes era presidido em escolas onde os próprios professores eram líderes e apoiadores do projeto. As reuniões dos Diálogos de Paz Juvenil focavam menos na cura do trauma e mais em atividades de psicoeducação e pensamento crítico aos jovens. Apesar das diferenças, a maior similaridade entre todos os grupos foi o fato de que eles foram projetados de modo a fornecer um espaço seguro e confortável aos participantes (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Essas terapias em grupos exemplificam alguns pontos do arcabouço analítico, o primeiro diz respeito aos recursos humanos. Como havia muitos participantes, conseqüentemente havia funcionários e voluntários — a exemplo dos terapeutas e agentes da paz — auxiliando no processo. Outro ponto, e talvez o mais significativo é o âmbito da inclusão, essas terapias reuniam em um espaço coletivo diversos grupos da sociedade, não deixando de fora nenhum deles e incentivando a participação heterogênea, fosse de ex-perpetradores ou de sobreviventes.

É possível presumir que os líderes e responsáveis pelo projeto não culpabilizaram nenhum grupo pela violência passada, pois os ex-perpetradores não estavam sendo julgados, a eles foram oferecidos espaços para cura, reconciliação e terapia. Por fim, essas

---

<sup>30</sup> Os agentes de paz não eram necessariamente terapeutas, psicólogos ou psiquiatras, eram pessoas com experiência na área, escolhidos segundo critérios da *Never Again Rwanda e Interpeace*. Eles tinham como principal objetivo facilitar o andamento do grupo e ajudar os terapeutas e os participantes no processo colaborativo de cura.

terapias em grupos e atividades coletivas demonstram o desejo do projeto de construir um futuro pacífico e harmônico em Ruanda. Ao reunir grupos anteriormente conflitantes na sociedade e oferecer a eles uma oportunidade de conversar e perdoar, eles estão pensando no fim da mágoa, violência e ressentimento, o que pode contribuir para uma paz a longo prazo no país.

A terceira estratégia foi a educação psicossocial, voltada para o aumento do pensamento crítico e desenvolvimento da capacidade dos jovens de se envolverem em questões relacionados ao passado, violência e feridas de Ruanda. Para atingir tal fim, um manual de psicoeducação foi desenvolvido e compartilhado com professores de diversas instituições. Além do manual, essa estratégia recorria à materiais audiovisuais, apresentações, palestras e relatos com sobreviventes, tudo para envolver os jovens em questões relacionadas ao passado, cura e reconciliação (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

**Figura 28.** Participantes em um dos Diálogos de Paz Juvenil.



Fonte: Extraído da página da Never Again Rwanda no Twitter (2018).

Os intercâmbios da comunidade foram uma estratégia pensada para contornar o número limitado de pessoas que poderiam participar do SHPG. Logo, o programa realizou

diversos Espaços para Paz e Diálogos Juvenis em conjunto com grupos comunitários. As iniciativas eram realizadas em diversas comunidades e um número de pessoas externas (estimativas incluíam 100 pessoas) poderiam ouvir os indivíduos conversando sobre questões relacionadas a cura do trauma. As visitas de estudos foram realizadas em locais selecionados no país, como em alguns memoriais dos genocídios, e permitiam que os jovens aprendessem sobre história de Ruanda. Ela visou facilitar trocas, compartilhar relatos, aprendizados e experiências entre membros de vários grupos da comunidade (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

A última estratégia, as competições artísticas e esportivas juvenis, foram realizadas para além dos Diálogos de Paz Juvenil, e buscaram utilizar a arte e os esportes para engajarem os jovens na comunidade e ensiná-los mais sobre educação psicossocial e pensamento crítico (NEVER AGAIN RWANDA, 2019). Todas às seis estratégias foram utilizadas ao longo dos quatro anos de existência do programa e todas elas em conjunto possuíam como objetivo ajudar a organização a construir uma Ruanda mais pacífica, saudável e compartilhada. Cada estratégia teve sua importância e significado, porém a mais importante talvez seja a dos grupos psicossociais que possibilitaram aos participantes um apoio psicológico e comunitário para a cura do trauma.

É possível entender a ideia de inclusão e futuro comum em todas as estratégias. Os intercâmbios da comunidade, por exemplo, foi uma ideia pensada para incluir nas discussões aqueles que não participavam diretamente do projeto. E os programas voltados para os jovens enfatizam o papel futuro que eles podem ter na construção da paz no país. Portanto, o programa em sua idealização se mostra inclusivo e preocupado em criar um futuro seguro e pacífico para os ruandeses.

### **3.2.2.2 A estruturação e metodologia do projeto**

A estratégia de cura do *Never Again Rwanda* e da *Interpeace* era baseada em duas premissas. A primeira acreditava que se as pessoas tivessem um espaço seguro onde pudessem curar suas feridas e tivessem oportunidades para construir relacionamentos de confiança com pessoas de diferentes origens, elas poderiam aumentar sua tolerância e respeito para com os outros. A segunda premissa se pautava na ideia de que se a primeira acontecesse, as pessoas seriam compelidas a se envolverem com mais pessoas ao seu



redor, contribuindo para que elas construíssem a mesma tolerância e respeito que a primeira pessoa conseguiu (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Logo, de modo a entender o processo de mudança e evolução dos participantes ao longo do programa, o SHPG mediu quatro elementos-chave: o nível de trauma dos participantes, exemplificado pelo índice de *Impacto do Trauma*; o quanto os participantes confiavam nas pessoas pertencentes aos grupos, medido pela *Confiança*; o nível de proximidade social dos participantes com pessoas de origens diferentes em suas comunidades, a exemplo da *Tolerância Social*; e, por fim, os participantes que eram agentes ativos na tarefa de promover a paz em sua comunidade, ilustrado pelo *Ativismo pela Paz e Participação na Comunidade* (NEVER AGAIN RWANDA, 2019). A tabela a seguir indica uma visão geral de quais elementos foram medidos em cada categoria.

**Tabela 3.** As quatro categorias que orientaram o programa *Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda*.

<p style="text-align: center;"><b>IMPACTO DO TRAUMA</b></p> <p><b>Índice do Trauma (experiência e efeito)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Vítima de violência</li> <li>— Vítima de crimes contra o patrimônio</li> <li>— Exposição a violência contra outros</li> <li>— Vitimização na comunidade</li> </ul> <p><i>Estes dados sofreram referência cruzada com dois outros índices.</i></p> <p><b>Sofrimento Psicológico e Resiliência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Transtorno de estresse pós-traumático</li> <li>— Baixa autoestima e culpa</li> <li>— Raiva</li> <li>— Resiliência psicológica</li> </ul> <p><b>Perdão e vingança</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Perdão na prática</li> <li>— Perdão na teoria</li> <li>— Tendência a vingança</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>CONFIANÇA</b></p> <p><b>Índice dos Espaços de Cura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Prontidão para interação social</li> <li>— Prontidão para compartilhamento pessoal</li> <li>— Prontidão para expressar o trauma</li> <li>— Prontidão para parcerias na vida cotidiana</li> </ul> <p><b>Prontidão para expressar o trauma para além dos grupos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Prontidão para compartilhar diversas categorias de histórias pessoais dentro da grande sociedade</li> </ul>
<b>TOLERÂNCIA SOCIAL</b>	<b>ATIVISMO PELA PAZ E PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE</b>

<p><b>Índice de tolerância social</b></p> <p>Frequência e qualidade da interação, tal como o nível de conforto ao se engajar em relações sociais privadas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Grupos sociais internos</li> <li>— Grupos sociais externos</li> <li>— Grupos socialmente desfavorecidos</li> <li>— Populações numerosas</li> <li>— Ex- perpetradores do genocídio</li> <li>— Sobreviventes do genocídio</li> <li>— Outros</li> </ul>	<p><b>Índice de Ativismo pela Paz</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Ativismo pela Paz nos Espaços de Cura</li> <li>— Ativismo pela Paz nos Diálogos de Paz</li> </ul> <p><b>Índice de Participação no Desenvolvimento da comunidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Participação no desenvolvimento comunitário</li> <li>— Nível de conforto no desenvolvimento comunitário</li> </ul> <p><b>Índice de Participação em Governança</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Participação no planejamento de políticas, programas e projetos</li> <li>— Participação na implementação de políticas, programas e projetos</li> </ul> <p><b>Motivação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Motivação para participar do Ativismo pela Paz</li> <li>— Motivação para participar no desenvolvimento da comunidade</li> </ul>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: autoria própria com base em Never Again Rwanda (2019, p.19).

Essas categorias foram medidas pelo programa através da realização de uma pesquisa contendo mais de 150 perguntas. A pesquisa foi aplicada apenas aos membros que faziam parte dos Espaços para Paz e dos Diálogos de Paz Juvenil, no total 400 participantes foram entrevistados no início e no fim do segundo ano do SHPG. O questionário foi utilizado novamente no início do quarto e último ano do programa, essa nova aplicação atingiu 265 participantes onde foi inclusa novas perguntas que permitiram um melhor entendimento entre os processos de cura e a governança. Cada divisão possui vários subcomponentes que possibilitam uma melhor mensuração para itens específicos, e todas as medidas foram classificadas em uma pontuação de um a dez, capturando assim os comportamentos e atitudes dos participantes ao longo dos anos (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Para desenvolver a estratégia elaborada pela SHPG a metodologia utilizada tanto nos espaços de cura quanto na governança participativa foram as linhas de base<sup>31</sup> e a Pesquisa-Ação Participativa<sup>32</sup>. Esta última foi realizada antes do programa e indicou outros trabalhos anteriores feitos na área de cura social e governança, auxiliando o projeto a aprender com falhas e sucessos anteriores. Além da Ação-Participativa foi realizado, como já explicitado anteriormente, o Mapeamento de Atores e Abordagens (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

O programa também utilizou inúmeras abordagens organizacionais para implementar o projeto na prática, sendo possível citar: a pesquisa prévia como catalisadora do debate e construção do cenário; diálogo; colaboração, aprendizagem e partilha; apoio psicossocial; pensamento crítico; mídias antigas e novas para pesquisa e divulgação; propriedade local; foco na juventude e no que podem oferecer; integração de gênero e políticas ambientais; formação e mentoria de grupos externos, como os jornalistas e acompanhamento, avaliação e aprendizagem dos participantes (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

O questionário utilizado para medir os quatro indicadores foi elaborado pela *Never Again Rwanda, Interpeace* e uma equipe consultiva de especialistas, todos envolvidos no acompanhamento e implementação das iniciativas de cura. Antes da elaboração dessa ferramenta foi realizada uma revisão da literatura pertinente as iniciativas de cura, trauma, confiança e tolerância. Os elementos encontrados em pesquisa prévia foram então adaptados ao contexto ruandês e compilados em um questionário destinado aos participantes (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

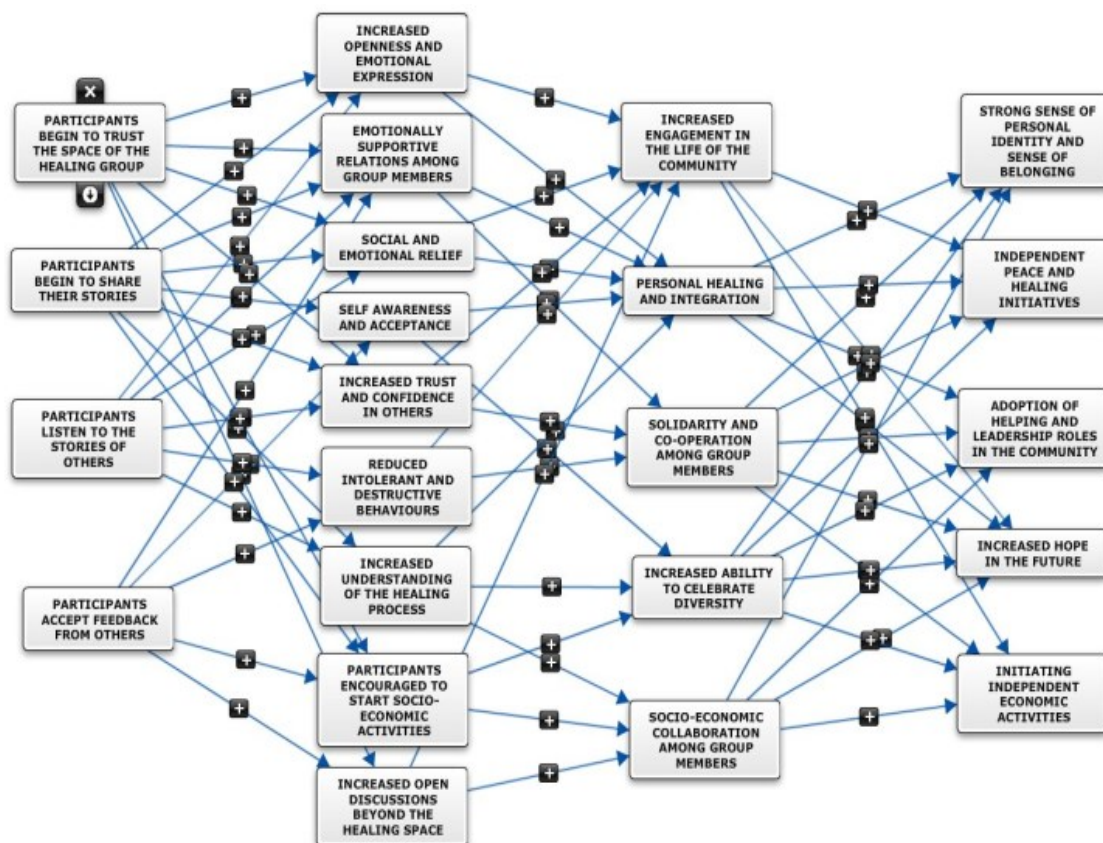
---

<sup>31</sup> As linhas de base de um projeto, ou *baselines* em inglês, são pontos de partida definidos previamente para um programa, ou seja, é um plano inicial criado pelas partes interessadas onde serão definidos as expectativas e resultados do projeto, incluindo também cronograma, escopo, custo, etc. As linhas de base permitem o monitoramento e avaliação de um projeto ao longo do tempo, elas também determinam se o projeto está no caminho certo, se está dentro do orçamento e de forma holística visualiza os principais pontos fortes e fracos. Sem essas linhas, o projeto pode enfrentar excesso de custos, de escopo e até mesmo uma falha completa em seu objetivo (HAKOUNE, 2022).

<sup>32</sup> A Pesquisa-Ação Participativa, ou *Participatory Action Research* (PAR) em inglês, é uma estrutura para conduzir pesquisas e gerar conhecimento pautado na ideia de que aqueles mais impactados pela pesquisa devem ser os que lideram a formulação das questões, o design, os métodos e os modos de análise de tais programas. Os pesquisadores têm a função prévia de observar, avaliar e refletir os acontecimentos empíricos de um espaço. É um processo ligado à ação, que idealmente influencia as pessoas ou comunidades afetadas a terem maior controle sobre suas próprias vidas (PARTICIPATORY ACTION RESEARCH, c2022).

Por fim, as pesquisas sobre abordagens e contextos feitas anteriormente também foram significativas na elaboração da Teoria da Mudança do projeto. Abaixo é possível ver o *brainstorming* que resultou em uma versão sintetizada da teoria do SHPG.

**Figura 29.** Processo de confiança e cura que resultaram na teoria da mudança.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.46).

A figura faz um resumo de inúmeras abordagens estudadas pelo projeto, a ideia é que quando o participante começa a se envolver com o programa ele poderá alcançar vários resultados positivos. Como exemplo, os indivíduos começam a confiar nos espaços de cura, têm um alívio emocional e social e consequentemente se engajam mais em sua comunidade e em atividades independentes de paz e cura.

Essa seção mostrou a importância de realizar-se estudos e pesquisas prévias a elaboração de projetos e intervenções de cura do trauma. É possível perceber o cuidado e sensibilidade que as organizações tiveram antes de implementar o projeto no país, esse tempo de investigação e consulta impactou o resultado que o SHPG buscava e fortaleceu

a base e estrutura de um projeto que durou quatro anos. A próxima seção apresenta os resultados, gerais e específicos, advindos dessa intervenção a longo prazo.

### **3.2.2.3 Os principais resultados e lições aprendidas com o programa**

Os resultados do SHPG aqui explicitados são divididos em resultados gerais e resultados específicos se referindo às quatro categorias explicitadas na seção anterior. O primeiro resultado geral concerne as *terapias em grupos baseadas em abordagens de construção da paz*. Esse tipo de intervenção foi considerado bem-sucedido pelo programa, pois conseguiu atingir o objetivo de reduzir o impacto do trauma e o sofrimento psicológico e, simultaneamente, construiu resiliência, perdão, tolerância, coesão social e paz aos participantes (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

O segundo resultado indica que *o impacto do trauma melhorou em média 25% para todos os participantes*. Aqueles que participaram do programa apresentaram melhores índices de autoestima, maior probabilidade de interagir em sociedade e menor culpa. Houve um declínio de 66% no número de pessoas que ponderavam cometer suicídio e uma diminuição na quantidade de pessoas deprimidas e tristes, de 44,5% para 23,4%. No terceiro resultado, *os níveis de transtorno de estresse pós-traumático e resiliência apresentaram significativa melhora*. Os sintomas de PTSD diminuíram de 4,2 para 2,7 representando uma melhora de 35%, e a resiliência psicológica aumentou de 6,9 para 8,6 sendo uma melhora de 24%. Estas duas categorizações indicam a importância da realização da cura ao nível individual para em seguida praticar a cura societal (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

O quarto resultado mostra que *os níveis de confiança entre os participantes e a sociedade melhoraram significativamente*. O índice de confiança que mede a prontidão de um participante para interações sociais, compartilhamento pessoal e parcerias com outras pessoas representou uma mudança de 57%. Um resultado diretamente ligado a novos relacionamentos e a participação em atividades formais e informais de construção da paz nas comunidades. O quinto resultado explicita que *a tolerância social também melhorou*. Essa categoria mediu mudanças de atitudes dos participantes quanto a frequência e contato com outros grupos étnicos e sociais, todas as áreas desse índice

melhoraram, e a mais significativa partiu do grupo de ex-perpetradores do genocídio (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

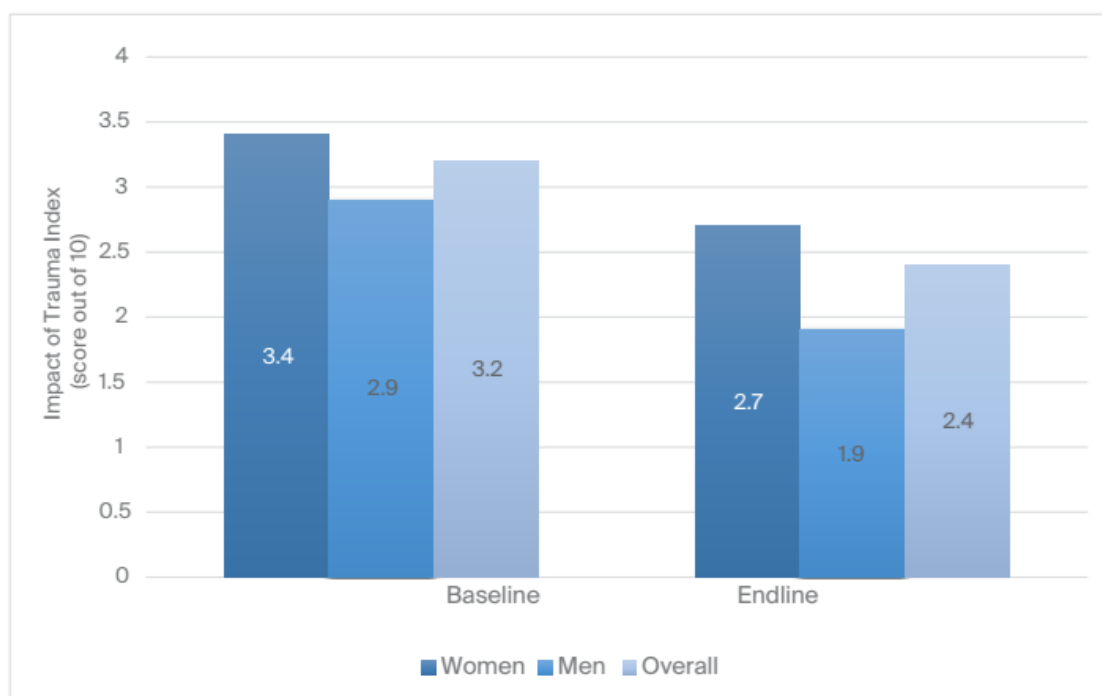
O sexto resultado apresenta um *progresso limitado na área de ativismo pela paz e nas atividades independentes de construção da paz*. Houve uma pequena melhora no índice de ativismo pela paz, mas o progresso é menos claro do que em outros âmbitos, por exemplo, a porcentagem de participantes que relataram ter criado iniciativas independentes de resolução de conflitos em suas comunidades diminuiu de 68% para 54%. O sétimo resultado é positivo ao indicar uma *melhoria na participação em espaços formais de governança organizados pelo Estado*. Houve uma maior participação dos indivíduos em atividades patrocinados pelo Estado, como as comemorações, feriados e projetos de reconciliação (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

O oitavo e último resultado geral indica que *o mecanismo mais eficaz para aumentar a motivação e envolvimento dos participantes em atividades de construção da paz e governança é o 'amor pelo país'*. Os indivíduos tendem a ressaltar o amor que sentem por Ruanda como o principal motivador para se engajarem em atividades de paz, seguido pelo desejo de contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade e país (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Esses oito resultados ajudam a oferecer um panorama completo do SHPG. Os próximos resultados dizem respeito a aqueles mais detalhados das quatro categorias e de seus índices e subíndices. Os resultados do Impacto do Trauma:

Mostram que a intervenção foi bem-sucedida, dos 39 comportamentos medidos, 24 ou 62% tiveram um efeito moderado, ou maior, indicando uma mudança notável. Nove comportamentos tiveram efeitos enormes ou grandes, apontando mudanças positivas nas atitudes e comportamentos dos participantes. A análise do trauma revelou que o impacto do trauma tem correlações com PTSD, baixa autoestima, culpa e proximidade social com ex-perpetradores ou sobreviventes (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

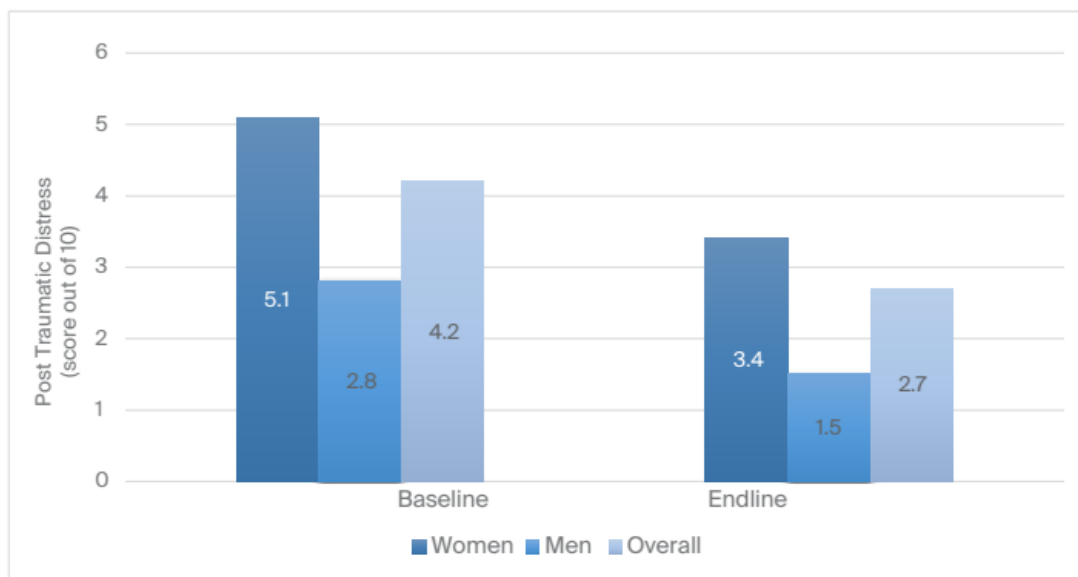
**Figura 30.** Mudança no índice de Impacto do Trauma no início e fim do projeto.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.22).

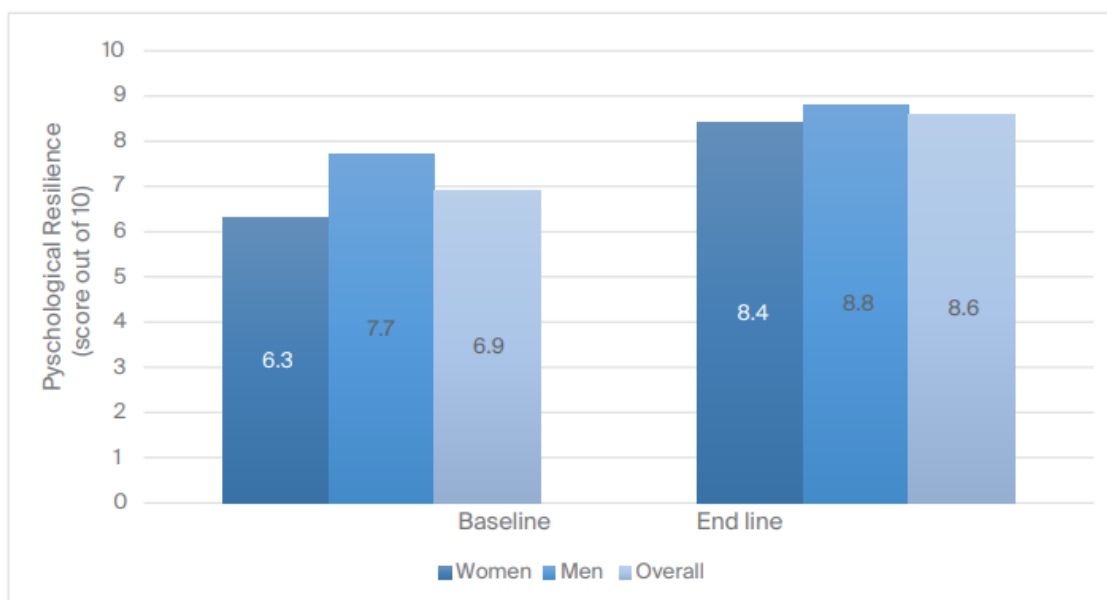
A figura indica que o impacto do trauma melhorou 25% em média para todos os participantes envolvidos no programa. O índice também apresentou uma mudança moderada entre participantes homens e mulheres, contudo as mudanças mais significativas foram percebidas em um grupo de idosos sobreviventes do genocídio e jovens de diversas origens (sobreviventes, ex-perpetradores, marginalizados, órfãos, entre outros). Assim, ficou claro que a intervenção foi apropriada para atender às necessidades do trauma de grupos homogêneos e também heterogêneos (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

**Figura 31.** Mudança no índice de Estresse Pós-Traumático no início e fim do projeto.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.24).

**Figura 32.** Mudança no índice de Resiliência Psicológica no início e fim do projeto.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.24).

A mudança no índice de estresse pós-traumático representou uma melhora de 54% em relação ao início do projeto e a resiliência psicológica melhorou 24% refletindo uma



mudança positiva em ambos os casos. Todos os subcomponentes do segundo índice também melhoraram, como a baixa autoestima, culpa e os níveis de raiva. O estresse era bem maior para as mulheres, pois eram mais propensas a serem impactadas pelo genocídio, a exemplo de terem sofrido abusos e violência sexual e serem casadas com homens de outra etnia (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

**Figura 33.** Perdão na teoria, na prática e subíndices de tendência de vingança, no início e fim do projeto.

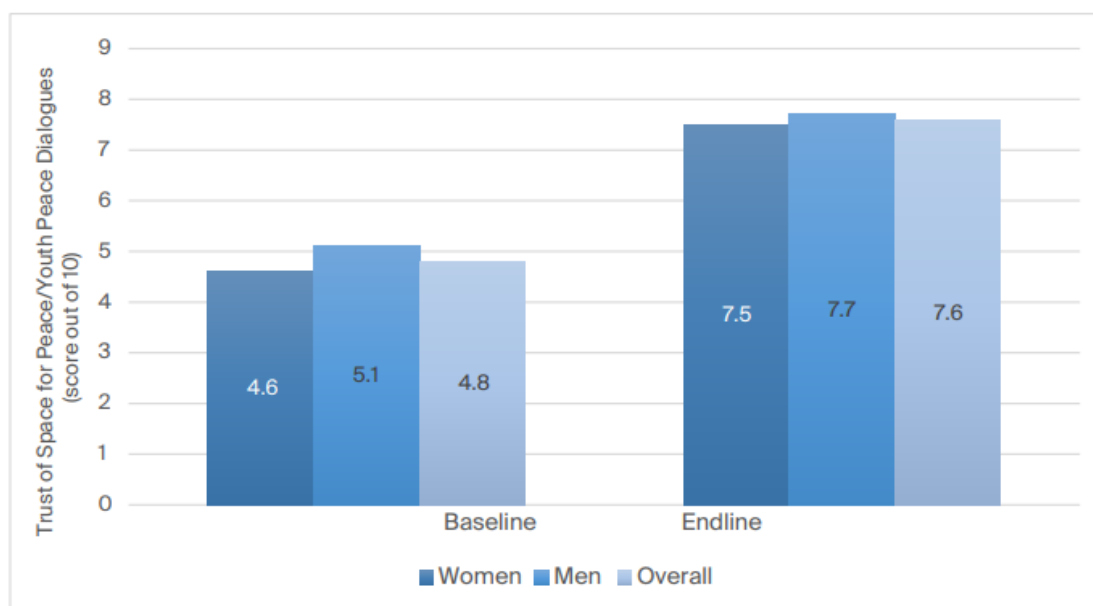
	Female		Male		Overall	
	Baseline	End line	Baseline	End line	Baseline	End line
Forgiveness in Theory	5.2	6.1	5.9	6.4	5.5	6.3
Forgiveness in Practice	3.5	4.3	4.5	5.1	3.9	4.6
Revenge Tendency	0.6	0.1	0.5	0.1	0.5	0.1

Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.25).

O perdão na teoria e na prática melhoraram, mas houve uma tendência de os indivíduos do programa aceitarem mais a ideia de perdoar em teoria do que na realidade. Os níveis de perdão e vingança melhoraram positivamente do início ao fim do programa para todas as dimensões. Quanto à tendência à vingança, a análise indicou que ou uma pessoa acredita em vingança, ou ela não acredita, independente da provocação ou motivo específico, este resultado criou reflexões sobre qual o melhor grupo para implementar esse tipo de intervenção (NEVER AGAIN RWANDA, 2019). Em seguida, é possível falar da Confiança e seus principais resultados:

O índice de confiança nos grupos de Diálogos de Paz Juvenil capturou os principais aspectos sociais, como prontidão para interação social, compartilhamento pessoal, parcerias na vida diária e expressão de traumas. Os impactos nessa área foram considerados como grande, muito grande ou enorme, indicando uma dimensão que melhorou consistentemente ao longo do programa. Essa melhora positiva está diretamente ligada a um desenvolvimento na vida social e a um maior crescimento em maneiras informais de construção da paz em comunidades e família (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

**Figura 34.** Mudança no índice de Confiança dos jovens no início e fim do projeto.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.25).

O nível de confiança dos jovens aumentou significativamente ao longo do projeto, com índice geral apresentando uma melhora de 57%, exemplificando uma maior mudança em comparação com outras áreas do programa.

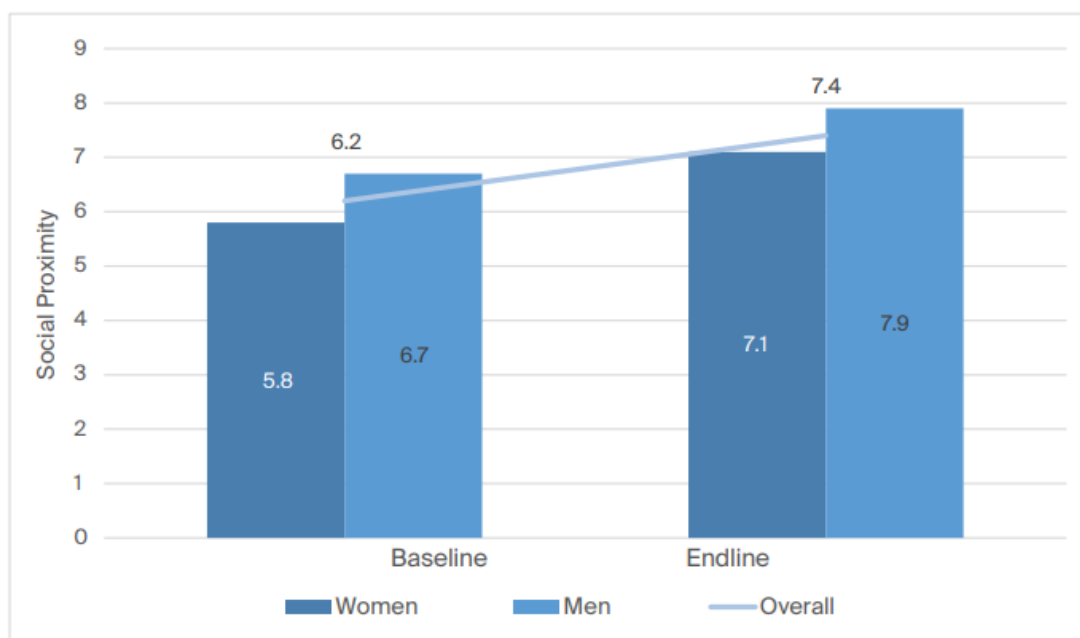
O grupo *Humura e Turuhurane*, compostos por sobreviventes do genocídio e mulheres casadas com homens de diferentes etnias, foram os grupos que apresentaram os maiores níveis de trauma e menores níveis de confiança no início do grupo. Em comparação, no fim do programa os dois grupos apresentaram aumentos significativos no índice de confiança, com *Humura* possuindo uma mudança de 3,9 pontos e *Turuhurane* 3,3 pontos. Era comum no início do projeto que essas pessoas se sentissem sozinhas e isoladas, todavia os grupos contribuíram para a criação de um sentimento de pertencimento e comunidade entre os participantes (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Entre outros grupos presentes nessa categoria, ressalta-se que no início do programa os que mais tinham dificuldade e prontidão para compartilhar suas histórias pessoais incluíam os ex-perpetradores ou parentes de agressores, seguidos por sobreviventes e seus familiares. Em contraste, no fim do programa, esses indivíduos também foram aqueles que apresentaram uma maior evolução quanto aos índices de

confiança (NEVER AGAIN RWANDA, 2019). Outra categoria medida foi o de Tolerância Social:

Esse índice mediu a proximidade social dos participantes, com base em níveis de conforto que possuíam ao se envolver em atividades compostas por inúmeras pessoas. A tolerância aumentou assim de 6,20 para 7,43 na categoria mista de homens e mulheres, sendo considerado um efeito positivo. As mudanças mais proeminentes foram entre jovens escolarizados, com mudança de 1,5 pontos, seguido pelas mulheres, com 1,3 pontos (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

**Figura 35.** Mudança no índice de Tolerância Social no início e fim do projeto.



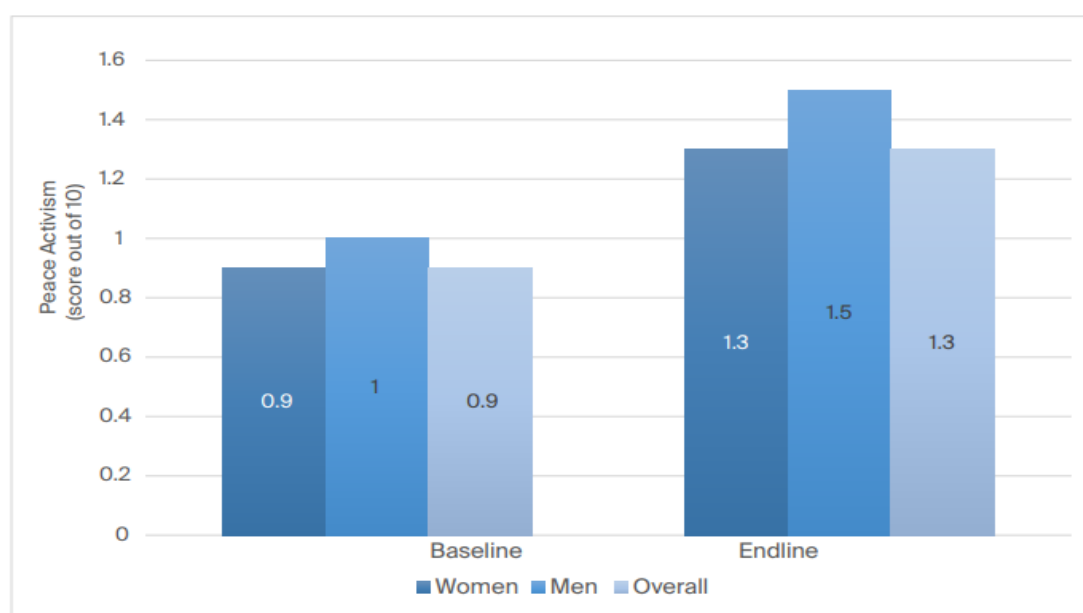
Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.29).

O índice de tolerância apresentado indica a proximidade geral dos participantes com 24 categorias de pessoas que nem sempre são encontradas em sua comunidade. Essas categorias incluem seus grupos internos, como família, amigos e vizinhos; grupos externos, a exemplo de pessoas com diversas filiações religiosas e étnicas, e grupos de interesse especial para o programa, como ex-perpetradores e suas famílias e sobreviventes do genocídio e familiares (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

As mudanças mais consideráveis no âmbito de proximidade social dentre todos os grupos foram em relação aos participantes que possuíam diferentes feridas e histórias, representando um aumento de 1,9 pontos. Estes foram seguidos de pessoas de diferentes grupos étnicos, com aumento de 1,7 pontos; pessoas historicamente marginalizadas, aumento de 1,6 pontos e por fim os familiares dos perpetradores do genocídio, com aumento de 1,5 pontos. Um ponto considerável percebido no fim desse índice foi uma baixa vontade de se engajar com desmobilizados de grupos armados, e ex-prisioneiros acusados de crime de genocídio (NEVER AGAIN RWANDA, 2019). A última categoria foi a de Ativismo pela Paz e Participação na Comunidade, que apresentou as seguintes considerações:

Os participantes que relataram ter se envolvido com iniciativas independentes de construção da paz, desenvolvimento ou resolução de conflitos em sua comunidade diminuiu de 68% para 54% entre aqueles que faziam parte dos Espaços para Paz. Já os jovens em geral relataram um maior engajamento, de 66% a 82%, em iniciativas informais de resolução de conflitos. Os membros dos Espaços para Paz tiveram melhoras significativas no âmbito de liderança em atividades cívicas, em contraponto com os jovens que se desenvolveram em atividades informais de promoção de paz (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

**Figura 36.** Mudanças no índice de Ativismo para Paz entre participantes dos Espaços para Paz do início ao fim do projeto.

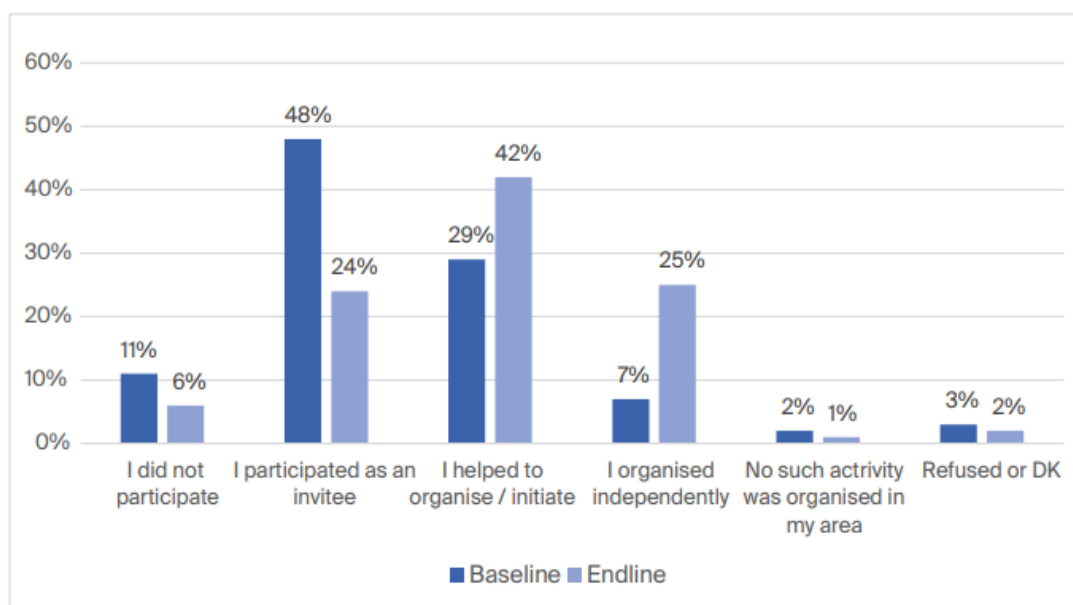


Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.29).

Mesmo com uma melhora no índice de ativismo pela paz, o progresso geral nessa categoria foi menos claro e visível. Os membros dos Espaços para Paz foram questionados quanto a sua participação ou lideranças em 15 atividades relacionadas a promoção da paz e reconciliação, e o resultado indicou que a maioria não participou dessas intervenções (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Para além das atividades citadas, os aumentos mais significativos na liderança foram em trabalhos comunitários, aumento de 19%; apoio de sobreviventes ou pessoas vulneráveis, aumento de 28%; e engajamento com atividades de comemoração do genocídio, aumento de 29%. Como já delineado no capítulo 2, as atividades de comemoração do genocídio são as principais formas governamentais de promover a paz e reconciliação, e os participantes do SHPG passaram a se envolver ainda mais com essas atividades, deixando de ser apenas expectadores passivos para se transformarem em líderes com senso de propriedade (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

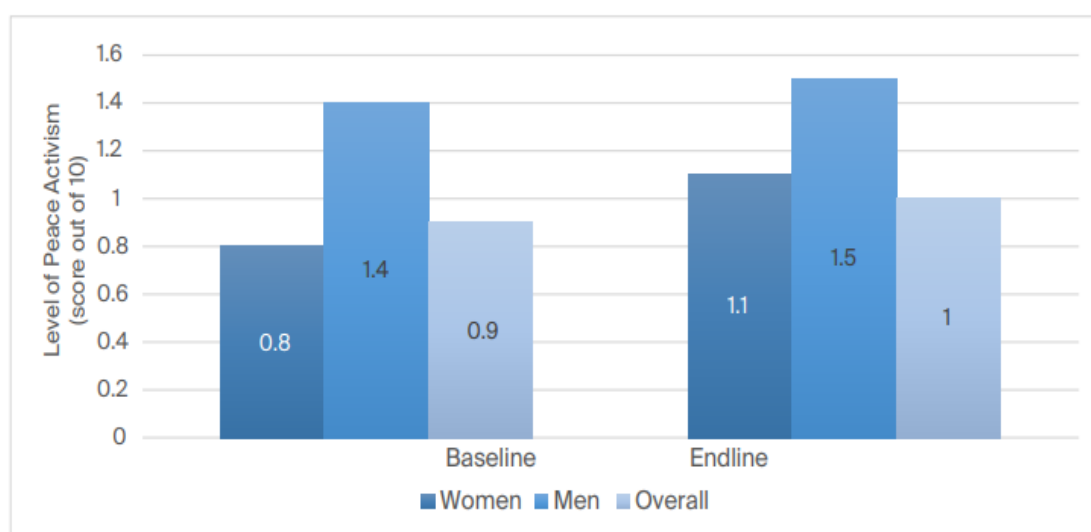
**Figura 37.** Mudança no engajamento dos membros dos Espaços para Paz com atividades de comemoração, no início e fim do projeto.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.36).

De modo geral, percebe-se que as melhorias no índice de ativismo pela paz foram maiores entre os membros dos Diálogos de Paz Juvenil do que dos Espaços para Paz. O motivo para isso pode ser atribuído as diferentes estratégias usadas em cada grupo, a estratégia utilizada nos Espaços focava mais na cura individual de cada membro, enquanto a dos Diálogos incentivava os jovens a se engajarem mais ativamente para a promoção da cura coletiva (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

**Figura 38.** Mudanças no índice de Ativismo para Paz entre participantes dos Diálogos para Paz do início ao fim do projeto.



Fonte: extraído de Never Again Rwanda (2019, p.37).

Em perguntas adicionais, feitas aos membros, sobre a motivação por trás de se envolverem em mais atividades formais de governança local e construção da paz, eles responderam que o “amor pelo país” era o principal motivador. Segundos os mesmos, o desejo de contribuir para o desenvolvimento do país e da comunidade os incentivava a se engajarem em atividades de paz (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

**Figura 39.** Participantes do SHPG auxiliando em atividades de comemoração no distrito de Umuganda.



Fonte: Extraído da página Never Again Rwanda no Twitter (2018).

Após os resultados mais práticos e específicos das quatro categorias é interessante citar as principais lições aprendidas com o SHPG. Como o projeto durou quatro anos, as organizações envolvidas compreenderam ainda mais nuances sobre cura, trauma, terapia em grupo, metodologia, etc. E essas principais lições são sintetizadas a seguir:

Às quatro primeiras lições dizem respeito a cura do trauma. A primeira afirma que a “a cura do trauma é uma parte viável da caixa de ferramentas de construção da paz para apoiar os processos de reconciliação e reduzir a probabilidade de recorrência da violência” (NEVER AGAIN RWANDA, 2019, p.08). Segundo o que foi observado no projeto, quando se cura os indivíduos, trata seus traumas e aumenta sua resiliência psicológica menor a probabilidade de um comportamento violento. Tal característica é significativa, pois tem potencial para auxiliar a desenvolver a paz em um cenário pós-conflito (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

A segunda lição frisa que “a cura é um processo contínuo e não uma atividade” (NEVER AGAIN RWANDA, 2019, p.08). Os resultados do SHPG foram considerados

impressionantes, mas isso só aconteceu devido ao envolvimento constante e a longo prazo dos participantes, bem como o financiamento e apoio internacional. Intervenções de curto prazo, menos que dois anos, e com atividades dispersas tendem a causar mais mal do que bem a população, pois nem sempre há um cuidado contínuo necessário para a cura (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

A terceira lição relativa ao trauma acredita que “mais trabalhos necessitam ser feitos para entender como as intervenções de cura do trauma podem ser adaptadas a outros lugares” (NEVER AGAIN RWANDA, 2019, p.08). Como já citado anteriormente, o SHPG teve um cuidado prévio ao fazer estudos e levantamento das necessidades da população local. Assim, para um trabalho semelhante ser aplicado em outros cenários pós-conflito distintos de Ruanda não é possível dizer se a intervenção seria eficaz ou contraproducente. A replicação do mesmo modelo para lugares diferentes pode levar a resultados distintos do atingido pelo programa, sendo importante a sensibilização e estudo antes de qualquer implementação prática em outro país (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

A quarta lição pontua que “ambos os grupos mistos e de gênero separados são importantes para o processo da cura” (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018, p.53). Os Espaços para Paz se mostraram bem-sucedidos em ajudar os membros do grupo a curarem suas feridas e a obterem as habilidades necessárias para o processo contínuo e a longo prazo de cura do trauma. Todavia, vale ressaltar que existem os grupos mistos de homens e mulheres e os grupos solos apenas de mulheres, isto é, não há grupos só de homens. Nas descobertas do SHPG foi evidenciado a relutância dos homens em demonstrarem emoções em frente de um grupo, principalmente com os dois gêneros. Portanto, o que se aprende é que esses participantes masculinos poderiam se beneficiar mais desses processos de cura caso estivessem em um grupo com apenas membros do seu próprio gênero (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

A quinta lição diz respeito a própria estruturação do programa. “A abordagem de duplo eixo com a cura societal e a governança participativa é apropriada para programas de construção da paz” (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018, p.53). Os dois eixos contribuem para o âmbito da construção da paz, contudo ambos devem estar interligados, logo essa abordagem dupla apenas funcionará para programas que consigam realizar esse vínculo estratégico e que consigam medir o impacto que possuem quando coordenados em conjunto (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).



A sexta e a sétima lição tangem as terapias em grupos. “A terapia psicossocial em grupo pode ser eficaz em diferentes grupos e é uma intervenção importante em ambientes pós-conflito caracterizados por traumas profundos” (NEVER AGAIN RWANDA, 2019, p.09). Os dados do SHPG indicam que essa intervenção em grupo é eficaz em jovens e idosos, homens e mulheres, e entre agressores e vítimas, mesmo com as diferenças os resultados entre os grupos foi pequeno. As únicas áreas com maiores divergências foram daquelas mulheres que possuem traumas graves advindos de violência sexual cometidas durante o genocídio, para este caso a melhor solução provavelmente é a terapia individual direcionada (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

A sétima lição sinaliza que “a terapia psicossocial em grupo ajudou a melhorar mais a participação em espaços formais estabelecidos pelo governo do que fomentar a liderança na criação de novos mecanismos de paz e resolução de conflitos” (NEVER AGAIN RWANDA, 2019, p.09). Os dados obtidos no programa mostram uma maior disposição e vontade dos indivíduos de participarem de atividades governamentais de construção da paz e participação cívica do que iniciarem, por si próprios, atividades e processos para contribuírem com a paz em sua própria comunidade (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

A oitava lição está ligada a metodologia do projeto. “A Pesquisa de Ação Participativa é uma ferramenta valiosa para criar um programa inclusivo com resultados de pesquisa de alta qualidade” (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018, p.53). Essa abordagem utilizada foi consideravelmente adequada e rigorosa para o programa, a evidência produzida por ela através das atividades da *Never Again Rwanda* ajudou a organização a se consolidar como uma das principais líderes de cura e governança em Ruanda. A ação-participativa pode ser utilizada como inspiração para outros programas em contextos similares, principalmente aqueles que abordam temas sensíveis (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

A nona e última lição afirma que “uma relação sólida com o governo (central e local), com outras ONGs/grupos da sociedade civil e doadores garante um melhor fim de programa” (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018, p.57). É importante que os participantes do SHPG e os grupos em sua totalidade sejam autossustentáveis, gerando seus próprios fundos para a continuação do projeto, todavia essa não é a realidade da maioria dos grupos, principalmente aqueles de cura do trauma que necessitam de terapeutas, remédios e especialistas. Logo, se faz necessário garantir um plano que

consiga alocar recursos essenciais a esses grupos, fornecendo uma solução gradual e bem-sucedida para aumentar a sustentabilidade dos mesmos após o fim do projeto (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

#### **3.2.2.4 As principais dificuldades e desafios enfrentados pelo programa**

Como todo e qualquer projeto o SHPG não se tornou isento de enfrentar alguns desafios durante a sua execução, abaixo estão delineadas as principais dificuldades encontradas durante os seus quatro de anos de existência. O primeiro refere-se a medir a expectativa dos participantes. A visão e objetivos estabelecidos pelo projeto possuíam um alto padrão e embora o programa tenha sido bem-sucedido em muitas de suas metas, era necessário que fosse cuidadoso ao medir a expectativa dos participantes. A exemplo, muitos participantes acreditaram que a *Never Again Rwanda* iria os ajudar a mudar o seu *status* socioeconômico, algo que estava além das possibilidades da organização. Este cenário indica a necessidade de um alinhamento prévio com os participantes, indicando o que a organização pode e não pode fazer por eles durante a execução do projeto (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

É válido lembrar que nenhum ruandês está fora ou consegue se desvencilhar dos eventos do genocídio. Assim, outro desafio para o SHPG e para futuros programas é que todos os ruandeses foram afetados pelo genocídio, um evento que moldou suas perspectivas, ideias, políticas e opiniões. Logo, a tarefa que esses projetos se propõem, de quebrar as barreiras do diálogo, estereótipos e percepções errôneas, ou seja, de transformar os ruandeses, só poderá ser feita com a colaboração e sensibilidade de todas as partes envolvidas no projeto (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

As ferramentas insuficientes para integrar a estratégia de gênero nos grupos se constituiu como outro desafio. Uma estratégia de gênero foi elaborada pelo SHPG, mas não foi completamente integrada nos grupos de apoio. Existiram diálogos centrados na questão de gênero agendados nos tópicos de conversa dos grupos, contudo as metas não foram atingidas, já que os grupos decidiram que outros assuntos possuíam maior relevância de discussão acima do tema proposto (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

O alcance e escopo daqueles que precisam de cura também se apresentou como outra dificuldade. Como todos em Ruanda foram afetados pelo genocídio, o ideal

estabelecido pela equipe do *Never Again Rwanda* é que todo ruandês tivesse um terapeuta pessoal, uma meta que o programa não estava equipado para fornecer. Uma forma de contornar tal limitação foi a terapia em grupo, realizada com recursos limitados e com menos pessoas do que o desejado (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

A cultura do silêncio é outro desafio presente em Ruanda. É comum que as pessoas não estejam dispostas a abordar assuntos delicados e traumáticos em frente a outras pessoas. Este é um empecilho para programas de cura, pois certos indivíduos podem levar muito tempo até conseguirem falar sobre seus problemas, algo complicado considerando a duração e tempo limitado do projeto (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

A ideia de realizar ajustes e melhorar o desenvolvimento do programa apresentou-se como outro desafio. O eixo de cura do trauma do SHPG foi um projeto-piloto, assim foi comum que mudasse e sofresse alterações ao longo dos quatro anos, algo visto como uma dificuldade, pois significou testar novos métodos de um modo não previsto inicialmente. E o último desafio está ligado a disponibilidade limitada de psicoterapeutas bem treinados. É de amplo conhecimento que para a cura em grande escala acontecer é necessário um grande número de terapeutas, que estejam treinados e familiarizados com as normas e culturas ruandesas. Essa realidade é de difícil acesso, já que há poucos terapeutas e médicos treinados para lidar com o trauma em larga escala em Ruanda (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

### **3.2.2.5 Avaliação final do projeto e principais recomendações**

Os dados obtidos ao longo do projeto *Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda* demonstraram empiricamente o impacto positivo da terapia psicossocial em grupo para abordagens de construção da paz.

Dois aspectos importantes exemplificam esse impacto. O primeiro afirma que esses grupos foram responsáveis por reduzir efetivamente o trauma, as tendências a vingança e a raiva, do mesmo modo criou resiliência psicológica positiva e reforçou a confiança social e a tolerância. Esses elementos são benéficos para o indivíduo e para a sociedade em geral, pois contribuiu com o bem-estar psicossocial geral e com a coesão social. O segundo aspecto afirma que as terapias reduziram efetivamente a probabilidade dos participantes se envolverem em atos de violência e vitimização e aumentaram o

engajamento em mecanismos formais de participação cívica e resolução e mediação de conflitos em suas comunidades (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Essa intervenção se mostrou como prática e eficaz para auxiliar indivíduos e grupos em ambientes pós-conflito a se tornarem agentes construtivos da paz, ajudando a reduzir o risco de recorrência de violência e contribuindo para a construção da paz sustentável e a longo prazo (NEVER AGAIN RWANDA, 2019). De modo geral, é possível dizer que o SHPG transformou positivamente a vida dos participantes e de suas comunidades. Foi possível ver essa transformação por meio dos materiais oficiais revisados, das entrevistas com os interessados, das discussões com parceiros e também das histórias de mudanças de participantes, família e amigos que se envolveram diretamente com a equipe do projeto (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

A confiança desenvolvida pelo *Never Again Rwanda* ao nível nacional também se refletiu na confiança dos participantes com aqueles envolvidos no SHPG. Essa confiança existente entre o programa e seus participantes foi um dos principais fatores que contribuiu para que o projeto alcançasse seus resultados desejados. O progresso e as mudanças positivas também podem ser atribuídos a gestão adaptativa que ajudou a organização a estar preparada para lidar com as barreiras e desafios existentes em um nível institucional, político, comunitário e individual (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

Em síntese, o projeto *Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda* criou uma base sólida e estável para a elaboração de projetos, o que incluiu a sua capacidade de influenciar políticas e líderes e capacitar indivíduos e comunidades de forma sustentável. Por meio do seu trabalho, o programa deve influenciar diversas outras organizações com iniciativas parecidas tanto em Ruanda quanto fora dela.

Fiquei muito traumatizado, e eu não poderia voltar para a minha aldeia onde meus pais e parentes foram mortos, eu não queria enfrentar aqueles que mataram meus pais. Mas após me juntar a esse grupo, me sinto livre e sinto que consegui o sentimento de pertencimento. Não tenho raiva dos perpetradores, eu os considero pessoas como eu. Esse grupo me mudou, me ensinou a conviver com pessoas que me machucaram – *Participante do Diálogo de Paz Juvenil de Ngoma* (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018, p.16, tradução nossa).

Para finalizar, algumas recomendações foram feitas a *Never Again Rwanda* de modo a auxiliar a organização em uma futura continuação do SHPG ou em outros programas semelhantes.

Caso a organização queira ampliar o programa, a principal recomendação é a contratação de mais grupos, mais terapeutas, mais treinamento e maior concentração de pessoas. Para isso acontecer é necessário mais financiamento e apoio externo, principalmente para treinar mais terapeutas e facilitadores e para a realização de outros treinamentos. O programa comprovou sua capacidade de atingir sua visão principal dentro de um orçamento específico, mas é importante ser realista e entender a sua limitação quanto a quantidade de funcionários e disponibilidade de terapeutas no país (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

Outra recomendação que poderia auxiliar o projeto é aumentar a quantidade de trabalhos e conexões realizadas com líderes e políticos locais. O eixo de governança participatória construiu uma relação de confiança com os líderes locais, e um melhor relacionamento e maior envolvimento com esses atores poderia beneficiar positivamente o programa em sua totalidade (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

Outro conselho é realizar parcerias com programas de subsistência que possam melhorar o *status* socioeconômico dos participantes. Muitos participantes pensaram que se juntando ao projeto receberiam um apoio socioeconômico, o que não ocorreu, assim mesmo que tal meta esteja além do propósito do SHPG os vínculos a níveis nacionais e locais com programas que auxiliariam economicamente os participantes poderiam beneficiar expressivamente as comunidades ruandesas (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

Uma melhor integração dos temas de gêneros em grupos de apoio e treinamento é a quarta sugestão. É necessário que mais esforços sejam destinados para integrar o gênero em tópicos e conversas dos participantes. A quinta recomendação diz respeito a trabalhar com outras instituições ou com o governo ruandês a fim de replicar o mesmo modelo do SHPG. Outras alternativas semelhantes ao SHPG podem ser realizadas ou apoiadas pelo governo, ou por outras organizações. Tal alternativa permitiria a expansão ou continuidade do programa do *Never Again Rwanda* e significaria maior apoio e possibilidade para a sociedade (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

Uma diferente sugestão é a entrega gradual dos grupos a agentes e facilitadores de paz. Essa seria uma forma de suprir provisoriamente a falta de terapeutas no país. Assim, um treinamento intensivo com esses atores seria significativo para substituir figuras de liderança e psicoterapeutas. E quando os terapeutas necessários fossem encontrados, esses agentes poderiam ajudá-los com alguma forma de aconselhamento individual (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

Por fim, a última recomendação se refere a uma maior concentração de grupos de cura. Se o SHPG continuar, é válido pensar em grupos menores que facilitem a abertura e participação daqueles que possuem medo de falar na frente de outras pessoas. Bem como, a criação de grupos somente masculinos que facilitem um melhor compartilhamento de emoções. A frequência das reuniões em grupo (além de uma vez por mês) também pode ser melhorada (HILIARD; DOBSON; NTAMBARA, 2018).

Em suma, essa seção apresentou de maneira aprofundada e holística o principal projeto de cura da organização *Never Again Rwanda*, abaixo o projeto poderá ser sintetizado através do arcabouço analítico proposto no capítulo um. Mais ponderações a respeito dele será feito nas considerações finais em conjunto com as informações obtidos do projeto do *Karuna Center for Peacebuilding*.

**Tabela 4.** Arcabouço analítico do projeto *Societal Healing and Participatory Governance*.

	<b>Recursos</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Reconhecimento</b>	<b>Futuro comum</b>
<b>Ruanda</b>				
<b>Never Again Rwanda</b>	<p>No que tange aos recursos financeiros, o projeto foi financiado pela Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento e custou ao longo dos quatro anos 6,67 milhões de dólares americanos.</p> <p>Sobre os recursos humanos, o projeto utilizou 40 funcionários das organizações. Não foi disponibilizado o número de voluntários, mas sabe-se que vários ruandeses foram treinados para atuar como facilitadores e agentes de paz no projeto. O número pode então ultrapassar a casa de centenas.</p> <p>O valor indica que o projeto foi extremamente caro e provavelmente só atingiu resultados positivos devido a robustez cultivada pelo apoio e financiamento internacional.</p>	<p>O projeto é inclusivo a toda a população ruandesa, a exemplo de jovens (escolarizados e não-escolarizados), adultos e idosos. Grupos mais específicos, como ex-perpetradores e suas famílias, sobreviventes e suas famílias, mulheres vítimas de abuso sexual, mulheres casadas com homens de outras etnias e jovens mulheres grávidas também estiveram presentes no projeto.</p>	<p>O projeto não culpa nenhum grupo pela violência passada, procura apenas oferecer um espaço para que as pessoas de diversas origens possam contar suas histórias. Os ex-perpetradores, por exemplo, participaram do projeto e em momento algum foram culpabilizados, pelo contrário até apresentaram melhoras e aspectos positivos em algumas categorias do projeto.</p>	<p>A visão do projeto é “Contribuir para a consolidação de uma sociedade ruandesa pacífica e inclusiva, capaz de superar as feridas do passado e conduzir pacificamente os conflitos e a diversidade”.</p> <p>Logo, o seu objetivo principal por meio das atividades coletivas, principalmente das terapias em grupos e dos diálogos comunitários, foi ajudar os ruandeses a curar os traumas do passado para poderem juntos construir um futuro compartilhado e harmônico.</p>

Fonte: autoria própria (2022).

Vale ressaltar que as informações sobre os recursos financeiros e humanos do projeto não foram encontradas nos relatórios e sites oficiais disponibilizados pela organização. Foi feito um contato direto com a *Never Again Rwanda* via e-mail e após esse foi obtido a quantidade de pessoas envolvidas e o orçamento destinado ao projeto. O valor do orçamento foi alcançado apenas semanas depois, após o envio de um documento

oficial da UFU a NAR que comprovava que a informação seria utilizada apenas para fins de pesquisa.

Em seguida, a próxima seção apresenta a organização estadunidense *Karuna Center for Peacebuilding* e seu principal projeto de cura do trauma em Ruanda.

### 3.3 Karuna Center for Peacebuilding

O *Karuna Center for Peacebuilding*<sup>33</sup> foi fundado em 1994 pela psicóloga, educadora e ativista Dra. Paula Green. Quando a organização foi criada, o campo de construção da paz ainda era novo, logo os primeiros projetos do *Karuna* se destinaram a promover a cura societal após o genocídio em Ruanda e prevenir as consequências das limpezas étnicas advindas da Guerra da Bósnia. Nos anos seguintes foram lideradas iniciativas em mais de 35 países afetados por conflitos (KARUNA CENTER, c2022).

A organização possui uma estrutura que prioriza a colaboração com outros atores, e para isso acontecer a equipe principal têm ampla experiência no âmbito de construção da paz. A exemplo de projetos e implementações de programas participativos, diálogos direcionados a divisões profundas, construção da paz sensível a traumas e o desenvolvimento de liderança para a paz. Todos os programas do *Karuna* visam capacitar a população local para responder eficazmente e de forma não violenta a futuros conflitos. É comum que os participantes dos projetos desenvolvam suas próprias organizações e redes locais de construção da paz que futuramente permanecem como parceiros da organização (KARUNA CENTER, c2022).

Desde o seu início a ONG recebeu convites e doações para desenvolver projetos de construção da paz na África, Europa Oriental e Oriente Médio. Uma política estabelecida pela organização a priori declarava que o *Karuna* não participaria de nenhum projeto de transformação de conflitos se não fosse convidado por parceiros locais já presentes na região e com experiência sobre a situação (PAULA GREEN, c2022).

O *Karuna* possui uma extensa rede global de associados qualificados no campo de construção da paz e em conjunto com organizações parceiras estes atores priorizam a especialização e a experiência cultural. A abordagem de construção da paz da organização

---

<sup>33</sup> Centro de Karuna para Construção da Paz, em tradução livre.



é adaptativa a cada contexto. Assim, quando esse processo ocorre o *Karuna* se mostra disposto a se envolver com uma variedade de pessoas e organizações, como redes de sociedade civil, organizações religiosas, ministérios governamentais, organizações multilaterais, instituições de desenvolvimento, etc (KARUNA CENTER, c2022).

Em suma, o *Karuna Center* se compromete com o desenvolvimento e implementação de estratégias inovadoras, sustentáveis e funcionais na área de construção da paz e reconciliação. A organização é pioneira em programas de treinamento multissetoriais eficazes, como projetos com solução cooperativa de problemas, análise e prevenção de conflitos, estratégias não-violentas, justiça restaurativa com líderes comunitários, grupos educacionais, entre outros. As atividades práticas realizadas auxiliaram o *Karuna* a cultivar conhecimento, competência, confiança e habilidades específicas em suas áreas de atuação (KARUNA CENTER, c2022).

A organização é liderada por uma equipe central (5 membros) localizada em Amherst, Massachusetts nos Estados Unidos, que trabalha em parceria com outros profissionais e organizações locais de construção da paz em todo o mundo. Quando a equipe do *Karuna* é expandida para programas específicos, profissionais da área local são contratados para auxiliar no entendimento regional de construção da paz. A ONG também conta com uma rede de associados de construção da paz (13 pessoas e 3 membros seniores) que ajudam na consultoria dos projetos. Essa contribuição é valiosa, pois cada um traz ao programa competências e especialidades de diversas áreas e contextos culturais. O *Karuna* também conta com uma diretoria formada por 14 membros responsáveis por assuntos administrativos e burocráticos da organização (KARUNA CENTER, c2022).

O principal objetivo do *Karuna Center* é transformar conflitos violentos por meio da interrupção da violência, da reconciliação e do fortalecimento e resiliência da comunidade. A parceria e colaboração a longo prazo com atores locais é fundamental para incentivar as pessoas a construir a paz em seu próprio país. As atividades realizadas pela organização abrangem quatro áreas de foco: diálogos para resolução de divisões profundas, construção de uma governança inclusiva, prevenção do extremismo violento e cura e reconciliação (KARUNA CENTER, c2022).

A abordagem de *diálogos para resolução de divisões profundas* utiliza o diálogo facilitado e estruturado para permitir que as pessoas em ambos os lados do conflito

conversem e compartilhem esperanças e objetivos em comuns, evitando assim ainda mais divisões entre os grupos. A prática do diálogo é central para quase todos os programas do *Karuna* pelo seu impacto transformador nos participantes. Nesse contexto, o diálogo surge como uma base inicial sobre qual os indivíduos poderão desenvolver iniciativas mais amplas de defesa, paz e construção da comunidade (KARUNA CENTER, c2022).

A *construção de uma governança inclusiva* é uma categoria que apoia as comunidades afetadas por conflitos para que elas participem das tomadas de decisões e dos processos políticos. O *Karuna* tem contato direto com atores civis e governamentais que auxiliam na defesa e implementação de uma governança mais inclusiva, acessível e transparente. Para alcançar essa meta, a organização desenvolve a habilidade política dos construtores da paz locais, engajando representantes governamentais, tomadores de decisão e formuladores de política no desenvolvimento de reformas e ações que implementem a paz duradoura (KARUNA CENTER, c2022).

Ideologias extremistas violentas estão suscetíveis a surgir em qualquer grupo de identidade cultural ou religiosa e podem agravar a violência de um país. Logo, a *prevenção do extremismo violento* tem em vista reduzir a vulnerabilidade da comunidade e fortalecer a resiliência contra o recrutamento. Para isso, a ONG investe em parcerias com instituições multilaterais e governos locais para desenvolver estratégias que apoiem que sociedades previnam o surgimento e fortalecimento de movimentos extremistas violentos (KARUNA CENTER, c2022).

Enfim, a categoria de *cura e reconciliação* visa criar espaços para que as pessoas, que experienciem profundas dores emocionais possam discutir construtivamente seus problemas, reparar relacionamentos entre grupos beligerantes e interromper ciclos contínuos de vingança. As suas principais atividades incluem o diálogo estruturado, os projetos comunitários compartilhados, a solução conjunta de problemas e os programas voltados a cura de traumas (KARUNA CENTER, c2022).

Como já abordado previamente, desde sua criação em 1994 a organização já liderou iniciativas em mais de 35 países afetados por conflitos em todo o mundo. Atualmente, o *Karuna Center* possui projetos ativos em quatro países distintos, eles são Mianmar, Nigéria, Sri Lanka e Estados Unidos. Ao longo dos anos, já atuou em países como Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Burundi, República sul-Africana, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Geórgia, Granada,

Índia, Iraque, Israel e Palestina, Kosovo, Macedônia, Madagascar, Nepal, Filipinas, Ruanda, Senegal, Sudão do Sul, Sudão, Uganda, Ucrânia (KARUNA CENTER, c2022).

Entende-se pelo observado nessa seção que o *Karuna Center* possui décadas de experiência prática no campo de construção da paz, e em todos os seus anos de existência já atuou em diversas regiões do mundo. Algo a se destacar é a sensibilidade e reconhecimento da organização de apenas realizar projetos e liderar iniciativas em regiões onde haverá o envolvimento direto com atores e comunidade local, visão essa que facilita uma construção da paz mais realista e a longo prazo. A seguir, será dado um destaque direcionado a relação da ONG com Ruanda.

### **3.3.1 Relevância do Karuna Center for Peacebuilding para a sociedade ruandesa**

O *Karuna Center* possui relevância e importância para Ruanda, pois uma das primeiras atuações da organização ocorreu em país africano, demonstrando uma preocupação e sensibilidade com o povo ruandês logo após o genocídio. Além disso, desde os anos 2000 inúmeros projetos foram instituídos e desenvolvidos na região. A seguir apresenta-se os seis projetos do *Karuna* realizados em Ruanda, com o último projeto de cura sendo o escolhido para a análise neste capítulo.

Desde 1995, os programas da organização em Ruanda se concentraram no desenvolvimento de liderança para a paz, bem como na promoção da reconciliação. A abordagem do Karuna apoia a cura societal, a defesa do cidadão e o fortalecimento do governo para continuar com a recuperação pós-genocídio. Uma das primeiras iniciativas<sup>34</sup> do *Karuna* foram os “Seminários em Transformação de Conflitos” que se iniciaram em 2002 e apenas terminaram em 2012. Nessa atividade, Ruanda foi o país definido para hospedar o seminário anual para o programa de Transformação de Conflitos através das Culturas realizado em parceria com um instituto de educação estadunidense — *SIT Graduate Institute* (KARUNA CENTER, c2022).

Em 2002 e em 2005 foi instituído a “Capacitação em Reconciliação para Instituições Governamentais Ruandesas”. Neste primeiro ano o *Karuna Center* realizou

---

<sup>34</sup> O *Karuna Center* afirma que os projetos e iniciativas em Ruanda começaram em 1995, contudo no site deles há apenas informações de projetos que se iniciaram a partir de 2002, sendo vários deles bem sucintos e com pouca descrição geral.

seminários para o Departamento de Justiça Ruandês a fim de antecipar os tipos de dinâmicas comunitárias que poderiam surgir com os tribunais de gacaca, e em 2005 mais seminários foram realizados para a Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação (NURC) para os ajudar a desenvolver a capacidade de seus comissários, funcionários e parceiros em gerenciar conflitos e iniciativas de reconciliação (KARUNA CENTER, c2022).

De 2003 a 2005, iniciou-se o “Projeto de Liderança para a Paz das Mulheres em Ruanda”. Nestes dois anos, o *Karuna Center* liderou um programa de orientação e treinamento na área de construção da paz para a *ProFemmes Twese Hamwe*, uma instituição de mulheres formada por 58 organizações que incluem desde associações locais a grupos de mulheres no parlamento. As participantes desenvolveram habilidades para analisar conflitos, resolver disputas em suas comunidades e técnicas de aprendizado de modo a repassar a lições a outras pessoas. Algumas das mulheres treinadas pelo programa se envolveram em uma parceria bem-sucedida com a organização de construção da paz *International Alert* (KARUNA CENTER, c2022).

O “Projeto Socorristas” aconteceu de 2010 a 2011, realizado em parceria com o Memorial de Kigali. Histórias de inúmeras pessoas que ajudaram outras durante o genocídio foram compartilhadas, principalmente em escolas, de modo a promover o diálogo sobre o tema da tolerância e reconciliação. De 2012 a 2015 fundou-se o programa “Mulheres e Homens como Parceiros na Construção na Paz” que funcionou em Ruanda, Burundi, Uganda e na região leste da República Democrática do Congo. O objetivo da iniciativa foi estabelecer parcerias entre os gêneros para que juntos conseguissem abordar e dialogar sobre a temática de ciclos de violência (e de gênero) existentes na comunidade. Em 2015, as organizações participantes do projeto formaram uma aliança regional para continuar avançando na temática de prevenção de violência entre homens e mulheres, a aliança ficou conhecida como *Alliance Femmes/Hommes pour la Paix* (KARUNA CENTER, c2022).

Apesar das informações sobre as iniciativas lideradas pelo *Karuna Center* serem sucintas, já é possível perceber que a organização possui demasiada experiência com a implementação de programas no país. A maioria foi realizada em conjunto com instituições e atores locais e abarcou diversos segmentos da construção da paz. O seu último projeto realizado no país e talvez o mais ambicioso, em função do escopo e

duração, foi o programa de cura realizado entre 2016 e 2019, que será abordado mais detalhadamente na próxima seção.

### 3.3.2 Healing Our Communities

Antes de participar do treinamento, o Barnabé não participava conosco do trabalho comunitário, ele estava sozinho, não se sentia muito à vontade, mas depois do treinamento ele começou a se dar bem com o nosso grupo, ele é mais participativo. Até mesmo quando ele organiza um evento comunitário, ele nos convida. *Jeanne Uwmariya. Amiga de Barnabé — Filho de um perpetrador do genocídio.* (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).

Mujawamariya e Gahamanyi agora são amigos, ele até a ajuda na agricultura. Foi surpreendente para mim e percebi que eles deram um grande passo em direção à unidade e reconciliação, e isso é bom. *Régine Mutesi. Amiga de Mujawamariya — Sobrevivente do genocídio* (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).

Essas oficinas do HROC o ajudaram muito, a raiva dele desapareceu, ele estava menos solitário e mais aberto para com os outros, atualmente ele até participa dos diálogos comunitários. Certamente, há mudanças positivas desde que ele participou do workshop do HROC. *Faustine Mumporeze. Esposa de Faustin — Sobrevivente do genocídio* (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).

O projeto *Healing Our Communities: Promoting Social Cohesion in Rwanda*<sup>35</sup> (HOC) foi uma iniciativa do *Karuna Center for Peacebuilding* em parceria com três instituições internacionais e ruandesas, o *Healing and Rebuilding Our Community* (HROC), o *Aegis Trust*<sup>36</sup> e o *Institute of Research for Dialogue and Peace* (IRDP)<sup>37</sup>. Foi

---

<sup>35</sup> Curando nossas Comunidades: Promovendo a Coesão Social em Ruanda, em tradução livre.

<sup>36</sup> O *Aegis Trust* é uma organização internacional britânica fundada nos anos 2000 que tem como principal objetivo prevenir o genocídio. O *Aegis* homenageia a memória das vítimas do genocídio e permite que estudantes, profissionais, tomadores de decisão e um público mais amplo conheçam sobreviventes e aprendam com suas experiências. Ela visa construir com a paz a longo prazo, incentivando as comunidades a mudarem de mentalidade e adotarem uma posição compartilhada de paz e responsabilidade. A organização trabalha em lugares onde há probabilidade de início ou recorrência de genocídio, e visa proteger a população mais vulnerável (AEGIS TRUST, c2015).

<sup>37</sup> O *Institute of Research for Dialogue and Peace* (IRDP), ou Instituto de Pesquisa para Diálogo e Paz em tradução livre, é o principal instituto ruandês independente para a construção da paz. Foi fundado em 2001 de modo a contribuir com os esforços de paz após o genocídio. Sua visão é auxiliar na implementação de uma paz duradoura em Ruanda e desde a sua criação contribui para a construção da paz por meio da pesquisa-ação participativa, da promoção de uma cultura de debate e diálogo sobre questões relacionadas à paz e através do compartilhamento de experiências com outras iniciativas e instituições correlacionadas (IRDP, c2022).

financiada pelos Programas e Atividades de Mitigação e Reconciliação de Conflitos da USAID<sup>38</sup> — Fundo Global de Reconciliação (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

O período original de execução do projeto foi de 14 de julho de 2016 a 13 de julho de 2018, mas diante da necessidade de continuação a USAID ofereceu extensão de custo por mais um terceiro ano, assim o HOC durou três anos, finalizado apenas em 31 de outubro de 2019. O projeto aconteceu nas províncias do oeste, sul, norte e leste, incluindo 16 comunidades ruandesas nos distritos de Nyamasheke, Karongi, Rubavu, Gisagara, Gakenke, Gicumbi, Kirehe e Bugesera (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Para a duração inicial do projeto, de dois anos, o valor total financiado pela USAID contabilizou 1.092.912 milhões de dólares. Como o projeto foi considerado bem-sucedido pela organização, houve uma extensão para um terceiro ano com um orçamento adicional de 500 mil dólares. Assim, durante os três anos de existência e continuação do programa, o total investido pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento foi de 1.592.912 milhões de dólares americanos. Esse valor foi direcionado ao *Karuna Center* e as três outras organizações envolvidas com o projeto, sendo a maioria do dinheiro concedida a essas ONGs para o financiamento das atividades do programa (ANDERSON, 2022).

Em relação às pessoas envolvidas, contabiliza-se 24 funcionários pagos das quatro organizações. Referindo-se a 23 dedicados parcialmente ao programa, ou seja, coordenavam simultaneamente este e outros projetos das suas respectivas organizações, e uma pessoa dedicada integralmente ao projeto. Esta última era Rosette Sebasoni, Gerente de Programas em Ruanda, ela é uma *peacebuilder* ruandesa e foi contratada pelo Karuna de modo a incluir os cidadãos locais e melhorar o processo de construção da paz ao nível da sociedade (ANDERSON, 2022).

---

<sup>38</sup> A USAID, ou Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, é a principal agência de desenvolvimento internacional do mundo. A agência trabalha para ajudar a melhorar vidas, construir comunidades e promover a democracia. Seu trabalho promove a segurança nacional e a prosperidade econômica, demonstra generosidade e possibilita aos países um caminho para a autoconfiança e resiliência. O objetivo da USAID é apoiar os parceiros de modo que se tornem autossuficientes e capazes de liderar suas próprias jornadas de desenvolvimento. Para atingir essa meta a agência reduz o alcance do conflito, preveni a propagação de doenças pandêmicas, combate os motores da violência, instabilidade, crime, entre outras ameaças à segurança (USAID, c2019).

Para além dos funcionários pagos das ONGs havia também os voluntários ruandeses, estes totalizaram 221 pessoas. Sendo 32 facilitadores, 64 companheiros de cura e 125 campeões da juventude. Logo, os recursos humanos do projeto contabilizaram oficialmente 245 pessoas. Porém, é valido ressaltar que esse número é apenas das pessoas fixas ponderadas pelo programa, se este considerar as pessoas que compartilharam suas histórias de reconciliação, participaram dos diálogos comunitários ou treinamento sobre o trauma, o número pode ultrapassar a casa dos milhares (ANDERSON, 2022).

A quantidade de recursos financeiros, que ultrapassou um milhão de dólares, e os recursos humanos estimados em mais de centenas de pessoas já indicam a robustez do programa, que precisou mobilizar uma enorme quantidade de financiamento, parcerias, coordenação e voluntariado para de fato se concretizar na realidade.

A iniciativa foi dividida em três grandes áreas: a cura do trauma, a liderança jovem e os diálogos nas comunidades. A vertente de cura do trauma visa curar as feridas psicológicas que permaneceram nas pessoas após a violência em massa, principalmente considerando que se não resolvido esse trauma pode se tornar transgeracional (KARUNA CENTER, c2022).

A HROC, organização ruandesa, é responsável por guiar essa categoria e por meio de suas oficinas de cura do trauma ela conseguiu fornecer uma educação aprofundada sobre o tema para diversas pessoas em 16 comunidades. O modelo da organização reúne sobreviventes e antigos perpetradores do genocídio, que utilizam a experiência do trauma e a recuperação como um ponto comum entre eles. Temas como a dor e a perda sentidas pelos sobreviventes do genocídio e a culpa e vergonha dos perpetradores, espectadores, e suas famílias também recebem espaço nessa narrativa. Essas oficinas do trauma são consideradas um caminho em direção a reconciliação das comunidades (KARUNA CENTER, c2022).

A categoria de liderança jovem é organizada pelo *Aegis Trust*. Como Ruanda possui uma idade média entre os seus cidadãos de 19 anos, o projeto acredita que a liderança juvenil construirá o futuro do país. Com base nisso, o escritório do *Aegis Trust* em Ruanda selecionou e orientou diversos Campeões da Juventude que lideraram mais de 270 projetos. Entre as iniciativas lideradas por eles é possível citar a construção de casas e jardins para pessoas vulneráveis, a organização de discussões sobre reconciliação, a utilização de arte para falar sobre o genocídio e a arrecadação de dinheiro para serviços

adicionais a comunidade. A *Aegis Trust* também ensinou e incentivou os jovens a falarem sobre trauma e reconciliação através da fotografia e produção de vídeos. Por meio desse incentivo, eles criaram mais de 18 documentários curtos usados para promover a aceitação e estimular discussões nas escolas e comunidades (KARUNA CENTER, c2022).

A categoria de diálogos nas comunidades ficou sob responsabilidade da IRDP. Nas comunidades ruandesas ainda há muitas disputas sobre violências cometidas antes e depois do genocídio, roubo de propriedade, entre outros. Pensava-se que se essas queixas não fossem resolvidas elas poderiam contribuir para o surgimento de conflitos maiores. Logo a IRDP construiu Clubes de Diálogos nas comunidades para que as pessoas, a exemplo de sobreviventes e perpetradores, tivessem um espaço para resolver os seus conflitos pacificamente. A organização também realizou Diálogos Intergeracionais e Sessões de Escuta, com a participação de funcionários do governo local e nacional para apoiar os membros da comunidade e defender suas necessidades (KARUNA CENTER, c2022).

As principais atividades realizadas pelo HOC com base nessas três vertentes incluíam: 1) *workshops* de cura de traumas e a seleção de membros da comunidade para se tornarem conselheiros, chamados de Companheiros de Cura. 2) jovens treinados para formarem e liderarem clubes de jovens que atuavam para promover a coesão social por meio de serviços comunitários e ajuda a membros da comunidade. 3) Clubes de Diálogo realizados quinzenalmente e compostos por perpetradores, sobreviventes, espectadores e refugiados do genocídio. Esses são liderados pelos próprios membros da comunidade que foram treinados previamente e atuam como facilitadores. 4) a realização de reuniões entre membros da comunidade e líderes locais e nacionais onde os cidadãos expressavam suas preocupações locais. 5) a realização e criação de produtos digitais para complementar às três grandes áreas e a distribuição de gado para beneficiar os membros vulneráveis da comunidade (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

No terceiro ano do projeto as atividades sofreram algumas alterações e incluíram mais duas incumbências. A primeira diz respeito a trabalhar com jovens em risco de recrutamento para extremismo violento, a exemplo de atividades que estimulem a interação social, o sentimento de pertencimento e a responsabilidade para com a comunidade. E a segunda refere-se à realização de um documentário e programas de rádio a fim de compartilhar as experiências de reconciliação e cura do projeto com um maior



segmento da sociedade (KARUNA CENTER; USAID, 2019). Para entender melhor o projeto é válido abordar sua Teoria de Mudança e seus objetivos gerais.

A teoria de mudança se pauta na ideia de que se as comunidades ruandesas forem capacitadas para lidar com a segurança, o trauma e as questões que surgiram após o genocídio — mediante diálogo e atividades colaborativas — o processo de reconciliação em Ruanda pode melhorar. Nesse sentido, o resultado pode ser uma sociedade mais resiliente frente a tensões sociais e desafios políticos e econômicos (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Como o terceiro ano não estava previsto no início do projeto, os objetivos da iniciativa se alteraram do ano um e dois para o ano três. Para os dois primeiros anos, o HOC previa os seguintes objetivos: criar mecanismos eficazes e sustentáveis para os membros da comunidade conseguirem por meio de diálogos e projetos melhorar a coesão social; estabelecer abordagens de cura de traumas baseadas em estratégias na comunidade; ampliar o papel dos jovens na promoção da coesão social através de projetos de voluntariado e atividades de mídia social; e criar oportunidades para que as comunidades se comuniquem com os funcionários do governo para conversarem sobre as principais barreiras e oportunidades para a coesão social (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

No terceiro e último ano os objetivos permaneceram quase os mesmos, mas com pequenas alterações. Os mecanismos eficazes e sustentáveis já haviam sido criados nos dois primeiros anos, o objetivo era apenas expandi-los a fim de alcançar mais pessoas; as abordagens de cura do trauma também já haviam sido estabelecidas, portanto, era preciso fortalecê-las para garantir maior efetividade; os jovens já estavam se engajando com iniciativas de coesão, era preciso ampliar e incentivar mais deles a se juntarem; e as oportunidades de contato entre as comunidades e os líderes ainda necessitavam ser fortalecidas e reforçadas. O único novo objetivo desse ano foi ampliar a conscientização dos ruandeses quanto a abordagens eficazes de cura e reconciliação e para atingir tal meta foi realizado a divulgação do projeto em rádio, televisão e mídias sociais (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

### 3.3.2.1 A estruturação do projeto

O *Healing Our Communities* foi estruturado e organizado ao longo dos anos com base nas três grandes áreas e nos objetivos decididos previamente. Para cada objetivo havia uma categoria e/ou atividades estabelecidas de modo a atingir uma das metas do programa.

Objetivo 1: criar e expandir mecanismos eficazes e sustentáveis para os membros da comunidade conseguirem, por meio de diálogos comunitários e projetos conjuntos, melhorarem a coesão social.

Os prisioneiros enfrentam sérios traumas, você não tem ideia. Eu cometi genocídio e passei anos em prisões antes de voltar para a minha aldeia. Mas falando sério, desde o momento em que fui solto, nunca senti paz dentro de mim. Eu convivo com aquelas pessoas contra as quais cometi crimes, elas participam comigo deste Clube de Diálogo. Essa iniciativa quebrou a barreira que nos separava, a conexão passou e eu me sinto como se fosse uma pessoa diferente — *Membro do Clube de Diálogo do distrito de Gisagara* (KARUNA CENTER; USAID, 2019, p.07, tradução nossa).

A principal modalidade para atingir esse objetivo foi a criação dos Clubes de Diálogos em 16 comunidades. O primeiro passo foi realizar uma avaliação nas comunidades-alvo a fim de entender quais eram as preocupações e dinâmicas locais. Em seguida o time da IRDP recrutou um homem e uma mulher de cada comunidade para poderem atuar como facilitadores, e durante seis dias esse grupo passou por inúmeras sessões de treinamento. Essa formação especializada foi liderada conjuntamente pelo IRDP e pelo *Karuna Center* e baseou-se em outras lições destinadas a facilitadores. O treinamento combinou as metodologias de pesquisa-ação participativa e diálogo estruturado reflexivo, este último com foco para a construção de um diálogo pautado na autorreflexão e nas necessidades dos participantes (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Após o processo de análise e treinamento, a equipe então escolheu 30 membros de cada comunidade (além dos facilitadores) para participarem dos Clubes de Diálogos realizados duas vezes por mês. Vale frisar que cada clube escolheu sua própria liderança e a IRDP buscou um equilíbrio de gênero e diversidade com experiências do genocídio ao recrutar os membros. No último ano de projeto, as comunidades se alternaram para realizar os clubes, criando assim um vínculo e entendimento entre elas. Nesses diálogos os participantes confessavam seus crimes, ouviam a história dos outros, pediam perdão, buscavam a verdade e também se reconciliavam (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

**Figura 40.** Plano de gerenciamento e desempenho dos Clubes de Diálogos.

		Planned	Actual
Year 1-2 1.1	Number of communities in which assessment is conducted	16	16
Year 1-2 1.2 & 1.3	Number of Dialogue Facilitators identified and trained	32	32
Year 3 1.1	Number of returning Dialogue Facilitators in refresher trainings	16	16
Year 1-2 1.4	Number of dialogues co-facilitated by project staff and trainees	128	84
Year 1-2 1.6	Number of dialogues run by community Dialogue Facilitators	416	344
Year 3 1.2	Number of dialogues run by community Dialogue Facilitators	144	144

Fonte: extraído de Karuna Center e USAID (2019, p.08).

A figura acima resume o âmbito do Clube de Diálogos ao longo dos três anos, a primeira coluna indica o que foi planejado previamente e a segunda o que foi de fato executado. Nos dois primeiros anos a iniciativa foi realizada em 16 comunidades com 32 facilitadores treinados, cumprindo o planejado. Os diálogos realizados por funcionários do IRDP foi 84 e por facilitadores 344, ambos os números menores do que o estabelecido no início, mas ainda significativos. No último ano, 16 facilitadores receberam novos treinamentos e 144 diálogos foram efetuados, os dois concretizados conforme o esperado.

**Figura 41.** Clube de Diálogo realizado no distrito de Bugesera.



Fonte: extraído de Karuna Center (c2022).

Outra modalidade realizada para atingir esse primeiro objetivo foi os diálogos intergeracionais ou *Twubakane Days* (ou Dias de União, em tradução livre). Essa iniciativa foi um elemento colaborativo do HOC, pois uniu os Clubes de Diálogos, os Companheiros de Cura e os Campeões da Juventude. A ideia era facilitar o diálogo entre os membros desses grupos. Pessoas importantes de Ruanda, como líderes locais e nacionais, secretários e chefes de instituições governamentais também participavam desses encontros. As reuniões eram organizadas pelo IRDP e pelo *Aegis Trust*. Logo, era comum que grupos de 150 a 250 pessoas se reunissem em alguma comunidade para discutirem questões que dificultavam o estabelecimento da paz na sociedade (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

A exemplo de temas discutidos nessas reuniões cita-se: o papel dos jovens na comemoração anual; efeitos das feridas e dos traumas ligados ao genocídio; o papel da reconciliação nas comunidades; o desejo de criar e sustentar um futuro pacífico para todos; corpos não descobertos das vítimas dos genocídios; relação dos pais com os filhos jovens; distanciamento e reintegração de perpetradores na comunidade, entre outros. Um

tema bem frequente também era a necessidade de os adultos contarem aos seus filhos a verdade sobre o genocídio de 1994 (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Essas reuniões foram significativas, pois ofereceram a oportunidade para que jovens e gerações mais antigas derrubassem a barreira de comunicação entre eles e cultivassem um diálogo sincero e direto. Ao longo do tempo, os jovens se sentiram mais confiantes em oferecer seus pensamentos e ideias nas reuniões. Nos dois primeiros anos foram realizadas 45 reuniões e no último ano 32, totalizando 77 reuniões intergeracionais efetuadas durante a realização do projeto (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Este primeiro objetivo continua exemplificando a robustez do projeto quanto as pessoas envolvidas nele. Há o estabelecimento dos facilitadores que contam como voluntários fixos do programa e também a criação dos clubes de diálogos e *Twubakane Days* que envolve o engajamento de centenas de pessoas adicionais.

Objetivo 2: estabelecer e fortalecer abordagens de cura de traumas baseadas em estratégias na comunidade, para sobreviventes do genocídio e outros cidadãos,

Essa iniciativa ficou sob responsabilidade da organização *Healing and Rebuilding Our Community* (HROC). O primeiro passo foi escolher quatro conselheiros de cada uma das 16 comunidades, essas pessoas ficaram conhecidas como Companheiros de Cura, e passaram por um treinamento de 12 dias ao longo de seis sessões nos dois primeiros anos. As equipes formadas pelos Companheiros de Cura eram equilibradas em gênero, idade e experiências do genocídio. Os grupos mais significativos eram aqueles formados por perpetradores e sobreviventes que se uniam para auxiliar as suas comunidades (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

As principais funções exercidas pelos Companheiros de Cura envolviam fornecer escuta, validação e conselhos para aquelas pessoas que estavam sofrendo; ajudar os indivíduos a resolverem conflitos dentro de suas próprias comunidades; apoiar sobreviventes do genocídio e perpetradores, bem como suas famílias, em conversas de reconhecimento, desculpas e perdão e, auxiliar na seleção das pessoas que participariam de oficinas de cura do trauma. A HROC manteve contato contínuo com esses conselheiros ao longo de todo o projeto, os apoiando e os ajudando nas questões relativas à comunidade. A organização também fortaleceu a capacidade dessas pessoas de liderarem oficinas independentes de cura do trauma (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

O projeto continuou a fortalecer os Companheiros de Cura no terceiro ano do HOC. Como exemplo, o *Karuna Center* realizou uma avaliação dos conselheiros a fim de identificar seus níveis de confiança e suas habilidades. Com base nessas repostas, a HROC projetou vários treinamentos destinados a esse grupo, eles se reuniram para três sessões de três dias e nessas sessões eles aprenderam a gerenciar suas próprias experiências dolorosas e cultivaram habilidades adicionais para apoiar as pessoas em suas comunidades. As áreas de treinamento incluíam perda e luta, estágios do trauma, cura do trauma e raiva, e características para se tornar um bom conselheiro (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Além dos treinamentos destinados aos Companheiros de Cura, foi instituído um programa de apoio no campo. Ele ocorria a cada um ou dois meses e envolvia facilitadores experientes da HROC (com mais de 10 anos de experiência) apoiando e ensinando os Companheiros em sua área de atuação. Esses facilitadores se revezavam com a equipe do projeto da HROC, e em conjunto com os conselheiros de cada comunidade realizavam reuniões individuais ou em pequenos grupos, para repassar ensinamentos e conselhos. Essas sessões de apoio auxiliaram os Companheiros de Cura a fortalecer a confiança que a comunidade possuía para com eles, e também os ajudou a refletir sobre questões mais difíceis, conversar um com os outros sobre suas experiências práticas e trocar apoio pessoal para dores e problemas que surgiam com o trabalho (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Esses Companheiros de Cura continuaram existindo mesmo após o término do projeto. Cada equipe da comunidade se reúne regularmente para planejar atividades, trocar histórias e fortalecer a iniciativa. Algumas pessoas têm planos de viajar para outras regiões do país para compartilhar seus conhecimentos, outras estão mobilizando sua própria comunidade, organizando oficinas e os ensinando mais profundamente sobre o trauma e os seus efeitos. Ao longo dos três anos de HOC, 64 pessoas em 16 comunidades foram treinadas como Companheiros de Cura e três treinamentos de atualização foram realizados no último ano (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

**Figura 42.** Companheiros de Cura conversando durante um dos treinamentos.



Fonte: extraído de Karuna Center (c2022).

Outra iniciativa significativa foram os *workshops* de cura do trauma. O HROC, em muitos momentos acompanhados pelos Companheiros de Cura, organizou mais de 65 oficinas comunitárias. Elas incluíam sobreviventes, perpetradores e espectadores que aprendiam sobre os efeitos do genocídio, reconheciam o sofrimento dos outros e aprendiam a melhor maneira de lidar com a cura do trauma. Muitos desses workshops foram adaptados ao público mais jovem que lutavam contra o estigma, a perda, o trauma transgeracional e o risco de recrutamento para o extremismo violento (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Essas oficinas duravam três dias e foram transformadoras para muitos participantes: “Curamos nossas feridas e agora estamos curando outras — *participante do projeto no distrito de Nyamasheke* (KARUNA CENTER; USAID, 2019, p.10, tradução nossa).” Durante ou após as oficinas alguns buscaram e deram perdão, e outros encontraram alívios para doenças físicas e mentais.

**Figura 43.** Plano de gerenciamento e desempenho das oficinas de cura de traumas.

		Planned	Actual
Year 1-2 2.1	Number of participants recruited for trauma healing workshops	512	528
Year 1-2 2.2 and Year 3 2.3	Number of community trauma healing workshops held	48	49
Year 3 2.2	Number of trauma healing workshops for youth held	16	16
Year 1-2 2.5	Number of trauma workshops led by Healing Companions	48	48

Fonte: extraído de Karuna Center e USAID (2019, p.12).

A figura indica que nos dois primeiros anos 528 pessoas participaram dos *workshops* de cura do trauma, e 48 oficinas foram lideradas e organizadas pelos Companheiros de Cura. No terceiro ano de projeto 16 oficinas foram destinadas apenas ao público jovem e em todo o projeto 49 oficinas foram realizadas para as 16 comunidades. O cenário foi mais positivo do que o esperado previamente, já que houve maior engajamento da sociedade e uma oficina a mais realizada.

Esse segundo objetivo também reforça a ideia de recursos humanos, com voluntários adicionais participando das inúmeras oficinas de cura. Demonstra principalmente a ideia de inclusão e futuro comum do projeto, ao colocar no mesmo espaço, ex-perpetradores, sobreviventes, espectadores, famílias, entre outros grupos inicialmente conflitantes na sociedade. Ao partilharem o mesmo espaço, conversarem, ouvirem e se entenderem reciprocamente, eles contribuem para a criação de um futuro comum onde não haverá ressentimento e ódio entre as partes.

Como há a participação ativa no projeto, seja nas oficinas ou como companheiros de cura, dos ex-perpetradores e outros atores envolvidos com a violência, pode-se presumir que os líderes e organizadores do HOC não os culpabilizaram pelo que ocorreu no passado. Demonstrando imparcialidade e desejo de contribuir para a reconciliação e inserção dessas pessoas na comunidade.



**Figura 44.** Participantes em um *workshop* de cura do trauma.



Fonte: extraído de Global Giving (c2022).

Objetivo 3: ampliar o papel dos jovens na promoção da coesão social através da integração de jovens em risco para os clubes de jovens, projetos de voluntariado e atividades de mídia social.

Antes desse projeto, eu não me considerava um ser humano, eu me isolei devido aos meus erros e a sociedade me rejeitou. Agora sou o líder do clube de jovens... e agora encontrei uma esposa. Sou casado! — *relato de um antigo jovem em risco do distrito de Kirehe* (KARUNA CENTER; USAID, 2019, p.14, tradução nossa).

Essa integração dos jovens foi orientada pela organização *Aegis Trust* que a cada ano do projeto os incentivou a promover a coesão social no país através de mensagens e serviços aos membros da comunidade. A princípio a organização escolheu oito jovens em cada comunidade (com algumas desistências posteriores o número total foi de 125 jovens ao longo do projeto) para liderar as principais atividades do projeto, esse grupo ficou conhecido como Campeões da Juventude. Eles receberam de cinco a seis dias de treinamento e durante esses encontros os jovens aprenderam sobre temas ligados a liderança, ao passado do genocídio, a práticas de paz, a violência, benevolência e orientação para guiar e facilitar os grupos. O propósito desses treinamentos era capacitar

os jovens para que se tornassem líderes e conseguissem resolver de forma pacífica os problemas de suas comunidades (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Com a orientação da *Aegis*, os Campeões da Juventude reuniram outros jovens da comunidade para participarem dos Clubes da Paz (ou Clube de Jovens). Alguns deles se reuniam mensalmente, já outros se reuniam em momentos específicos para planejar atividades. Possuíam de 20 a 30 ou até mesmo 60 membros e prezavam pela igualdade de gênero. A *Aegis Trust* apoiou as atividades dos jovens por meio de doações, acompanhamentos pessoais, aconselhamentos ou por telefones. Muitos clubes também se comprometeram a continuar ativos mesmo após o fim do projeto (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

No terceiro e último ano, o projeto deu maior ênfase a ideia de alcançar e transformar aqueles jovens que possuíam risco de serem recrutados para o extremismo violento. Para evitar essa situação, a *Aegis* recrutou esses jovens e trabalhou junto a eles para desenvolverem um comportamento mais social, atrelado a ideia de pertencimento, propósito e responsabilidade para com a sociedade. Entre os Campeões da Juventude, 30 eram jovens que anteriormente estavam em situação de risco, como aqueles que vieram da prisão, que viviam nas ruas, que estavam envolvidos em crime de roubo e drogas ou que estavam afastados de suas famílias e comunidades (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Após o treinamento para se tornarem Campeões da Juventude, muitos demonstraram entusiasmo com a possibilidade de se redimirem e ajudarem outros jovens. Esses campeões em antiga situação de risco recrutaram outros jovens também em situação de risco para participarem dos Clubes de Jovens e no total pelo menos 225 jovens dessa categoria transformaram suas vidas. No final do projeto, um número substancial deles relataram ter se reconciliado com suas famílias, ter construído uma melhor relação com vizinhos, ter ganhado responsabilidade das autoridades locais, ter parado de usar drogas e ter superado o sentimento de vergonha e isolamento, cultivando um maior pertencimento a sua comunidade (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

**Figura 45.** Plano de gerenciamento e desempenho das iniciativas dos jovens.

		Planned	Actual
Year 3 3.1	Number of new at-risk Youth Champions trained and integrated into Youth Clubs	32	30
Year 3 3.4	Number of additional at-risk youth involved in project activities	168	195
Year 3 3.7	Percentage of adult program participants who see at-risk youth as contributors to their community	80%	80% <sup>3</sup>

Fonte: extraído de Karuna Center e USAID (2019, p.15).

A figura indica que no terceiro ano, 30 jovens em risco foram treinados e então integrados aos Campeões da Juventude e 195 jovens dessa categoria se envolveram com projetos e atividades. Tais dados contribuíram para que 80% dos participantes adultos de outras categorias do projeto acreditassem que esse grupo contribui significativamente para a sociedade.

No geral, todos os Clubes de Jovens estabelecidos ao longo dos três anos surpreenderam positivamente a organização: ela previa a realização de 64 projetos e no fim foram realizados 408, indicando um alto engajamento desse grupo com a iniciativa. Os Clubes realizaram diversos projetos e serviços para pessoas vulneráveis em suas comunidades, como construção de casas e hortas, fabricação de materiais de construção, construção de latrinas, limpeza de matos e lotes, conserto de pontes, ajuda na lavoura, arrecadação de fundos para alimentação e cuidados médicos, criação de animais destinados a famílias carentes, entre outras (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Devido as poucas doações destinadas ao projeto, os jovens apoiaram e realizaram essas atividades com seus próprios recursos. Para adquiri-los, eles angariavam fundos de outras comunidades, criavam pequenos animais com fins lucrativos e também administravam pequenos negócios, como táxis e locação de bicicletas. Para auxiliar em sua própria sustentação, muitos dos jovens adotaram os animais criados pelo clube ou então criaram um sistema de poupança distribuído entre os membros para ajudá-los a melhorar os seus padrões de vida (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

**Figura 46.** Participantes do Clube de Jovens.



Fonte: extraído de Karuna Center (c2022).

Para além das atividades tradicionais, a *Aegis Trust* mobilizou vários jovens participantes através de meios de comunicação, cinema e fotos. Essas iniciativas centraram-se na realização de curtas-metragens e na gravação de histórias de diversas pessoas da comunidade. No total, 52 jovens aprenderam sobre a arte do cinema e a instrução ocorreu em oficinas e nas próprias comunidades. Os participantes também adquiriram certa sensibilidade ao usar as lentes para abordar e contar histórias. Os jovens efetuaram todo o processo, desde a coleta e gravação dos vídeos, até a edição e preparação dos mesmos. No fim, foram elaborados 16 curtas, estes foram exibidos nas comunidades e posteriormente postados no YouTube. Também foram obtidas histórias para serem compartilhadas em formato de áudio (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

**Figura 47.** Jovens aprendendo mais sobre cinema e comunicação com o Aegis.



Fonte: extraído de Karuna Center (c2022).

Essa vertente do projeto voltado para os jovens indica tanto a inclusão de todos os grupos da comunidade quanto a perspectiva de um futuro comum em Ruanda. Os jovens não participaram ativamente do genocídio de 1994, mas acabaram se envolvendo na narrativa violenta do seu país. A inclusão dos mesmos no projeto é significativa, pois permite que eles tenham melhores relações com os adultos que vivenciaram o evento violento. Como são a maioria da população, eles também podem exercer no futuro um papel significativo de líderes em suas próprias comunidades. Logo, os treinando e os engajando em projetos de cura e reconciliação, os idealizadores do projeto visam um futuro onde esse grupo ajudará Ruanda a se tornar um local pacífico e harmônico para as partes.

Objetivo 4: criar oportunidades para que as comunidades locais se comuniquem com os funcionários do governo para conversarem sobre as principais barreiras e oportunidades para a coesão social.

Essa atividade também foi realizada pelos Clubes de Diálogos, logo organizada pelo IRDP. Além dos encontros e discussões quinzenais tradicionais, os grupos

defendiam e conversavam sobre temas de cura e reconciliação com os funcionários do governo. Nos primeiros anos, os representantes dos Clubes de Diálogo se reuniam com os líderes locais aproximadamente três vezes por ano, no terceiro e último ano, quando o projeto já estava consolidado os encontros eram realizados com oficiais das regiões e distritos ou com o prefeito e vice-prefeito (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Nessas reuniões realizadas com oficiais, os representantes dos Clubes apresentavam as principais barreiras à coesão social identificadas pela comunidade. Também era comum que mostrassem um resumo das discussões efetuadas nos clubes, permitindo que os funcionários da sociedade civil estivessem a par da situação, formulando comentários, recomendações e pontos para discussão. Na prática, esses líderes eram bastante engajados e participavam ativamente dos encontros, reconhecendo pedidos, dando opiniões e informando os participantes sobre leis, políticas ou práticas que auxiliassem a resolver algum conflito (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Esses líderes tendiam a expressar sua positividade com o projeto, ressaltando o quão importante ele era para resolver os problemas da comunidade e o quanto ajudavam e facilitavam o trabalho do governo. Alguns inclusive se comprometiam a ajudar os participantes a instituírem as mesmas atividades em setores e distritos vizinhos. Por fim, para alcançar o objetivo estabelecido, a IRDP convocou anualmente uma ‘Sessão Nacional de Escuta’, nessa iniciativa, membros e líderes dos Campeões da Juventude, Companheiros de Cura e facilitadores se reuniam para trocar experiências e ideias sobre o projeto e para conhecer autoridades nacionais (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

**Figura 48.** Plano de gerenciamento e desempenho das iniciativas de teor governamental.

		Planned	Actual
Year 1-2 and 3 4.1	Number of meetings between participants and local government officials	80	80
Year 1-2 and 3 4.2	Number of listening sessions with national-government officials, civil society, and INGOs	3	3

Fonte: extraído de Karuna Center e USAID (2018, p.15).

A figura indica que ao longo dos três anos de HOC, 80 reuniões entre participantes do projeto e oficiais do governo foram realizadas, bem como três sessões de escuta, incluindo oficiais do governo, da sociedade civil e de organizações não governamentais. Ambos cumpridos conforme o planejado.

Esse objetivo também se relaciona com o âmbito da inclusão e do futuro comum. A construção da paz, a cura do trauma e a reconciliação não podem acontecer separados da esfera política e social, portanto quando o projeto conecta cidadãos comuns com políticos e líderes nacionais e regionais ele permite que esses temas sejam incluídos e valorizados ao nível local. Significando talvez mais financiamento e reconhecimento para projetos locais e até internacionais no futuro do país.

Objetivo 5: ampliar a conscientização dos ruandeses quanto a abordagens eficazes de cura e reconciliação através de atividades realizadas no rádio e na televisão em oito distritos nacionais.

No terceiro e último ano do HOC, a equipe resolveu criar produtos de mídia para compartilhar as lições e histórias do projeto para um público mais amplo de Ruanda, dessa ideia surgiram o documentário e os programas de rádio. O documentário intitulado *Healing Our Community* possui 30 minutos e conta as histórias e transformações de três participantes do projeto (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

A primeira história se passa no distrito de Nyamasheke e mostra a jornada de Barnabé, um jovem que tenta entender e conviver com o seu pai, um ex-perpetrador do genocídio que voltou para casa após ficar anos encarcerado. O parentesco com uma pessoa que praticou o genocídio tem fortes efeitos na identidade e interação do Barnabé com sua comunidade.

*O workshop me ajudou socialmente, depois do workshop foi fácil para eu conviver diariamente com meus amigos e familiares. Tornei-me mais aberto a compartilhar meu testemunho com outras pessoas — Nzabamwita Barnabé. Participante do projeto (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).*

*O workshop do Aegis Trust teve um grande impacto, pois melhorou a situação entre mim e meu filho. Ele ficou mais confortável comigo, e passou a ser mais fácil para ele interagir com seus amigos sem se sentir envergonhado — Vincent Maso. Pai de Barnabé e ex-perpetrador do genocídio (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).*

*Barnabé agora está confortável com seu pai, ele o ajuda a cuidar das vacas e de outras tarefas domésticas — Laurence Mukanyigirinti. Mãe de Barnabé (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).*

**Figura 49.** Barnabé e sua família após sua participação nas oficinas do *Aegis Trust*.



Fonte: extraído do documentário *Healing Our Communities* no YouTube (2019).

A segunda história acontece no distrito de Gakenke dando visibilidade a história de Mujawamariya, uma sobrevivente do genocídio. Ela era uma facilitadora em um dos Clubes de Diálogos e o trauma e a dor advindos do genocídio fez com que ela recusasse o desejo de sua filha de se casar com o filho do homem que matou a sua família em 1994. Tais repercussões a princípio prejudicaram a relação com sua filha e a sua reconciliação com o perpetrador.

Eu estava com raiva daqueles que cometeram genocídio. Eu não queria cruzar o caminho deles. Eu não queria fazer nada com eles. Eu tive um trauma sério — *Mujawamariya. Sobrevivente do Genocídio* (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).

Fiquei aliviada, Gahamanyi e eu estamos unidos agora. Por exemplo, quando estamos na época de colheita, ele vem com a esposa me ajudar. Além disso, da minha parte, quando tenho muitos alimentos ou colheitas sobrando, sempre compartilho com eles — *Mujawamariya. Sobrevivente do Genocídio* (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).

O diálogo que me chamou a atenção durante o *workshop* do IRDP foi sobre o comportamento dos ruandeses após o genocídio. Fiquei muito preocupada com esse diálogo porque me fez perceber como a tristeza não estava me fazendo bem. Eu precisava mudar para minha própria sanidade, pela minha família e pelo meu país — *Mujawamariya. Sobrevivente do Genocídio* (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).



**Figura 50.** Mujawamariya cumprimentando Gahamanyi e sua esposa.



my mum changed for good due to IRDP's workshop session,  
she even decided to apologize to me and Gahamanyi's family

Fonte: extraído do documentário Healing Our Communities no YouTube (2019).

A terceira e última história dá visibilidade ao distrito de Bugesera onde um homem sobrevivente do genocídio se tornou incapaz de estar perto das pessoas de sua comunidade. Ele estava disposto a pedalar longas distâncias para não ter que compartilhar o transporte público com outros indivíduos. Sua participação nas oficinas da HROC o ajudou a entender o trauma e os efeitos dele em sua vida.

Essas sessões com o HROC me transformaram para sempre, pois passei a analisar e aprender mais sobre minha personalidade, também percebi estar traumatizado, o que me ajudou a perdoar aqueles que mataram minha família. Percebi que o perdão é a chave que ajuda a superar os traumas. Aquelas pessoas com as quais eu costumava me assustar agora são minhas amigas. Sou pregador e cantor na igreja. Estou mais aberto e confortável com os outros — *Faustin Mumporeze. Sobrevivente do Genocídio* (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).

Os *workshops* do HROC tiveram grande impacto nas minhas mudanças positivas. Eu recomendaria para aqueles que cometeram genocídio, eles têm sérios problemas de trauma, eles realmente precisam de ajuda, pois também são ruandeses. Se eles conseguirem visibilidade com essas sessões, seus problemas de trauma também desaparecerão. Para os jovens também, eu os aconselharia a serem mais patrióticos — *Faustin Mumporeze. Sobrevivente do Genocídio* (KARUNA CENTER, 2019, tradução nossa).

**Figura 51.** Faustin participando das oficinas ministradas pelo HROC.



Fonte: extraído do documentário *Healing Our Communities* no YouTube (2019).

O documentário foi divulgado no Facebook, Twitter e nas propagandas da TV ruandesa e após o seu lançamento foi ao ar na TV Ruanda por três noites de sábado. O filme também foi divulgado em uma palestra mensal realizada pela IRDP, em um fórum comunitário dos escritórios do *Karuna Center* nos Estados Unidos e na terceira Sessão Nacional de Escuta. O documentário foi realizado por profissionais, mas recebeu apoio dos jovens treinados em cinema pelo *Aegis Trust*. Posteriormente, foi publicado na página do YouTube do *Aegis Trust* e *Karuna Center for Peacebuilding* (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Outra iniciativa midiática foi conduzida pelo IRDP e *Aegis Trust* que planejaram e realizaram uma série de programas de rádio abordando temas como conscientização, cura de traumas e reconciliação. Os shows eram transmitidos ao nível nacional e à medida que eram finalizados aumentavam a visibilidade e a promoção social dos projetos nas comunidades (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Essa iniciativa midiática também visa a inclusão, não só a local como também a internacional. O documentário e outras iniciativas possuem importância, pois atingiram aquele público ruandês que não participou do projeto. Mesmo não tendo o mesmo conhecimento e treinamento que os participantes do HOC, essas iniciativas podem

auxiliar e até mesmo informar os cidadãos sobre temas os relativos à cura e reconciliação. É também significativo, pois permite que um público internacional conheça mais sobre o HOC, Ruanda, as organizações envolvidas e os temas abordados no documentário.

Para finalizar a seção, é válido ressaltar que o projeto *Healing Our Communities* adotou uma abordagem multifacetada e comunitária para a reconciliação. Sua ideia era preparar os membros da comunidade para servirem como ponte e facilitadores da cura e da reconciliação na sociedade. A premissa do projeto prezava pela importância de cada atividade, mas ressaltava que a combinação de todas elas tornava a intervenção ainda mais importante. A experiência de participar de inúmeras iniciativas, de aprofundar os vínculos com outros indivíduos, compreendendo sua história e seu sofrimento tornou os participantes mais empáticos, participativos e dispostos (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

### **3.3.2.2 Os resultados e lições aprendidas com o programa**

De modo a verificar se o HOC atingiu suas principais metas, foram coletados dados dos participantes antes e depois da implementação do projeto. Para avaliar o potencial das atividades em realizar mudanças, uma variedade de resultados, ligados aos objetivos de coesão social, cura de traumas, diálogos e comunicação, também foram examinados. As pesquisas foram direcionadas a pessoas que faziam parte dos três programas implementados, clubes de diálogos, oficinas de cura do trauma e clubes jovens. Os dados foram coletados dos participantes por meio de entrevistas presenciais, onde o entrevistador leu as perguntas da pesquisa em voz alta e forneceu aos participantes escalas de pontuação com as quais eles poderiam indicar a sua resposta (TROPP; BILALI, 2019).

Essa metodologia adotada na entrevista foi utilizada para garantir que todos os participantes, independente de escolaridade ou nível de alfabetização, conseguissem responder às questões semelhantemente. O objetivo era coletar as respostas do maior número possível de pessoas do programa, o resultado foi 150 indivíduos que responderam à pesquisa antes da sua participação e após a sua participação (pré e pós-pesquisa). Foram 32 indivíduos da categoria de clubes de diálogos, 64 das oficinas de cura e 54 pessoas dos clubes de jovens, a idade dos participantes variou de 27 a 63 anos (TROPP; BILALI, 2019).

Os resultados foram divididos em dois conjuntos de indicadores de avaliação. O primeiro avaliou a percepção dos participantes sobre os ruandeses em geral, sem especificar grupos, chamados de Indicadores Gerais. O segundo examinou as atitudes e percepções dos participantes em relação aos grupos dos sobreviventes, perpetradores, espectadores<sup>39</sup>, socorristas<sup>40</sup> e refugiados<sup>41</sup> do genocídio, intitulado de Indicadores de Grupos (TROPP; BILALI, 2019).

Os indicadores gerais mediram quatro elementos, confiança nos outros, disposição para ajudar o próximo, abertura a escutar e compreender outros pontos de vista e sofrimento pessoal. Em relação à confiança:

Esse indicativo examinou o grau com que os entrevistados concordaram com a fala “a maioria das pessoas em Ruanda é confiável”. Esse item foi pontuado de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente), com as pontuações mais altas correspondendo a maiores níveis de confiança dos participantes (TROPP; BILALI, 2019).

**Figura 52.** Resultados do indicativo de confiança.

<b>Program Group</b>	<b>Mean Score – Pre-Survey</b>	<b>Mean Score – Post-Survey</b>	<b>Significance Test</b>
Dialogue Facilitators	3.86	5.38	$t = -5.71, p < .001$
Healing Companions	4.19	5.64	$t = -10.46, p < .001$
Youth Champions	4.82	5.32	$t = -2.48, p < .05$

Fonte: extraído de Tropp e Bilali (2019, p.05).

A figura indica que todos os três programas relataram níveis de confiança significativamente mais altos nas pós-pesquisas do que nas pré-pesquisas, sugerindo que os participantes aumentaram a confiança para com outros ruandeses durante a sua

<sup>39</sup> Os espectadores do genocídio são aquelas pessoas que vivenciaram as atrocidades de 1994 e não fizeram nada para ajudar as vítimas.

<sup>40</sup> Os socorristas são aquelas pessoas que durante e após o genocídio buscaram ajudar o maior número de pessoas.

<sup>41</sup> Os refugiados, ou também chamados de ‘retornados’ pelo relatório, são pessoas que fugiram de Ruanda durante o genocídio e retornaram ao país logo após o fim da violência.

participação no HOC. Mesmo com o aumento significativo em todas as categorias, fica claro o fato de os jovens já possuírem uma maior confiança nos ruandeses antes de suas participações no projeto (TROPP; BILALI, 2019). No que tange à disposição para ajudar o próximo:

O indicador analisou o grau com que os entrevistados concordaram com a seguinte afirmação “as pessoas estão geralmente dispostas a ajudar umas às outras em Ruanda”. Foi pontuada em uma escala de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente), sendo as pontuações mais altas relativas a maiores crenças de que as pessoas estão dispostas a ajudar os outros (TROPP; BILALI, 2019).

**Figura 53.** Resultados do indicativo de disposição.

<b>Program Group</b>	<b>Mean Score – Pre-Survey</b>	<b>Mean Score – Post-Survey</b>	<b>Significance Test</b>
Dialogue Facilitators	4.28	5.59	$t = -5.07, p < .001$
Healing Companions	4.34	5.72	$t = -7.60, p < .001$
Youth Champions	4.89	5.67	$t = -6.82, p < .001$

Fonte: extraído de Tropp e Bilali (2019, p.05).

Percebe-se um aumento das pré-pesquisas para as pós-pesquisas na crença de que os ruandeses estão dispostos a ajudar os outros, sinalizando um crescimento desse sentimento ao participarem do programa. Assim como o indicativo anterior, os jovens já começaram com uma maior pontuação e se destacaram também pela pontuação final. Referente a escutar e compreender outros pontos de vista:

Esse indicativo examinou o quanto os entrevistados concordaram com a ideia de que “se as pessoas têm pontos de vista diferentes para dar, elas devem conseguir expressar essas opiniões”. Também foi pontuado em uma escala de 1 a 6, com a maior numeração indicando maior abertura dos participantes a outros pontos de vista (TROPP; BILALI, 2019).

**Figura 54.** Resultados do indicativo de abertura.

Program Group	Mean Score – Pre-Survey	Mean Score – Post-Survey	Significance Test
Dialogue Facilitators	5.55	6.00	$t = -2.10, p < .05$
Healing Companions	5.51	5.96	$t = -3.59, p < .001$
Youth Champions	5.00	6.00	$t = -3.96, p < .001$

Fonte: extraído de Tropp e Bilali (2019, p.05).

O resultado desse indicativo segue o mesmo padrão, demonstrando uma maior abertura a outros pontos de vistas após a participação no projeto. A diferença se dá no grupo de jovens que teve a menor pontuação pré-pesquisa dos três programas. Como as pontuações iniciais já eram razoavelmente altas, houve um aumento, mas poucos participantes mostraram maior abertura a pontos de vistas além que o demonstrado previamente (TROPP; BILALI, 2019). Por fim, o indicativo de sofrimento pessoal:

Esse mediu o índice de sofrimento pessoal dos participantes por meio de quatro perguntas relevantes. Eles deveriam pensar em como estavam se sentindo ultimamente e em seguida responder a quatro itens que avaliavam este sofrimento em sintomas associados a ansiedade e depressão. As perguntas eram: “quanto você se sentiu com medo, com ansiedade ou com raiva sem saber o porquê?”, “quanto você perdeu o sono em função da preocupação?”, “quanto você sentiu que não conseguia superar as dificuldades de sua vida?” e “quanto você tem se sentido infeliz ou deprimido?”. Essas perguntas foram pontuadas em uma escala de 1 (nada) a 5 (muito), sendo altas pontuações refletindo maiores níveis de sofrimento pessoal (TROPP; BILALI, 2019).

**Figura 55.** Resultados do indicativo de sofrimento.

Program Group	Mean Score – Pre-Survey	Mean Score – Post-Survey	Significance Test
Dialogue Facilitators	2.40	1.22	$t = 6.68, p < .001$
Healing Companions	2.80	1.43	$t = 8.19, p < .001$
Youth Champions	2.86	1.09	$t = 12.65, p < .001$

Fonte: extraído de Tropp e Bilali (2019, p.07).

Os níveis de sofrimento eram razoavelmente altos antes do início do projeto, principalmente entre jovens, em contraponto nas pós-pesquisas os níveis reduziram significativamente. Ou seja, para os três programas, os sintomas relacionados ao sofrimento pessoal diminuíram ao longo do projeto, principalmente para os jovens que iniciaram com a maior pontuação e terminaram com a menor. Em suma, é possível dizer que às três divisões do HOC apresentaram melhoras e resultados positivos no âmbito de disposição, abertura, compreensão e sofrimento, significando que o projeto foi positivo para os participantes nesses aspectos.

Outro grupo de indicadores são os de grupos que mediram quatro elementos, confiança em grupos específicos, disposição para se comunicar sobre o conflito, disposição para integração social e prontidão para reconciliação com diferentes grupos. Vale lembrar que pouco mais da metade dos participantes adultos, dos clubes de diálogos ou das oficinas de cura, eram sobreviventes do genocídio, portanto análises adicionais foram feitas a esse grupo, de modo a melhor entender como a participação no programa afetou ou não os sentimentos em relação a grupos distintos em Ruanda (TROPP; BILALI, 2019).

Em conjunto com as perguntas de confiança dos indicadores gerais, uma série de indagações foram realizadas aos participantes para entender se eles sentiam que “podiam confiar na maioria das pessoas que” fossem sobreviventes do genocídio, perpetradores, espectadores, socorristas e refugiados que retornaram após o genocídio (TROPP; BILALI, 2019).

**Figura 56.** Resultados do indicativo de confiança em grupos específicos.

Trust in	Mean Score – Pre-Survey	Mean Score – Post-Survey	Significance Test
Perpetrators	3.44	5.33	$t = -7.60, p < .001$
Bystanders	3.89	5.50	$t = -5.92, p < .001$
Rescuers	5.53	5.88	$t = -1.73, p = .09$
Returnees	5.33	5.75	$t = -2.17, p < .05$
Survivors	5.31	5.82	$t = -3.01, p < .01$

Fonte: extraído de Tropp e Bilali (2019, p.08).

Os resultados indicam que os sobreviventes participantes eram menos propensos, antes do programa, a confiar nos perpetradores e nos espectadores do genocídio. Houve uma mudança no cenário pós-pesquisa, indicando que os sentimentos de confiança dos sobreviventes cresceram em relação a cada grupo ao longo de sua participação no programa, com pouco crescimento no grupo de socorristas que já apresentava alta participação nas pré-pesquisas. Em relação a disposição para se comunicar sobre o conflito:

Três perguntas adicionais buscavam entender o quanto os participantes estavam inclinados a se comunicar sobre o conflito. Eles deveriam responder se estavam, “dispostos a compartilhar experiências pessoais de conflito”, “se estariam sujeitos a ouvir as histórias de conflito em Ruanda” e “se conseguiriam ter discussões sérias e abertas sobre o conflito”. Todas as perguntas faziam referência aos cinco grupos, sendo pontuados em uma escala de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente), sendo as altas pontuações relativas a maior disposição para se comunicar sobre o conflito com as pessoas indicadas (TROPP; BILALI, 2019).

**Figura 57.** Resultados do indicativo de disposição sobre o conflito:

<b>Willingness to Communicate with</b>	<b>Mean Score – Pre-Survey</b>	<b>Mean Score – Post-Survey</b>	<b>Significance Test</b>
Perpetrators	4.16	5.60	$t = -5.68, p < .001$
Bystanders	4.60	5.80	$t = -5.15, p < .001$
Rescuers	5.66	5.94	$t = -2.22, p < .05$
Returnees	5.64	5.92	$t = -2.06, p < .05$
Survivors	5.88	5.99	$t = -2.20, p < .05$

Fonte: extraído de Tropp e Bilali (2019, p.09).

As constatações são semelhantes ao indicativo anterior, tendo os resultados pré-pesquisa sugerindo que os sobreviventes estavam menos dispostos a se comunicar sobre o conflito com os perpetradores e os espectadores em comparação aos socorristas, refugiados e outros sobreviventes. No fim, os sobreviventes estavam mais dispostos a se comunicar e se engajar sobre o tema do conflito com todos os grupos envolvidos. O terceiro indicativo de integração social:



Aqui doze perguntas foram feitas aos participantes para entender se estavam predispostos a interagir com pessoas de cada um dos cinco grupos diferentes em várias esferas da sociedade. A exemplo de: disposição para pedir um favor, tê-los como amigos, juntar-se a uma associação com eles, participar da mesma igreja, estar presente nas mesmas comemorações e festas, trabalhar com eles, casar-se com eles, deixar um parente próximo casar-se com eles, deixar seu filho sob cuidados deles, ajudar com dinheiro, receber apoio financeiro, usar um serviço deles, e emprestar uma ferramenta ou prestar um serviço a eles. Esses itens foram pontuados em uma escala de 1 (nada) a 5 (muito), sendo as maiores pontuações uma maior disposição para integração social (TROPP; BILALI, 2019).

**Figura 58.** Resultados do indicativo de disposição para interagir com as pessoas.

<b>Willingness for Integration with</b>	<b>Mean Score – Pre-Survey</b>	<b>Mean Score – Post-Survey</b>	<b>Significance Test</b>
Perpetrators	3.95	4.76	$t = -5.42, p < .001$
Bystanders	3.99	4.88	$t = -5.77, p < .001$
Rescuers	4.88	4.99	$t = -1.93, p = .06$
Returnees	4.75	4.95	$t = -3.10, p < .01$
Survivors	4.83	5.00	$t = -3.46, p < .001$

Fonte: extraído de Tropp e Bilali (2019, p.10).

As tendências acima seguem um padrão semelhante e indicam que os sobreviventes também se mostravam menos dispostos a se integrarem com os perpetradores e espectadores. Em contraponto, indicavam maior disposição a interagirem com os socorristas, algo que também aconteceu com os outros grupos no fim da pesquisa. O último indicativo diz respeito a reconciliação com diferentes grupos:

A ideia era medir o quanto os participantes acreditavam que as pessoas de cada um dos cinco grupos diferentes estavam “comprometidas a trabalhar pela reconciliação em Ruanda”. Novamente, as respostas foram pontuadas em uma escala entre 1 (nada) e 5 (muito), com altas pontuações indicando maior prontidão das pessoas para com o processo de reconciliação (TROPP; BILALI, 2019).

**Figura 59.** Resultados do indicativo de reconciliação.

<b>Perceived Readiness for Reconciliation among</b>	<b>Mean Score – Pre-Survey</b>	<b>Mean Score – Post-Survey</b>	<b>Significance Test</b>
Perpetrators	4.28	4.91	$t = -3.93, p < .001$
Bystanders	4.48	4.95	$t = -2.96, p < .01$
Rescuers	4.93	5.00	$t = -1.78, p = .08$
Returnees	4.88	4.98	$t = -1.67, p = .10$
Survivors	4.75	4.95	$t = -2.15, p < .05$

Fonte: extraído de Tropp e Bilali (2019, p.10).

Os participantes antes da pesquisa não acreditavam que os perpetradores e os espectadores estavam de fato comprometidos com a reconciliação, porém os resultados pós-pesquisa sugerem que a crença sobre esse processo aumentou após a participação no programa. Os números ficaram bem altos, sendo a reconciliação para com os socorristas atingindo o valor máximo. Em suma, os indicadores específicos de grupos também apresentaram resultados positivos, com os participantes melhorando significativamente ao longo de sua participação no projeto.

Por último, é possível sintetizar os resultados do projeto *Healing Our Communities* conforme os três programas separadamente. No âmbito dos jovens, aproximadamente 1400 tiveram papéis importantes em atividades de coesão social, desse número sendo 225 jovens que se salvaram do recrutamento para o extremismo violento. Esse grupo realizou pelo menos 408 projetos que auxiliaram pessoas vulneráveis e contribuiu para o desenvolvimento e evolução das comunidades ruandesas. Como frisado anteriormente, esses jovens relataram maior vontade de confiar e ajudar pessoas diferentes deles, bem como maior reconhecimento de sua capacidade de assumir responsabilidade e contribuir para a vida da comunidade. Eles fortaleceram o trabalho em equipe e também o senso de união entre os ruandeses (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Ao longo do projeto, os jovens também apresentaram um maior desejo e habilidade de contribuir com a sociedade. Eles ganharam experiência em colaborar, construir e organizar atividades e aprenderam a produzir documentos, administrar finanças e atuar como empreendedores. Se tornaram mais confiantes ao falar com adultos

e participarem de fóruns e reuniões intergeracionais. Os jovens também relataram menos sintomas de trauma e depressão, melhorando o sono, a capacidade de concentração e a diminuição do medo e da raiva (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

No programa de cura de traumas, pelo menos 2.288 pessoas aprenderam sobre traumas e formas de apoiar as pessoas em sua comunidade, fosse do sofrimento decorrente da perda de familiares ou da culpa e vergonha sentida por perpetradores. Para muitos participantes envolvidos com as atividades, as experiências de cura do trauma foram transformadoras. Alguns superaram o isolamento e se uniram a membros da comunidade, já outros melhoram substancialmente o nível de tristeza, ansiedade, medo, raiva, insônia e impotência. Em casos ainda mais positivos, as pessoas perdoaram seus perpetradores e suas famílias, diminuindo o trauma e indo em direção a própria paz de espírito (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Provavelmente, o resultado mais significativo desse programa foi a criação e estabelecimento dos conselheiros, também conhecidos como Companheiros de Cura. Essas pessoas surgiram com o programa e continuaram atuando mesmo após a sua finalização. São importantes, pois após o treinamento e depois da experiência adquiridas elas conseguem apoiar famílias com dor, facilitar discussões, apoiar processos de reconciliação, mediar conflitos e também realizar treinamentos e oficinas de modo a multiplicar o impacto que outras pessoas possam ter na comunidade (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

As conquistas da área de diálogos se referem aos clubes de diálogos realizados quinzenalmente, com 720 participando anualmente, e aos diálogos intergeracionais. Esse último foi destaque para o projeto, pois permitiu que grupos de perpetradores, espectadores, sobreviventes, refugiados e socorristas pudessem se reunir, sentar-se juntos, e discutir tópicos sérios e importantes para Ruanda. Muitos desses participantes conseguiram superar seus medos e ainda relataram contentamento por poder confiar um no outro novamente. Essas conquistas obtidas também foram resultadas do estabelecimento de facilitadores que auxiliaram a comunidade durante os anos de realização de projetos (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Além dos resultados consideravelmente positivos expressados nas três categorias do HOC, é válido falar sobre as principais lições que as organizações aprenderam durante a conexão com o projeto.

Em conversas realizadas com o IRDP e os Facilitadores de Diálogo ficou claro que os clubes de diálogos conseguiram alcançar diversas qualidades, a exemplo de profundidade, riqueza e honestidade. A equipe que se envolveu com esse programa atribuiu esses resultados positivos a vários fatores, como o fato de os participantes terem reconhecido seu próprio trauma e o desejo dos mesmos de resolverem seus próprios conflitos para em seguida resolverem os conflitos de sua comunidade. Essa abordagem, de reconhecimento, empatia e sinceridade, foi algo que funcionou bem e que a equipe cogita adotar em programas futuros (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Com o grupo dos jovens, uma lição apreendida diz respeito as oficinas de cura do trauma. Muitas delas estavam disponíveis para eles e a participação dos mesmos foi significativo para a redução do estigma em torno do trauma transgeracional. Há a ideia de que a cura do trauma deve se concentrar apenas naquelas pessoas que vivenciaram o genocídio, porém os jovens demonstram o oposto ao possuírem bastante interesse em se envolverem com essa categoria de iniciativa. Essas oficinas são um complemento aos programas específicos dos jovens e os ajudam a identificar as emoções que sentem e a dificuldade que possuem ao falar sobre o genocídio com os pais e pessoas mais velhas (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Outra lição se refere ao *Twubakane Days* que se provou ser uma excelente iniciativa de diálogo honesto e direto entre as gerações. Também foi um mecanismo útil para unir todos as categorias do projeto, criar um relacionamento duradouro entre os participantes e atrair mais membros da comunidade para discussões relacionadas a cura e reconciliação. Por fim, a última lição diz respeito as iniciativas midiáticas realizadas pelos jovens, elas conseguiram engajar inúmeras pessoas, demonstrando o potencial que essas iniciativas possuem de gerar um amplo envolvimento da sociedade com o projeto (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Já é possível dizer pelos resultados acima que os indicadores do arcabouço analítico apresentaram resultados positivos. Principalmente, no que tange a inclusão de diversos grupos da sociedade no projeto e a vontade de todos eles de trabalharem juntos e construir coletivamente um futuro mais pacífico e harmônico do que foi nas últimas décadas em Ruanda.

### 3.3.2.3 Progresso inesperado e resultados não-alcanceados

O *Healing Our Communities* apresentou progresso inesperado e positivo em diversos aspectos. O primeiro foi com os jovens e a oficina de produção midiática. O planejamento inicial do *Aegis Trust* era treinar apenas 16 jovens em habilidades básicas de fotografia, filmagem e edição de vídeos, mas o resultado foi o treinamento de 52. Diante desse cenário, a organização ampliou a disponibilidade de equipamentos e forneceu mais treinamentos e apoio prático para que eles conseguissem realizar os curtas, no total 16 curtas sobre histórias de cura e reconciliação foram produzidos. Além disso, uma equipe de oito jovens treinados nessa iniciativa auxiliou os profissionais responsáveis pela execução do documentário (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

A outra vertente dos jovens, os clubes e os Campeões da Juventude, também surpreenderam a organização do projeto devido ao entusiasmo e disposição dos participantes em contribuir com a comunidade e liderar programas que exaltem a paz e a reconciliação. Os 16 clubes de jovens instituídos na primeira fase do HOC deveriam produzir um projeto cada, ao invés disso os jovens criaram 271 projetos, um número nunca imaginado pelos colaboradores. Da mesma forma, no último ano do projeto, foram criados 32 clubes e pelo menos 137 projetos, demonstrando um grande engajamento e interesse dos jovens pela participação e sucesso da iniciativa (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Os clubes de diálogos também representaram um progresso inesperado, pois se expandiram para além do mandato original. Muitos participantes apoiaram o projeto atuando como facilitadores, ou figuras de apoio para famílias, ou vizinhos em conflito, que precisavam de ajuda e buscavam perdão e informações sobre as vítimas do genocídio. Assim, os participantes engajados com os clubes auxiliaram essas pessoas e continuaram a ajudar a comunidade mesmo após o fim estabelecido do HOC (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Em relação aos resultados não alcançados, o primeiro diz respeito a iniciativa midiática do *Aegis Trust*, várias histórias foram lançadas em formato de áudio, podendo ser ouvidas e difundidas pelo telefone. No entanto, o número de histórias planejadas para essa plataforma, foi menor que o esperado, pois ela era realizada em parceria com o governo e empresas externas, fatores que representaram empecilhos para o produto final (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Outro problema se referiu a frequência com que ocorreram as reuniões dos clubes de diálogos nos dois primeiros anos. O planejado era que ocorressem a cada quinze dias, contudo os desafios organizacionais e a rotatividade e disponibilidade de pessoas causaram atrasos e reduziram o número total de reuniões, prejudicando o calendário definido previamente. As atividades dos clubes de diálogos ocorreram em todas as 16 comunidades, todavia o número total de sessões foi inferior à da primeira fase do projeto. Em contraponto, no terceiro e último ano esses problemas foram corrigidos e o calendário seguiu conforme planejado (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

Por último, o documentário do projeto foi visto em rede nacional, em reuniões privadas e depois disponibilizado no YouTube. Entretanto, ele não foi exibido separadamente nas 16 comunidades, pois a produção começou mais tarde do que o esperado, e o filme foi concluído após o período organizado para sua exibição (KARUNA CENTER; USAID, 2019). Percebe-se que os resultados não alcançados não prejudicaram a atuação e nem os participantes do projeto, estes se apresentaram mais como imprevistos que surgiram devido à atuação coletiva e burocrática. Esse elemento, em conjunto com o progresso e as lições aprendidas, serviram como *feedback* aos organizadores do HOC, indicando o que deve e não deve ser realizado em projetos semelhantes no futuro.

#### **3.3.2.4 Avaliação final do projeto e principais destaques**

Em suma, os resultados da pesquisa mostraram efeitos positivos do projeto em quase todos os indicadores de avaliação. Após a participação dos participantes nos três programas, eles se apresentaram com maior disposição para coesão e reconciliação social, fatores avaliados por meio da confiança, disposição em ajudar o próximo, e comprometimento com a união e reconstrução de relacionamentos. Estavam mais dispostos a dialogar e a se comunicar com membros de diferentes grupos externos. Também apresentaram diminuição do trauma através da avaliação do sofrimento psicológico (TROPP; BILALI, 2019).

Meses após o término do HOC, o *Karuna Center* retornou a Ruanda para analisar e acompanhar as principais comunidades que participaram do projeto e os destaques foram: os Clubes de Diálogos continuam existindo e funcionam independentemente, guiados apenas pelos facilitadores da comunidade anteriormente treinados pelo IRDP. Eles se reúnem mensalmente para falar sobre os impactos e consequências do genocídio

e sobre os principais problemas e adversidades da comunidade. Os Clubes de Jovens já envolveram mais de 1.400 jovens e continuam, mesmo depois do término do programa, a mobilizar jovens como voluntários, produtores de mídias e mediação de conflitos, para atividades futuras (KARUNA CENTER, c2022).

Os Companheiros de Cura também continuaram ativos na comunidade e estão constantemente ajudando as pessoas a se recuperarem dos traumas advindos do genocídio. Um exemplo desses companheiros é Marie Uwambaje e Boniface Twagiramungu, ela é sobrevivente do genocídio e ele um ex-perpetrador que ajudou a assassinar os filhos dela. Hoje já não existe ódio entre eles, e ambos trabalham juntos para curar e ajudar a sua comunidade (KARUNA CENTER, c2022).

**Figura 60.** Marie Uwambaje e Boniface Twagiramungu hoje reconciliados.



Fonte: extraído de Karuna Center (c2022).

Após os três anos de projeto existe hoje uma forte infraestrutura social para a paz e reconciliação nas 16 comunidades ruandesas. Ao envolver diferentes públicos e utilizar diversas abordagens, como o diálogo, a cura do trauma e o empoderamento de jovens, o *Healing Our Communities* produziu resultados consideráveis e transformativos para seus participantes (KARUNA CENTER, c2022).

É importante ressaltar que o projeto não funcionou apenas com parceiros locais, ele se baseou em programas já existentes dessas organizações. Portanto, o *Karuna Center* não inventou conceito de Companheiros de Cura, a organização ruandesa HROC o fez. Da mesma forma, a ONG estadunidense não teve a ideia dos clubes de diálogos ou dos Campeões da Juventude, estes foram responsabilidade do IRDP e do *Aegis*. O que o *Healing Our Communities* fez foi unir e ampliar as abordagens já existentes e comprovadas das três organizações de construção da paz. Logo, pode-se dizer que o foco do projeto na colaboração entre as ONGs e as redes coletivas envolvidas foi o que permitiu um grande impacto nas comunidades ruandesas (ANDERSON, 2022).

Por fim, essa seção discorreu a respeito do principal projeto de cura realizado pela organização *Karuna Center for Peacebuilding*, abaixo o mesmo é sumarizado através do arcabouço analítico proposto no capítulo 1. Mais considerações a respeito do HOC será feito nas considerações finais em conjunto com as informações obtidos do projeto do *Never Again Rwanda*.



**Tabela 5.** Arcabouço Analítico do projeto *Healing Our Communities*.

	<b>Recursos</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Reconhecimento</b>	<b>Futuro comum</b>
<b>Ruanda</b>				
<b>Karuna Center for Peacebuilding</b>	<p>No que tange aos recursos financeiros, o projeto foi financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e custou ao longo dos três anos 1.592.912 milhões de dólares.</p> <p>Em relação aos recursos humanos, 245 pessoas fixas, sendo elas funcionários pagos das quatro organizações e voluntários ruandeses se envolveram com os projetos. Se considerado as pessoas que participaram dos clubes e reuniões ao longo dos anos o número fica na casa dos milhares.</p> <p>Tais informações indicam a robustez e a complexidade do projeto. A grande quantidade de dinheiro investido e de pessoas envolvidas pode explicar os resultados positivos ao fim do projeto.</p>	<p>O projeto é inclusivo a todos os grupos da população ruandesa. Há o programa voltado apenas para os jovens, enquanto os diálogos e as oficinas de cura do trauma incluem homens, mulheres, sobreviventes, perpetradores, refugiados, espectadores, socorristas e também idosos. Os diálogos intergeracionais, por exemplo, reuniram todos esses grupos para uma maior inclusão e efetividade no projeto.</p>	<p>O projeto não culpa grupo algum pela violência passada, procura apenas oferecer oportunidades e espaços para que as pessoas se curem e se reconciliem. Os perpetradores e espectadores do genocídio, por exemplo, estão muito presente no projeto e em momento algum foram culpabilizados, inclusive alguns deles foram escolhidos como líderes (facilitadores e companheiros de cura) de suas comunidades.</p>	<p>A visão do projeto é ancorada na ideia de que Ruanda apenas melhorará e se tornará uma sociedade mais resiliente caso as pessoas lidem com os problemas futuros e as consequências do genocídio através do diálogo e das atividades colaborativas.</p> <p>Logo, é possível dizer que o projeto através da realização de atividades e reuniões coletivas, como os clubes de diálogos e de jovens, as oficinas de cura e os diálogos intergeracionais, visa um futuro comum, pacífico e autossustentável para os cidadãos ruandeses.</p>

Fonte: autoria própria (2022).

É importante lembrar que as informações sobre os recursos financeiros e humanos do projeto não foram encontradas nos relatórios e sites oficiais disponibilizados pela organização. Aqui também foi feito um contato direto via e-mail com a organização, *Karuna Center*, e por meio dele foi disponibilizado as informações relativas ao orçamento e as pessoas envolvidas no projeto.

Esse capítulo apresentou e deu visibilidade a dois projetos de cura societal implementados em Ruanda. O primeiro foi uma iniciativa de uma ONG local denominada *Never Again Rwanda* e o segundo da organização internacional estadunidense *Karuna Center for Peacebuilding*, realizada em conjunto com outras três organizações. Ambos os projetos priorizaram a cura e a reconciliação dos ruandeses e suas atividades foram constituídas de modo a garantir que as pessoas tivessem um espaço seguro para se curarem, dialogarem, trocarem experiências e receberem apoio psicológico e social.

O diferencial desses projetos foram os anos de implementação. Há inúmeras iniciativas de cura em Ruanda, sejam elas governamentais ou não-governamentais, contudo, em função da falta de recursos, financeiros e humanos, ou do desinteresse, muitas dessas atividades são efêmeras e duram poucos dias ou semanas, não apresentando resultados a longo prazo para a população. Já o projeto do *Never Again* durou quatro anos e do *Karuna* três anos, períodos significativos que permitem a implementação de um programa que apresente resultados transformadores a longo prazo. Um maior acompanhamento e maior suporte as comunidades ruandesas garante um processo de cura e reconciliação que seja efetivo e que traga mais resultados negativos do que positivos a sociedade.

Mesmo com imprevistos, dificuldades e desafios enfrentados por essas organizações, o saldo final desses dois projetos foi positivo para os ruandeses. É possível observar a diferença no começo e no final do programa. Eles criaram nos participantes um senso de empoderamento, união e desejo de construir a paz e de se reconciliar com as pessoas da comunidade. Os projetos já foram finalizados, mas aqueles que participaram deles continuam até hoje se engajando com a sociedade e criando iniciativas para auxiliar as pessoas mais vulneráveis na própria comunidade.

Por fim, é significativo lembrar que ambos os projetos tiveram financiamentos milionários, principalmente o *Never Again Rwanda* que possuiu um orçamento de quase sete milhões de dólares. É possível presumir que ambos os programas tiveram bons resultados e um significativo impacto na sociedade ruandesa em função de terem sido projetos de longa data, com muitos funcionários e voluntários e principalmente com uma alta contribuição financeira. Porém, essa não é a realidade de intervenções de cura, trauma e reconciliação. Elas tendem a ser menores e com baixo ou quase nenhum financiamento. Talvez os altos valores investidos e a demora em mensurar os resultados práticos sejam fatores que assustam os investidores para esse tipo de projeto. Contudo, esses dois

programas analisados são significativos, pois trouxeram bons resultados a Ruanda e podem também inspirar outros atores e organizações a reproduzir projetos semelhantes no país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa dissertação deu visibilidade ao tema da cura do trauma em intervenções pós-conflito. Após um conflito armado ou guerra, ocorre o processo de construção da paz realizado de modo a trazer normalidade, estabilidade e paz sustentável a uma região. A pesquisa ressaltou a importância de projetos de cura do trauma serem realizados no mesmo momento em que as atividades prioritárias da construção da paz. Todavia, essa valorização da saúde mental e do trauma enfrenta dificuldades em abordagens tradicionais da construção da paz, a exemplo da ONU, pois é negligenciada, pouco valorizada e ainda menos financiada.

Em contraponto, diante de outros atores como organizações internacionais e ONGs regionais, essa intervenção de cura recebe visibilidade com as pesquisas e projetos práticos realizados para a população. Eles fazem a diferença na vida dos seus participantes, contudo não conseguem ir além dos objetivos e metas previamente definidos, em função de falta de recursos financeiros e humanos. Entende-se que um indivíduo que vive com trauma não consegue ter uma vida normal e saudável a curto e longo prazo, devido a problemas como transtornos mentais, depressão, ansiedade, estresse, isolamento, entre outros. Esse fato se torna ainda mais difícil de solucionar quando o trauma não diz respeito a apenas uma pessoa e sim a toda uma sociedade traumatizada.

Se uma população de um país vivenciou junto um evento traumático, a exemplo de um genocídio, é provável que todos fiquem traumatizados. Mas não somente aqueles que vivenciaram o evento diretamente, como também os seus descendentes, a exemplo do trauma transgeracional. Esse cenário exige a realização da cura societal, que é bem mais complexa do que apenas a terapia individual. A cura societal envolve a cura de todas aquelas pessoas traumatizadas, envolve perdão coletivo, construção e reconstrução de relacionamentos a exemplo da reconciliação, e também segurança, sendo ela alimentar, física, de subsistência até a emocional e psicológica.

Para esse processo ser colocado em prática é necessário financiamento e também um projeto estruturado a longo prazo, logo as intervenções realizadas com esse objetivo devem ter altos recursos financeiros e humanos para serem aplicados, bem como vários anos de ordenamento e acompanhamento para garantir que a cura aconteça. Tais fatores, por exemplo, podem assustar e desencorajar apoiadores e financiadores para projetos, não porque não são necessários e sim porque são programas caros que não possuem resultados imediatos. Muitos doadores de iniciativas de construção da paz querem ver, de forma tangível, o resultado prático de seu apoio, significando que nem sempre estão dispostos a esperar anos para ver algo acontecer.

Talvez essa falta de visibilidade e apoio a projetos de cura do trauma vem justamente da falta de informação e conhecimento sobre a saúde mental e sua relação com a construção e desenvolvimento da paz, sendo este um motivo a mais para dar destaque a essa temática. Mesmo que o processo de cura leve meses, anos e até décadas, se considerando como um processo contínuo e difícil, ele continua exercendo grande influência na reconstrução de uma sociedade pós-conflito. Ficou claro as inúmeras consequências que podem surgir de um trauma não-curado, consequências essas que facilitam a recorrência de violência, por este motivo o tema não deve ser colocado em segundo plano.

Indagações surgirão sobre a verdadeira efetividade da cura do trauma, e de fato talvez não exista uma cura do trauma integral no sentido de que as vítimas se esquecerão completamente do evento traumático e viverão suas vidas como se nada tivesse acontecido. A cura do trauma aqui proposta acontece no sentido de a vítima esquecer toda e qualquer forma de ódio e vingança, e buscar justiça, reparação e um futuro comum por meios pacíficos. O evento traumático nunca será esquecido, mas as vítimas conseguirão olhar para trás sem sofrer e reviver aquele momento, ao invés disso irão focar em um futuro onde a violência passada não existe mais. A ideia de perdoar ou reparar e construir relacionamentos, mesmo com aqueles que causaram dor, é outro passo importante. Logo, a cura não significa uma amnésia dos fatos e sim uma escolha de deixar a violência de lado e construir um futuro em sociedade com meios pacíficos e sustentáveis.

No que tange a construção da paz, autores e abordagens específicos foram utilizados para definir e descrever melhor o processo, que é relevante, pois é neste momento que as intervenções de cura do trauma devem ser implementadas. O autor mais significativo é Johan Galtung, considerado um dos fundadores dos estudos para paz. Ele

criou o termo “construção da paz” em 1976, e a partir de então o conceito vem sendo implementado e pesquisado em massa no âmbito internacional. A contribuição mais expressiva de Galtung provavelmente é a sua tipologia de violência que permitiu expandir o conceito de violência e paz, a exemplo da violência direta e estrutural e da paz negativa e positiva. Tais conceituações são notáveis até hoje e permitem expandir as discussões e reflexões a respeito de paz no mundo atual.

O conceito de construção da paz ainda é muito atrelado a abordagens tradicionais, a exemplo da ONU, portanto, pode ficar restringida majoritariamente a ideias estruturais e institucionais. Todavia, a concepção se torna mais expansiva e abrangente quando é analisada e trabalhada pelo ponto de vista de organizações e ONGs internacionais, bem como no âmbito acadêmico. Aqui a construção da paz não diz respeito apenas a segurança, mas também ao desenvolvimento, paz e fortalecimento de relacionamento entre as pessoas. É a ideia de se direcionar a uma sociedade saudável ancorada em valores e percepções como justiça e cura, desenvolvimento estrutural e institucional e transformação e prevenção de conflitos.

Nesse contexto de expansão do termo, outro autor tão relevante quanto Galtung é John Paul Lederach. Ele também influenciou positivamente o campo de estudos para paz. Para ele a construção da paz diz respeito a construir estruturas orientadas a apoiar processos de mudanças sociais que contribuirão para o fim das violências, ou seja, prezava por uma paz que pudesse cultivar dinamismo, e transformação em relacionamentos e estruturas da sociedade. Sua outra conceituação relevante, a de transformação de conflitos, também se relaciona com a ideia de fortalecimento de estruturas sociais e relacionamentos saudáveis para impedir ciclos de violência. Em suma, desde muito cedo, o autor já valorizava a ideia de uma construção da paz inclusiva e expansiva, conceito esse que permite o estudo e a valorização de temáticas como a cura.

Para exemplificar o cenário de trauma, com foco para uma sociedade traumatizada após um evento violento, utiliza-se Ruanda como o estudo de caso da dissertação. O país africano possui um passado marcado por ódio, divisão e violência, fatores que resultaram no genocídio de 1994. As divisões se iniciaram no período da colonização e se intensificaram após a independência do país. A violência contra os tutsis já existia desde os anos 60 e a propagação de ódio espalhado por governos hutus apenas pavimentou o caminho para a violência em massa no futuro. O genocídio não surgiu de repente, ele foi o resultado de todo um processo violento estabelecido no passado, e o seu início ocorreu

por um planejamento prévio e muito bem organizado de grupos hutus extremistas, em sua grande maioria apoiados pelo governo da época.

Nem a RPF (nos primeiros meses), nem os próprios cidadãos e muito menos a comunidade internacional, conseguiu impedir o genocídio que se desenrolou por 100 dias e resultou em mais de 800 mil mortes, 400 mil crianças órfãs, aproximadamente 350 mil mulheres abusadas sexualmente e uma Ruanda totalmente destruída, fosse física e estruturalmente, quanto social, econômica e psicologicamente. O país ficou danificado em todas as suas esferas, e a reconstrução de fato aconteceu pelos próximos meses e anos, porém o dano psicológico e mental causado a população não foi solucionado rapidamente, na verdade, ainda hoje, quase 30 anos depois, muitos ruandeses não se encontram curados de seus traumas.

O assunto do trauma e saúde mental não foi negligenciado em Ruanda. Desde 1994 já existem iniciativas voltadas a resolver e solucionar esses problemas. Porém, foram programas realizados gradativamente ao longo dos anos, significando que nem sempre funcionaram de forma efetiva, porém mesmo diante de inúmeras adversidades foi possível perceber a vontade de que persistissem com sucesso. Iniciativas na área da saúde mental, da reconciliação e do trauma foram instituídas pelo governo local, sozinho ou em parceria com atores internacionais, ao longo dos anos. Além delas é possível citar as próprias tradições e costumes ruandeses que também auxiliam indiretamente nesse processo de cura, a exemplo dos memoriais espalhados pelo país, das comemorações, do feriado, dos meses de lembrança do genocídio, entre outros.

Todos esses projetos são inúmeros, mas não significam necessariamente que são bem-sucedidos e livres de problemas. O principal ponto a ser lembrado é o papel do governo por trás das intervenções, mesmo elas sendo criadas para os sobreviventes ou para honrar as vítimas perdidas, elas ainda são utilizadas pelo Estado como uma forma de moldar e controlar a narrativa sobre a violência passada. O RPF utiliza seu poder e influência para inviabilizar histórias de certos indivíduos e apagar qualquer forma de resquício que ligue o grupo a violências cometidas anteriormente. O governo também utiliza os dias de comemoração do genocídio como uma forma de atrair atenção internacional e mascarar todos os erros e problemas do país.

Há também uma falta considerável de estrutura psiquiátrica e psicológica em Ruanda. Mesmo diante de vários projetos, de hospitais, e da visibilidade que o Ministério

da Saúde dá a questão do trauma, ainda faltam especialistas suficientes e qualificados para atender a população. Todos os ruandeses, inclusive aqueles que não vivenciaram diretamente o genocídio, foram afetados pelo trauma, logo a demanda por médicos e terapeutas que conheçam a história e o passado do país e de seus cidadãos é essencial. A imposição de métodos e técnicas ocidentais por organizações e atores internacionais também se configura como outro problema, já que estes nem sempre consideram as mazelas e a realidade local, tentando impor um método de cura que não é adequado para contextos pós-conflitos, principalmente pós-genocídio.

Mesmo diante dos problemas existentes nessas iniciativas, é possível ver que os ruandeses procuram ao máximo aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas. As comemorações e os memoriais, por exemplo, são significativos para a população, pois representam espaços e momentos onde ela pode honrar as pessoas que perdeu, compartilhar histórias e se conectar com outros sobreviventes. Para muitos, essas tradições são importantes para o processo de cura. Os projetos menores, sejam na área da saúde ou na área específica da cura, estabelecidos pelo governo e por outros atores também tendem a ter uma boa adesão dos ruandeses, com eles participando e se engajando sempre que possível.

Essa não é a realidade de todo o ruandês, aquele que mora no campo ou em áreas mais rurais, por exemplo, não têm as mesmas possibilidades que o indivíduo que mora na capital, Kigali. Já existem ações, governamentais e de organizações parceiras, que buscam reverter a situação, ou pelo menos aliviar seus problemas, significando que esses ruandeses podem ter mais chances de se curar no futuro. Outro ponto a ser destacado, é que o ruandês precisa de oportunidade e apoio, muitos entendem que estão traumatizados e que aquilo não faz bem, portanto quando há programas que os ajudam, eles se mostram receosos no início, mas empolgados com as perspectivas futuras. Quando eles são apresentados com a chance de melhorarem e contribuir com o seu país, eles tendem a se tornarem mais engajados, é o que indica os projetos analisados no terceiro capítulo.

Os projetos de cura do *Never Again Rwanda* e *Karuna Center for Peacebuilding* se diferem de iniciativas citadas anteriormente devido ao seu direcionamento e duração. São programas quase que exclusivamente voltados para a cura do trauma, logo possuem uma metodologia, uma estrutura e uma organização voltada a atingir essa meta. Esse é o objetivo prioritário dos projetos e por isso o tema recebe atenção, ao contrário de outros que abordam a cura, mas em segundo plano. A duração de ambos é de quatro e de três

anos respectivamente, essa abordagem a longo prazo é um diferencial, pois permite um acompanhamento constante dos participantes, possibilitando maior chance de sucesso em atividades de cura e reconciliação. Ambos também são projetos milionários, recebendo um significativo apoio e financiamento internacional.

A *Never Again Rwanda* é uma ONG ruandesa, enquanto a *Karuna Center* é uma ONG estadunidense. A primeira já atua em Ruanda há mais de 20 anos e conhece a população, o país, o passado e a sua história. O fato de ser uma organização local contribui para que as iniciativas sejam pensadas para aquele contexto e para aquelas pessoas, sendo algo onde os próprios participantes se sentem parte do processo de construção da paz e da cura. E mesmo já sendo uma organização com experiência na área, a *Never Again Rwanda* realizou pesquisas e mapeamento prévios para garantir que as abordagens e atividades utilizadas no projeto estariam a par da realidade local.

Como a *Karuna* não é uma organização nacional ruandesa, havia a possibilidade de ocorrer o que já foi discutido anteriormente, ou seja, a utilização de abordagens ocidentais impostas a um contexto específico, onde fazem mais mal do que bem aos participantes e não se adaptam as condições locais. Todavia, não foi isso o que aconteceu, a organização tem consciência de sua distância com o local e para remediar tal situação apenas realiza projetos em um país caso outros atores locais e regionais estejam envolvidos. Este foi o caso do programa da organização, que aconteceu em parceria com duas organizações ruandesas, HROC e IRDP, e com um contato contínuo com líderes e figuras governamentais nacionais. Logo, mesmo sendo uma organização internacional, ela ainda respeitou as tradições e o povo ruandês, pois se baseou e se ancorou em grande parte em iniciativas e abordagens já utilizadas pelas organizações locais.

É interessante citar algumas similaridades entre os projetos das duas organizações. A primeira diz respeito aos jovens, os programas de ambas as ONGs são estruturadas para dar visibilidade e atenção a esse grupo. Elas entendem a influência que o trauma transgeracional tem nessa geração e a importância de curá-lo. Além disso, também reconhecem a importância dos jovens para o futuro de Ruanda, portanto instituíram atividades para cultivar o espírito de liderança nesse grupo, bem como engajá-los mais com sua comunidade e as pessoas ali presentes. Essa abordagem adotada pelas organizações foi significativa, pois ambos os projetos demonstraram um resultado positivo, e até surpreendente, dos jovens após o fim das iniciativas.



A teoria de mudança dos dois projetos é similar e se pautam na premissa de que os ruandeses precisam se engajar e estar capacitados em temáticas como cura, diálogos, segurança e reconciliação. Somente assim eles conseguirão superar a violência do passado e trabalharão juntos de modo a criar um futuro compartilhado e pacífico para todos. Ambos os projetos também são estruturados por meio da terapia em grupo. O SHPG utiliza os Espaços para Paz de modo a oferecer um ambiente para que os seus participantes se sintam confortáveis para compartilhar suas histórias, ouvir a do outro, reconstruir relacionamentos e encontrar a cura. O mesmo acontece no HOC, principalmente nas oficinas de cura do trauma e nos clubes de diálogos.

No projeto do *Karuna Center* havia os facilitadores, em cada um dos três principais programas, eles eram pessoas escolhidas da própria comunidade que após um treinamento auxiliariam as pessoas nas oficinas e nos clubes estabelecidos. No projeto do *Never Again* este arranjo não era tão bem estabelecido e organizado quanto do *Karuna*, mas havia os Agentes de Paz que possuíam função similar, no entanto, como nem sempre esses agentes eram da comunidade quando o projeto acabava eles não permaneciam atuando no local, algo que os facilitadores faziam.

Outro ponto de similaridade entre os dois diz respeito a integração de outras comunidades e pessoas no projeto. Devido à limitação de pessoas e recursos os grupos formados por participantes não conseguiam aceitar pessoas ilimitadamente, assim como uma forma de contornar tal problema as duas organizações abriram as discussões e espaços do projeto para a comunidade. No *Never Again Rwanda* havia os intercâmbios da comunidade, realizados em várias comunidades por Ruanda e aberto para que outros indivíduos interessados pudessem ouvir as discussões sobre a cura do trauma. No *Karuna Center* havia os diálogos intergeracionais e as sessões de escuta, estes apesar de serem destinados mais aos participantes e aos líderes locais, ainda eram abertos ao público. Ambas reuniam centenas de pessoas, participantes e ouvintes.

Em relação aos resultados dos projetos, cada um apresentou suas principais conclusões e métricas medidas separadamente. No que tange as similaridades, ambos indicaram uma melhora no nível de confiança dos participantes, maior tolerância e disposição para com outros grupos, e menor nível de sofrimento e maior resiliência psicológica. O que é possível concluir dos resultados das duas iniciativas é que elas foram positivas para os participantes e ajudaram a diminuir o impacto do trauma e fortalecer a

reconciliação através de iniciativas comunitárias e coletivas. O arcabouço analítico dos dois projetos de cura de Ruanda está descrito abaixo:

**Tabela 6.** Arcabouço analítico dos projetos *Societal Healing and Participatory Governance* e *Healing Our Communities*.

	<b>Recursos</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Reconhecimento</b>	<b>Futuro comum</b>
<b>Ruanda</b>	No que tange aos recursos financeiros, o projeto foi financiado pela Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento e custou ao longo dos quatro anos 6,67 milhões de dólares americanos.	O projeto é inclusivo a toda a população ruandesa, a exemplo de jovens (escolarizados e não-escolarizados), adultos e idosos.	O projeto não culpa nenhum grupo pela violência passada, procura apenas oferecer um espaço para que as pessoas de diversas origens possam contar suas histórias.	A visão do projeto é “Contribuir para a consolidação de uma sociedade ruandesa pacífica e inclusiva, capaz de superar as feridas do passado e conduzir pacificamente os conflitos e a diversidade”.
<b>Never Again Rwanda</b>	Sobre os recursos humanos, o projeto utilizou 40 funcionários das organizações. Não foi disponibilizado o número de voluntários, mas sabe-se que vários ruandeses foram treinados para atuar como facilitadores e agentes de paz no projeto. O número pode então ultrapassar a casa de centenas.  O valor indica que o projeto foi extremamente caro e provavelmente só atingiu resultados positivos devido a robustez cultivada pelo apoio e financiamento internacional.	Grupos mais específicos, como perpetradores e suas famílias, sobreviventes e suas famílias, mulheres vítimas de abuso sexual, mulheres casadas com homens de outras etnias e jovens mulheres grávidas também estiveram presentes no projeto.	Os ex-perpetradores, por exemplo, participaram do projeto e em algum momento algum foram culpabilizados, pelo contrário até apresentaram melhoras e aspectos positivos em algumas categorias do projeto.	Logo, o seu objetivo principal por meio das atividades coletivas, principalmente das terapias em grupos e dos diálogos comunitários, foi ajudar os ruandeses a curar os traumas do passado para poderem juntos construir um futuro compartilhado e harmônico.
	No que tange aos recursos financeiros, o projeto foi financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e custou ao longo dos	O projeto é inclusivo a todos os grupos da população ruandesa. Há o programa voltado apenas para os jovens, enquanto os	O projeto não culpa grupo algum pela violência passada, procura apenas oferecer oportunidades e espaços para que as pessoas se curem e se reconciliem.	A visão do projeto é ancorada na ideia de que Ruanda apenas melhorará e se tornará uma sociedade mais resiliente caso as pessoas lidem com os problemas

<p><b>Karuna Center for Peacebuilding</b></p>	<p>três anos 1.592.912 milhões de dólares.</p> <p>Em relação aos recursos humanos, 245 pessoas fixas, sendo elas funcionários pagos das quatro organizações e voluntários ruandeses se envolveram com os projetos.</p> <p>Se considerado as pessoas que participaram dos clubes e reuniões ao longo dos anos o número fica na casa dos milhares.</p> <p>Tais informações indicam a robustez e a complexidade do projeto. A grande quantidade de dinheiro investido e de pessoas envolvidas pode explicar os resultados positivos ao fim do projeto.</p>	<p>diálogos e as oficinas de cura do trauma incluem homens, mulheres, sobreviventes, perpetradores, refugiados, espectadores, socorristas e também idosos.</p> <p>Os diálogos intergeracionais, por exemplo, reuniram todos esses grupos para uma maior inclusão e efetividade no projeto.</p>	<p>Os perpetradores e espectadores do genocídio, por exemplo, estão presentes no projeto e em momento algum foram culpabilizados, inclusive alguns deles foram escolhidos como líderes (facilitadores e companheiros de cura) de suas comunidades.</p>	<p>futuros e as consequências do genocídio através do diálogo e das atividades colaborativas.</p> <p>Logo, é possível dizer que o projeto através da realização de atividades e reuniões coletivas, como os clubes de diálogos e de jovens, as oficinas de cura e os diálogos intergeracionais, visa um futuro comum, pacífico e autossustentável para os cidadãos ruandeses.</p>
-----------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: autoria própria (2022).

O eixo “recursos” visa avaliar a robustez das iniciativas de cura, em termos de recursos humanos e financeiros destinados aos projetos. Os dois projetos possuíram financiamentos milionários de agências internacionais. O SHPG do *Never Again Rwanda* foi financiado por cinco anos pela Agência Sueca, custando um pouco mais que 6,5 milhões de dólares, já o HOC do *Karuna Center* foi custeado por três anos pela Agência dos EUA e totalizou pouco mais que 1,5 milhões de dólares.

A diferença de orçamento entre os dois é muito grande, cerca de cinco milhões de dólares, e tal fato pode ser explicado pelo maior alcance e duração do SHPG em comparação ao HOC. Por exemplo, o projeto do NAR provavelmente começou utilizando o orçamento em 2014 com o mapeamento de atores e abordagens, algo que não foi feito pelo segundo projeto; o SHPG atuou em 20 distritos<sup>42</sup> enquanto o HOC atuou em apenas

---

<sup>42</sup> Não fica claro se o projeto atuou em todas as comunidades de todos os 20 distritos, mas entende-se que o Karuna escolheu 16 comunidades para atuar dentro de alguns distritos, enquanto a Never Again Rwanda

16 comunidades de alguns distritos, e por fim o SPHG durou quatro anos e o HOC somente três. Não há informações claras de como foi utilizado o orçamento dos projetos, mas as suposições acima podem auxiliar a entender a diferença entre eles.

Quanto a recursos humanos, ou seja, as pessoas que participaram do projeto, o *Never Again Rwanda* teve pouco menos do que o dobro de funcionários fixos do *Karuna Center* e das outras organizações. A primeira teve 40 funcionários e a segunda 24. Contudo, o número de voluntários ruandeses do HOC foi mais claro do que o do SHPG, sendo 221 voluntários fixos e outros milhares periodicamente. É provável que os voluntários do SHPG também sejam centenas ou milhares, mas não há dados precisos para confirmar essa informação.

A parte de “inclusão” ressalta que o processo de construção da paz deve conseguir ajudar na superação das diferenças entre os grupos da sociedade, incluindo vítimas e inimigos, a fim de que esses grupos desenvolvam entendimentos compartilhados sobre passado, o presente e futuro. No que tange a este eixo, ambos os projetos são semelhantes, os participantes incluem sobreviventes, ex-perpetradores, jovens, idosos, refugiados, entre outros. Era comum que em uma mesma atividade do projeto todos esses grupos estivessem juntos, convivendo no mesmo espaço e ouvindo as histórias uns dos outros. Vítimas e inimigos em muitos casos se perdoaram e se reconciliaram. E no HOC, os participantes do projeto aumentaram sua confiança, tolerância e também empatia para com grupos como perpetradores e espectadores.

O eixo “reconhecimento” salienta a necessidade de os construtores da paz não atribuírem a culpa do conflito a determinados grupos. Esse processo é importante para que os grupos criem uma narrativa comum sobre o passado para seguirem em frente. Em ambos os projetos não há atribuição de culpa do genocídio aos perpetradores ou a nenhum outro grupo. A ideia é que aqueles culpados tenham a chance de contar a sua história, pedir perdão e se reconciliar com as suas vítimas ou outros indivíduos da comunidade. Esse processo de incluir vários ex-perpetradores nos programas é necessário, pois

---

atuou em toda a totalidade – ou grande parte – dos 20 distritos. Fica subentendido que a atuação do SHPG foi maior em comparação ao HOC.

representa a chance da reconciliação e dos participantes trabalharem em conjunto naquela comunidade sem guardar mágoas e sem culpar os outros pela violência passada.

A última parte, do “futuro comum” acredita que a construção da paz deve priorizar as necessidades conjuntas dos grupos, e a ideia é ignorar o passado recente para que as diferenças não aumentem e focar no presente e no futuro, priorizando as necessidades ganhos mútuos. Assim como os outros eixos, esse também estava presente nas teorias de mudanças, nos objetivos e nas atividades coletivas dos dois projetos. A meta final é realmente essa, curar os ruandeses, contribuir para as reconciliações e diálogos, para que eles consigam por si só construir um futuro sustentável, pacífico e saudável. Apenas assim eles conseguirão ser construtores locais da paz e evitarão que violências em massa ocorram outra vez.

De modo geral, é possível dizer que o arcabouço foi essencial para guiar a análise dos projetos de cura existentes em Ruanda. As respostas foram semelhantes, indicando que apesar das diferenças significativas, os objetivos e a meta dos projetos são bem próximos entre si, mantendo o mesmo propósito. O resultado da análise foi satisfatório, pois como os eixos foram positivos, eles demonstraram empiricamente a ideia de Ross (2013) de que a inclusão das necessidades emocionais dos indivíduos é essencial para a construção da paz. Os projetos então atestam que houve inserções significativas das emoções e da saúde mental na construção da paz ruandesa, podendo contribuir e até mesmo evitar futuros conflitos no país.

Se os resultados dos projetos fossem analisados exclusivamente pelas perspectivas dos autores e das abordagens de construção da paz apresentadas, a leitura poderia ser mais crítica, a depender do ponto de vista. Para exemplificar, pelos ideais de Lederach e de uma ideia mais expansiva de construção da paz, os resultados dos projetos são mais positivos do que negativos. Isso ocorre, pois priorizaram a ideia de justiça e cura, valorizaram a construção da paz local realizada pelos próprios cidadãos e também focaram na ideia de transformação de conflitos, de estruturas e de dinâmicas sociais de modo a resultar no fim de um conhecido ciclo de violência.

Já na perspectiva de Galtung, principalmente no que tange a violência estrutural e a paz positiva, talvez os projetos não sejam tão otimistas. Não porque não foram expressivos e sim porque não acabaram totalmente com todas as formas de violência no país. Ao longo da pesquisa é possível ver que há repressão e violência velada por parte

do governo, há extremismo violento e também grupos, como mulheres e hutus, negligenciados na sociedade. Logo, os projetos avançaram no quesito fim da violência direta (entre seus participantes e comunidades), mas não tanto no âmbito da violência estrutural, e também da violência latente e psicológica para alguns grupos.

O arcabouço teórico da pesquisa tem esse lado mais crítico, justamente pelas ideias e conceitos apresentados com o mesmo teor. De fato, a violência estrutural ainda existe em Ruanda, na verdade, a violência no país ainda está em transição, se transformando e se modificando ao longo dos anos, principalmente em domínios específicos como o governamental. Logo, talvez seja injusto ver os projetos como negativos, pois não conseguiram acabar com as estruturas e dinâmicas violentas de centenas de anos que existem no país. Isso é algo que demorará (se acontecer) muito tempo, mas também não diminui por completo as diversas conquistas positivas dos projetos, apenas traz uma reflexão pontual sobre como um arcabouço analítico mais crítico pode ler os resultados dos dois projetos ruandeses.

Por fim, vale discorrer a respeito de alguns pontos apresentados na introdução. O objetivo da dissertação foi investigar e analisar os programas de cura do trauma existente em Ruanda, e a justificativa da pesquisa se pautou na necessidade de dar maior visibilidade a temática no âmbito das relações internacionais. No que tange aos dois aspectos é possível dizer que eles foram cumpridos. O terceiro capítulo foi dedicado somente a apresentação e análise dos programas de cura, e o capítulo dois também realiza uma análise, porém de forma mais holística, indicando iniciativas na área da saúde mental e também da cura e reconciliação.

Por meio dos três capítulos é possível dizer que o tema recebeu destaque e relevância, podendo contribuir para o âmbito de estudos voltados para Ruanda pós-genocídio e também para a área de segurança internacional e estudos para paz. As apresentações teóricas e o estudo de caso podem servir como base para estudos similares no futuro, pesquisas que analisem o cenário de cura e reconciliação em outros países e regiões pós-conflito. O tema de cura do trauma é recente e pouco pesquisado na área acadêmica brasileira de Relações Internacionais, portanto trabalhos que evidenciem a importância dessa intervenção contribuem para dar visibilidade ao assunto.

A hipótese da pesquisa era “em Ruanda, os projetos de trauma, cura e reconciliação tiveram efeitos positivos para os cidadãos e alcançaram o objetivo de não-

reincidência da violência no país, pois foram projetos robustos e lidaram com questões centrais do processo de cura e reconciliação.” É possível dizer que a hipótese foi confirmada, uma vez que os projetos do *Never Again Rwanda* e *Karuna Center for Peacebuilding* comprovam que os resultados foram positivos para os cidadãos, diminuindo o impacto do trauma, a utilização de meios violentos de resolução de conflitos e aumentando a reconciliação e conexão com a sociedade e indivíduos.

E os motivos para isso vêm do fato de ambos os projetos serem robustos, ou seja, ambos possuíram apoio internacional, alto financiamento estrangeiro e uma quantidade significativa de recursos humanos, sendo eles funcionários e voluntários. Esses fatores influenciaram nos resultados positivos alcançados por ambas as organizações. Se fossem projetos menores, com pouca duração e quase nenhum financiamento, é provável que o cenário final fosse diferente. Logo, conclui-se que a dissertação foi satisfatória e conseguiu cumprir com suas metas estabelecidas previamente.

Em suma, cabe destacar que a análise apresentada possibilita a emergência de novas perguntas de pesquisa, particularmente se o arcabouço analítico construído pode ser aplicado para análise de projetos em outros contextos e países, e como mensurar o impacto dos inúmeros projetos menores que existem ou existiram em Ruanda. Salvo melhor juízo, são pontos de significativa importância para o diálogo com as áreas de Relações Internacionais e Estudos para Paz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

About PAR. **PARTICIPATORY ACTION RESEARCH**, c2022. Disponível em: <https://participatoryactionresearch.sites.carleton.edu/about-par/>. Acesso em: 9 set. 2022.

About Us. **IRDP**, c2022. Disponível em: <https://www.irdp.rw/about-us-2/>. Acesso em: 21 set. 2022.

About Us. **INTERPEACE**, c2022. Disponível em: <https://www.interpeace.org/who-we-are/about-us/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

About Strategies for Trauma Awareness and Resilience (STAR). **THE CENTER FOR JUSTICE AND PEACEBUILDING**, 2022. Disponível em: <https://emu.edu/cjp/star/about>. Acesso em: 01 fev. 2022.

A Discussion with Immaculee Mukankubito, Deputy Director, Never Again Rwanda, Kigali, Rwanda. **BERKLEY CENTER**, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://berkleycenter.georgetown.edu/interviews/a-discussion-with-immaculee-mukankubito-deputy-director-never-again-rwanda-kigali-rwanda>. Acesso em: 24 ago. 2022.

After a 3-Year Program in Rwanda: This is What Peacebuilding Looks Like. **KARUNA CENTER FOR PEACEBUILDING**, c2022. Disponível em: <https://karunacenter.org/2020/02/13/3-yrs-rwanda/>. Acesso em: 16 set. 2022.

AHLUWALIA, Pal. The Rwandan Genocide: Exile and Nationalism Reconsidered. **Social Identities**, vol.3, n.3, pp. 499-519, 2010. <https://doi.org/10.1080/13504639752023>

AMSTUTZ, Mark R. Is Reconciliation Possible After Genocide? **Journal of Church and State**, vol. 48, n.3, pp. 1-25, 2006. <https://doi.org/10.1093/jcs/48.3.541>

ANDERSON, Laura. **Information regarding Healing Our Communities in Rwanda**. Mensagem recebida por <laura@karunacenter.org> em 11 nov. 2022.

Annual Report 2021. **NAR 2022**. Rwanda: Never Again Rwanda, 2022. 51p.

Association of Baptist Churches in Rwanda (AEBR). **PEACE INSIGHT**, 1 nov. 2014. Disponível em: <https://www.peaceinsight.org/en/organisations/aebr/?location=rwanda&theme>. Acesso em: 12 ago. 2022.

A Story of Forgiveness from Bugesera. **KARUNA CENTER FOR PEACEBUILDING**, c2022. Disponível em: <https://karunacenter.org/2019/07/25/a-story-of-forgiveness-from-bugesera/>. Acesso em: 24 set. 2022.

BALDWIN, Gretchen. Constructing identity through commemoration: Kwibuka and the rise of survivor nationalism in post-conflict Rwanda. **Journal of Modern African Studies**, vol. 57, n.3, pp. 355-375, 2019. <https://doi.org/10.1017/S0022278X19000259>

BARNETT, Michael N. The UN Security Council, Indifference, and Genocide in Rwanda. **Cultural Anthropology**, vol. 12, n. 4, pp. 551-578, 1997. <https://doi.org/10.1525/can.1997.12.4.551>



BISHUMBA, Nasra. Rwf2.8 billion trauma healing programme to be launched. **The New Times**, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www.newtimes.co.rw/news/rwf28-billion-trauma-healing-programme-be-launched>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BISHUMBA, Nasra. 'Walk to Remember' gains more meaning each year. **The New Times**, 9 abr. 2017. Disponível em: <https://www.newtimes.co.rw/section/read/210387>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BORGER, Julian. Twenty-year search for Rwanda genocide suspect ends in Zimbabwe grave. **The Guardian**, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/may/12/twenty-year-search-for-rwanda-genocide-suspect-ends-in-zimbabwe-grave>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRABANT, Koenraad Van. What Is Peacebuilding: Significantly Different Perspectives on Peacebuilding. **Interpeace**, Geneva, pp. 1-9, 2010.

BROWN, Sara E. History of Rwanda. In: BROWN, Sara E. **Gender and the Genocide in Rwanda: Women as Rescuers and Perpetrators**. New York: Routledge, 2018. <https://doi.org/10.4324/9781315173078>

CAPLAN, Pat. Never again: Genocide Memorials in Rwanda. **Anthropology Today**, vol. 23, n.1, pp. 20-22, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8322.2007.00486.x>

CARVALHO, Joaquim Geraldo de. **Transtornos Somatoformes na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura**. 2010. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CLANCY, Mary Alice; HAMBER, Brandon. **Trauma, Peacebuilding, and Development: An overview of key positions and critical questions**. Paper apresentado em: Trauma, Development and Peacebuilding Conference. 2008. Set. 9-11, New Delhi, India.

CLAPHAM, Christopher. The Perils of Peacemaking. **Journal of Peace Research**, vol. 35, n.2, pp. 193-210, 1998. <https://doi.org/10.1177/0022343398035002003>

Closure Of Gacaca. **UNDP**, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/rwanda/news/closure-gacaca>. Acesso em 5 jan. 2022.

D'ARVILLE, Cecilia. Violence Against Women in the Rwandan Genocide. **Foundations and Aspirations**, vol. 4, n. 1, pp.1-9, 2017. <https://doi.org/10.15367/pj.v4i1.48>

DOCHERTY, Jayne Seminare; LANTZ-SIMMONS, Mikhalá. A Genealogy of Ideas, **Journal of the Center for Justice and Peacebuilding**, vol 1, n.1, pp. 1-19, 2017.

DOUMA, Pyt. An Overview of the Rwandan Conflict: A case study on Dutch Foreign Policies and Interventions in the contemporary conflict history of Rwanda. **Clingendael Institute**, pp.17-34, 2000.

Engage Globally: Karuna Center Nurtures Peace and Justice Around the World. **PAULA GREEN**, c2022. Disponível em: <https://www.paulagreen.net/engage-globally-karuna-center/>. 14 set. 2022.

Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias. **BBC NEWS BRASIL**, 7. abr. 2014. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407\\_ruanda\\_genocidio\\_ms](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms). Acesso em: 02 set. 2021.

FACCHINI, Julia. **Por uma Construção Relacional da Paz: A Intersubjetividade na Transformação de Conflitos de John Paul Lederach**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p.111. 2020.

FARNI, Missy. Iowa's Rwandan community marks 25th anniversary of Genocide. **Des Moines Register**, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www.desmoinesregister.com/story/news/local/community/2019/04/25/rwandan-genocide-des-moines-iowa-kwibuka-25th-anniversary-world-food-prize-kenneth-quinn/3576020002/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

5 Facts About Mental Health in Rwanda. **THE BORGEN PROJECT**, 22. fev. 2021. Disponível em: <https://borgenproject.org/mental-health-in-rwanda/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

FAVILA, Isaura Zelaya; FELLOW, Lewin. Treatment of Post-Traumatic Stress Disorder in Post-Genocide Rwanda. **Global Grassroots**, Hanover, pp.1-17, 2009.

FOX, NICOLE. **After Genocide: Memory and Reconciliation in Rwanda**. 1 ed. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2021. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1q3z27x>

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, vol. 27, n.3, pp.291-305, 1990. <https://doi.org/10.1177/0022343390027003005>

GALTUNG, Johan. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, and Peacebuilding. **Peace, War and Defense: Essays in Peace Research II**, vol. 27, n.3, pp.291-305, 1976. <https://doi.org/10.1177/0022343390027003005>

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, vol. 6, n. 3, pp. 167-191, 1969. <https://doi.org/10.1177/002234336900600301>

Genocide Memorials. **GENOCIDE ARCHIVE OF RWANDA**, c2015. Disponível em: <https://genocidearchiverwanda.org.rw/index.php/Category:Memorials>. Acesso em 04. jul. 2022.

GILLER, Esther. What Is Psychological Trauma? In: Annual Conference of the Maryland Mental Hygiene Administration, 1999, Maryland. **Anais eletrônicos [...]** Maryland: The Anna Institute, 1999. p. 1 - 9. Disponível em: <http://www.theannainstitute.org/What%20Is%20Psychological%20Trauma.pdf?contentID=88>. Acesso em: 10 jan.2023.

GINTY, Roger Mac. Introduction. In: GINTY, Roger Mac (Eds). **Routledge Handbook of Peacebuilding**. Oxford: Routledge, 2013. <https://doi.org/10.4324/9780203068175>

HAKOUNE, Rachel. What is a project baseline. **MONDAY BLOG**, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://monday.com/blog/project-management/baseline-a-project-plan/#:~:text=A%20project%20baseline%20is%20essentially,%2C%20scope%2C%20and%20and%20cost>. Acesso em: 8 set. 2022.

Healing and Reconciliation Programs. **ADEPR Church**, c2022. Disponível em: [http://www.adepr.rw/hhr\\_program.php#about](http://www.adepr.rw/hhr_program.php#about). Acesso em: 12 ago. 2022.

Healing Our Communities (2016-2019). **KARUNA CENTER FOR PEACEBUILDING**, c2022. Disponível em: <https://karunacenter.org/project/rwanda/>. Acesso em: 16 set. 2022.

Healing Our Communities: Promoting Social Cohesion in Rwanda. **USAID, KARUNA CENTER FOR PEACEBUILDING**. United States: Karuna Center for Peacebuilding, pp. 1-111, 2019.

Healing Trauma and Building Trust and Tolerance in Rwanda. **NEVER AGAIN RWANDA**. Peacebuilding in Practice, n.4, pp.1-52, 2019.

HILIARD, Stacy; DOBSON, Phoebe; NTAMBARA, Paul. **Societal Healing & Participatory Governance: End-Term Evaluation**. London: Taysha Consulting, 2018, 106p.

HIRSCHBERGER, Gilad. Collective Trauma and the Social Construction of Meaning. **Frontiers in Psychology**, vol.9, n.1441, pp.1-14, 2018. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01441>

HODGKIN, Marian. Reconciliation In Rwanda: Education, History and The State. **Journal of International Affairs**, vol. 60, n. 1, pp. 199-210, 2006.

How Rwanda is spearheading efforts to tackle mental health. **DEVEX**, 7 out. 2020. Disponível em: <https://devex.shorthandstories.com/how-rwanda-is-spearheading-efforts-to-tackle-mental-health/index.html#article>. Acesso em: 15 jun. 2022

HROC (Healing and Rebuilding Our Communities). **QUAKERS IN THE WORLD**, c2022. Disponível em: <https://www.quakersintheworld.org/quakers-in-action/205/HROC-Healing-and-Rebuilding-Our-Communities>. Acesso em: 10 ago. 2022.

HUTCHISON, Emma; BLEIKER, Roland. Reconciliation. In: GINTY, Roger Mac. **Routledge Handbook of Peacebuilding**. Oxford: Routledge, 2013.

IBRECK, Rachel. A Time of Mourning: The Politics of Commemorating the Tutsi Genocide in Rwanda. In: LEE, Philip; THOMAS, Pradip Ninan (Eds). **Public Memory, Public Media and the Politics of Justice**. 1 ed. London: Palgrave Macmillan, 2012. [https://doi.org/10.1057/9781137265173\\_6](https://doi.org/10.1057/9781137265173_6)

INGELAERE, Bert. Reparation in Rwanda's gacaca courts. **Témoigner - Entre histoire et mémoire**, n.129, pp.84-91, 2019. <https://doi.org/10.4000/temoigner.8633>

INTERNATIONAL ALERT. Reconciliation and reintegration in Rwanda. **Peace Focus**, pp. 1-8, 2016.

Introduction to Peacebuilding. **PEACEBUILDING INITIATIVE**, c2008. Disponível em: <http://www.peacebuildinginitiative.org/index34ac.html>. Acesso em: 23 mar. 2022.

JONES, Adam. Gender and Genocide in Rwanda. **Journal of Genocide Research**, vol. 4, n.1, pp. 65-94, 2002. <https://doi.org/10.1080/14623520120113900>

JOON KIM, Hun. Transitional justice: Politics of memory and reconciliation. In: RESENDE, Erica; BUDRYTE, Dovile. **Memory and Trauma in International Relations: Theories, cases and debates**. 1 ed. New York: Routledge, 2014.

JOSEPH, Kalisa *et al.* Impact of COVID-19 on Mental Health in Rwanda. **Journal of Public Health**, vol. 2, n.3, pp.07-12, 2020.

KAGAME, Paul. **Kwibuka 28, Kigali, 7 April 20**. 2022. Fotografia. 800 x 580 pixels. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/paulkagame/albums/72177720297922485>. Acesso em: 04 ago. 2022.

KAGIRE, Edmund. Kwibuka 26: A Commemoration Like No Other. **KT Press**, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ktpress.rw/2020/04/kwibuka-26-a-commemoration-like-no-other/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

KAREMERA, Debby. **Information regarding Societal Healing in Rwanda**. Mensagem recebida por <debby@neveragainrwanda.org> em 10 nov. 2022.

KARUNA CENTER FOR PEACEBUILDING. **Healing Our Community: Stories of Courage and Reconciliation from Rwanda**. Youtube, 24 out. 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_tulni3WqyY](https://www.youtube.com/watch?v=_tulni3WqyY). Acesso em: 16 set. 2022.

LAMBOURNE, Wendy; GITAU, Lydia Wanja. Psychosocial Interventions, Peacebuilding and Development in Rwanda. **Journal of Peacebuilding and Development**, vol. 8 n. 3, pp.23-36, 2013. <https://doi.org/10.1080/15423166.2013.859933>

LEDERACH, John Paul. **Building peace: sustainable reconciliation in divided societies**. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

LEDERACH, John Paul. **The Little Book of Conflict Transformation: Clear Articulation of the Guiding Principles by a Pioneer in the Field**. 1 ed. New York: Good Books, 2014.

List of Genocide Memorials in Rwanda. **Uganda Safaris Tour**, c2022. Disponível em: <https://www.ugandasafaristours.com/blog/list-genocide-memorials-rwanda.html>. Acesso em: 04 ago. 2022.

LONGMAN, Timothy. An Assessment of Rwanda's Gacaca Courts. **Peace Review**, vol. 21, n.3, pp. 304-312, 2009. <https://doi.org/10.1080/10402650903099369>

LONGMAN, Timothy; RUTAGENGWA, Théoneste. Memory, identity, and community in Rwanda. In: STOVER, Eric; WEINSTEIN, Harvey. **My Neighbor, My Enemy: Justice and Community in the Aftermath of Mass Atrocity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511720352.012>

LORDOS, Alexandros *et al.* Societal Healing in Rwanda: Toward a Multisystemic Framework for Mental Health, Social Cohesion, and Sustainable Livelihoods among Survivors and Perpetrators of the Genocide against the Tutsi. **Health and Human Rights Journal**, vol. 23, n.1, pp.105-118, 2021.

MCGRATTAN, Cillian. **The Politics of Trauma and Peace-Building: Lessons from Northern Ireland**. New York: Routledge, 2016. <https://doi.org/10.4324/9781315665344>

Memorial. **Kigali Genocide Memorial**, c2022. Disponível em: <https://kgm.rw/memorial/ampitheatre/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. O genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional. **Brazilian Journal of International Relations**, vol. 2, n. 2, pp. 300-328, 2013. <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2013.v2n2.p300-328>

MIALL, Hugh; RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary Conflict Resolution: the prevention, management and transformation of deadly conflicts.** Cambridge: Polity Press, 2005. 399p.

MINISTRY OF HEALTH. National Mental Health Policy in Rwanda. **Republic of Rwanda**, Rwanda, pp. 1-29, 2011.

Mission. **HROC RWANDA**, c2022. Disponível em: <https://healingandrebuidingourcommunities.org/>. Acesso em: 10 ago. 2022

MUSORE, Innocent. Healing and Reconciliation Experiences of Community Facilitators. **CFOR Change**, pp. 1-7, 2021. Disponível em: <http://www.cfor.info/wp-content/uploads/2021/08/20210216-Healing-and-reconciliation-stories-Rwanda-Edited-V.07.30.2021.pdf>. Acesso em 12 ago. 2022.

NEVER AGAIN RWANDA. **A Nation to Heal**. Youtube, 11 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nWUOPdZN4P0&list=PLBZ1UuhYTV7MFVOeN3wef4ajDwzbnR6ur&index=4>. Acesso em: 10 set. 2022.

NEVER AGAIN RWANDA. **This June #youth from #Rwanda & #DRC visited Commune Rouge Memorial in Rubavu** [...] Rwanda, 24 ago. 2018. Twitter @NARwanda. Disponível em: <https://twitter.com/NARwanda/status/1032984005120016384>. Acesso em: 12 set. 2022.

NEWBURY, Catharine. Ethnicity and the Politics of History in Rwanda. **Africa Today**, vol. 45, n.1, pp. 7-24, 1998.

NG, Lauren; Boniface, HARERIMANA. Mental health care in post-genocide Rwanda: evaluation of a program specializing in posttraumatic stress disorder and substance abuse. **Global Mental Health**, vol. 3, n.18, pp. 1-11, 2016. <https://doi.org/10.1017/gmh.2016.12>

Our Work. **AEGIS TRUST**, c2015. Disponível em: <https://www.aegistrust.org/what-we-do/>. Acesso em: 21set. 2022.

PALHARES, Marcelo; SCHWARTZ, Gisele. A violência. In: **Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?** São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015, pp. 11-26.

PALMER, Ian; FIRMIN, Nsanzumhire. Mental Health in Post-Genocide Rwanda. **International Psychiatry**, vol. 8, n.4, pp.86-87, 2011. <https://doi.org/10.1192/S1749367600002733>

PANKHURST, Donna. Sexual Violence in War. In: SHEPHERD, Laura. **Gender matters in Global Politics**. 1 ed. London: Routledge, 2010.

PARENT, Geneviève. Peacebuilding, Healing, Reconciliation: An Analysis of Unseen Connections for Peace. **International Peacekeeping**, vol.18, n.4, pp.379–395, 2011. <https://doi.org/10.1080/13533312.2011.588385>

PARIS, Roland; SISK, Timothy. Understanding the contradictions of postwar statebuilding. In: PARIS, Roland; SISK, Timothy (Eds). **The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the contradictions of postwar peace operations**. Oxford: Routledge, 2008. <https://doi.org/10.4324/9780203884836>

Project LIGHT: Rwanda. **CREATE GLOBAL HEALING**, c2022. Disponível em: <https://www.createglobalhealing.org/programs/project-light-rwanda/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

RAWSON, David. From Retribution to Reconciliation: Transitional Justice in Rwanda, 1994-2011. **Georgetown Journal of International Affairs**, vol. 13, n. 2, pp. 115-123, 2012.

RESENDE, Erica; BUDRYTE, Dovile. **Memory and Trauma in International Relations: Theories, cases and debates**. 1 ed. New York: Routledge, 2014. <https://doi.org/10.4324/9781315882659>

ROSS, Marc Howard. The Politics of Memory and Peacebuilding. In: GINTY, Roger Mac. **Routledge Handbook of Peacebuilding**. Oxford: Routledge, 2013.

Ruanda: 20 anos de liderança do "ditador benevolente". **DW**, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ruanda-20-anos-de-lideran%C3%A7a-do-ditador-benevolente/a-53153361>. Acesso em 14 jul. 2022.

RUGEMA, Lawrence *et al.* Traumatic episodes and mental health effects in young men and women in Rwanda, 17 years after the genocide. **BMJ Open**, vol.5, pp.1-11, 2015. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2014-006778>

Rwanda. **FREEDOM HOUSE**, 2021. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/rwanda/freedom-world/2021>. Acesso em: 02 set. 2021.

Rwanda launches “Green Ribbon” mental health campaign amid enhanced push for mental health awareness. **UNICEF**, 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/rwanda/press-releases/rwanda-launches-green-ribbon-mental-health-campaign-amid-enhanced-push-mental-health>. Acesso em: 8 jun. 2022.

Rwanda. **UCDP - Uppsala Conflict Data Program**, 2021. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/517>. Acesso em: 02 set. 2021.

RYAN, Stephen. The Evolution of Peacebuilding. In: GINTY, Roger Mac (Eds). **Routledge Handbook of Peacebuilding**. Oxford: Routledge, 2013.

SCHAAL, Susanne *et al.* Mental Health 15 Years After the Killings in Rwanda: Imprisoned Perpetrators of the Genocide Against the Tutsi Versus a Community Sample of Survivors. **Journal of Traumatic Stress**, vol. 25, n.4, pp. 446-453, 2012. <https://doi.org/10.1002/jts.21728>

SCHABAS, William A. Genocide Trials and Gacaca Courts. **Journal of International Criminal Justice**, vol.3, n.4, pp. 879-895, 2005. <https://doi.org/10.1093/jicj/mqi062>

SCHIRCH, Lisa. **The Little Book of Strategic Peacebuilding: A Vision and Framework for Peace with Justice**. 1 ed. Pennsylvania: Good Books, 2004.

Societal Healing and Participatory Governance for Sustainable Peace in Rwanda. **D-PORTAL**, c2022. Disponível em: <http://d-portal.org/ctrack.html?publisher=CH-FDJP-CHE109994012#view=act&aid=CH-FDJP-CHE109994012-60009>. Acesso em: 14 nov.2022.

Societal Healing in Rwanda: Mapping of Actors and Approaches. **NEVER AGAIN RWANDA**, Kigali, pp. 1-76, 2015.

Strategic Plan 2021-2025. **NAR 2020**. Rwanda: Never Again Rwanda, 2020. 58p.

TASAMBA, James. Rwanda: Spike in mental disorder cases among genocide survivors. **ANADOLU AGENCY**, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/africa/rwanda-spike-in-mental-disorder-cases-among-genocide-survivors/2153818#>. Acesso em: 8 jun. 2022.

The African Great Lakes. **African Great Lakes Information Platform**, c2022. Disponível em: <https://www.africangreatlakesinform.org/page/african-great-lakes>. Acesso em: 26 ago. 2022.

The Origins of the Strategies for Trauma Awareness and Resilience (STAR) Training: A Conversation with Carolyn Yoder. **MINNESOTA PEACEBUILDING INSTITUTE**, 7. Fev. 2021. Disponível em: <https://www.mnpeace.org/blog/the-origins-of-the-strategies-for-trauma-awareness-and-resilience-star-training-a-conversation-with-carolyn-yoder>. Acesso em: 01 fev. 2022.

The World Bank in Rwanda. **THE WORLD BANK**, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/rwanda/overview#1>. Acesso em: 02 set. 2021.

Trauma Healing and Reconciliation in Rwanda by Center for Healing and Rebuilding Our Communities. **GLOBAL GIVING**, c2022. Disponível em: <https://www.globalgiving.org/projects/trauma-healing-and-reconciliation-in-rwanda/>. Acesso em: 24 set.2022.

TROPP, Linda R; BILALI, Rezarta. **Final Report of Results USAID Rwanda Project**. United States: Karuna Center for Peacebuilding, pp. 1-12, 2019.

UNITED NATIONS (2008, 20 fevereiro). **What is Transitional Justice**. Nova York.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines**, 2008. Disponível em: [https://www.un.org/ruleoflaw/files/Capstone\\_Doctrine\\_ENG.pdf](https://www.un.org/ruleoflaw/files/Capstone_Doctrine_ENG.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2021.

VICENCIO, Charles Villa. Reconciliation. In: VICENCIO, Charles Villa; DOXTADER, Erik. **Pieces of the Puzzle: Keywords on Reconciliation and Transitional Justice**. South Africa: Institute for Justice and Reconciliation, 2004.

We are Never Again Rwanda. Engaging Society, Making a Difference. **NEVER AGAIN RWANDA**, c2022. Disponível em: <https://neveragainrwanda.org/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

We Bridge Divides to Build Sustainable Peace. **KARUNA CENTER FOR PEACEBUILDING**, c2022. Disponível em: <https://karunacenter.org/>. Acesso em: 14 set.2022.

We contribute to the mental health wellness of the Rwandan population. **NEVER AGAIN RWANDA**, c2021. Disponível em: <https://wellness.neveragainrwanda.org/we-contribute-to-the-mental-health-wellness-of-the-rwandan-population/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

What is peacebuilding. **CONCILIATION RESOURCES**, c2019. Disponível em: <https://www.c-r.org/who-we-are/why-peacebuilding/what-peacebuilding>. Acesso em: 23 mar. 2022.

What is peacebuilding. **INTERNATIONAL ALERT**, c2021. Disponível em: <https://www.international-alert.org/about/what-is-peacebuilding>. Acesso em: 23 mar. 2022.

What is Strategic Peacebuilding. **KROC INSTITUTE**, c2022. Disponível em: <https://kroc.nd.edu/about-us/what-is-peace-studies/what-is-strategic-peacebuilding/#:~:text=Peacebuilding%20is%20the%20development%20of,conditions%20that%20generate%20deadly%20conflict>. Acesso em: 01 abr. 2022

What is Theory of Change. **THEORY OF CHANGE**, c2022. Disponível em: <https://www.theoryofchange.org/what-is-theory-of-change/>. Acesso em: 8 set. 2022.

Who we are. **USAID**, c2019. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are>. Acesso em: 21 set. 2022.

YODER, Carolyn. **The Little Book of Trauma Healing: When Violence Strikes and Community Security is Threatened**. 1 ed. Philadelphia: Good Books, 2005.

ZORBAS, Eugenia. Reconciliation in Post-Genocide Rwanda. **African Journal of Legal Studies**, vol. 1, n.1, pp.29-52, 2004. <https://doi.org/10.1163/221097312X13397499735904>